

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

Fernando Suarez de Oliveira

**A “IDEOLOGIA DE GÊNERO” EM
ARTIGOS DE OPINIÃO:**

Um estudo à luz da Teoria da Estrutura Retórica
e da Linguística Textual

Belo Horizonte

Faculdade de Letras da UFMG

2022

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

Fernando Suarez de Oliveira

A “IDEOLOGIA DE GÊNERO” EM ARTIGOS DE OPINIÃO:

Um estudo à luz da Teoria da Estrutura Retórica e da Linguística Textual

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos da Faculdade de Letras como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em Estudos Linguísticos.

Área de concentração: Linguística do Texto e do Discurso

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Maria Beatriz Nascimento
Decat

Belo Horizonte

Faculdade de Letras da UFMG

2022

O48i

Oliveira, Fernando Suarez de.

A "ideologia de gênero" em artigos de opinião [manuscrito] : um estudo à luz da Teoria da Estrutura Retórica e da Linguística Textual / Fernando Suarez de Oliveira. – 2022.

1 recurso online (218 f. : il., p&b.) : pdf.

Orientadora: Maria Beatriz Nascimento Decat.

Área de concentração: Linguística do Texto e do Discurso.

Linha de Pesquisa: Estudos da Textualidade e da Textualização.

Tese (doutorado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Letras.

Bibliografia: f. 201-214.

Anexos: f. 215-218.

Exigências do sistema: Adobe Acrobat Reader.

1. Linguística textual – Teses. 2. Retórica – Teses. 3. Redação de textos jornalísticos – Teses. 4. Gêneros textuais – Teses. 5. Sexualidade – Teses. I. Decat, Maria Beatriz Nascimento. II. Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de Letras. III. Título.

CDD: 418



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS LINGUÍSTICOS

FOLHA DE APROVAÇÃO

A “IDEOLOGIA DE GÊNERO” EM ARTIGOS DE OPINIÃO: Um estudo à luz da Teoria da Estrutura Retórica e da Linguística Textual

FERNANDO SUAREZ DE OLIVEIRA

Tese submetida à Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em ESTUDOS LINGUÍSTICOS, como requisito para obtenção do grau de Doutor em ESTUDOS LINGUÍSTICOS, área de concentração LINGUÍSTICA DO TEXTO E DO DISCURSO, linha de pesquisa Textualidade e Textualização em Língua Portuguesa.

Aprovada em 04 de março de 2022, pela banca constituída pelos membros:

Prof(a). Maria Beatriz Nascimento Decat - Orientadora

UFMG

Prof(a). Maria Eduarda Giering

Unisinos

Prof(a). Emanuel da Silva Fontel

UFPA

Prof(a). Rosane Cassia Santos e Campos

UFMG

Prof(a). Jairo Venicio Carvalhais de Oliveira

UFMG

Belo Horizonte, 04 de março de 2022.



Documento assinado eletronicamente por **Maria Beatriz Nascimento Decat, Servidora aposentada**, em 07/03/2022, às 20:33, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Jairo Venício Carvalhais de Oliveira, Professor do Magistério Superior**, em 07/03/2022, às 21:10, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Emanuel da Silva Fontel, Usuário Externo**, em 09/03/2022, às 18:03, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Maria Eduarda Giering, Usuário Externo**, em 10/03/2022, às 08:22, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufmg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **1235247** e o código CRC **53A1E4C9**.

AGRADECIMENTOS ESPECIAIS

Sempre, em primeiro lugar, aos meus pais, Glória e Ernane, por sempre estarem ao meu lado em cada escolha e em todos os momentos. Pelo amor incondicional, pela dedicação e, principalmente, pela motivação constante para que eu nunca desanimasse dos meus objetivos.

À Prof.^a Dr.^a Maria Beatriz Nascimento Decat, por ter aceitado entrar nesta aventura que foi falar (um pouco) de política neste turbulento período. Mas acima de tudo, pelos ensinamentos, pelo comprometimento e por ser um exemplo do que é ser um grande estudioso na área de Linguística do Texto.

Ao Vitor, por estar e se fazer presente ao longo de todo este período, com carinho e companheirismo. Por ter compartilhado comigo seu conhecimento como excelente pesquisador e por me incentivar a dar e mostrar o melhor de mim sempre!

À Prof.^a Dr.^a Rosane Campos, a quem eu levo sempre como referência do que é ser professor, pela excelência e alegria com que sempre se dedicou a ensinar seus alunos. De quem é um privilégio e uma honra ter sido aluno e, hoje, colega.

AGRADECIMENTOS

À minha família, por sempre ser fonte de alegria. Por sempre acreditarem em mim e me valorizarem como pessoa e como profissional.

Às minhas avós, D. Ilza e D. Maria Lina (*in memoriam*). À D. Ilza, pelo sorriso sempre no rosto, pelo carinho e amor incondicionais. À D. Maria Lina, que infelizmente partiu antes de prestigiar este momento tão importante; pelas palavras sempre carinhosas de incentivo.

Ao Prof. Dr. Emanuel Fontel, ao Prof. Dr. Jairo Carvalhais, à Prof.^a Dr.^a Maria Eduarda Giering, à Prof.^a Dr.^a Rosane Campos, à Prof.^a Dr.^a Regina Péret e à Prof.^a Dr.^a Maria Risolina Correia, por terem aceitado nosso convite para compor a banca desta tese, trazendo ainda mais riqueza para este trabalho.

A todos os professores do Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos da UFMG, pela sua competência e pela excelência com que contribuem para este importante campo de conhecimento.

À Cultura Inglesa, pelas oportunidades de crescimento profissional e pessoal. Aos colegas, pelo acolhimento e por tornar o ambiente de trabalho sempre prazeroso.

“[...] vale afirmar que existe “teoria/ideologia de gênero”. Existe, mas não conforme descrevem ou denunciam os cruzados antigênero. Existe como invenção vaticana polêmica. É um sintagma forjado para operar como uma arma política, enquanto dispositivo retórico, metadiscursivo, paródico e reacionário.”

JUNQUEIRA, 2017

RESUMO

Na última década, o Brasil tem assistido a um constante acirramento das discussões no campo da política e em campos por ela influenciados, como saúde e educação. Um desses acirramentos gira em torno da presença de estudos sobre gênero e sexualidade, de forma explícita, na educação brasileira. Nesse contexto, viemos observando o emprego crescente do termo “ideologia de gênero” como nome dado por setores conservadores da sociedade para a inclusão dessas discussões nas escolas brasileiras, com uma conotação negativa e ameaçadora de valores conservadores tanto religiosos quanto morais. Diante disso, tal temática vem aparecendo nos mais diversos meios, desde conversas informais até o “registro” nas mídias, tanto em ambientes sociais quanto em meios jornalísticos. Nesse último campo, temos a produção de artigos de opinião sobre o tema, que veiculam tanto opiniões que endossam o suposto conceito de “ideologia de gênero” quanto o refutam. Haja vista a relevância de um estudo de caráter linguístico que possa compor a discussão a respeito do tema, dada a produção de pesquisas em outras áreas como o Direito e as Ciências Sociais, este estudo se propõe a analisar a estrutura retórica de artigos de opinião, tanto que endossam quanto que refutam a “ideologia de gênero”, avaliando a conexão entre essa estrutura e o panorama desse termo no Brasil. Para isso, valem-nos dos pressupostos teóricos da Teoria da Estrutura Retórica (RST) e de alguns aspectos da Linguística Textual, especialmente os que tratam das macroestruturas textuais nos termos de Teun A. van Dijk. Esses quadros teóricos observam a hierarquia entre as porções de texto em nível local e global, bem como das relações semânticas e pragmáticas que emergem entre essas porções. Tendo em vista a noção de enunciado de Mikhail Bakhtin, trabalhamos com três textos que endossam e três que refutam a “ideologia de gênero”, analisando suas estruturas e observando como se dá a relação produtor-leitor-texto e contexto de produção dos artigos. Os resultados apontam para a existência de um maior número do que se chama, na RST, de relações de apresentação entre os textos que endossam o termo, e de relações de conteúdo entre os que o refutam, o que confirmou a hipótese por nós proposta ao início da pesquisa. Isso indica uma maior intenção por parte dos produtores dos textos do primeiro grupo de engajar o leitor para uma tomada de atitude contra a inclusão de discussões sobre gênero e sexualidade nas escolas, apresentando objetivos comunicativos subjacentes ao de argumentar em torno de uma opinião (prototípico do artigo de opinião). Por sua vez, os textos que refutam parecem tratar do tema de forma mais explicativa e esclarecedora, trazendo ao leitor a percepção da relação semântica entre as porções de texto. Isso foi observado principalmente no nível global de significados, de modo que, no nível local, percebeu-se a concatenação de relações retóricas entre parágrafos, o que auxiliou na emergência de relações retóricas mais globais.

Palavras-chave: Ideologia de gênero. Artigo de opinião. Teoria da Estrutura Retórica. Relações retóricas. Macroestrutura textual.

ABSTRACT

Over the past decade, there has been, in Brazil, a constant intensification of the discussions in politics and related areas, such as health and education. One of these intensifications revolves around the presence of gender and sexuality studies explicitly in the Brazilian education. In this context, we have seen the constant use of the term “gender ideology” (*ideologia de gênero*) as a name given by conservative groups in our society to the inclusion of these discussions in Brazilian schools, with a negative and threatening connotation to conservative values, both religious and moral. Therefore, this topic has appeared in the most diverse of the situations, ranging from informal conversations to social and journalistic media. In this last field, we have seen the production of opinion articles on the topic, which convey opinions that either endorse the so-called concept of “gender ideology” or refuse it. Bearing in mind the relevance of a linguistic study that can add up to the discussion on the topic, which already counts with research in other areas such as Law and Social Sciences, this study aims at analyzing the rhetorical structure of opinion articles that endorse and refuse “gender ideology”, assessing the connection between these structures and the overview on this term in Brazil. For that, we have carried out our research under the light of the theoretical frameworks of the Rhetorical Structure Theory (RST) and of the studies on textual macrostructures postulated by Teun A. van Dijk, which observe the hierarchy between text spans locally and globally, as well as the semantic and pragmatic relations that hold between these spans. Considering Mikail Bakhtin’s ideas on utterance, we conduct a study of three texts that endorse and three that refuse “gender ideology”, analyzing their structures and observing the producer-text-reader and context relations. Results point to the existence of a higher number of what is called, in RST, presentational relations in the texts that endorse the term, in contrast with a higher number of subject matter relations in the text that refuse it, which confirms the hypothesis proposed by us. This suggests an underlying intention of the producers of texts from the first group to engage the reader into acting against the inclusion of gender and sexuality studies in schools, which drifts away from the prototypical communicative objective of opinion articles. On the other hand, text from the second group seem to deal with the topic in a more explanatory and clarifying way, leading the reader to a perception of the semantic relation between blocks of information. This has been observed mainly in global meanings, whereas, locally, the rhetorical relations between text spans seemed to concatenate in a way that helped more global relations to hold.

Keywords: Gender ideology. Rhetorical Structure Theory. Rhetorical relations. Textual macrostructure. Opinion article.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Propaganda com exemplo de relação mononuclear	52
Figura 2 – Propaganda com exemplo da relação de Capacitação	54
Figura 3 – Esquemas para representação das relações na RST	65
Figura 4 – Exemplo de diagrama elaborado a partir de análise à luz da RST	65
Figura 5a – Análise de um texto do gênero artigo de opinião por Correia (2011).	68
Figura 5b – Diagrama que ilustra a análise da macroestrutura de um texto do gênero artigo de opinião por Correia (2018)	68
Figura 6 – Relação entre local e global na técnica do pontilhismo	71
Figura 7 – Diagrama que representa a estrutura global de um discurso	74
Figura 8 – Exemplo de diagrama RST para um artigo de opinião	83
Figura 9 – Aba <i>Text</i> , de segmentação do texto na ferramenta RSTTool	91
Figura 10 – Aba <i>Structurer</i> , de elaboração do diagrama na ferramenta RSTTool ..	92
Figura 11a – Diagrama completo da estrutura retórica do Texto E1	102
Figura 11b – Diagrama simplificado da estrutura retórica do Texto E1	103
Figura 12 – Diagrama da estrutura retórica do Texto E1 em níveis globais	105
Figura 13 – Diagrama da estrutura retórica da UG1 do Texto E1	106
Figura 14 – Diagrama da estrutura retórica da UG2 do Texto E1	107
Figura 15 – Diagrama da estrutura retórica da UG4 do Texto E1	109
Figura 16 – Diagrama da organização retórica da UG5 do Texto E1	110
Figura 17 – Diagrama da organização retórica da UG6 do Texto E1	111
Figura 18a – Diagrama completo da estrutura retórica do Texto E2	122

Figura 18b – Diagrama simplificado da estrutura retórica do Texto E2	123
Figura 19 – Diagrama da estrutura retórica de nível global do Texto E2	124
Figura 20 – Diagrama da estrutura retórica de nível global da unidade UG4 do Texto E2	125
Figura 21 – Diagrama da estrutura retórica da unidade UGJ2 do Texto E2	127
Figura 22 – Diagrama da estrutura retórica da unidade UGJ3 do Texto E2	129
Figura 23 – Diagrama da estrutura retórica da unidade UGJ5 do Texto E2	130
Figura 24 – Diagrama da estrutura retórica da unidade UGJ6 do Texto E2	132
Figura 25 – Diagrama da estrutura retórica da unidade UGJ7 do Texto E2	133
Figura 26a – Diagrama completo da estrutura retórica do texto E3	143
Figura 26b – Diagrama simplificado da estrutura retórica do texto E3	144
Figura 27 – Diagrama da estrutura retórica global do texto E3	145
Figura 28 – Diagrama da estrutura retórica da unidade UGE1 do Texto E3	147
Figura 29 – Diagrama da estrutura retórica da unidade UGE2 do texto E3	148
Figura 30 – Diagrama da estrutura retórica da unidade UGE3 do texto E3	149
Figura 31a – Diagrama completo da estrutura retórica do Texto R1	157
Figura 31b – Diagrama simplificado da estrutura retórica do Texto R1	158
Figura 32 – Diagrama da estrutura retórica de nível global do Texto R1	159
Figura 33 – Diagrama da estrutura retórica de nível global da unidade UG5 do Texto R1	160
Figura 34 – Diagrama da estrutura retórica da UGE1 do Texto R1	161
Figura 35 – Diagrama da estrutura retórica da UGE3 do Texto R1	162
Figura 36 – Diagrama da estrutura retórica da UGE4 do Texto R1	164

Figura 37 – Diagrama da estrutura retórica do texto R1 – recorte do satélite da relação de Elaboração	167
Figura 38a – Diagrama completo da estrutura retórica do texto R2	170
Figura 38b – Diagrama simplificado da estrutura retórica do texto R2	171
Figura 39 – Diagrama da estrutura retórica entre as unidades 1 e 2 e o restante do texto R2	172
Figura 40 – Diagrama da estrutura retórica entre as unidades 6-9 e a unidade 10 do texto R2	175
Figura 41a – Diagrama completo da estrutura retórica do texto R3	180
Figura 41b – Diagrama simplificado da estrutura retórica do texto R3	180
Figura 42 – Diagrama da estrutura retórica global do texto R3	182
Figura 43 – Diagrama da estrutura retórica da unidade UG3 do texto R3	183
Figura 44 – Diagrama da estrutura retórica da unidade UG4 do texto R3	184
Figura 45 – Diagrama da estrutura retórica da unidade UG5 do texto R3	185

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Definição da relação de Capacitação	55
Quadro 2 – Definição das relações mononucleares de Antítese e Avaliação ...	56
Quadro 3 – Definição das relações multinucleares de Lista e Sequência	57
Quadro 4 – Grupos de relações retóricas	61
Quadro 5 – Definição da relação de Apresentação	69
Quadro 6 – Comparação entre diagramas globais dos textos E	194
Quadro 7 – Comparação entre diagramas globais dos textos R	196

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BNCC – Base Nacional Curricular Comum

LGBTQIA+ – Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transsexuais, pessoas Queer, Intersexuais, Assexuais e quaisquer pessoas que não se identifiquem com o binarismo de gênero ou com as identidades sexuais apresentadas

LT – Linguística Textual

MCT – Memória de curto termo

MESP – Movimento Escola Sem Partido

MLT – Memória de longo termo

RST – Teoria da Estrutura Retórica (*Rhetorical Structure Theory*)

UE – União Europeia

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	16
CAPÍTULO 1: A “IDEOLOGIA DE GÊNERO” E O GÊNERO ARTIGO DE OPINIÃO	21
1.1 A “ideologia de gênero” no cenário sociopolítico brasileiro.....	21
1.2 O gênero artigo de opinião.....	29
1.2.1 O conceito bakhtiano de língua e de gênero textual.....	29
1.2.2 Caracterização do artigo de opinião.....	32
CAPÍTULO 2: PRESSUPOSTOS TEÓRICOS.....	41
2.1 Estudos sobre a estrutura textual.....	41
2.2 Considerações sobre a unidade de análise.....	43
2.3 A Teoria da Estrutura Retórica (RST).....	45
2.3.1 A unidade de análise na RST.....	45
2.3.2 As relações retóricas.....	50
2.3.3 O processo de análise à luz da RST.....	64
2.3.4 O artigo de opinião à luz da RST (CORREIA, 2011, 2018).....	67
2.4 O modelo de van Dijk para a macroestrutura do discurso.....	70
2.4.1 Macroestruturas pragmáticas (VAN DIJK, 1980; 1998).....	75
2.5 A Teoria da Estrutura Retórica e a Macroestrutura pragmática do discurso ...	78
CAPÍTULO 3: METODOLOGIA.....	85
3.1 Tipo de pesquisa e composição do <i>corpus</i>	85
3.2 Procedimentos de análise.....	86
CAPÍTULO 4: ANÁLISES E DISCUSSÕES.....	94
4.1 A “ideologia de gênero” em 2017, 2019 e 2020.....	94
4.2 Análise de textos que endossam a “ideologia de gênero”.....	97

4.2.1	Texto E1: “Por que a BNCC deve preocupar as famílias brasileiras?.....	97
4.2.2	Texto E2: “Ideologia de gênero: obscurantismo e ameaça à liberdade?”	115
4.2.3	Texto E3: “Artigo: A ideologia de gênero”.....	138
4.3	Análise de textos que refutam a “ideologia de gênero”.....	154
4.3.1	Texto R1: “Ideologia de gênero Artigo”	154
4.3.2	Texto R2: “Artigo Existe ‘ideologia de gênero?’”.....	168
4.3.3	Texto R3: “A cruzada contra a ‘ideologia de gênero’ desprotege crianças e adolescentes”	177
CONCLUSÃO.....		191
REFERÊNCIAS		201
ANEXO I.....		215

INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, temos observado a emergência de discussões no Brasil a respeito do que se chamou de “ideologia de gênero”. Trata-se de um termo cujo emprego tem ocorrido especialmente em debates na esfera política, mais especificamente no que tange à educação e à combinação entre as duas. Em linhas gerais, o termo se refere à presença das discussões a respeito de gênero e sexualidade nas escolas e, por extensão, na sociedade como um todo, e a sua polêmica advém dos diferentes posicionamentos diante dessas discussões.

Por um lado, há aqueles que pensam que não se deve tratar desses assuntos na escola, uma vez que a sexualidade deve ser ensinada pelos pais e não pela escola; conseqüentemente, pensam essas pessoas que esse movimento de se discutir gênero e sexualidade no ambiente escolar faz parte de um suposto projeto ideológico, que tem por objetivo destruir a instituição da família e corromper crianças e adolescentes. Por outro, é visto como importante que se discuta gênero e sexualidade na escola, tendo em vista as questões de preconceito contra mulheres e contra as pessoas LGBTQIA+¹. Para as pessoas que assumem este último posicionamento, a educação é a base para a quebra desses preconceitos e o ambiente escolar, onde não apenas se transfere conhecimento, mas se forma cidadãos; é o espaço em que discussões em termos sociais, psicológicos, biológicos, entre outros, devem ocorrer. Diante dessa complexidade, neste trabalho, a “ideologia de gênero” será caracterizada apenas genericamente como um termo, em função também da ausência de um consenso sobre a possibilidade de tratá-la como um conceito. Além disso, será empregado sempre entre aspas, haja vista o seu teor polêmico e o nosso posicionamento diante do que ele designa.

O combate à “ideologia de gênero” tem sido utilizado especialmente como bandeira política por muitos para se defender o conservadorismo político. Como consequência, vemos a circulação do termo nos mais diversos ambientes: nas conversas familiares, nas redes sociais, nos ambientes políticos e no campo midiático. Destacamos este último, tendo em vista a sua capacidade de formação de opinião, uma vez que a forma como um determinado assunto circula pela mídia é capaz de ditar o tom das discussões e

¹ Sigla que designa lésbicas, gays, bissexuais, transsexuais e travestis, pessoas *queer*, pessoas intersexo e assexuais, bem como quaisquer outras pessoas que não se enquadrem em padrões de gênero e de comportamento sexual estabelecidos pela sociedade, constantemente alcunhados de cis-heteronormatividade.

formar opiniões (VESTENA, 2008). Isso se ilustra pelo número de textos, pertencentes a diferentes gêneros textuais, escritos a respeito da “ideologia de gênero”, especialmente nas esferas jornalística e religiosa. Em se tratando de um tema polêmico, tem ocorrido a elaboração de muitos artigos de opinião sobre o tema, o que nos traz à nossa pesquisa.

Chamou-nos a atenção, nesse contexto, a presença da “ideologia de gênero” em artigos de opinião devido ao fato de que questões como sexualidade, gênero, etc. têm sido, por um lado, tratadas de forma extremamente opinativa a partir de um viés religioso e / ou conservador, e, por outro, de forma reativa a essas opiniões, com base na ciência e em questões sociais. Portanto, é compreensível que esses diferentes posicionamentos apareçam nesse gênero textual, cujo objetivo comunicativo é exatamente a veiculação de opiniões sobre temas atuais e de grande relevância. Dentre eles, percebeu-se que os que mais se destacam são aqueles que endossam o termo “ideologia de gênero”, ou seja, consideram coerentes afirmações como, por exemplo, as de Scala (2011), que veem os estudos e as discussões sobre gênero como um projeto cujo fim é a destruição da instituição da família e a imposição de conteúdos de gênero e sexualidade a crianças e adolescentes, de modo a confundir suas cabeças (trata-se da chamada “agenda de gênero”); e aqueles que refutam esse termo, trazendo evidências científicas para mostrar que se trata de algo fabricado para dificultar o avanço dos direitos humanos relacionados às mulheres e à comunidade LGBTQIA+.

O sintagma “ideologia de gênero” tem sido estudado em diferentes áreas, como nas Ciências Sociais (MISKOLCI; CAMPANA, 2017; BORGES; BORGES, 2018; MISKOLCI, 2018; SOUZA, 2014), no Direito (MIGUEL, 2016) e na Educação (JUNQUEIRA, 2017; CARVALHO; SIVORI, 2018). Nesta pesquisa, abre-se um outro viés para a discussão a respeito do tema, que é o dos estudos do texto. De maneira geral, a “ideologia de gênero” é constantemente abordada sob a perspectiva de se apresentar o percurso do aparecimento desse termo nas discussões políticas, da sua relação com a religião e do processo da sua inclusão nas discussões sobre a educação. No que tange à Linguística, poucos são os trabalhos encontrados a respeito do tema na área. Ao se buscar por artigos científicos, encontram-se trabalhos ligados à Análise do Discurso, como Machado (2018), que trata da construção do discurso religioso sobre a “ideologia de gênero”. Em busca por teses e dissertações, os trabalhos se direcionam também para a ótica do Direito ou das Ciências Sociais. Tendo em vista a sua circulação em um gênero textual tão rico quanto o artigo de opinião, percebe-se a importância de um estudo à luz

dos estudos do texto que complemente, junto aos trabalhos citados, a discussão sobre esse tema com tanta visibilidade na sociedade brasileira.

Este trabalho tem como tema, portanto, a “ideologia de gênero” em artigos de opinião. Conforme Bakhtin (2016), o enunciado – e, por extensão, os gêneros textuais (que são tipos relativamente estáveis de enunciados) – se dá na interação entre produtor, leitor e texto, além do contexto (situação de comunicação) em que ele se insere. Dessa forma, encontramos, no estudo dos artigos de opinião a respeito do termo “ideologia de gênero” em suas situações de comunicação, um campo interessante para se trabalhar as teorias linguísticas que tratam do estudo do texto aplicadas à análise de um fenômeno social de grande relevância no Brasil e no mundo. Com isso em mente, debruçamo-nos no estudo dos artigos de opinião sobre o tema à luz da Teoria da Estrutura Retórica, desenvolvida por Mann e Thompson (1988) e por Taboada e Mann (2006), bem como dos estudos de van Dijk (1980) e Kintsch e van Dijk (1983) a respeito da macroestrutura textual. A escolha desses quadros teóricos se deu pelo fato de que eles observam a estrutura hierárquica do texto, ou seja, como as porções de texto interagem umas com as outras e como se combinam para veicular significados mais globais, bem como os efeitos de sentido produzidos por essas combinações.

Em função da variedade de opiniões em torno do termo “ideologia de gênero”, surgiu, como problema de pesquisa, a questão das diferentes formas de se organizar retoricamente os textos, em favor de diferentes pontos de vista sobre o tema. Assim, chegamos à seguinte pergunta de pesquisa:

- Como diferentes pontos de vista a respeito do tema “ideologia de gênero” refletem diferentes organizações retóricas para artigos de opinião veiculados sobre o assunto?

Por se tratar de um estudo da língua em uso, recorreremos ao funcionalismo linguístico para nos auxiliar a responder a pergunta proposta. Selecionamos, assim, uma teoria que se pauta pela análise da estrutura retórica de textos no que tange ao efeito almejado pelo autor mediante a forma como organizou seu texto. Trata-se da Teoria da Estrutura Retórica (*Rhetorical Structure Theory* – RST), desenvolvida por Mann e Thompson (1988) e Taboada e Mann (2006), uma teoria que parte do pressuposto de que todo texto, independentemente do seu tamanho, possui uma estrutura retórica e uma organização hierárquica. A RST identifica as relações retóricas que emergem entre porções adjacentes de texto (relações semântico-pragmáticas), bem como percebe a hierarquia entre porções de texto (*spans*). Com o início das análises do conteúdo,

percebeu-se que as relações retóricas e os efeitos possivelmente almejados pelos autores não se limitavam à estrutura local do texto, mas também a níveis mais globais, o que nos direcionou para o quadro teórico de van Dijk (1980) e de Kintsch e van Dijk (1983), que descreve as macroestruturas textuais.

Com isso, chegamos à hipótese de pesquisa, a qual destacamos a seguir:

- Os artigos de opinião que endossam o “conceito” de “ideologia de gênero” apresentam maior número de relações retóricas de caráter pragmático, chamadas relações de apresentação, ao passo que os artigos de opinião que refutam o “conceito” apresentam mais relações de caráter semântico, chamadas de relações de conteúdo.

A partir do exposto, traçamos para esta pesquisa um objetivo geral, bem como alguns objetivos específicos, listados a seguir.

OBJETIVO GERAL

- Identificar os tipos de relações retóricas emergentes em cada grupo de artigos de opinião, os que endossam e os que refutam o “conceito” de “ideologia de gênero”, de modo a apreender aspectos da organização do texto em torno do tema.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Identificar a organização retórica dos artigos de opinião à luz da RST e do modelo de macroestruturas textuais.
- Analisar a estrutura retórica dos textos em função das discussões a respeito de “ideologia de gênero”.
- Identificar as contribuições da análise textual à luz do quadro teórico da RST para a discussão de um tema.
- Identificar as contribuições do modelo de macroestruturas textuais para o quadro teórico da RST.

Diante dos objetivos traçados, damos início ao trabalho por meio da apresentação, no capítulo 1, de um panorama que detalha a questão da “ideologia de gênero” no Brasil e traz os aspectos que levantamos a respeito do gênero textual artigo de opinião. No segundo capítulo, apresentamos os quadros teóricos que norteiam este estudo: a Teoria

da Estrutura Retórica e o estudo sobre as macroestruturas de van Dijk. Detalhamos, no terceiro capítulo, a metodologia empregada para o desenvolvimento desta pesquisa. No quarto capítulo, analisamos o nosso objeto de estudo, indicando os resultados da aplicação da metodologia da Teoria da Estrutura Retórica, bem como nossas observações a respeito da relação entre a estrutura retórica dos textos e o panorama sobre a “ideologia de gênero”. Delineamos, por fim, as conclusões a que chegamos por meio da análise dos textos, trazendo ainda as contribuições da pesquisa para os quadros teóricos empregados e pontos que podem ser mais desenvolvidos.

CAPÍTULO 1: A “IDEOLOGIA DE GÊNERO” E O GÊNERO ARTIGO DE OPINIÃO

1.1 A “IDEOLOGIA DE GÊNERO” NO CENÁRIO SOCIOPOLÍTICO BRASILEIRO

A relevância da inclusão das questões de gênero nas pautas sociais e educacionais no Brasil perpassa aspectos bastante profundos no que tange à (des)igualdade de gênero, à identidade de gênero e à identidade sexual. Entretanto, apesar de ter tido seu debate intensificado a partir do período entre 2010 e 2014, em que ocorreu a elaboração e a aprovação do Plano Nacional de Educação, trata-se de um assunto que tem corrido no cenário político brasileiro e mundial desde antes desse processo.

Junqueira (2017) e Miskolci (2018) indicam a existência de evidências do desenvolvimento de uma reação contra o emprego do conceito de gênero em acordos internacionais relacionados aos direitos humanos, tendo como marco a Conferência Internacional sobre População, no Cairo, em 1994 e a IV Conferência das Nações Unidas sobre a Mulher em Pequim em 1995. Nesse momento, segundo Junqueira, “dezenas de ‘especialistas’ foram convocados pelo Vaticano para pôr em marcha uma contraofensiva para reafirmar a doutrina católica e a naturalização da ordem sexual” (p. 31). Essa linha do tempo tem continuidade com a publicação, por parte da jornalista americana Dale O’Leary, do texto *The Gender Agenda* em 1996, no qual acusa a ONU de incluir a perspectiva de gênero nas políticas públicas, empregando o termo “ideologia feminista radical”. Segundo a autora, o objetivo dessa “ideologia” seria a redefinição dos papéis sociais de modo a acabar com a natureza humana e impedir a mulher de cumprir o seu papel natural de educação e cuidado com a família.

Já em 1997, o então Papa Bento XVI alertou para o emprego do termo gênero como contraditório ao catolicismo, tratando-o como uma nova antropologia. A publicação, de sua autoria, do prefácio do livro *L’Évangele face au désordre mondial*, de Michel Schooyans em 1997, amplificou o discurso de que instituições internacionais estariam sob a influência de minorias subversivas cujo objetivo era promover um ideal antifamília, um “colonialismo sexual” e uma “ideologia da morte”, o que intensificou, também, uma mobilização antifeminista. O prefácio é caracterizado por Junqueira (2017)

como “uma das primeiras obras – se não for a primeira – em que o sintagma [‘ideologia de gênero’] foi empregado” (p. 33).

Um dos marcos da intensificação das discussões sobre “ideologia de gênero” na América Latina, entretanto, é a Conferência Episcopal da Igreja Católica no Peru em 1998, cujo tema foi “A ideologia de gênero: seus perigos e alcances”. É associada a essa conferência a elaboração do primeiro documento eclesiástico que citava a “ideologia de gênero” de forma direta, documento que se tornou referência, tendo sido organizado para servir de base para grupos pró-vida e pró-família na Conferência de Pequim (JUNQUEIRA, 2017). Além disso, Miskolci (2018) afirma que, posteriormente, os debates sobre gênero tomaram fôlego na América Latina, principalmente diante do reconhecimento legal das uniões entre pessoas do mesmo sexo na Argentina (2010) e no Brasil (2011), o que trouxe para o Vaticano preocupação com a crescente presença de demandas sobre sexualidade, principalmente relacionadas à homossexualidade, em acordos internacionais.

Em relação ao Brasil, Miguel (2016) aponta para o crescimento de um discurso contrário à defesa dos direitos humanos a partir da década de 2010, defesa essa que viu sua ascensão após o fim da ditadura militar. Tal discurso é pautado em um tripé formado pelo que chama de ideologia ultraliberal libertariana, pelo fundamentalismo religioso e pelo anticomunismo. O primeiro tem forte ligação com fundações privadas dos Estados Unidos, pregando “o menor Estado possível” (p. 592) e defendendo “qualquer situação que nasça de mecanismos de mercado [...], por mais desigual que pareça” (p. 592). O fundamentalismo religioso é visto principalmente diante do crescimento das igrejas neopentecostais, sendo definido “pela percepção de que há verdade revelada que anula qualquer possibilidade de debate” (p. 592), tendo atividades contra o aborto e contra direitos de pessoas LGBTQIA+, por exemplo. Segundo o autor, sua atuação ocorre tanto dentro do Congresso Nacional, com referência à bancada evangélica, quanto fora dele, por meio de “pastores com forte atuação pública e forte presença nas redes sociais” (p. 592). Por fim, o anticomunismo tem relação com o bolivarianismo de Hugo Chávez (falecido presidente venezuelano) e teria como seu representante principal o Partido dos Trabalhadores (PT). Por isso, tem-se associado um anticomunismo a um antipetismo.

O termo “ideologia de gênero” se disseminou no Brasil principalmente com o Movimento Escola sem Partido (MESP). Trata-se de um movimento inicialmente ligado à questão do anticomunismo, nascido da busca pelo impedimento de doutrinações ideológicas nas escolas por parte dos professores, tendo sido criado por estudantes e pais

que se diziam preocupados com a questão e que foi abraçado pela ala conservadora da política brasileira. Assim, inicialmente ligado à política, o MESP avança no debate público ao incorporar as discussões sobre “ideologia de gênero”. Segundo Miguel (2016), o “receio da discussão sobre os papéis de gênero cresceu com iniciativas para o combate à homofobia e ao sexismo nas escolas públicas e foi encampado como bandeira prioritária pelos grupos religiosos conservadores” (p. 595-596), que viram no MESP um espaço político relevante onde se poderia incorporar o discurso contra o feminismo e contra a discussão de pautas relacionadas a pessoas LGBTQIA+, os quais, na visão do autor, se tornaram uma ameaça à influência da Igreja, nesse caso, a Católica. A partir disso, parte-se para uma distorção dos estudos relacionados ao tema, de modo a deslegitimar um importante campo de pesquisa.

Ao alcinhar, portanto, esses estudos e essa intenção de inclusão do tema na educação brasileira de “ideologia de gênero”, políticos conservadores e / ou religiosos passaram a alertar, segundo Borges e Borges (2018), para o perigo dessa “ideologia” nas escolas em meio às discussões sobre os planos de educação. Assim, esses “grupos espalharam muitos vídeos pela internet, por páginas em redes sociais e *blogs*, divulgando informações deturpadas e alarmistas sobre a inclusão das questões de gênero e sexualidade nos planos de educação” (p. 8). De maneira geral, o conteúdo desses materiais gira em torno de pautas relacionadas a possíveis ameaças à família, à imposição, para as crianças, de visões liberais quanto à sexualidade, à invalidação do sexo biológico e da existência de múltiplos gêneros, não existindo apenas homem e mulher.

O professor universitário argentino Jorge Scala, em seu livro *Ideologia de gênero: O neototalitarismo e morte da família* (SCALA, 2011), define a “teoria” de “*gênero*” (aspas e grifo do autor) como uma ideologia, empregando a palavra a partir do seu significado classificado como pejorativo pelo dicionário Michaelis (IDEOLOGIA): “Conjunto de concepções abstratas que constituem mera análise ou discussão sem fundamento de ideias distorcidas da realidade”. Assim, o autor afirma que se trata de uma manipulação da linguagem, com objetivos de uma lavagem cerebral, que segue uma estratégia composta por três etapas:

- a) A primeira consiste em utilizar uma palavra da linguagem comum, mudando-lhe o conteúdo de forma sub-reptícia; b) depois a opinião pública é bombardeada através dos meios de educação formais (a escola) e informais (os meios de comunicação de massa). Aqui é utilizado o velho vocábulo, voltando-se, porém, progressivamente ao novo significado; e c) as pessoas finalmente aceitam o termo antigo com o novo conteúdo. (SCALA, 2011, p. 13)

Assim, a “ideologia de gênero” teria como aporte o emprego de termos como “opção sexual”, “igualdade sexual”, “direitos sexuais e reprodutivos”, “patriarcado”, “sexismo”, “casamento homossexual”, entre muitos outros citados pelo autor, como uma nova linguagem com função de causar confusão na mente das pessoas. O processo dessa “ideologia” se daria, então, segundo o autor, por meio de uma ressignificação do sexo biológico, de forma que “toda pessoa poderia **construir livremente** seu sexo psicológico ou *gênero*” (p. 14, grifos do autor). A partir dessa ressignificação, cada pessoa definiria por conta própria o que é ser homem ou mulher e, a partir disso, poderia escolher ser homem ou mulher, decisão essa que poderia mudar quantas vezes quisesse. Isso seria chamado de opção sexual. Para ele, trata-se da ilusão de uma autonomia sexual por parte das pessoas, orquestrada por aqueles que detêm o poder, que são os que, na verdade, definem como os outros, que não carecem de poder, deverão exercer sua sexualidade. Além disso, de acordo com o autor, para essas pessoas, o casamento é apenas mais uma opção, que teria “o mesmo valor que a coabitação sem compromissos, as relações ocasionais, a prostituição, a homossexualidade, a pederastia, o bestialismo etc. Cada qual escolheria livremente o que deseja e o que gosta” (p. 15). Por fim, é feito o seguinte apontamento sobre a “ideologia de gênero”:

A ideologia de *gênero*, por ser falsa e antinatural, em última análise, não convence e só pode ser implantada de forma totalitária. Trata-se, em definitiva, da tentativa de impor uma nova antropologia, que é a origem de uma nova cosmologia e que provoca uma mudança total nas pautas morais da sociedade. (SCALA, 2011, p. 18, grifos do autor)

Nascimento (2015) avalia que a defesa do termo “ideologia de gênero” como feita por Scala (2011) corresponde a uma defesa do que se considera pelos conservadores brasileiros da “família tradicional”, relacionada à definição de entidade familiar indicada pelo deputado Anderson Ferreira, em seu projeto de lei que buscava estabelecer o Estatuto da Família: “núcleo social formado a partir da união entre ‘um homem e uma mulher’, por meio de casamento ou união estável, ou ainda por comunidade formada por qualquer um dos pais e seus descendentes” (BRASIL, 2013). Ao mesmo tempo, a defesa dessa “família tradicional” é uma das formas de “manutenção do fundamentalismo cristão e dos discursos que o constituem como tal”, de modo a “interditar e normalizar nossas sexualidades” (NASCIMENTO, 2015, p. 91). Daí percebe-se a importância para esse

grupo, conforme apontado por Miguel (2016), de se transferir uma discussão que concerne à moral, e uma moral a ele intrínseca, para a esfera política.

Junqueira (2017) destaca que o termo “ideologia de gênero” corresponde a um sintagma fabricado como rótulo político. A respeito desses rótulos, afirma o autor que eles “tendem a funcionar como estandartes, sinais de adesão, pontos de referência na construção e na atuação de grupos de mobilização” (p. 27-28). Trata-se de um termo fabricado por não possuir cientificidade, não tendo sido ele cunhado na esfera acadêmica, nem aparecendo em estudos sociológicos, políticos, psicológicos etc. Não se trata de uma ideologia, mas de estudos sobre gênero, estudos esses que observam o conceito de sexo social / gênero com base no movimento feminista, o qual destaca a situação de opressão relacionada à divisão sexual do trabalho: uma sobrecarga de trabalho para a mulher em função de uma naturalização do seu papel biológico de gestação e cuidado com o lar e com a educação, trabalho esse feito gratuitamente (KERGOAT, 2009).

A partir desse quadro histórico do feminismo, tais estudos buscam ressignificar as noções de gênero e de sexo, percebendo a ordem machista naturalmente seguida para a definição de papéis e de lugares femininos e masculinos. Conforme Louro (2014), os estudos e os movimentos feministas chamaram a atenção para o lugar de invisibilidade da mulher como aspecto comum de diferentes contextos sociais, uma vez que o “verdadeiro” lugar da mulher é tido como o espaço doméstico, a esfera do privado; mesmo diante do início da quebra desse paradigma ao longo do século XX, a função da mulher se manteve como uma de apoio, de auxílio, em geral ligados à educação. Assim, os estudos feministas partem da percepção dessas funções supostamente naturais do homem – primárias, de controle, de destaque – e da mulher – secundárias, de apoio, de assessoria –, que, por muito tempo, colocaram a mulher em uma posição de inferioridade em relação ao homem. Tais funções teriam como origem o sexo biológico: trata-se de um reconhecimento de que a sociedade em geral associa papéis e características (formas de falar, atitudes, preferências etc.) ao homem e à mulher com base nessa distinção biológica, de forma dicotômica, não sendo argumentável qualquer desvio dessa norma.

Tal desvio não se limita, inclusive, a comportamentos e a características das mulheres, mas de tudo aquilo associado ao feminino. De maneira geral, as crianças e os adolescentes masculinos são estimulados a “expulsar de si mesmos a feminilidade” (LOURO, 2014, p. 82). Sendo a homossexualidade a relação entre pessoas do mesmo sexo, a homossexualidade masculina é algo da mesma forma a ser “expulso” da criança ou do adolescente masculino, haja vista que a posição de parceiro sexual do homem é

“naturalmente” associada à mulher, sendo, portanto, um “papel” feminino. À homossexualidade feminina é associada a ausência de liderança, de um membro dominante na relação. Por consequência, tem-se a famigerada pergunta “Quem é o homem / a mulher da relação?”, na defesa de uma complementaridade natural dos sexos. Complicações semelhantes ocorrem com as pessoas transsexuais, que, por perceberem incongruência entre o sexo biológico de nascimento e o gênero que lhes é naturalmente associado, são rejeitados por uma sociedade que naturaliza de forma impositiva características físicas associadas ao sexo biológico, bem como atitudes e comportamentos quando o assunto é a sexualidade. Esses são alguns dos grupos que compõem a comunidade LGBTQIA+, cujos membros são pessoas que se encontram em espectros de gênero e sexualidade, os quais desafiam a norma cis-heterossexual e androcêntrica que tem regido a sociedade de maneira geral.

Por isso, em função de toda essa opressão sofrida por esses grupos – mulheres e pessoas LGBTQIA+ –, a partir dos movimentos feministas, desenvolveram-se os estudos de gênero, que incluem, por exemplo, diferentes correntes do feminismo e a teoria *queer*, que “interpretam o gênero e sua relação com o sexo de maneiras distintas” (GALZERANO, 2021, p. 88), mas que são, conforme Junqueira (2017), antagonicamente incongruentes com o que se alcunha “teoria de gênero” ou “ideologia de gênero”. Aliás, tais estudos são assim chamados por conservadores e, na maioria das vezes, religiosos católicos e neopentecostais, porém com uma “nova roupagem”: uma polemização desses estudos, tratados como “uma perigosa, enganosa e ilegítima ‘teoria’/‘ideologia’, que, por meio de ‘manipulações linguísticas’, produziria a ‘colonização da natureza humana’” (JUNQUEIRA, 2017, p. 29-30). Esses estudos, apesar de se basearem em quadros teóricos diferentes, têm como denominador comum o fato de que o gênero é uma construção social, e não algo biológico (SAFFIOTI, 2000). Além disso, há o consenso de que se trata de uma questão que precisa ser discutida pela sociedade como um todo, em diferentes setores, inclusive na educação, onde, conforme Louro (2014), “se aprende a olhar e a se olhar, se aprende a ouvir, a falar e a calar, se aprende a *preferir*” (p. 61, grifo da autora).

A despeito do reconhecimento dessa importância por parte da sociedade, é essencial dar destaque a quanto esse debate desafia relações de poder (MIGUEL, 2016; JUNQUEIRA, 2017), o que nos leva à questão central do sintagma “ideologia de gênero”. Miskolci (2018) examina essa questão em seu artigo, indicando de início que afirmar se se trata de uma ação conservadora que trará “consigo inevitáveis retrocessos para nossa

democracia” (s/p) é algo a ser respondido nos próximos anos. Mesmo tendo esse artigo sido publicado em 2018, o debate em torno do gênero continua em patamar semelhante, haja vista o embate de opiniões sobre o assunto. Porém, é possível delinear o fato de que há grupos sociais, mesmo que não tão definidos, para quem há interesse em levantar e problematizar a questão do gênero. Tais grupos não são tão definidos pois, conforme afirmado pelo autor, não se trata de uma disputa dicotômica entre laicos e religiosos ou conservadores e progressistas. Há, sim, uma variedade de grupos que, por diferentes motivações, se mostram contra a presença da discussão sobre gênero e sexualidades, tanto na escola quanto na sociedade como um todo.

O grupo social ao qual imediatamente se associa uma posição a favor do combate à “ideologia de gênero” são os membros da esfera religiosa, especificamente católicos e neopentecostais (evangélicos). Entretanto, um dos pontos destacados por Miskolci (2018) é ausência de consenso internamente a esses grupos, havendo católicos e evangélicos favoráveis a uma discussão de gênero e sexualidade a partir de uma visão menos enraizada nos preceitos da Igreja. Apesar disso, há de fato um interesse das Igrejas Católica e Evangélica no que tange à manutenção de um domínio sobre as discussões sobre direitos sexuais e reprodutivos. A discussão sobre gênero trouxe consigo o debate sobre a sexualidade, mais especificamente, a homossexualidade, o que carrega uma ameaça para Igreja na medida em que um dos seus lugares de domínio reside exatamente no aspecto moral dos comportamentos sexuais. Assim, é de interesse da Igreja, seja ela Católica ou Neopentecostal, a manutenção de uma ordem heterossexual.

Por outro lado, uma das bases para alguns movimentos feministas, conforme Galzerano (2021), são as ideias marxistas. Com isso, outro grupo para quem a discussão de gênero é ameaçadora é aquele que vive o medo do “retorno” de um comunismo para a nossa sociedade. Tal grupo, porém, não é homogêneo. Contextos de crise política, como o iniciado, para alguns estudiosos, em 2014, tendo como auge o *impeachment* da ex-presidenta Dilma Rousseff, dão espaço, muitas vezes, para a eleição de um inimigo comum, a ser responsabilizado pelo momento de crise e que deve, portanto, ser exorcizado da sociedade. Tendo em vista a afiliação política dos ex-presidentes Lula e Dilma a um partido tratado como a representação do comunismo no Brasil, o ideal marxista foi eleito como esse bode expiatório, sob o fantasma de uma ameaça comunista, à luz do que ocorria durante a Ditadura Militar. Assim, quaisquer pessoas que, conseqüentemente, se sintam ameaçadas pelo comunismo compõem esse grupo, para o qual quaisquer elementos que sejam associados a esse grande inimigo, com ou sem provas

dessa associação, devem ser combatidos. A partir do reconhecimento da união entre pessoas do mesmo sexo no Brasil e na Argentina, tal associação é feita:

Cerca de uma semana depois do reconhecimento das uniões entre pessoas do mesmo sexo pelo Supremo Tribunal Federal brasileiro, o deputado Jair Bolsonaro encabeçou movimento contra o material que seria distribuído nas escolas para enfrentar a discriminação e a violência contra homossexuais, bissexuais, travestis e transexuais. Apelidando o material de “kit gay”, o deputado logo contou com apoio da chamada bancada evangélica e, de forma menos visível, mas até mais numerosa, de congressistas católicos e conservadores agnósticos. Construía-se, segundo Fernando F. Balieiro (2018), a imagem da criança sob ameaça, estratégia bem-sucedida para atrair a atenção da mídia, conseguir o veto de Dilma Rousseff à distribuição do material e, sobretudo, forjar um movimento contra o avanço dos direitos sexuais e reprodutivos no congresso. (MISKOLCI, 2018, s/p)

Diante disso, percebe-se a ameaça às relações de poder que se estabelece e que serve de panorama para a cruzada moral contra a “ideologia de gênero”:

Se para a Igreja representa uma vertente teórica e política que contesta sua hegemonia em fóruns internacionais, para seguidores religiosos é uma noção que ameaça concepções idealizadas sobre a família e seu papel social, e, para agnósticos com interesses políticos ou econômicos à direita, representaria uma agenda oculta de doutrinação “marxista”. [...]

Os empreendedores morais que deflagraram a cruzada definem a família como indissociável da heterossexualidade e do controle dos homens em relação às mulheres e aos filhos defendendo, portanto, a autoridade absoluta do pai e a família como verdadeiro estado de exceção. (MISKOLCI, 2018, s/p)

Por isso, conforme Junqueira (2017), o emprego do termo “ideologia de gênero” é tido como a fabricação de um rótulo político, empregado para se defender um certo estado de ordem social que está a serviço da manutenção de poder por parte dos grupos apresentados. Como rótulo, trata-se de um sintagma fabricado, e um sintagma cujo significado não é composicional, uma vez que não se trata de uma “ideologia” como algo que “não procura a verdade nem o bem dos outros, mas busca somente a conquista de suas vontades para utilizá-las com um fim espúrio” (SCALA, 2011, p. 12). Nem é o “gênero” uma “contraposição ao sexo biológico [...], uma autoconstrução livre da própria sexualidade” (SCALA, 2011, p. 14). É um termo fabricado com o objetivo de conquistar uma parcela da sociedade a se mobilizar contra um inimigo comum, funcionando como um dispositivo retórico reacionário com a função de

[...] promover polêmicas, ridicularizações, intimidações e ameaças contra atores e instituições inclinados a implementar legislações, políticas sociais ou pedagógicas que pareçam contrariar os interesses de grupos e instituições que

se colocam como arautos da família e dos valores morais e religiosos tradicionais. (JUNQUEIRA, 2017, p. 28)

Existe, de fato, uma ideologia de gênero, sem aspas, cuja ideia como ideologia corresponde à acepção do Dicionário Aurélio com sentido político: “Sistema de ideias dogmáticamente organizado como um instrumento de luta política” (IDEOLOGIA), luta política relacionada a grupos sociais – mulheres e pessoas LGBTQIA+ –, que por muito tempo sofreram e sofrem situações de opressão e apagamento da sociedade, uma vez que, para muitos, o correto é a “família natural”: um casal heterossexual, em que o marido sai para trabalhar e a esposa cuida do lar e dos filhos, cuja união se dá com o objetivo da transmissão da vida. Qualquer um que fuja a essa ordem deve se adequar a ela ou será estigmatizado.

Todo o debate em torno da ideologia de gênero tem levado o assunto a várias esferas da sociedade: desde postagens em redes sociais e vídeos a declarações oficiais do governo. Este último mantém tentativas de combater a “ideologia” nas escolas, por meio de projetos de lei como o PL n.º 10.577 de 2018 (BRASIL, 2018), que busca proibir a disseminação da “ideologia de gênero” nas escolas do Brasil, bem como de contatos com partidos de extrema-direita internacionais para discutir estratégias de imposição do ultraconservadorismo no Brasil, com foco na “ideologia de gênero” (CHADE; TREVISAN, 2021). Além disso, o assunto se mantém em artigos de opinião, que são o objeto de estudo deste trabalho, que tanto endossam a noção de “ideologia de gênero” conforme Scala (2011), quanto o refutam, revelando o seu conteúdo falacioso.

1.2 O GÊNERO ARTIGO DE OPINIÃO

1.2.1 O CONCEITO BAKHTIANIANO DE LÍNGUA E DE GÊNERO TEXTUAL

O trabalho com as estruturas semântica e retórica de um texto mobiliza, em primeira mão, conhecimentos e entendimentos do analista a respeito de conceitos de língua, texto e gêneros textuais, entre outros. No caso específico da noção de gênero textual, trata-se de um dos elementos essenciais a se levar em conta para a condução da análise do texto, tanto com base na RST quanto no modelo das macroestruturas.

A visão de Mikhail Bakhtin e do Círculo de Bakhtin a respeito do gênero perpassa uma visão dialógica do conceito de língua. Segundo esse ponto de vista, a língua se materializa pela produção de enunciados concretos e únicos; por isso, um enunciado nunca é repetido. A língua é um fenômeno social, que é o da interação verbal, e que se encontra na comunicação discursiva. Segundo Volóchinov (2017), o falante não apenas

emprega uma forma linguística abstrata, ele a aplica com vistas à produção de determinado significado, o qual só é gerado em determinado contexto, levando-se em consideração também o ouvinte:

O que importa para o falante é aquele aspecto da forma linguística graças ao qual ela pode aparecer em um contexto concreto, graças ao qual ela se torna um sinal adequado nas condições de uma situação concreta. [...] No entanto, o falante deve levar em consideração o ponto de vista daquele que escuta e compreende. (p. 177)

Assim, da mesma forma, a compreensão do enunciado não se reduz ao mero reconhecimento da forma, mas à percepção do seu significado em determinado contexto. Há, com isso, uma diferenciação entre língua sistema e língua discurso: a língua sistema corresponde ao recorte que vê a língua em seu sistema de formas, em função dos seus elementos (morfemas, palavras, orações etc.); por sua vez, a língua discurso vê a língua não dissociada do aspecto social, “de seus falantes e seus atos, das esferas sociais, dos valores ideológicos” (RODRIGUES, 2005, p. 156). Assim, é feita uma diferenciação entre o campo das relações dialógicas e o campo das relações linguísticas. Este último não concebe um dialogismo entre seus elementos, visto que eles independem de uma situação social ou de outros textos. O dialogismo, por sua vez, transcende os limites do texto, o qual é constituído também por elementos extralinguísticos. O enunciado, da mesma forma, vai além da frase enunciada, da concatenação de elementos linguísticos, estando ele localizado em uma esfera da atividade humana, em constante diálogo com o destinatário, com a situação social e com outros textos.

Tem-se, então, que a palavra, com seus traços linguísticos (formais), só se torna um enunciado dentro de uma situação de comunicação, que é marcada pela sua historicidade e pelo seu aspecto social. Da mesma forma, o texto. Assim, o texto é composto, por um lado, por elementos que se repetem e são, por consequência, reproduzíveis; por outro, há também elementos relacionados à sua qualidade de enunciado, vinculados a uma situação social e à sua relação com outros textos. O texto como enunciado envolve um projeto discursivo, ou seja, o que o autor quer dizer, e a realização desse projeto, que é a produção desse texto em determinada situação social e em relação a outros enunciados. Isso mostra a função ideológica do texto, que é dialógico, pois ele envolve tanto o autor quanto o destinatário, já que essa elaboração do texto leva em conta um objetivo por parte do autor, bem como a mobilização de elementos

reproduzíveis (língua sistema), ambos os quais são determinados, em parte, em função do destinatário, e a situação social desse texto.

O enunciado, desde o seu início (projeto discursivo), objetiva a reação-resposta ativa (imediate ou não, verbal ou não, exterior ou interior [discurso interno]) daquele a quem é destinado e constrói-se em função dessa eventual reação-resposta. (RODRIGUES, 2005, p. 160)

Bakhtin (2016) vê, portanto, o texto como fenômeno sociodiscursivo, pois ele, na sua integridade concreta e viva, corresponde a um enunciado. Diante disso, são estabelecidos os conceitos de texto sistema e texto discurso. O texto sistema corresponde aos aspectos sistêmicos, reproduzíveis do texto. Quando são analisados apenas esses aspectos, não se tem o estudo do texto como um todo; é necessário tratar os aspectos sociais do texto como elementos constitutivos dele e levá-los em conta no momento da análise.

Há um vínculo efetivo entre enunciado e situação social, ou melhor, a situação se integra ao enunciado, constitui-se como uma parte dele, indispensável para a compreensão do seu sentido. [...] A noção de enunciado concebe a situação social (ou dimensão extraverbal) não como algo externo ao enunciado, uma unidade maior que o envolveria, mas como um elemento constituinte. (RODRIGUES, 2005; p. 160)

A partir dessas percepções de língua, texto e enunciado, Bakhtin (2016) afirma que “cada enunciado particular é individual, mas cada campo de utilização da língua elabora seus *tipos relativamente estáveis* de enunciados, os quais denominamos *gêneros do discurso*” (p. 12, destaques do autor). Tal qual os enunciados, portanto, os gêneros possuem natureza social, discursiva e dialógica, estabelecendo com eles uma relação dialética. A noção de enunciado é empregada para definir os gêneros do discurso em função do aspecto social que ambos os conceitos apresentam em comum, pois são constituídos “historicamente, em uma situação de interação relativamente estável, e que é reconhecida pelos falantes” (RODRIGUES, 2005, p. 164). Entretanto, os gêneros são impessoais, haja vista que não são os enunciados em si, mas também não são abstratos.

Outro aspecto dos gêneros do discurso é o fato de eles não serem meramente formais, ou seja, não podem ser distinguidos pelas suas propriedades formais. Existem, sim, gêneros mais estabilizados que outros, que podem ser reconhecidos pelos seus aspectos formais, mas a forma não cria nem define o gênero. Eles são concebidos apenas quando são localizados nas esferas de atividade humana (esfera jornalística, esfera

religiosa etc.), pois nelas podem ser observados o seu funcionamento e a sua constituição. Tais esferas, a partir das suas funções socioideológicas particulares e das suas condições concretas específicas, estabelecem historicamente gêneros discursivos que lhe são próprios, com vistas para a promoção da interação verbal. O processo de estabilização relativa dos gêneros, assim, ocorre historicamente, diante do desenvolvimento de novas situações de interação verbal e da vida social no interior dessas esferas. A partir disso, é postulado que cada gênero apresenta um cronotopos, ou seja, um tempo e um espaço, um horizonte temático e um axiológico, bem como uma noção de autor e de interlocutor, nos quais se insere (BAKHTIN, 2010).

Cada esfera social possui seu repertório de gêneros, o qual se desenvolve e modifica diante das mudanças na sociedade, o que leva ao aparecimento de novos gêneros e ao apagamento de outros, havendo assim uma grande variedade e diversidade de gêneros na sociedade. Cada gênero, assim, tem um tempo em que existe de forma predominante e, durante esse tempo, é insubstituível, não suprimindo os que já existem. Esses gêneros existentes aumentam e influenciam outros gêneros, de forma que, diante da falta de condições que os sustentam, ocorre o seu desaparecimento (BAKHTIN, 2016).

Dada a sua conexão com a atividade social humana, os gêneros discursivos são considerados modos de significar o mundo, pois apresentam uma visão de mundo, de modo que regulam, organizam e significam a interação. Além disso, eles têm papel fundamental na organização e na estabilização das nossas atividades comunicativas cotidianas, permitindo a previsão das ações humanas em diferentes contextos e situações de comunicação (DELL'ISOLA, 2007). Conforme a autora, são “práticas sócio-históricas que se constituem como ações para agir sobre o mundo e dizer o mundo, constituindo-o de algum modo. [...] formas verbais de ação social relativamente estáveis realizadas em textos situados em comunidades de práticas sociais típicas e em domínios discursivos específicos” (p. 17). Nesse sentido, além da vontade do falante, todo enunciado é produzido em função do gênero discursivo, pois não é possível desvinculá-lo das formas da língua nem dos gêneros; ambos são necessários para a interação.

1.2.2 CARACTERIZAÇÃO DO ARTIGO DE OPINIÃO

De acordo com Correia (2018), o artigo de opinião é um gênero textual² pertencente à esfera jornalística, circulando tanto em revistas e jornais quanto no meio

² Bakhtin (2016) emprega o termo gênero discursivo. Entretanto, o termo é constantemente empregado de forma intercambiável com outro, gênero textual, como em Marcuschi (2008). Neste trabalho, por não nos

digital³. A esfera jornalística é descrita por Rodrigues (2005) como uma em que a interação entre autor e leitor ocorre em tempos e espaços diferentes, interação essa que é mediada ideologicamente pela instituição jornalística, periodicamente e com “prazo de validade”: uma publicação pode durar vinte e quatro horas ou uma semana, a depender da periodicidade do veículo. Além disso, é prerrogativa da instituição jornalística a função de regulamentar as interações que ocorrem nesse espaço, filtrar, interpretar e pôr em evidência “os fatos, acontecimentos, saberes, opiniões etc. que farão parte do universo temático do jornalismo” (p. 170). Dessa forma, dentro dessa esfera, o artigo de opinião se encontra na seção de Opinião, pois se trata, naturalmente, de um elemento inerente a esse gênero. Divide também o espaço com outros gêneros que se ocupam da opinião, os quais “reconhecem e assumem esse trabalho avaliativo do autor” (p. 171).

De maneira geral, compreende textos que não apresentam ilustrações e que tratam de assuntos de diferentes temáticas, com apresentação de argumentos que corroboram ou refutam uma tese (CORREIA, 2018). Sendo escrito em primeira ou terceira pessoa, esses textos envolvem dois participantes, que assumem posições sociais diferentes. O leitor, segundo Rodrigues (2005), é um membro das classes A, B ou C, uma vez que jornais voltados para as camadas populares não contam com exemplares desse gênero. Isso, segundo a autora, indica a exigência do aspecto socioideológico dos gêneros em relação à sua circulação social, especialmente quando as empresas de jornais e revistas apresentam a região como critério para a circulação dos seus exemplares. Ainda sobre o leitor, afirma Cunha (2012) que o seu *status* “é o de cidadão geralmente integrante da classe média, que busca no autor a interpretação, a análise de um fato ocorrido no espaço social” (p. 75); ele carece de suporte institucional, de modo que busca, na interação com o texto e com o autor, uma análise supostamente mais esclarecida. Além disso, Rodrigues (2005) afirma que o próprio jornal é leitor e autor do artigo de opinião, pois o recebe de um articulista externo à empresa, sendo então necessária a sua leitura para aprovação do texto. Dessa forma, o jornal funciona “como um leitor e autor interposto entre o articulista e os leitores” (p. 171).

O autor, em linhas gerais, segundo Köche, Boff e Marinello (2014), “pode ser uma autoridade no assunto abordado ou uma pessoa reconhecida na sociedade” (p. 33). É

propormos a uma discussão profunda sobre a diferença entre os conceitos, assumiremos o emprego do termo gênero textual, porém fazendo referência ao conceito de gênero discursivo de Bakhtin.

³ Apesar da grande circulação atual do gênero artigo de opinião no meio digital, não é objetivo desta tese discutir os gêneros digitais.

também o que afirma Rodrigues (2005), segundo quem o autor do artigo de opinião não se define exatamente como uma pessoa física, mas tem sua autoria inscrita no gênero, pois o autor do enunciado incorpora a visão de autoria do gênero. Assim, trata-se de um colaborador, fixo ou eventual, convidado pela empresa jornalística a expor o seu ponto de vista sobre determinado assunto. Seu lugar social pode abranger diferentes esferas da sociedade, principalmente a política e a empresarial, passando também pela científica, religiosa, jornalística, artística ou jurídica.

A posição do autor do artigo de opinião é de destaque e de notoriedade, características que são mais ligadas ao seu prestígio social e midiológico. Trata-se de uma posição privilegiada sociopoliticamente, de uma situação profissional de destaque (KÖCHE; BOFF; MARINELLO, 2014). Esse reconhecimento, tanto no nível profissional quanto no social, transfere ao profissional credibilidade quanto à sua fala, elevando-o “à posição de ‘articulador’ de um ponto de vista autorizado, de formador de opinião” (RODRIGUES, 2005, p. 172). Em resumo, a circulação do artigo de opinião na mídia, juntamente com a função profissional exercida pelo articulista, incorpora a ele o *ethos* da competência discursiva e da competência social. Por motivos semelhantes, o jornal, como autor interposto, também goza de competência discursiva e social, de modo que os dois se tornam argumentos de autoridade, como certezas da credibilidade do seu discurso.

Quanto à sua estrutura, o artigo de opinião, segundo Köche, Boff e Marinello (2014), se compõe de uma situação-problema, em que é colocada a questão a ser desenvolvida e uma contextualização do problema; uma discussão, na qual os argumentos que defendem a tese são expostos; e uma solução-avaliação, em que se responde à questão apresentada. Correia (2018) e Cunha (2012) apresentam as características microlinguísticas desse gênero, que, em geral, possui uma linguagem clara e objetiva, segundo as normas gramaticais (podendo haver, entretanto, marcas de oralidade) e apresenta elementos “especializados na busca por direcionar a interpretação, tais como conectores, operadores, modalizadores, desinências verbais e pronomes de 1ª pessoa etc.” (CUNHA, 2012, p. 76). A argumentação, segundo Köche, Boff e Marinello (2014), se dá por meio de argumentos de autoridade (autores renomados ou autoridades no assunto abordado pelo texto), de consenso (proposições de conhecimento geral, aceitas universalmente), de provas concretas (fatos, dados estatísticos, exemplos ou ilustrações) e de competência linguística (escolha lexical e outros aspectos linguísticos adequados à situação).

Oliveira (2017) fez um estudo detalhado da estrutura do artigo de opinião com base no quadro teórico de Swales (1990), cuja abordagem é de cunho sociorretórico. Nessa proposta, define-se o gênero textual a partir do seu propósito comunicativo, o qual pode ou não estar explícito no texto. Além disso,

[...] parte do princípio de que é possível reconhecer a organização retórica do gênero a partir da distribuição das informações no texto. Nessa perspectiva, cabe ao analista a tarefa de identificar quais informações são recorrentes e como estão distribuídas nos exemplares do gênero em estudo, a fim de descrever uma organização retórica relativamente convencional. (OLIVEIRA, 2017, p. 105)

Nesse sentido, o modelo postula dois níveis de informação para a organização retórica do texto: os movimentos e os passos. O primeiro grupo corresponde a blocos discursivos que são obrigatórios na constituição do gênero. Estes são divididos em passos, que são opcionais e revelam a distribuição das informações no texto. Assim, os movimentos são conceitos mais abrangentes, sendo os passos mais locais.

Para o artigo de opinião, Oliveira (2017) observou a presença das unidades retóricas (“unidades de conteúdo informacional que se fazem presentes na estrutura hierárquica dos artigos de opinião investigados” (p. 108)) de abertura, de contextualização, de posicionamento, de argumentação e de conclusão. Localizada, em geral, nos primeiros parágrafos dos textos, a unidade retórica de abertura estabelece o primeiro contato com o leitor, determinando o tipo de envolvimento dele com o texto, além de revelar o percurso analítico escolhido pelo articulista. Entre os tipos possíveis de abertura, o pesquisador observou a apresentação de um problema em discussão na sociedade, como também observado por Köche, Boff e Marinello (2014), a ancoragem do tema a um fato situado na área de atuação do articulista, também previsto por Rodrigues (2005), entre outros. A unidade retórica de contextualização corresponde à “preparação do terreno”, momento em que são apresentados, por exemplo, fatos históricos e contextuais pertinentes ao tema do artigo, elementos que auxiliam na construção de um panorama das crenças, opiniões e ideologias do articulista, de modo a inserir e motivar o leitor nesse universo. A unidade retórica de posicionamento corresponde a uma conclusão inicial ou parcial do problema apresentado nas unidades anteriores, sendo ela um posicionamento sobre a verdade de algum fenômeno. Trata-se da tese central do artigo, sendo expressa de forma mais explícita do que implícita. Na unidade retórica de argumentação, tem-se o espaço para o autor buscar convencer o

interlocutor da sua tese central, por meio de diferentes tipos de argumentos, sendo, por isso, a unidade mais extensa dos artigos estudados pelo pesquisador. Alguns dos tipos de argumentos encontrados foram opiniões de autoridades, exemplos concretos e dados estatísticos, o que se assemelha ao apresentado por Köche, Boff e Marinello (2014). Por fim, a unidade retórica de conclusão apresenta um fechamento da discussão, podendo conter uma avaliação positiva ou negativa do tema tratado. Em geral, a tese central do texto é retomada, sendo possível apresentar também projeções de perspectivas sobre o assunto, que podem orientar a interpretação do leitor ou apresentar soluções para o problema indicado.

A partir da perspectiva de Bakhtin, Rodrigues (2005) detalha outros aspectos da dimensão verbal do artigo de opinião. O horizonte temático do artigo de opinião, conforme afirmado anteriormente, corresponde a acontecimentos sociais vinculados à área de atuação profissional do articulista, sendo eles relativos ao universo da comunicação jornalística. Como exemplos, a autora sugere que “o político que comenta a *performance* de seu partido nas eleições, ou os rumos e ações da política governamental; o empresário, o presidente de associações empresariais abordando a política econômica” (p. 173). Assim, a motivação para o tema do artigo parte de acontecimentos atuais,

[...] que são enunciados ou eventos discursivizados [...], tais como mudanças na política governamental e econômica, crises financeiras internacionais, eleições, anúncio de moratória, reforma previdenciária [...], lançamento de um livro que causou impacto, o discurso de uma autoridade pública, datas comemorativas. (p. 173)

Dessa forma, o artigo de opinião, conforme o modelo teórico de Bakhtin (2016), corresponde a uma reação-resposta a esses fatos da atualidade e a reação-resposta ativa do interlocutor. Sua finalidade discursiva, entretanto, não se orienta para a apresentação dos fatos em si, mas para a apreciação desses fatos, que compõem o panorama sócio-histórico no qual o articulista tece a sua opinião. Os acontecimentos sociais são o fundo discursivo em que se dá o diálogo entre autor e leitor. Interessa mais, portanto, a análise desses acontecimentos e a posição do autor do artigo em relação a eles.

O gênero textual, também na perspectiva de Bakhtin (2016) e de Volóchinov (2017) (gênero discursivo), se constrói com base no dialogismo, o qual, segundo Rodrigues (2005), se estabelece de diferentes formas no artigo de opinião. Apesar de o jornal e a esfera social em que se encontra o articulista serem os grandes pilares que sustentam a sua autoridade frente ao tema do artigo, a perspectiva do articulista se define

também por meio do diálogo com outras perspectivas, ancoradas em enunciados já ditos, os quais são incorporados de diferentes formas ao longo da construção do texto. São indicados, nesse sentido, dois movimentos de incorporação desses enunciados: o movimento dialógico de assimilação e o movimento dialógico de distanciamento. O movimento de assimilação se dá pela inclusão de dados e de fatos como formas de sustentação de um argumento, introduzidos por meio da relação dialógica com outros enunciados. Nesse processo, são incorporadas “as vozes da esfera do cotidiano (pelo chamamento da voz do senso comum, da opinião pública), das esferas da ciência, da política, do jornalismo, da religião e da literatura, entre outras menos marcantes” (p. 175). O movimento de distanciamento, por outro lado, incorpora o discurso do outro por meio do isolamento do ponto de vista do outro, isolado, sem ser apoiado por outras vozes, além da inclusão de perspectivas que não adquirem credibilidade na construção do texto do articulista. Normalmente, essa sugestão é feita de forma indeterminada, por meio, por exemplo, de formas nominais no plural, qualificação negativa de sujeitos, verbos como “sugerir” no lugar de “afirmar”, entre outros.

As marcas desses movimentos de assimilação e de distanciamento, portanto, se dão de formas diferentes, por estratégias de enquadramento e de citação de discurso distintas. No movimento de assimilação, podem ser empregados “determinados verbos ou grupos preposicionais introdutórios do discurso citado e o uso de determinadas palavras e expressões avaliativas” (RODRIGUES, 2005, p. 176). A título de exemplo, a autora traz as expressões “a propor uma série de medidas”, “O estudo é de grande valor” e “precioso estudo”, retiradas dos exemplos tratados no capítulo de sua autoria. Entretanto, a autora afirma que esse movimento possui uma variedade menor em relação ao movimento de distanciamento. Isso se justifica pela maior necessidade do enquadramento desse discurso do qual se quer distanciar, já que o objetivo é desautorizar esse discurso. Alguns exemplos de estratégias para esse fim são a negação, a ironia, as aspas e os operadores argumentativos.

Outro aspecto da incorporação da voz do outro no artigo de opinião é o grau dessa incorporação, que pode se dar desde a citação direta de um enunciado completo à inclusão de uma palavra ou expressão que representam esse enunciado. Quanto à citação, afirma Rodrigues (2005) que ela, na sua forma direta, é menos frequente em relação ao discurso indireto. Como o artigo de opinião se ocupa mais da análise que da apresentação de fatos e opiniões, o discurso indireto passa a ser mais comum, uma vez que “o discurso relatado indireto é uma transmissão analítica do discurso de outrem”, sendo a análise “como a

alma do discurso indireto” (p. 177). Outra característica importante do discurso indireto no artigo de opinião é o verbo de introdução, que não necessariamente será um verbo de elocução, podendo ser também um verbo que traz um ato ou um posicionamento discursivo, como “temer” no exemplo citado pela autora. O enquadramento do discurso do outro se dá também pelo discurso bivocal, o qual pertence gramaticalmente a um único falante, porém é produto da combinação de dois enunciados de duas perspectivas axiológicas. Em outras palavras, os dizeres são do articulista, mas eles incluem também outras vozes. “A palavra, o conjunto sintático, nessa situação, simultaneamente exprime a intenção refretada do autor e a de outro locutor incorporado ao discurso” (p. 177).

Tendo como finalidade discursiva a reação-resposta do leitor frente à análise de um fato recente, o autor orienta o seu texto em função desse interlocutor. Ele é a orientação, a “medida” para a apresentação do que já foi dito. Portanto, a relação dialógica que se estabelece no artigo de opinião se dá tanto entre o enunciado e os enunciados anteriores quanto entre ele e o interlocutor, de modo a alcançar essa resposta-ativa dele. Quanto a essa relação com o leitor, Rodrigues (2005) indica a sua construção com base em três movimentos dialógicos: um movimento de engajamento, um de refutação e um de interpelação. O movimento dialógico de engajamento corresponde ao início do texto, em que o autor coloca o leitor em posição semelhante à dele e coloca-o como seu aliado, como se compartilhassem da opinião a ser desenvolvida ao longo do texto. Nas palavras da autora,

O leitor é alçado à posição de um coautor. Sua reação-resposta é assimilável à orientação valorativa do articulista, que se manifesta em certos traços estilístico-composicionais, como o verbo e o pronome na 1ª pessoa do plural (nessa situação, o *nós* é um eu + tu), o pronome *todos* e as perguntas retóricas como questionamentos possíveis do leitor [...] (p. 178)

O segundo movimento dialógico, de refutação, corresponde à antecipação de possíveis reações-resposta contrárias ao discurso do autor, as quais são estrategicamente refutadas por meio do silenciamento de elementos pré-figurados, os quais podem ser incorporados no discurso ou incluídos na construção do texto. Costa Val (2007) acrescenta à refutação a ideia de que se trata do estabelecimento, por parte do autor, da falsidade de um estado de fato. Para ela, há quatro condições para que ocorra a refutação: a de conteúdo proposicional (deve-se partir de uma proposição contraditória em relação àquilo que se quer defender), a de argumentatividade (deve haver argumentos em favor da refutação), a de sinceridade reflexiva (oferecer ao leitor a possibilidade de acompanhar

o pensamento reflexivo, mostrando a ele que a proposição indicada é falsa) e a interacional (colocar para o leitor a necessidade de ele avaliar a refutação realizada, de forma positiva, ao fim da qual o leitor pode concordar com ou discordar do autor). Essa última condição parece se relacionar com o terceiro movimento dialógico indicado por Rodrigues (2005), o de interpelação. Trata-se do momento em que a tese do autor é apresentada como verdade única, com a qual o leitor deve concordar. É nesse movimento em que aparecem a autoridade do autor como articulista cujo ponto de vista é autorizado e ancorado pela instituição em que escreve e pela sua posição social. Entretanto, diferentemente da forma como foi abordado por Costa Val (2007), ocorre nesse movimento uma imposição sobre o leitor, “marcada no artigo por indicadores modais do tipo ‘é preciso’, ‘é condição essencial’, ‘deve ser’, ‘isso é fundamental’ [...]” (RODRIGUES, 2005, p. 179), entre outros. Assim, percebe-se que a modalização tem papel fundamental na construção do artigo de opinião, não apenas no movimento de interpelação, mas ao longo de todo o texto, aparecendo também no movimento de refutação. Essa importância se dá em função da marca, por exemplo, da imposição, que reforça a posição de autoridade do articulista.

Por fim, além dos estudos com base na Linguística Textual, Correia (2018) trabalhou com a estrutura do artigo de opinião à luz da Teoria da Estrutura Retórica, teoria que serve de base também para este estudo. A autora analisou artigos de opinião escritos em duas revistas brasileiras, *Veja* e *Carta Capital*, com o objetivo de identificar a organização textual do gênero com base em uma perspectiva sociointeracionista da linguagem, com foco para a Teoria da Estrutura Retórica e para a Teoria das Sequências Textuais de Jean-Michel Adam (2011). Nesse estudo, foram consideradas a macro e a microestrutura textuais, sendo a primeira conforme as noções de van Dijk (1993), “que a conceitua como a representação abstrata da estrutura global do significado de um texto que, além de ser de natureza semântica, é responsável pela coerência do texto” (CORREIA, 2018, p. 172). Dessa forma, foram identificadas as seguintes porções de macroestrutura textual, chamadas pela autora de blocos informacionais:

- Bloco Informacional 1: título, autor, fonte
- Bloco Informacional 2: temática (tese)
- Bloco Informacional 3: Desenvolvimento (argumentos, comentário, avaliação)
- Bloco Informacional 4: conclusão e nova tese

Pela presença da maioria dos blocos informacionais em todos os textos, foi percebida uma regularidade na organização do artigo de opinião nesse sentido. A autora percebeu também características do artigo de opinião à luz da RST, as quais serão indicadas, neste trabalho, após a apresentação desse quadro teórico, no capítulo seguinte.

Tendo, portanto, esclarecido em que panorama se situa esta pesquisa no que tange à “ideologia de gênero” e ao artigo de opinião, apresentamos a seguir os pressupostos teóricos à luz dos quais se dá esta pesquisa: a Teoria da Estrutura Retórica de Mann e Thompson (1988) e os estudos sobre a macroestrutura textual de van Dijk (1980) e Kitsch e van Dijk (1983).

CAPÍTULO 2: PRESSUPOSTOS TEÓRICOS

2.1 ESTUDOS SOBRE A ESTRUTURA TEXTUAL

Desde que se estabeleceu de forma mais definitiva como um dos ramos de estudo da Linguística a partir da década de 1960, a Linguística Textual (doravante LT) teve o seu desenvolvimento pautado por diferentes perspectivas de se olhar para o seu objeto de estudo, o texto. Um dos aspectos a serem levados em conta nesse sentido são as unidades de análise a partir das quais esse estudo ocorrerá. Em linhas gerais, há, por um lado, uma perspectiva que estuda as relações entre as orações e períodos do texto, o que corresponde a estudar a sua microestrutura; por outro, é possível estudar essas relações em torno de agrupamentos dessas orações e períodos, blocos maiores de texto, os quais compõem a sua macroestrutura. Não se trata de perspectivas dicotômicas, mas que se complementam. Entretanto, a primeira teve maior destaque ao longo dos anos de estudo da LT, ao passo que a segunda perspectiva surge a partir das limitações da primeira.

Ao se estudar a microestrutura do texto, percebem-se, principalmente, a forma como as orações e os elementos do texto se interrelacionam. van Dijk (1980) afirma que a microestrutura corresponde aos elementos de curta extensão dentro do texto: palavras, sintagmas, orações, períodos e conexões entre orações e períodos. Essas conexões são estudadas observando-se, por exemplo, a coesão textual, expressa pelos processos de referência e de retomada de constituintes, bem como a coerência textual. Também é observada a articulação entre orações, que trata das funções de uma oração em relação à outra. Nessa perspectiva, portanto, a unidade máxima de análise é a oração.

Entretanto, esse estudo apresenta limitações, que se relacionam essencialmente ao alcance que possui a análise da microestrutura textual. Uma análise nesse nível “dificilmente dá conta de dados pragmático-textuais” (JUBRAN, 2015, p. 85) e, como consequência, não permite tomar o discurso como um todo, não possibilitando ao analista perceber os sentidos globais do texto (VAN DIJK, 1980). O estudo da macroestrutura se justifica exatamente por permitir que se percebam esses sentidos globais do texto, ou seja, analisa-se o significado do texto como um todo, e não apenas o significado das relações entre seus elementos menores. O que não quer dizer descartar o estudo das relações de coesão e coerência e de articulação de orações, uma vez que elas influenciam diretamente a análise da macroestrutura do texto. Como afirmado anteriormente, não se trata de estudos dicotômicos, mas complementares.

Diferentes autores até o presente momento teorizam sobre a macroestrutura textual. Bernárdez (1990) apresenta estudiosos que abordam o assunto à luz de três diferentes perspectivas: William Mann e Sandra Thompson, Teun van Dijk e Willem Drop. Mann e Thompson (1988) trabalham com a Teoria da Estrutura Retórica (RST), um quadro teórico que estuda as relações retóricas entre porções de texto, bem como a hierarquia textual. Um dos direcionamentos desse estudo é a geração automática de textos. van Dijk (1980) estuda as macroestruturas em si, postulando aspectos mais teóricos sobre o tema. Por sua vez, Drop se dirige mais para o ensino da composição textual. Independentemente do seu direcionamento, todos os autores reconhecem a existência de unidades de análise que estão acima do nível da oração e que são, em primeira instância, de caráter semântico, não sendo elas de caráter sintático. Trata-se, portanto, de porções de texto, como, por exemplo, o parágrafo, que possuem significados próprios e que auxiliam na produção de significado do texto como um todo.

Jubran (2015) aborda o assunto por meio do estudo sobre tópicos discursivos. Ela postula a existência de segmentos mais longos que a frase, ou que o turno, no caso do texto falado (foco do seu estudo), os quais são centrados em um tópico proeminente e são elementos decisivos na constituição de um texto. Em outras palavras, afirma que “os segmentos textuais com estatuto tópico assumem extensão que vai além do nível sentencial” (p. 86). Isso corrobora o que afirma van Dijk (1980), apesar de o autor se concentrar no texto escrito. Para ele, nós, como leitores ou ouvintes de um texto, esperamos que ele seja organizado em torno de um núcleo semântico, chamado intuitivamente de tema ou de tópico. Esse tópico, chamado de tópico discursivo, é uma propriedade do sentido global do texto ou de um fragmento de um texto, e deve ser analisado em função das suas estruturas semânticas, as macroestruturas, sendo ele necessário para que o texto seja coerente como um todo.

Este trabalho pauta-se pelo que é postulado por Mann e Thompson (1988) no que tange à Teoria da Estrutura Retórica, teoria que funciona como ponto de partida para a análise dos objetos de estudo, bem como o que teoriza van Dijk (1980) a respeito das macroestruturas, sendo observadas também as relações entre esses estudos. Mais adiante, são detalhadas, portanto, as duas teorias apresentadas. Antes, porém, faz-se necessário apresentar algumas considerações a respeito da ideia geral de unidade de análise, as quais serão levadas em conta no estudo aqui trazido.

2.2 CONSIDERAÇÕES SOBRE A UNIDADE DE ANÁLISE

Analisar um texto a partir da sua macroestrutura ou da sua microestrutura implica diferentes formas de se segmentar esse texto para análise. Diante dessas diferentes possibilidades, segundo Decat (1999, 2014), é possível empregar a noção de unidade de informação para se estabelecer a extensão das porções de texto que serão estudadas. Chafe (1994) apresenta essa noção pela perspectiva da prosódia, com foco para o conceito de unidade de entonação. Para ele, a língua falada não é produzida de forma contínua e ininterrupta, mas se segmenta em unidades marcadas, por um lado, pelo fato fisiológico de que precisamos fazer pausas para encher novamente os pulmões de ar a ser empregado na fala, e, por outro, pelo fato de que segmentamos, também, a nossa fala. São essas unidades chamadas pelo autor de unidades de entonação, que, em função dessa combinação entre aspectos fisiológicos e discursivos, são tidas por ele como jatos de linguagem. Entretanto, outro aspecto em sincronia com a fisiologia e a fala é a função linguística associada a essas unidades. Segundo o autor, cada unidade de entonação verbaliza a informação que se encontra em um estado ativo na mente do falante, ou seja, que está no foco de consciência do falante. Assim, a quantidade de informação que é transmitida entre duas pausas é frequentemente (não sempre) correspondente à quantidade de informação que se encontra nesse estado ativo.

A informação pode estar na nossa mente em três estados diferentes, segundo Chafe (1994) – um estado ativo, um semiativo e um inativo –, os quais ele relaciona com a noção de informação velha ou dada e informação nova. A informação nova é apontada como aquilo que o falante imagina ser desconhecido por parte do ouvinte, ao passo que a informação dada já é julgada como conhecida. É necessário que essa definição se dê em função do falante uma vez que é ele quem organiza o seu texto, com base no status que ele imagina que a informação tenha na mente do ouvinte. Por isso, Chafe afirma ser impossível tratar desses dois conceitos sem se considerar o estado de ativação de uma informação. Assim, a informação nova é considerada como algo em um estado inativo na mente do ouvinte, ou seja, ela é ativada apenas no momento da conversação. Por sua vez, a informação dada está em um estado ativo, ou seja, já está ativada no momento da conversação. O autor aponta ainda para a existência de um estado semiativo das ideias na nossa mente, em que a informação é acessível ao ouvinte.

As descrições do estado da informação na mente do ouvinte têm relação direta com a organização da nossa memória. Nossa mente, segundo Koch (2015), funciona em termos de uma memória de curtíssimo termo, uma memória de curto termo (MCT) e uma

memória de longo termo (MLT). A primeira é a “memória de percepção, onde os estímulos visuais, auditivos e outros são retidos por cerca de 250 milésimos de segundo; a segunda, tem “capacidade limitada, onde as informações são mantidas durante um curto lapso de tempo”; e a terceira, é “onde os conhecimentos são representados de forma permanente” (p. 44). Os dois últimos tipos de memória podem ser associados às memórias do computador. A primeira é como a memória RAM, que armazena processos temporários e, por isso, é mais curta, e a segunda é o HD, onde são armazenados processos permanentes ou de longo prazo. As informações são, primeiramente, estocadas em uma memória de curtíssimo prazo, sendo então codificadas na MCT, para depois serem tratadas e enviadas à MLT, sendo registradas de forma permanente.

Assim, na MCT, são mantidas algumas unidades de informação, ao mesmo tempo que ocorrem processos complexos, como os de aprendizagem e de compreensão. Além disso, em função do processo que está acontecendo, pode haver ativação e transferência de informações da MLT para a MCT. Ainda segundo Koch (2015), para a maioria dos autores, a MCT é como um recorte da MLT, que é ativada em função de determinado processo cognitivo. Em relação ao processamento, a autora afirma:

Por ocasião do processamento, uma série de processos tem lugar, a saber: seleção dos canais de informação da MCT; seleção, pela MCT, das informações recentes; manutenção ativa de informações na MCT; busca, na MLT, para levar a uma estocagem mais elaborada do que aquela fornecida pela MCT; atividades de raciocínio ou de solução de problemas que implicam busca na MLT para posterior recombinação com elementos da MCT e assim por diante. (p. 45)

Halliday e Matthiessen (2014) apontam para os conceitos de informação velha e nova de maneira semelhante a Chafe (1994), que faz também referências a trabalhos anteriores dos autores. Ambos os estudos abordam a noção de fluxo do discurso, que vai além da oração em si. Nesse caso, trata-se de como a informação é organizada ao longo de um texto, seja ele falado ou escrito. Assim, afirmam Halliday e Matthiessen (2014) que “apesar de a gramática se limitar [ao complexo oracional], a semântica não para por aí: a unidade semântica básica e o texto” (p. 114, tradução nossa). Nesse sentido, dois sistemas estão em operação: um no nível da oração, o Tema, e acima dele, que é o da Informação, cuja unidade é a unidade de informação (*information unit*). Ela, segundo os autores, é paralela à oração, estando no mesmo nível que ela, motivo que faz com que essa unidade de informação seja variável em extensão, podendo corresponder a mais ou menos que uma oração. Apesar dessa possibilidade, afirmam os autores que a

correspondência não marcada, mais comum, é a de que uma unidade de informação corresponde a uma oração. Entretanto, todas essas possibilidades levam à necessidade de se estabelecer a unidade de informação como um constituinte por si só, e não como algo relacionado à oração. Da mesma forma que Chafe (1994), os autores fazem referência à unidade de entoação (*tone unit*), que corresponde a um *quantum* de informação no discurso. Em outras palavras, à unidade de informação, ou, ainda, a jatos de linguagem (*spurts*) para Chafe. Assim, ela é definida como a tensão entre o que é conhecido ou previsível e o que é novo ou imprevisível. Por excelência, a unidade de informação se organiza por meio de uma informação velha ou dada, acompanhada por uma informação nova. A informação velha é tida como algo já presente no contexto, verbal ou não verbal.

2.3 A TEORIA DA ESTRUTURA RETÓRICA (RST)

Definida principalmente a partir dos estudos de Mann e Thompson (1983, 1988), a RST (*Rhetorical Structure Theory* ou Teoria da Estrutura Retórica) é uma teoria de análise textual, que permite a identificação da hierarquia entre elementos de um texto. Ela possui como base a descrição das relações entre partes de um texto, permitindo a identificação tanto do ponto de transição entre essas porções quanto da extensão delas. O texto de Mann e Thompson (1988), baseado nos textos de 1983 e 1987, fornece as bases para essa teoria, trazendo os seus principais conceitos e os principais contextos em que a RST já havia sido e poderia ser empregada. Deve-se considerar que a RST é uma teoria de base funcionalista em sua essência, haja vista a percepção de características associadas a essa vertente, como o modelo de análise que parte do texto para os níveis mais baixos de organização da língua (modelo *top-down* da Gramática Sistêmico-Funcional de Halliday) e a motivação discursiva da gramática, associada aos teóricos do que se chama de Funcionalismo da Costa Oeste dos Estados Unidos (ANTONIO, 2017).

2.3.1 A UNIDADE DE ANÁLISE NA RST

Ao tratar da hierarquia textual, a RST não se pauta por um estudo intraoracional⁴; pelo contrário, trata-se de um estudo das relações entre as orações de um texto: elas são tomadas como unidades de análise, em que são observadas as suas funções semânticas e

⁴ Taboada e Mann (2006) vislumbam, apesar do enfoque na oração como unidade de informação, uma análise intraoracional, tendo ela sido iniciada por alguns estudiosos citados pelos autores. Eles exemplificam essa análise com casos em que o sujeito é realizado por um sintagma oracional, como, em inglês, na frase “*My flicking the switch caused the light to turn on.*” (p. 9), em que duas ações, cada uma realizando uma função na oração (sujeito e objeto) estão em uma relação de Causa.

pragmáticas em relação a orações adjacentes no texto. Segundo Taboada e Mann (2006), “a regra de divisão típica é a de que cada oração independente, juntamente com seus termos dependentes de qualquer tipo, constitui uma unidade” (p. 8, tradução nossa). Assim, o processo de segmentação do texto para análise segue, na RST, uma divisão que seja o mais neutra possível, sendo ela feita anteriormente à identificação de relações. Apesar de a teoria ter se voltado, inicialmente, para a oração como unidade de análise, os autores indicam um encorajamento para que outras unidades textuais sejam consideradas. Um exemplo é o parágrafo, unidade que é tomada neste trabalho e que também foi levada em conta por Granville (1993), que reforçou a importância da relação entre parágrafos para a geração (neste caso, automática) de textos e viu a RST como um modelo capaz de fornecer as bases para o trabalho com essa relação entre parágrafos. Entretanto, o próprio autor afirma que a RST não especifica como se deve proceder com o estudo do parágrafo como unidade de informação. Assim, faz-se necessário apoiar-se em outras teorias que tratem de níveis hierárquicos acima do nível da oração, como o trabalho com macroestruturas de van Dijk (1980), conforme indicado por Taboada e Mann (2006).

Postula-se, de acordo com Taboada e Mann (2006), que a oração a ser levada em conta nas análises à luz da RST é a oração independente. Sendo assim, é importante definir o conceito de dependência no âmbito da oração, o qual vem sendo estudado por diferentes perspectivas linguísticas. Segundo Decat (1999),

Faz-se necessário verificar que tipo de dependência está sendo considerado para essas definições: dependência de forma? de sentido? dependência pragmática? Além disso, não constitui novidade a existência, seja na língua oral, seja na escrita, de conexões implícitas e conexões explícitas. (p. 24)

A gramática tradicional, em seu viés normativo, aborda a dependência oracional, no processo de articulação de orações, em termos de coordenação e subordinação. Cunha e Cintra (2014) afirmam que uma oração é independente quando ela tem sentido próprio, ou, em outras palavras, é autônoma. Assim, tomando o exemplo dos autores, um grupo de orações como

(1) “As horas passam, os homens caem, a poesia fica.” (p. 607)

corresponde a um período contendo três orações independentes: “As horas passam”, “os homens caem” e “a poesia fica”. Elas são consideradas orações coordenadas. A oração é

dependente, por sua vez, quando funciona como termo essencial, integrante ou acessório de outra oração, ou seja, quando possui uma função sintática dentro de outra oração: sujeito, objeto direto, adjunto adverbial etc. Essas orações são consideradas subordinadas. Além disso, os autores postulam sobre a oração principal, discordando da noção que afirma que uma oração subordinada depende de uma principal. Segundo eles, essa noção faz “predominar o critério semântico sobre o sintático” (p. 609). A oração principal, para eles, corresponde a uma questão sintática: é o fato de uma oração (a principal) não exercer função sintática em relação a nenhuma outra oração. Assim, em um período como

(2) “O meu André não lhe disse que temos aí um holandês que trouxe material novo...?” (p. 608)

há a presença de uma oração principal, “André não lhe disse”, e duas orações subordinadas, “que temos aí um holandês” e “que trouxe material novo”. A oração principal “rege-se por si, e não desempenha nenhuma função sintática em outra no período” (p. 608).

Percebe-se, de maneira geral, que as considerações tradicionais sobre coordenação e subordinação, sobre dependência e independência oracional, são um tanto imprecisas, e não são coerentes com a vastidão de material produzido pela comunidade linguística. Isso porque considerar que (1) é um grupo de orações autônomas e com sentido próprio é descartar possíveis relações semânticas e pragmáticas que podem se estabelecer entre elas. Por sua vez, considerar que a primeira oração de (2) corresponde a uma oração principal faz emergirem questionamentos como: Trata-se de uma oração principal em relação a quê? É uma oração independente? A definição apresentada por Cintra e Cunha (2017), repetida por outros gramáticos e gramáticas da vertente tradicional, concentra-se apenas no elemento sintático e acaba por ignorar questões semânticas e pragmáticas, inerentes ao processo de articulação de orações.

Diante desse problema, Decat (1999, 2006, 2014) aponta para a importância de se abordar a dependência oracional por meio de outra perspectiva, uma que se valha de aspectos semânticos e pragmáticos, e não meramente sintáticos. A título de exemplo, a autora afirma que

Dizer que uma cláusula subordinada não pode existir por si mesma – tendo uma função sintática na cláusula matriz – é negar a existência de um fenômeno frequente em muitas línguas e já admitido em 1937 por Brøndal (apud

Lehmann, 1988), e também apontado por Jespersen (1971), para quem um enunciado como

(I) Se eu ganhasse na Sena!

constitui uma frase completa, embora seja originalmente uma subordinada. (DECAT, 1999, p. 24-25)

Por isso, são apontados vários estudos, como o de Halliday e Matthiessen (2014), que levantam os conceitos de integração estrutural, hipotaxe e parataxe. Os autores postulam a existência de uma interdependência entre orações ligadas por uma relação lógico-semântica: pode não haver dependência estrutural, ou seja, uma oração exercer função sintática em relação à outra, mas há dependência semântica ou pragmática. Nesse sentido, as orações podem se combinar de duas formas diferentes, uma em que elas têm o mesmo status, ou seja, são proposições por si só e podem ser apresentadas isoladamente, pois fazem sentido, e outro em que elas possuem status diferentes e uma não é autônoma, ou seja, não pode ser tomada isoladamente. O primeiro caso é o da parataxe, em que as orações possuem o mesmo status, ao passo que o segundo é o da hipotaxe, em que uma oração é dominante sobre a outra, a qual é dependente da primeira. Até esse ponto, as definições são semelhantes às definições da gramática tradicional, respectivamente, para coordenação e subordinação. A inovação, entretanto, está no ponto em que a gramática tradicional afirma que as orações subordinadas desempenham qualquer função sintática em relação à outra oração, ou seja, elas são termos essenciais, integrantes ou acessórios de outra oração.

Halliday e Matthiessen (2014) afirmam que quando uma oração, em termos tradicionais, exerce determinadas funções dentro de outra oração, como as de sujeito e objeto, tem-se uma integração estrutural ou encaixamento (*embedding*). Segundo os autores, trata-se de “um mecanismo semogenético pelo qual uma oração ou uma frase funciona como constituinte da estrutura de um sintagma, o qual por sua vez funciona como um constituinte de uma oração” (p. 491, tradução nossa). Assim, esse tipo de oração faz parte da estrutura argumental de um termo, de modo que não pode ser considerado como tendo o mesmo status da hipotaxe ou da parataxe. Ou seja, não há relação pragmática entre a oração encaixada e a oração em que ela está encaixada. A parataxe e a hipotaxe, por sua vez, são sim relações semântico-pragmáticas entre orações. Dessa forma, no caso do exemplo (2) supracitado, não é possível afirmar que há uma relação entre as orações do período, pois a oração “que temos aí um holandês que trouxe um material novo” faz parte da estrutura argumental do verbo dizer. Da mesma forma, “que

trouxe um material novo” corresponde a uma oração adjetiva restritiva, que está encaixada em relação ao termo “holandês”.

Diante disso, ao se tratar da questão da oração como unidade de análise, faz-se necessário determinar como se dá esse tratamento, levando-se em consideração que determinadas orações são constituintes de outras. Nesse sentido, Decat (1999) afirma, a partir do que é postulado por vários autores, que se faz necessário diferenciar quando uma oração é integrada estruturalmente com outra e quando é um “aspecto organizacional do discurso” (p. 26). Quando há, no fluxo do texto, um processo de articulação de orações, seja ele por parataxe ou por hipotaxe, trata-se de uma opção do autor do texto. São orações que possuem graus diferentes de dependência semântica e pragmática, mas que se encontram no texto por um processo de organização do discurso. Por outro lado, uma oração encaixada é necessária para o preenchimento da estrutura argumental de um termo, de modo que não são opções organizacionais. Por fim,

cumpre distinguir: a) cláusulas dependentes que têm a ver com os fatos da gramática da língua, isto é, aquelas cuja dependência é determinada pela escolha do item lexical, que desempenham um papel gramatical em constituição com um item lexical; b) cláusulas dependentes que representam opções organizacionais para o usuário da língua. (p. 26)

Ao retomarmos, portanto, Taboada e Mann (2006), que afirmam que a divisão mais comum adotada pela RST é em orações, sendo que a unidade de análise corresponde à oração com todas as suas dependências de qualquer tipo, percebemos que as orações encaixadas não correspondem a uma unidade de análise. Além disso, essa definição é complementada pela noção de unidade de informação de Halliday e Matthiessen (2014), para quem a unidade de informação é paralela à oração, com todos os seus constituintes. Por isso, uma análise da hierarquia de um texto deve tomar como unidades de análise, em princípio, as orações que se encontram em relações paratáticas ou hipotáticas com outras orações, e não orações encaixadas.

Apesar de a oração ser tomada como unidade de análise básica na RST, Taboada e Mann (2006) afirmam não acreditar nessa como a única forma de segmentação e estimulam estudos com outros níveis de análise. Nesse sentido, apontam para a possibilidade de trabalhos que tomam o parágrafo ou subseções como unidades de análise, sendo que, nesses casos, outras estruturas estão em jogo, como a das macroestruturas (VAN DIJK, 1980). De fato, o parágrafo é vislumbrado como uma possível unidade de informação tanto por Chafe (1994) quanto por Garcia (2010), por

diferentes perspectivas. Chafe afirma que o que está em jogo quando se considera o conteúdo presente dentro dos limites de um parágrafo é a informação que está em um estado semiativo em nossa mente. O autor do texto elabora um parágrafo em função do que ele imagina estar na mente do leitor como informação acessível, motivo pelo qual o parágrafo pode ter diferentes extensões. Além disso, essa elaboração se dá em torno de um tópico, de modo que o parágrafo, para Chafe, corresponde à tentativa de se imitar os tópicos da conversação, possibilitando a expansão do que ocorre com a oração. O parágrafo, então, corresponde a um desenvolvimento do que está contido em uma frase, podendo ele ser considerado uma unidade de informação.

Garcia (2010), por sua vez, afirma que

O parágrafo é uma unidade de composição constituída por um ou mais de um período, em que se desenvolve determinada ideia central, ou nuclear, a que se agregam outras secundárias, intimamente relacionadas pelo sentido e logicamente decorrentes dela. [...] o parágrafo facilita ao escritor a tarefa de isolar e depois ajustar convenientemente as ideias principais de sua composição, permitindo ao leitor acompanhar-lhes o desenvolvimento nos seus diferentes estágios. (p. 219)

Isso corrobora o que afirma Chafe (1994) a respeito do parágrafo, uma vez que se percebe novamente a ideia de tópico, que é expandido por meio de várias orações, ou seja, a extensão daquilo que é possível em uma oração. Mais adiante, este estudo tratará da estudo da macroestrutura como proposto por van Dijk (1980), que sustenta a questão do parágrafo como unidade de informação e dá segmento à proposta de Taboada e Mann (2006) de se trabalhar unidades de análise maiores à luz da RST.

2.3.2 AS RELAÇÕES RETÓRICAS

Outro aspecto da determinação da hierarquia textual é a identificação de relações que emergem entre as porções do texto, as quais podem ou não ser identificadas por um conectivo (MANN, THOMPSON, 1988). De acordo com Antonio (2017), essas relações se estabelecem no texto desde a coerência até a articulação de orações, sendo elas de sentido e não de forma. Sendo assim, a RST trabalha com a investigação de proposições relacionais: proposições que emergem da estrutura de um texto e do seu processo de interpretação, independentemente da sua expressão formal (MANN, THOMPSON, 1988). Essas relações aparecem ao longo de todo o texto, tanto entre porções maiores de texto, quanto entre porções menores, como as orações (ANTONIO, 2017). De outro

modo, a RST explica a hierarquia de um texto, tendo cada uma de suas porções uma função, um papel em relação às outras partes (TABOADA; MANN, 2006).

Mann e Thompson (1983) explicam que as proposições são tudo aquilo que pode ser afirmado, bem como aquilo que pode ser perguntado, mas não afirmado. Além dessas, os autores indicam a existência de proposições implícitas, as proposições relacionais anteriormente mencionadas, que emergem de duas porções do texto a partir da consciência do ouvinte / leitor, sendo elas um fenômeno combinacional, permitindo que o interlocutor perceba relações entre as partes do texto, mesmo que elas não estejam assinaladas por um conector. Outro aspecto apresentado é o fato de que as proposições relacionais são tidas como uma das várias inferências que podem ser feitas diante da leitura de um texto. Mais especificamente, trata-se das inferências mais básicas que o leitor pode fazer, sem as quais outras inferências não são possíveis, o que é mostrado a partir de exemplos que indicam que, sem a percepção das proposições relacionais, é impossível chegar a outras conclusões a respeito das informações do texto. Trata-se de inferências feitas com base em critérios de plausibilidade: o leitor infere tais informações com base no conhecimento que possui do texto, da autor (sem ter acesso a ele) e nos seus próprios conhecimentos; ou seja, é uma interpretação possível do texto. Portanto, essas proposições estão no centro da própria interpretação e do próprio entendimento do texto. As proposições relacionais estão ainda envolvidas em atos comunicativos no texto. Em outras palavras, a emergência dessas proposições direciona o leitor para determinadas ações em relação às informações presentes no texto. Assim, confirma-se o fato de que se trata de relações de sentido, e não de forma, tendo elas também um aspecto pragmático.

As porções de texto envolvidas em uma proposição relacional podem estar em diferentes status uma relação à outra. Nesse sentido, faz-se necessário retomar a questão da dependência entre orações, que se aplica também a qualquer nível hierárquico de um texto. Uma porção de texto pode ser mais dependente da outra, isto é, pode ser considerada ancilar à outra. Nesse caso, essa porção secundária, chamada de satélite, tem o papel de contribuir para o conteúdo da outra, sendo que esta, o núcleo, pode ser considerada mais essencial para os propósitos do autor. Uma vez que se trata de uma relação contendo apenas um núcleo, essa relação é chamada de mononuclear, ou mesmo núcleo-satélite. Isso corresponde a uma relação hipotática entre orações, em que existe uma dependência nos níveis semântico e pragmático entre as duas orações, o que pode ser expandido para porções maiores de texto, como parágrafos e seções. Um exemplo de relação mononuclear é a que consta na imagem a seguir:



Figura 1: Propaganda com exemplo de relação mononuclear.
Fonte: Site da empresa Hortifruti⁵.

Nesta propaganda da empresa Hortifruti, o complexo oracional “eles saíram do campo para estourar na hortifruti” corresponde a um texto com duas unidades de informação:

1. eles saíram do campo
2. para estourar na hortifruti

Ao se analisar a relação entre essas orações, percebe-se que a primeira poderia ocorrer sozinha, com menos comprometimento do conteúdo semântico do texto. A segunda, por sua vez, é mais dependente da primeira, tanto semântica quanto pragmaticamente. A segunda oração estabelece um propósito para o conteúdo que consta na primeira oração. Desse modo, pela RST, diz-se que ela é satélite da outra, que corresponde ao núcleo.

Por outro lado, temos o seguinte grupo de orações:

- (3) “O Sr. Dursley parou de repente. O medo invadiu-o. Virou a cabeça para olhar as pessoas que cochichavam como se quisesse dizer alguma coisa, mas pensou melhor.” (ROWLING, 2000, p. 9)

Observando-se, nesse exemplo do livro *Harry Potter e a Pedra Filosofal*, o fluxo do texto e a noção de unidade de informação, é possível considerar três unidades de informação: 1. “O Sr. Dursley parou de repente”; 2. “O medo invadiu-o”; 3. “Virou a cabeça [...]”. Apesar de esta última poder se dividir em outras unidades de informação, é possível considerar que as três destacadas não possuem dependência semântica entre si, uma vez que podem ocorrer sozinhas sem prejuízo ao seu conteúdo semântico. Por isso,

⁵ Disponível em: <<https://institucional.hortifruti.com.br/comunicacao/campanhas/hollywood/>>. Acesso em: 01 jun. 2021.

estão entre si em uma relação paratática, chamada, na RST, de multinuclear, pois não há satélites, mas três núcleos que estão em uma relação de dependência pragmática.

As relações retóricas se associam às proposições relacionais na medida em que expressam a relação semântica ou pragmática entre as porções de texto. Ou seja, as relações retóricas correspondem à expressão das proposições relacionais, indicando a função de uma porção em relação à outra, sendo elas reconhecidas por um analista diante da análise de um texto. Elas se dão, segundo Mann e Thompson (1988), entre duas porções de texto não sobrepostas e se organizam em função dos seguintes aspectos:

- Restrições sobre o núcleo
- Restrições sobre o satélite
- Restrições sobre a combinação entre núcleo e satélite
- Efeito

Os elementos indicados correspondem a condições para que um analista reconheça a relação que se estabelece entre duas porções de texto. As restrições sobre o núcleo são condições que podem levar à necessidade, na visão do autor do texto, de incluir um satélite. Por exemplo, o autor pode supor que o leitor precisa de instrumentos para realizar a ação indicada pelo núcleo. Por sua vez, as restrições sobre o satélite são condições que fazem um conteúdo, na visão do autor, elegível para exercer a função demandada pelo núcleo, de acordo com o que ele projeta em relação ao leitor. Por exemplo, uma porção de texto pode fazer com que o leitor se sinta capacitado a levar a cabo a informação presente no núcleo. As restrições sobre a combinação entre núcleo e satélite correspondem à relação entre as duas restrições anteriores: entre a demanda do núcleo e a capacidade do satélite de atender àquela demanda. Nesse sentido, pode-se falar que a compreensão do instrumento presente no satélite faz com que o leitor se sinta capacitado a executar a ação indicada no núcleo. Por fim, o efeito é o resultado desse processo: é o que acontece em relação ao leitor quando essas condições são realizadas – por exemplo, o leitor se sente capacitado a executar a ação indicada no núcleo.

A situação descrita no parágrafo anterior pode ser expressa pelo seguinte trecho de texto:



Figura 2: Propaganda com exemplo da relação de Capacitação.
Fonte: Página da Engenharia de Alimentos – UFC no Facebook⁶.

Nesse exemplo, o núcleo corresponde à porção “DÚVIDAS? SUGESTÕES? QUER AJUDAR? #NOVOCORONAVIRUS #COVID19”, que atende à restrição de corresponder à demanda de um instrumento que permita ao leitor executar essas ações. Por sua vez, o satélite corresponde à porção seguinte: “Baixe o app Coronavírus-SUS para mais informações e encaminhamento médico em caso de necessidade”. Essa porção atende à restrição de corresponder ao fato de ele ser reconhecido pelo leitor como um instrumento para que ele execute as ações anteriores. O conjunto também atende à restrição sobre a combinação entre o núcleo e o satélite indicada anteriormente e também tem o efeito indicado. Portanto, as relações retóricas são definidas por Mann e Thompson (1988) por meio de quadros contendo as características de cada um desses elementos para cada relação. Um exemplo é o quadro a seguir, que contém a definição da relação de Capacitação, apresentada no exemplo anterior, sendo N o núcleo, S o satélite, A o autor e L o leitor:

⁶ Disponível em: <https://www.facebook.com/dealufc/?__tn__=-UC*F>. Acesso em: 02 jun. 2021.

Quadro 1 – Definição da relação de Capacitação

CAPACITAÇÃO

Condições em N ou S, individualmente: em N – apresenta uma ação de L (incluindo a aceitação de uma oferta), não realizada face ao contexto de N.

Condições em N + S: A compreensão de S por L aumenta a capacidade potencial de L para executar a ação em N.

Intenção do A: A potencial capacidade de L para executar a ação em N aumenta.

Fonte: Disponível em: <<http://www.sfu.ca/rst/07portuguese/definitions.html>>. Acesso em: 02 jun. 2021.

As definições da RST até então apresentadas apontam para a relevância do leitor para o processo de análise do texto, haja vista a importância do campo Efeito das relações retóricas, o qual depende da visão que se tem do leitor do texto. Sobre o leitor, Dell’Isola (2001) aponta para o fato de que se trata tanto de “um indivíduo inserido no paradigma ‘humano’ e pertencente a uma classe social” quanto alguém “inserido em um contexto sociocultural” (p. 34). Podemos dizer então, que, pensar o leitor à luz de tais informações é essencial para o analista ao trabalhar com a RST, uma vez que ele irá empregá-las ao atribuir uma relação retórica à combinação entre duas porções de texto. Havendo um processo interativo entre leitor, texto e autor, faz-se necessária a distinção entre um interlocutor real e um constituído no texto, chamado por Dell’Isola (2001) de leitor virtual. Segundo a autora, existe, de fato, uma pessoa real, que irá ler o texto. Entretanto, conforme o processo de leitura ocorre, existe ainda um leitor que se constitui ao longo desse processo, que influencia e é influenciado pelas informações que constam no texto, pelo contexto em que se encontra, e pelo produtor do texto. Assim, “o leitor toma decisões provisórias a serem firmadas, rejeitadas ou aprimoradas à medida que informações parciais são processadas” (DELL’ISOLA, 2001, p. 30). Portanto, diante da análise de um texto, o analista deve levar em conta esse processo de geração, confirmação e refutação de hipóteses para perceber as relações retóricas que podem emergir ao longo da leitura.

Assim, os critérios de plausibilidade acessados no momento da definição da relação retórica entre duas porções de texto devem levar em conta o leitor e suas características. Devem considerar, porém, que a leitura é algo individual, e não coletivo. Assim, o analista tem uma limitação, que corresponde também à visão da leitura como processo socio-interativo: a interpretação do analista não é única e nem definitiva – trata-se de uma interpretação possível, plausível diante das condições de produção e de análise

em que se encontra o texto. Outras situações de leitura do texto levam a outras interações, à construção de outros significados, os quais devem, também, ser plausíveis.

Em princípio, uma lista de vinte e cinco relações foi estabelecida por Mann e Thompson (1988) em seus estudos, entretanto os autores afirmam que não se trata de uma lista fechada e encorajam novos estudos que ampliem, ou até mesmo alterem as definições por eles propostas. Dessa forma, outros trabalhos já permitiram a ampliação dessa lista, como Carlson e Marcu (2001), Pardo (2005), Caixeta (2015) e Correia (2018). O quadro a seguir contempla dois exemplos de como as relações retóricas foram definidas por Mann e Thompson (1988):

Quadro 2 – Definição das relações mononucleares de Antítese e Avaliação

Definições das relações mononucleares			
Nome da relação	Condições em S ou N, individualmente	Condições em N + S	Intenção do A
Antítese	em N: A tem atitude positiva face a N	N e S estão em contraste (cf. a relação de Contraste); devido à incompatibilidade suscitada pelo contraste, não é possível ter uma atitude positiva perante ambas as situações; a inclusão de S e da incompatibilidade entre as situações aumenta a atitude positiva de L por N	A atitude positiva do L face a N aumenta
Avaliação	nenhuma	S relaciona N com um grau de atitude positiva de A face a N	L reconhece que S confirma N e reconhece o valor que lhe foi atribuído

Fonte: Disponível em: <<http://www.sfu.ca/rst/07portuguese/definitions.html>>. Acesso em: 16 jan. 2021.

As relações multinucleares, por sua vez, são apresentadas em função das condições sobre cada par de núcleo, uma vez que se trata de uma relação sem satélites. A seguir, dois exemplos de como essas relações são definidas por Mann e Thompson (1988):

Quadro 3 – Definição das relações multinucleares de Lista e Sequência

Definições das relações multinucleares		
Nome da relação	Condições em cada par de N	Intenção de A
Lista	Um elemento comparável a outros e ligado a outro N através de uma relação de Lista	L reconhece a possibilidade de comparação dos elementos relacionados
Sequência	Existe uma relação de sucessão entre as situações apresentadas nos núcleos	L reconhece as relações de sucessão entre os núcleos

Fonte: Disponível em: <<http://www.sfu.ca/rst/07portuguese/definitions.html>>. Acesso em: 16 jan. 2021.

O Anexo I contém a lista mais atual que consta no site da Simon Fraser University, que hospeda as informações mais essenciais sobre a RST. Atualmente, nesse site, constam 32 relações retóricas. Entretanto, como afirmado anteriormente, outros estudiosos perceberam a emergência de relações retóricas diferentes das que constam nessa lista. Em geral, as definições propostas por esses autores seguem os padrões de Mann e Thompson, porém Carlson e Marcu (2001) organizam as suas de forma textual e por meio de exemplos, não levando em conta as restrições consideradas por Mann e Thompson.

Mann, Matthiessen e Thompson (1992) revisitam as bases teóricas da RST, trazendo maiores detalhamentos sobre o quadro. Ao apresentar novamente os princípios básicos da teoria, os autores abordam a questão da natureza funcional das relações retóricas. Nesse ponto, é dado maior foco para o efeito produzido pelas relações, que é descrito em termos dos propósitos do autor, o que ele supõe sobre o leitor e alguns aspectos proposicionais do conteúdo do texto. Assim, as palavras, orações e períodos enunciados em um texto assumem significados e intenções, que são materializadas por meio desses elementos. A intenção prova, então, ser um elemento essencial para se trabalhar com a análise à luz da RST.

Sobre a intencionalidade no discurso, o artigo de Grosz e Sidner (1986), empregado por Pardo (2005) em sua tese sobre a análise automática do discurso, trabalha o discurso como sendo composto por três estruturas: a linguística, que corresponde aos enunciados que produzimos – sequências de sintagmas e orações –, a intencional, que se refere às intenções que subjazem o emprego de determinados sintagmas e orações, e a estrutura da atenção, que compreende tudo aquilo que se encontra em estado focal diante da produção de um discurso. Como em toda teoria linguística, essas estruturas não

funcionam de forma isolada, mas são interdependentes e complementares umas em relação às outras. Neste momento, porém, nos concentramos na estrutura intencional.

A intenção é uma propriedade intrínseca do discurso, sendo que sempre há uma intenção ou um propósito geral, o qual tem uma função primordial na estruturação desse discurso. Trata-se do propósito que motiva o engajamento de um usuário da língua, na forma oral ou na escrita. Tal propósito é o motivo pelo qual um discurso, e não outra ação, ocorre, bem como o motivo pelo qual um conteúdo é expresso ao invés de outro. Além desse propósito geral, os segmentos discursivos também são motivados por propósitos específicos, os quais indicam a forma como cada segmento contribui para que o propósito geral seja alcançado (GROSZ; SIDNER, 1986).

Para falar sobre essa relação entre estruturas do discurso, van Dijk (1998) fala do aspecto pragmático do discurso. De forma análoga à relação entre as estruturas linguística, intencional e de atenção de Grosz e Sidner (1986), o autor coloca a pragmática como um dos aspectos do discurso, a qual se relaciona com seus aspectos sintáticos e semânticos, influenciando-os e sendo influenciados por eles. Isso corresponde a relacionar forma, significado e função dos elementos do discurso. A diferença entre essas duas abordagens está no fato de que as autoras colocam os aspectos semânticos e sintáticos sob o mesmo termo, que é a estrutura linguística. Assim, elas trazem um outro conjunto de elementos, que são os elementos da atenção, que também influenciam na estruturação do discurso. Abordando o aspecto pragmático do discurso, van Dijk (1998) fala sobre os atos de fala, que são as ações de fato realizadas quando se produz um enunciado. A ação mais elementar que se considera ao falar sobre atos de fala é a de informar, muitas vezes tida como a única função da linguagem, conforme é apontado por Mann, Matthiessen e Thompson (1992). Entretanto, há muitas outras funções, ou seja, muitos outros atos de fala possíveis, sendo que não há uma lista finita de intenções que um usuário da língua tem ao produzir um enunciado (GROSZ; SIDNER, 1998). A intenção de informar, juntamente com outras, pode ser tida como um ato de fala que busca levar o interlocutor à compreensão ou à percepção de algo (uma informação, uma avaliação etc.). Para além dessa função, é possível também que se deseje que o interlocutor faça algo, execute alguma ação (feche uma porta, ligue para alguém etc.), entre outros.

Ao abordar a questão das funções na RST, Mann, Matthiessen e Thompson (1992) tratam do efeito produzido pelas relações retóricas. Conforme afirmado anteriormente, o efeito corresponde ao que o autor plausivelmente, do ponto de vista do analista, buscou

alcançar ao estruturar o seu texto. Trata-se da ação que o autor, a partir das suas percepções do conteúdo do texto, do contexto e das suas impressões sobre o leitor, possivelmente quis que o leitor realizasse. Esse é o aspecto funcional das relações retóricas conforme os autores, o que se relaciona com a questão da estrutura intencional do discurso de Grosz e Sidner (1986), conforme apontado por Pardo (2005). Por conseguinte, é possível fazer uma aproximação entre o campo efeito das relações retóricas e a teoria dos atos de fala. Fuchs e Giering (2008) afirmam que o “campo efeito mostra o caráter funcional das relações RST. Isso porque, em uma análise, o relevante é a categoria do efeito que as relações produzem” (p. 228). Nesse sentido, há uma variedade de funções a serem executadas por meio das relações retóricas, o que corrobora a não finitude da lista de relações retóricas definida pela RST.

Em Mann, Matthiessen e Thompson (1992), os autores abordam o campo efeito das relações retóricas de forma mais detalhada, trazendo o elemento *locus* do efeito, conforme abordado também por Fuchs e Giering (2008). O *locus* do efeito, segundo as autoras, “indica onde incide o efeito da relação” (p. 228). Segundo os fundadores da RST, esse elemento “permite distinguir entre relações cujo *locus* do efeito é o núcleo e aquelas cujo *locus* do efeito é tanto o núcleo quanto o satélite” (MANN; MATTHIESSEN; THOMPSON, 1992; p. 49). Trata-se de uma diferença funcional entre as relações. Aquelas cujo *locus* do efeito está apenas no núcleo são relações que buscam levar o leitor a determinada ação: motivar a leitor a executar uma ação, levar o leitor a aumentar sua crença em uma informação, entre outras. O exemplo empregado pelos autores é a relação de Evidência, cujo efeito é o aumento da crença do leitor no núcleo. O *locus* do efeito recai sobre o núcleo, haja vista que o autor possivelmente deseja que o leitor creia na informação apresentada nessa porção do texto; trata-se, portanto, de uma função auxiliar ao núcleo. Por sua vez, as relações cujo *locus* do efeito está no núcleo e no satélite têm como objetivo o reconhecimento por parte do leitor da relação entre os conteúdos das relações. Um exemplo é a relação de Circunstância. Nela, o efeito é o reconhecimento, por parte do leitor, de que a situação apresentada no satélite fornece um contexto para a interpretação do núcleo. Assim, percebe-se que o *locus* do efeito recai sobre o núcleo e sobre o satélite, haja vista que há uma relação simbiótica entre as duas porções de texto.

Esse agrupamento levou, em princípio, à categorização das relações retóricas em dois grupos: relações de apresentação (*presentational relations*) e de conteúdo (*subject matter relations*) (MANN; THOMPSON, 1988). As relações retóricas do primeiro tipo são aquelas cujo efeito buscado é o de aumentar certa inclinação no leitor, ou seja, fazer

com que ele se sinta inclinado a executar uma ação, a crer ou a aceitar em algo, por exemplo. São relações, portanto, de caráter pragmático. Por sua vez, as do segundo tipo são relações que têm por efeito o reconhecimento da relação em questão, ou seja, que o leitor perceba o sentido que está sendo estabelecido entre as porções do texto, sendo elas de caráter semântico. Essa proposta é sustentada pelos estudiosos da RST atualmente, porém com uma pequena diferenciação. Anteriormente, o grupo das relações de conteúdo incluía as relações multinucleares. Atualmente, fica proposto que essas relações compõem um grupo à parte. Dessa forma, as relações retóricas se classificam entre relações de apresentação, relações de conteúdo e relações multinucleares (MANN; TABOADA, 2021[2005]), conforme indicado no Anexo I.

Segundo essa proposta atual, as relações de apresentação e de conteúdo mantêm a mesma definição. Correia (2018) e Souza e Giering (2010) trabalham com a taxonomia de Bernardez (1995). Segundo o autor, é possível prever três caminhos diferentes pelos quais uma oração aparece em seguida de outra em um texto, os quais ele chama de vias. Assim, esses caminhos são denominados de via apresentativa, via paratática e via hipotática. A via apresentativa corresponde às relações de apresentação de Mann e Thompson (1988), enquanto a via hipotática corresponde às relações de conteúdo. Ambas possuem definições que seguem a mesma lógica de Mann e Thompson:

1. A via apresentativa conduz a uma continuação direcionada a proporcionar ao receptor informação para (a) facilitar a realização da ação indicada [em uma oração], (b) assegurar sua compreensão [da oração] ou a aceitação da enunciação [da oração] pelo produtor. Quer dizer, a nova oração teria por objetivo estabelecer firmemente a relação receptor / produtor / texto.
2. [...]
3. A via hipotática conduz a desenvolvimentos, reelaborações etc. do conteúdo da oração. (BERNARDEZ, 1995, p. 85, tradução nossa)

A via paratática, por sua vez, corresponde às relações multinucleares. Nesse caso, o autor as define como um processo de apresentação de informações novas, de novas ações do agente da oração anterior ou de outros agentes, de modo que a segunda oração não desenvolve o conteúdo da primeira (BERNARDEZ, 1995).

Apesar das semelhanças entre as definições, trata-se de uma perspectiva diferente da de Mann e Thompson (1988). Se estes autores trabalham com a função das orações que se relacionam umas com as outras, Bernardez (1995) parece considerar mais o fluxo do texto ao afirmar que o conteúdo de uma oração irá determinar a via pela qual se espera que a oração seguinte caminhe. Assim, afirma o autor, se o conteúdo de determinada

oração é anômalo, é mais provável que a oração seguinte siga a via hipotática ou a apresentativa, uma vez que o leitor deve esperar uma explicação ou uma motivação para o que foi enunciado na primeira oração. Por outro lado, se a oração inicial é autossuficiente, é mais provável que uma oração da via paratática a siga, trazendo outra ação ou uma ação sucessiva. Outra questão é o fato de Bernardez (1995) empregar o termo “hipotática” para descrever as relações de conteúdo, o que revela um uso diferente daquele que trata das relações entre orações. Isso porque as relações consideradas por ele como da via apresentativa também são hipotáticas quando consideramos as relações entre orações. Em função dessas considerações, empregaremos, neste trabalho, a proposta atualizada de Mann e Taboada (2021[2005]). Segundo essa proposta, o Quadro 4 a seguir apresenta as relações que constam em cada grupo:

Quadro 4 – Grupos de relações retóricas

Relações de apresentação	Relações de conteúdo	Relações multinucleares
Antítese	Alternativa	Conjunção
Concessão	(anticondicional)	Contraste
Capacitação	Avaliação	Disjunção
Evidência	Causa involuntária	Junção
Fundo	Causa voluntária	Lista
Justificação	Circunstância	Reformulação
Motivação	Condição	multinuclear
Preparação	Condição inversa	Sequência
Reformulação	Elaboração	
Resumo	Incondicional	
	Interpretação	
	Método	
	Propósito	
	Resultado involuntário	
	Resultado voluntário	
	Solução	

Fonte: Adaptado de Mann e Taboada (2021[2005]).

O quadro anterior apresenta as relações que constam no site, porém as relações observadas por outros autores, diante dos estudos à luz da RST, devem ser avaliadas para que se identifique o grupo ao qual pertencem.

Os diferentes status das orações em uma relação multinuclear têm um efeito no processo de análise do texto, que é um aspecto chamado por Mann e Thompson (1988) de nuclearidade. Ela corresponde à propriedade de uma porção de texto ser mais essencial aos propósitos do autor do que outra ou outras. Quanto a isso, Mann e Thompson (1987) afirmam que a maioria das relações é assimétrica: se uma porção A é evidência de uma porção B, B não é evidência de A. Ou seja, um membro do par é independente do outro, não sendo ele uma sequência lógica do outro. Além disso, um membro do par é mais passível de substituição que o outro, sendo que este é mais importante para os propósitos do autor. Os autores consideram então que a nuclearidade é um princípio organizacional da estrutura do texto, como também afirmado por Antônio e Santos (2020). Todo texto é organizado em torno de núcleos. Quando uma porção considerada núcleo é removida do texto, o significado do conteúdo do satélite se perde. Por outro lado, quando porções que são apenas satélites e nunca são núcleos, em nenhuma relação, são removidas, não há prejuízo para a coerência do texto. Apesar de ser um aspecto do fluxo do texto, pode-se considerar que se trata de algo gramaticalizado nas relações hipotáticas: a nuclearidade é um pressuposto da hipotaxe, pois uma porção de texto é sempre ancilar, secundária à outra. Levando-se em conta a questão da memória no processo de leitura de um texto, a nuclearidade corresponde aos detalhes organizacionais da memória. O conteúdo que se encontra no satélite pode ser facilmente acessado pelo conteúdo do núcleo, pois ele ganha significado por meio do núcleo. Este, por sua vez, é o que exige uma resposta do leitor, seja ela de atenção, deliberação ou reação.

A nuclearidade não se aplica apenas a porções individuais de texto. Grupos de porções também exercem funções semânticas e pragmáticas em relação a outras porções ou outros grupos, o que revela a hierarquia do texto, até que se alcance o texto como um todo. Por isso, a nuclearidade tem relação com a noção de coerência discursiva de um texto: é “uma propriedade que se aplica não apenas às sentenças adjacentes, mas também ao nível global do texto” (ANTONIO; SANTOS, 2020; p. 87). Tal consideração tem como consequência o fato de que todo texto possui uma unidade central. Essa propriedade tem recebido diferentes nomenclaturas por diferentes pesquisadores segundo Iruskieta *et al.* (2015): palavra-chave, título, tópico discursivo, orações temáticas, tópico frasal, proposição central, subconstituente central, unidade central. Conforme afirmado por

Antônio e Santos (2020), como este trabalho também se pauta pelos pressupostos da RST, será empregado o termo “unidade central” para esse elemento do texto.

Antonio (2015), Antonio *et al.* (2017), Antonio e Santos (2020), Iruskieta, Ilarraza e Lersundi (2014), Iruskieta *et al.* (2015) e Iruskieta, Labaka e Antonio (2016), entre outros autores, têm estudado a questão da unidade central, definindo-a como a porção principal do texto, à qual nenhum outro satélite se conecta. Ou seja, trata-se da porção mais nuclear do texto. Muitos dos trabalhos que lidam com a questão da unidade central, como os de Mikel Iruskieta supracitados, abordam o assunto em relação à geração automática de textos, especialmente a geração de resumos de textos, como também reforçado por Marcu (1999). Esses autores apontam para a relação entre a unidade central e a sua importância no texto. Para Marcu (1999), a identificação da unidade central permite a identificação da porção mais importante do texto, da mesma forma que, ao se avaliar a estrutura retórica de um texto, a identificação de unidades centrais em diferentes nódulos do texto permite identificar as porções de texto que são mais importantes nesses nódulos. Isso se torna mais perceptível quando se observa o diagrama da estrutura retórica do texto, que será abordado mais adiante.

Além disso, os estudos de Iruskieta, ao trabalharem com processos automáticos de detecção da unidade central de textos, apresentam alguns aspectos que podem indicar características das unidades centrais. Ao estudar textos do gênero resposta argumentativa, Antonio (2015) e Iruskieta, Labaka e Antonio (2016) perceberam a presença de palavras do título nas unidades centrais, o que pode ser um forte indicador dessa unidade no texto, bem como a presença de palavras das orações iniciais do texto. Outro aspecto observado foi a posição das unidades centrais. Segundo Iruskieta, Labaka e Antonio (2016), nos textos do gênero resposta argumentativa, a posição da unidade central variou menos que nos textos do gênero artigo científico. Naqueles, a unidade central se localizou nas porções iniciais do texto, ao passo que nestes ela pode se localizar no início ou no meio do texto. Isso indica que a questão da unidade central pode estar relacionada com o gênero textual. Antonio e Santos (2020), ao estudarem textos do gênero carta aberta, indicam a importância da unidade central no sentido de que ela interfere diretamente no entendimento do texto, bem como, no que tange à análise do texto, na sua estrutura retórica. Em textos elaborados como resposta a uma prova de redação de vestibular cujas instruções eram denunciar uma situação e solicitar ações da justiça em relação a essa situação, os autores perceberam que a identificação (ou a seleção, na posição de autor do texto) da porção que continha a denúncia ou a solicitação nos textos fazia diferença na

sua organização retórica, o que tem reflexos na análise dos textos. Percebe-se, então, que os estudos sobre a unidade central se encontram em desenvolvimento entre os estudiosos da RST e que há bastante espaço para outros trabalhos no assunto.

2.3.3 O PROCESSO DE ANÁLISE À LUZ DA RST

A análise pela RST tem início a partir da leitura e da segmentação do texto em unidades de informação. Conforme afirmado anteriormente, a unidade de informação básica é a oração (MANN; THOMPSON, 1988; TABOADA; MANN, 2006), mas outros trabalhos vêm abordando outras possibilidades, como o tópico discursivo (FONTEL, 2019) e o parágrafo (CORREIA, 2018). Feita essa segmentação, são identificadas as relações retóricas entre essas porções, a partir de critérios semânticos e pragmáticos, bem como aspectos de coerência entre as porções, os quais se pautam essencialmente por julgamentos de plausibilidade: o analista possui acesso ao texto produzido em si, bem como às suas condições de produção, porém não possui acesso ao produtor do texto (mas tem informação sobre quem é o autor) ou ao(s) leitor(es); dessa forma, é possível fornecer análises com base no que é plausível diante do que se tem de informação do texto, não existindo uma única análise. Por isso, fala-se em relações que emergem da interpretação do texto, sendo uma de suas características mais importantes a identificação do efeito que o produtor do texto possivelmente desejou produzir no receptor (ANTONIO, 2017). Segundo Mann e Thompson (1988), todo julgamento feito por um analista com base na RST corresponde a dizer que “É plausível para o analista que...” (p. 246). Dessa forma, a análise se faz a partir da perspectiva do autor, e não do leitor.

A respeito da plausibilidade, Ford (1986) reforça o que foi afirmado por Mann e Thompson (em trabalhos anteriores, cujas informações se resumem no trabalho de 1988): o analista afirma que “é plausível que o autor teve a intenção de estabelecer a relação [analisada] e que é plausível que o leitor ou o analista irá interpretar a relação como existente” (p. 109-110, tradução nossa). Assim, um dos efeitos dessa questão da plausibilidade é a possibilidade de diferentes análises, por diferentes analistas, os quais precisam recorrer a esses critérios semânticos e pragmáticos para corroborar sua análise (DECAT, 2017).

O último passo da análise, então, é a representação gráfica da estrutura retórica do texto, que é a elaboração de um diagrama arbóreo contendo a hierarquia do texto, bem como as relações entre as porções. Essa representação ilustra, de maneira icônica, o tipo de relação e sua identificação, conforme a figura a seguir:

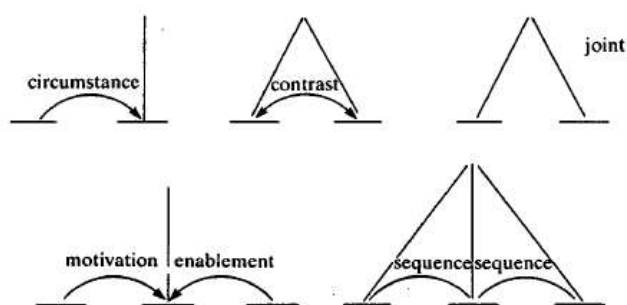


Figura 3 – Esquemas para representação das relações na RST.

Fonte: MANN, THOMPSON, 1988.

Na figura anterior, percebem-se as relações do tipo núcleo-satélite (as duas à extrema esquerda de cada linha), e as do tipo multinuclear (os três esquemas à direita da imagem). Nas relações núcleo-satélite, as setas indicam o satélite (de onde sai a seta) e o núcleo (onde chega a seta). Além disso, a relação identificada é nomeada acima do arco. A partir da definição desses esquemas entre porções, é elaborado o diagrama, conforme a figura a seguir:

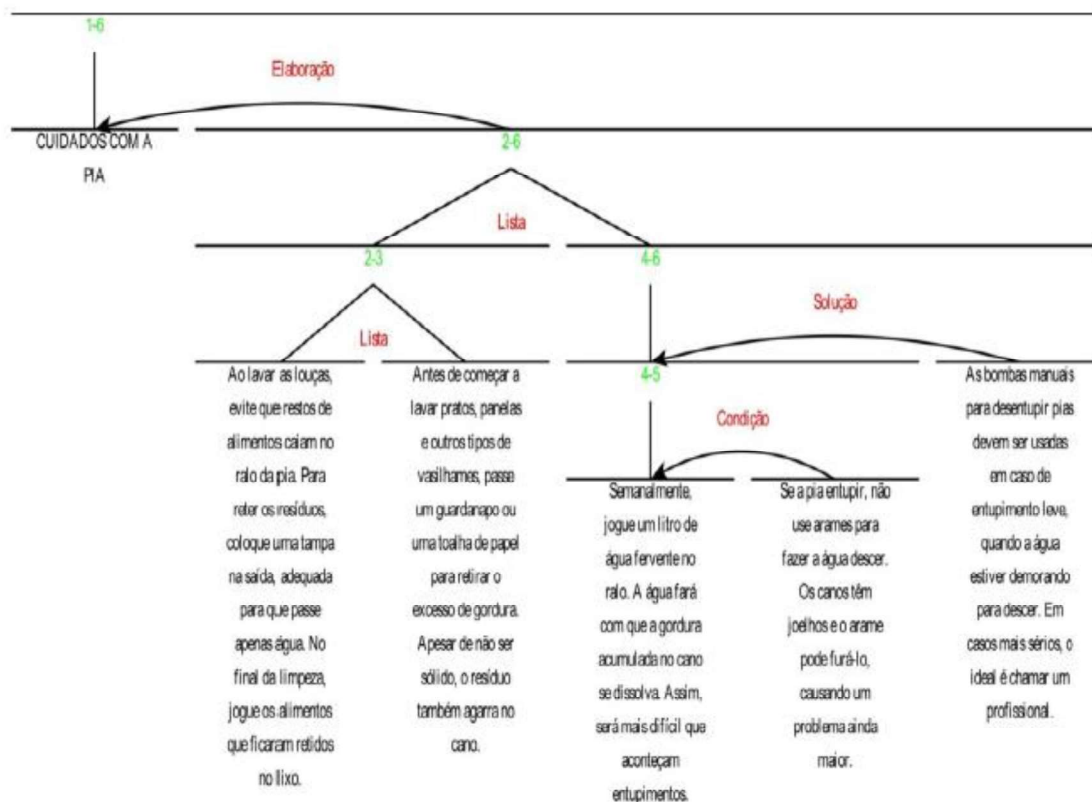


Figura 4 – Exemplo de diagrama elaborado a partir de análise à luz da RST.

Fonte: DECAT, 2017.

A figura anterior mostra um exemplo de diagrama obtido a partir de uma análise à luz da RST. Percebe-se que as porções são identificadas e agrupadas de acordo com a forma como se combinam de acordo com o que é observado pelo analista. Trata-se de um dos diagramas obtidos por Decat (2017) após a análise do texto “Cuidados com a pia”. Nele, a análise da autora indicou que a relação entre o título e o restante do texto é uma de Elaboração, em que o título é núcleo e todo o restante é uma elaboração, ou seja, um detalhamento da informação nele contida. A partir disso, as duas grandes informações sobre os cuidados com a pia são indicadas por uma relação multinuclear de Lista, o mesmo ocorrendo no interior do primeiro item dessa lista. No segundo item, há relações mononucleares, em que a quinta unidade de informação é uma condição para que a quarta aconteça e a sexta unidade é uma solução para o problema apresentado em 4-5.

Assim, o diagrama revela toda a estrutura retórica do texto, o que permite fazer uma análise do material como um todo, percebendo-se como as porções do texto se organizam hierarquicamente. Um dos aspectos que podem ser apreendidos a partir do diagrama é a identificação da unidade central do texto, que corresponde à porção da qual não parte nenhuma seta, ou seja, aquela que não é satélite para nenhuma outra porção. No exemplo apresentado, trata-se da unidade 1, que corresponde ao título do texto. Outro aspecto indicado pelo diagrama é o que afirma Marcu (1999) em relação à importância de porções de texto em diferentes níveis da hierarquia. Percebe-se, no diagrama, que, dentro da porção que funciona como satélite da relação de Elaboração, há outras porções que funcionam como unidades centrais dessa porção, mais especificamente as unidades 2, 3 e 4. As primeiras por estarem em relações multinucleares, ao passo que a última é a porção mais nuclear entre as porções 4, 5 e 6. Além disso, o diagrama permite visualizar a organização do texto em nódulos, também considerados por Marcu (1999). Percebe-se que, em níveis acima da oração, os agrupamentos 2-3 e 4-6 correspondem a grupos de unidades de informação, as quais estão relacionadas entre si. Esse aspecto é abordado por estudiosos da macroestrutura textual, como van Dijk (1980), que postula sobre a possibilidade de se observar a organização textual em níveis acima da oração, como a organização em função de parágrafos ou seções, ou mesmo de agrupamentos de parágrafos. Por outra perspectiva, fala-se também em tópicos discursivos, conforme Jubran (2015).

Apesar da visível importância do diagrama para a análise à luz da RST, ressalta-se que a teoria não gira em torno do diagrama em si, mas se pauta por um longo processo de análise, cujo diagrama corresponde à ilustração de todo esse estudo.

2.3.4 O ARTIGO DE OPINIÃO À LUZ DA RST (CORREIA, 2011, 2018)

A pesquisadora Maria Risolina Correia trabalhou, em dois momentos, a caracterização do gênero textual artigo de opinião com base na Teoria da Estrutura Retórica. Primeiramente, em sua dissertação (CORREIA, 2011), o gênero foi estudado à luz da RST e de aspectos da Linguística Textual. Posteriormente, em Correia (2018), a autora observou a estrutura retórica de textos do gênero em combinação com a Teoria das Sequências Textuais de Adam (2011). Em ambos os trabalhos, a autora fez avanços importantes no que tange à estrutura retórica do artigo de opinião, tanto em relação à sua macroestrutura quanto à sua microestrutura, os quais foram importantes referências também para este trabalho.

Para desenvolver seus estudos, a autora trabalhou com artigos de opinião de diferentes temáticas, publicados em períodos próximos à época de elaboração dos trabalhos, veiculados nas revistas *Veja* e *CartaCapital* nas suas versões não digitais, ambas de grande circulação nacional e dotadas de prestígio institucional e social. Além disso, assim como neste trabalho, foi desenvolvida a análise da macroestrutura textual. Entretanto, o distanciamento que existe entre os estudos está no fato de que Correia efetuou a análise da macroestrutura anteriormente à análise da microestrutura, por meio da percepção dos blocos informacionais que compõem o artigo de opinião de acordo com a sua análise. Neste trabalho, a macroestrutura textual foi percebida a partir da microestrutura, conforme os postulados de van Dijk (1980). Outro ponto de diferenciação entre os trabalhos está na escolha da unidade de informação para o estudo da microestrutura: Correia (2011, 2018) segue o que Mann e Thompson (1988) empregam como microestrutura básica para a RST, que é a oração. Neste trabalho, o parágrafo foi considerado como unidade de informação, sendo que a microestrutura foi composta pelos parágrafos de cada texto.

A figura a seguir traz um diagrama que ilustra uma das análises da macroestrutura realizadas pela autora:

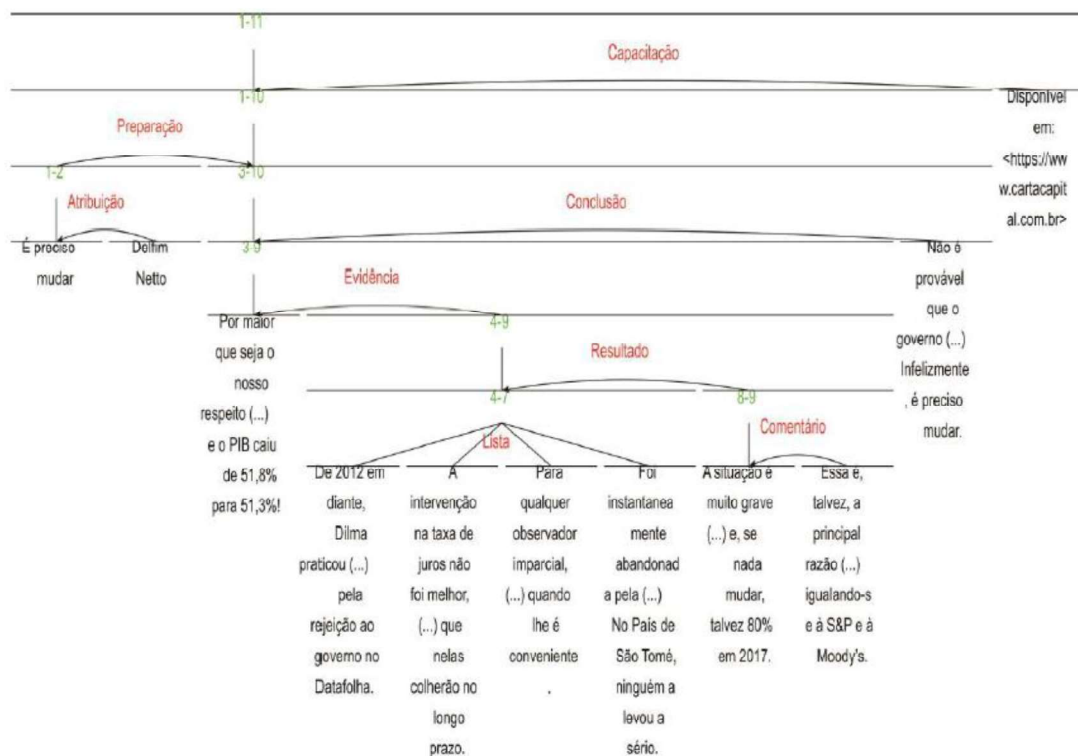


Figura 5a – Diagrama que ilustra a análise de um texto do gênero artigo de opinião por Correia (2018).
Fonte: CORREIA, 2018.

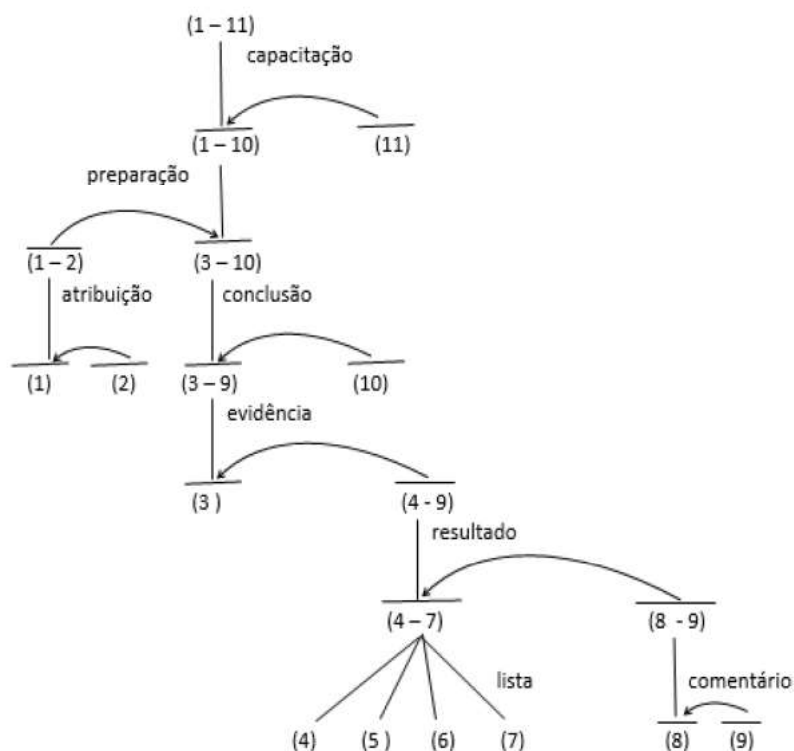


Figura 5b – Diagrama que ilustra a análise da macroestrutura de um texto do gênero artigo de opinião por Correia (2018).
Fonte: CORREIA, 2018.

As Figuras 5a e 5b apresentam o resultado da análise de um texto do gênero artigo de opinião feita por Correia (2018). Na Figura 5a, é apresentada a estrutura retórica com a indicação das porções do texto; a Figura 5b corresponde a uma versão simplificada da figura anterior, contendo apenas os números das porções, representando a macroestrutura do texto. As análises de Correia (2011) revelaram uma macroestrutura retórica típica para o artigo de opinião. Primeiramente, foi percebida a emergência, em todos os textos, da relação de Preparação entre os elementos do Bloco Informacional 1 (título e autor) e o restante do texto, sendo este o núcleo da relação. Tal relação foi proposta pela autora nesse trabalho, cuja definição se apresenta a seguir:

Quadro 5 – Definição da relação de Apresentação

APRESENTAÇÃO

Restrições sobre N: não há

Restrições sobre S: S é criado a partir do conteúdo veiculado por N.

Restrições sobre N+S: S apresenta uma informação que alerta o leitor para o conteúdo de N.

Efeito: o leitor reconhece que S convida à leitura de N.

Fonte: CORREIA, 2011.

Diante do fato de que se trata de uma relação cujo efeito é o reconhecimento, por parte do leitor, da relação semântica entre o satélite e o núcleo, pode-se considerar que se trata de uma relação de conteúdo (MANN; THOMPSON, 1992; FUCHS; GIERING, 2008). Em Correia (2018), porém, como visto nas Figuras 5a e 5b, foi percebida a emergência de uma relação de Preparação nesse ponto do texto, o que é corroborado pela RST: a análise da estrutura retórica não é centrada apenas no texto, mas também no diálogo entre o texto e o leitor; sendo assim, análises em diferentes contextos, pelo mesmo analista ou por analistas diferentes, podem revelar estruturas retóricas diferentes.

Em todos os textos examinados por Correia (2018), como se trata de artigos de opinião, a unidade central foi tida como a opinião do autor. Foram observadas, para o processo de argumentação em defesa da unidade central, relações como a de Evidência, que consta na Figura 5b. As relações que mais emergiram da análise da autora, em ambos os trabalhos, foram a relação multinuclear de Lista e as relações multinucleares de Elaboração (CORREIA, 2011), Evidência e Avaliação (CORREIA, 2018). A presença constante da relação de Elaboração se justifica, conforme a autora, “pela possibilidade de

agregar mais detalhes sobre uma determinada situação” (CORREIA, 2011, p. 101). Já a relação de Evidência foi avaliada como provavelmente recorrente em artigos de opinião “uma vez que, para persuadir o leitor, o produtor sempre vai se valer de fatos ou dados que evidenciem uma afirmação” (CORREIA, 2018, p. 175). Por fim, a relação de Avaliação “possibilitou ao produtor fazer inserções avaliativas, ou seja, apresentar juízo de valor a respeito de determinadas ideias” (CORREIA, 2018, p. 176).

Outra relação recorrente nas análises da autora tem relação como o último Bloco Informacional do texto, que tece conclusões a respeito do tema tratado. Tal relação foi a de Conclusão, cujo efeito é o reconhecimento, por parte do leitor, de que o satélite traz uma conclusão advinda da interpretação do conteúdo do núcleo. Quanto a elementos como local e data de publicação e autoria do texto, a autora percebeu a emergência, das relações de Capacitação e de Atribuição respectivamente. A relação de Atribuição, em geral, esteve presente no Bloco Informacional 1, a qual, juntamente com o título, compunha o satélite da relação de Apresentação ou de Preparação, conforme afirmado anteriormente.

Outras relações observadas ao longo dos textos analisados em ambos os trabalhos foram:

- Relações de conteúdo (via hipotática): Adição (também proposta pela autora), Resumo, Resultado, Comentário
- Relações de apresentação (via apresentativa): Justificativa, Antítese
- Relações multinucleares: Contraste

São evidentes, portanto, as contribuições dos trabalhos da autora para a caracterização do gênero artigo de opinião, complementando os estudos apresentados na seção 1.2 desta tese, uma vez que podemos perceber os aspectos mais recorrentes da estrutura retórica do gênero textual em estudo.

2.4 O MODELO DE VAN DIJK PARA A MACROESTRUTURA DO DISCURSO

Os estudos de Kintsch e de van Dijk sobre as macroestruturas foram desenvolvidos em diversos trabalhos, especialmente das décadas de 1970 e 1980 (VAN DIJK, 1978, 1998; KINTSCH; VAN DIJK, 1983; 1985). Esses trabalhos estabelecem, de forma semelhante à RST, um quadro teórico que aborda a hierarquia textual. Trata-se de um modelo que postula a existência de macroproposições no discurso, as quais correspondem a proposições derivadas de sequências de proposições enunciadas no

discurso e que dão conta da organização e da coerência global do texto, em contrapartida a um nível de coerência local.

A visão de macroestrutura de van Dijk (1980) parte da percepção de que fazemos uma diferenciação entre estruturas globais e estruturas locais, tanto para objetos quanto para fenômenos. Em um nível local, uma parte é tida como um elemento ou uma propriedade de um todo, que corresponde a um nível global. Essas partes podem ser consideradas como detalhamentos do todo: de um ponto de vista, percebemos os detalhes de um objeto ou fenômeno; de outro, em contrapartida, os detalhes passam despercebidos e nos concentramos no todo. Isso, para o autor, se aplica a elementos variados: imagens, objetos, filmes, textos etc. Algo que permite visualizar essa percepção de um nível global e de um nível local é a técnica de pontilhismo criada por Georges Seurat, como na Figura 6 a seguir. Por um lado, em um nível local, o que se percebe são os pontos que formam a obra de arte; entretanto, em um nível global, vislumbra-se a cena ou a paisagem pintada pelo artista:

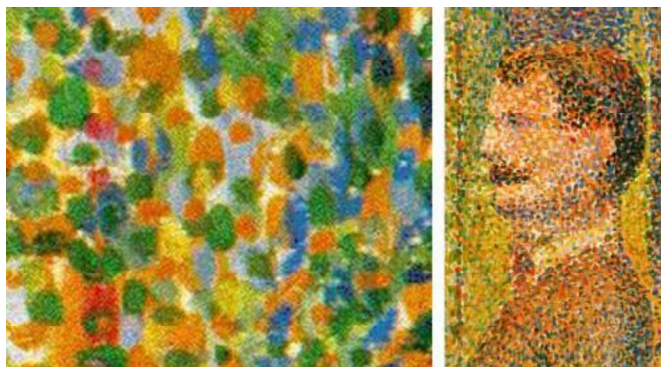


Figura 6 – Relação entre local e global na técnica do pontilhismo.

Fonte: Disponível em <<https://www.principlegallery.com/technique-tuesday-pointillism-take-two/>>. Acesso em: 18 jun. 2021.

Além dessa comparação com o pontilhismo, em que tomamos apenas um nível local e um nível global, essa percepção ocorre em outros níveis diferentes entre esses dois extremos: níveis mais particulares e níveis mais globais ou abstratos.

Ao discurso também se aplica essa percepção de diferentes níveis de detalhamento no que tange à sua descrição. Nesse caso, van Dijk (1980) afirma a existência de elementos de menor e de maior importância ou relevância, que são percebidos de forma natural pelos usuários da língua. Assim, ao enunciarem ou interpretarem um texto, os falantes de uma língua fazem, de forma implícita ou explícita, uma distinção entre global e local. Da mesma forma que ocorre com objetos, é possível que uma pessoa se concentre nos detalhes de um discurso, em partes maiores ou no todo desse discurso. Quando ela se

concentra nesses dois últimos, o foco está no ponto ou nos pontos principais: o(s) elemento(s) mais relevantes, importantes, centrais, proeminentes ou cruciais daquilo que foi ou está sendo dito.

A partir de toda essa contextualização, van Dijk (1980) parte dessa diferenciação entre global e local para definir macroestrutura. A macroestrutura corresponde a um conceito que explica o conteúdo global de um discurso. Quando se leva em conta o nível local, encontram-se as proposições que são representadas por sentenças ou por sequências de sentenças, que podem ser tratadas também como orações ou sequências de orações (períodos). Entretanto, como afirmado por Jubran (2015) e pelo próprio van Dijk (1980), o estudo do texto apenas no nível da oração é limitado e não dá conta dos seus significados globais. Assim, faz-se necessário que se vá além desse nível local e que se observem níveis mais globais para que seja percebido o sentido do texto como um todo, os quais são também conhecidos como tópicos ou ideias principais do texto. Essa necessidade pode ser considerada uma propriedade do discurso: “unicamente as sequências de orações que possuam uma macroestrutura serão denominadas (teoricamente) textos” (VAN DIJK, 1978, p. 55, tradução nossa). Como, a todo momento, fala-se em significados globais e locais, percebe-se, então, que “essas macroestruturas são de natureza semântica. A macroestrutura de um texto é, por isso, uma representação abstrata da estrutura global de significado de um texto” (VAN DIJK, 1978, p. 55, tradução nossa), não se sendo ela uma propriedade da forma nem do estilo.

Da mesma forma que uma sequência de orações se pauta pelo aspecto da coerência (entre outros) para se constituir um texto, a macroestrutura fornece as bases para se perceber a coerência global do discurso, que também é essencial para o estabelecimento do seu significado global. Segundo Kintsch e van Dijk (1983), nos estudos sobre texto e discurso, a coerência é vista tanto no nível local quanto no global. No nível local, ela é definida a partir da relação entre proposições expressas por orações e sequências de orações. Trata-se de uma coerência linear. Por sua vez, a macroestrutura indica a coerência não apenas entre os tópicos de um mesmo nível, mas também entre diferentes níveis, o que é condição essencial para a compreensão do discurso. Assim, a macroestrutura é necessária para que se perceba essa coerência global do discurso, que se manifesta por meio de referências globais, de tópicos e de temas. A existência de uma macroestrutura no nível global, portanto, pressupõe a existência de uma microestrutura no nível local. van Dijk (1978, 1980), apesar de preferir evitar o termo microestrutura, considera-o, grosso modo, como o nível das orações e sequências de orações (períodos).

Apesar disso, em van Dijk (1980), o autor afirma que isso depende muito do ponto de vista do interlocutor. Conforme afirmado anteriormente, é possível que uma pessoa, diante de um fenômeno ou diante de um discurso, concentre-se no todo ou nos seus detalhes, considerando-se diferentes níveis de detalhes. Assim, a noção de microestrutura torna-se relativa, uma vez que, dependendo do ponto de vista, um nível macroestrutural é microestrutural em relação aos níveis “acima” dele. Nesse caso, cabe ao analista definir o que está considerando como microestrutura.

Além do seu aspecto semântico, van Dijk (1980) postula também um aspecto cognitivo para a macroestrutura do discurso. Para ele, o conceito de macroestrutura se associa ao processamento de informação complexa. A informação é considerada complexa a partir do momento que vai além da capacidade da memória de curto termo (MCT), o que é relativo para cada usuário da língua, em função de diferentes fatores, como, por exemplo, o seu conhecimento prévio diante da leitura de um texto. Em linhas gerais, a MCT é capaz de armazenar em torno de sete unidades semânticas, apesar de não ser necessário preencher esse espaço para que surja a necessidade da macroestrutura. Não se trata de algo cientificamente definido, porém, a partir da complexificação da informação, tem-se a importância de se resumir o conteúdo em torno de núcleos semânticos ou tópicos, elementos mais importantes ou relevantes para a estrutura semântica do discurso. Essa definição do que é mais relevante ocorre pelo que o autor chama de macrorregras. Trata-se de processos que levam à identificação daquilo que é central em um discurso e que levam à composição da macroestrutura. van Dijk (1980) postula as seguintes macrorregras:

- Apagamento: remoção das proposições que não são relevantes para a interpretação de outras proposições do discurso.
- Seleção: em contrapartida ao apagamento, trata-se da identificação de proposições que são condições para a interpretação do discurso. Essas duas macrorregras correspondem à identificação dos “detalhes irrelevantes” para a construção do tema ou do tópico.
- Generalização: elaboração de uma proposição que é conceitualmente mais genérica em relação a uma sequência de proposições, como um denominador comum entre essas proposições, um superconceito.

- Construção: agrupamento de uma sequência de proposições, que são substituídas por uma proposição que representa o fato global indicado por aquela sequência.

Percebe-se que as definições das macrorregras são bastante semelhantes, o que as torna de difícil compreensão. Em geral, elas se diferenciam pela natureza do conteúdo sobre o qual são aplicadas. No caso das macrorregras de apagamento e seleção, o foco da primeira está no material a ser removido, que é considerado acidental, não representando um aspecto essencial daquilo a que se faz referência, ao passo que, na segunda, o foco está no que será mantido, ou seja, nos aspectos que são considerados essenciais. No caso das macrorregras de generalização e construção, trata-se, no primeiro caso, de um superconceito, ou seja, algo que inclui todos os elementos da representação conceitualmente; no segundo caso, infere-se uma macroproposição a partir da combinação de proposições, como uma sequência (FARIAS, 2000). A partir da aplicação das macrorregras, é possível elaborar um diagrama que indica a estrutura semântica global de um discurso, conforme a imagem a seguir:

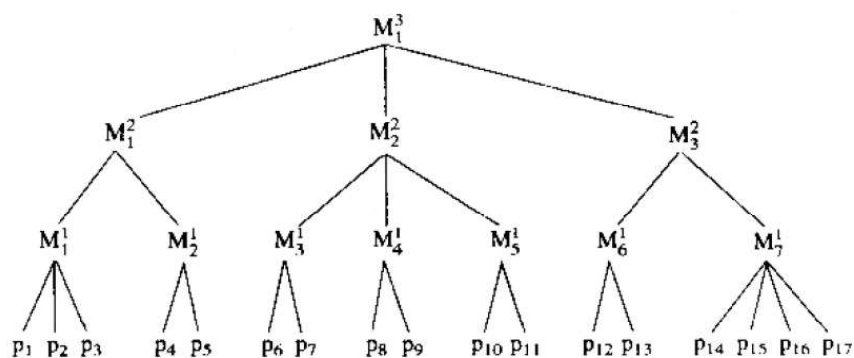


Figura 7 – Diagrama que representa a estrutura global de um discurso.

Fonte: VAN DIJK (1980).

Nesse diagrama, P representa as proposições encontradas na microestrutura do texto. Seus agrupamentos levam ao nível seguinte, representado por M^1 , que corresponde ao primeiro nível, mais particular, da macroestrutura. Por sua vez, esses elementos são agrupados em tópicos mais abstratos, representados por M^2 . Por fim, chega-se ao nível mais global de significado do texto, que corresponde ao texto como um todo, representado por M^3 . Ressalta-se que essa estrutura semântica varia de acordo com o discurso, e as proposições a que correspondem cada elemento dependem da interpretação do interlocutor. Assim, um discurso pode apresentar um número menor ou maior de níveis.

A macroestrutura, bem como a sua construção, está relacionada essencialmente a processos que têm como base a identificação de tópicos dentro de um discurso, sendo a aplicação mais direta desse modelo a elaboração de resumos, estudada sob essa ótica por um número considerável de trabalhos, como Farias (2000) e Moraes (2017). Farias (2000) aborda as bases teóricas de Kintsch e van Dijk (1983, 1985) para a elaboração de resumos, mostrando como as macrorregras são empregadas para a geração da macroestrutura, e como a macroestrutura, que se forma automaticamente diante da leitura de um texto, tem relação com essa produção do resumo. O autor inclui também experimentos realizados por Kintsch e van Dijk que mostram evidências desse processo. Moraes (2017), por sua vez, apresenta a aplicação das noções de macroestrutura e microestrutura de van Dijk para a produção de resumos de artigos de opinião por alunos do Ensino Médio. Nesse sentido, o autor desenvolveu atividades em sala de aula que aplicaram as noções de micro e macroestrutura em uma sequência de aulas, sendo feita, depois, a análise dos resumos produzidos e a identificação das contribuições desses conceitos para a atividade.

2.4.1 MACROESTRUTURAS PRAGMÁTICAS (VAN DIJK, 1980; 1998)

Da mesma forma que a microestrutura, a macroestrutura tem também um caráter pragmático, aspecto que mais nos interessa neste trabalho. Segundo van Dijk (1980), “língua e discurso estão diretamente associados com ação social e interação. Quando falamos ou escrevemos, alcançamos certos tipos de ação social, ou seja, atos de fala, que têm um papel importante na interação social” (p. 5, tradução nossa). Assim, da mesma forma que na microestrutura, em que os enunciados representam ações sociais, ou atos de fala, os elementos da macroestrutura também representam ações sociais eles mesmos. Se o discurso, na sua estrutura linguística, se organiza por meio de sequências de proposições, o mesmo ocorre na sua estrutura pragmática: uma organização em torno de sequências de atos de fala.

Não sendo trabalhada por apenas um, mas vários estudiosos, a Teoria dos Atos de Fala, alcunhada de pragmática de terceiro grau por Armengaud (2006) parte do pressuposto de que “a unidade mínima da comunicação humana não é nem a frase nem qualquer outra expressão. É a realização (*performance*) de alguns tipos de ato” (p. 99). De fato, as orações que enunciamos são produzidas em contextos de comunicação e interação, de modo que são compostas não só pelo seu conteúdo semântico e sua organização sintática, mas têm ainda como propriedade fundamental o fato de exercerem funções específicas dentro do discurso; em outras palavras, de gerarem a realização de

ações por parte do interlocutor. Por exemplo: em uma dada situação de comunicação, um usuário da língua pode produzir o enunciado “Você ouviu esse barulho?”. Percebemos os aspectos semânticos e sintáticos, bem como o contexto ao redor desse enunciado, mas, além disso, é possível deduzir também uma ação a ser executada a partir da sua produção: ela pode corresponder a um pedido para que a outra pessoa verifique a fonte do barulho; pode ainda estar convidando a outra pessoa para se esconder do que quer que esteja produzindo o barulho, entre outras possibilidades. A pragmática como disciplina estabelece, portanto, a conexão entre a forma, o significado e o contexto, analisando a função ou a força ilocucionária dos atos de fala (VAN DIJK, 1998).

Conforme a teoria do filósofo John Langshaw Austin (AUSTIN, 1990), os atos de fala podem ser do tipo ilocucionários ou perlocucionários. Os do primeiro tipo correspondem ao que se faz quando se diz algo. van Dijk (1980) os caracteriza como a ação social alcançada por um enunciado em determinado contexto. Para que eles ocorram, segundo o autor, faz-se necessária a presença de um ouvinte (ou de um leitor, no caso do texto escrito), bem como a existência de determinadas relações entre o falante e o ouvinte, além de um propósito elementar subjacente ao discurso, que é o de modificar o estado do ouvinte. Armengaud (2006) afirma, ademais, que alguns atos de fala “são suficientemente definidos pelas regras gerais da linguagem”, mas que “outros realmente dependem de que certas condições extralinguísticas, mas ainda convencionais, se realizem: condições institucionais de dimensão social” (p. 100), como o que é afirmado por van Dijk (1980).

Austin (1990) postula também a existência de atos perlocucionários, que correspondem aos efeitos produzidos pelos enunciados no interlocutor. Segundo Armengaud (2006), “muitos atos ilocucionários, começando simplesmente com afirmar, são realizados em vista de produzir efeitos perlocucionários” (p. 101). Isso parece fazer referência à ideia de que os atos de fala ilocucionários são produzidos com a intenção de que o interlocutor faça a interpretação esperada, ou seja, execute a ação esperada pelo ato de fala, o que não pode, porém, ser controlado pelo falante. Assim, o ato perlocucionário só tem o seu sucesso quando essa ação é executada.

Apesar de terem sido estudados isoladamente por Austin, é fato que os atos de fala não ocorrem de forma isolada (VAN DIJK, 1998; ARMENGAUD, 2006). Fala-se, por isso, em seqüências de atos de fala que, segundo van Dijk (1980), é um conjunto desses atos produzidos em uma situação linguística, os quais formam uma unidade entre si. Essa conexão entre atos de fala se estabelece por meio de condições ou conseqüências um do outro, tendo em vista que um ato de fala tem como premissa uma mudança de contexto,

a qual permite a produção de novos atos de fala. “Cada ato de fala durante uma conversação é tomado em uma trama de pressões sequenciais com uma limitada escolha de ‘movimentos’” (ARMENGAUD, 2006, p. 103). As sequências de atos de fala são caracterizadas também pela sua coerência. Dada uma situação de comunicação, com os usuários da língua nela envolvidos, existe uma homogeneidade nos atos de fala que pertencem a uma sequência. É com base nisso que, conforme a autora, por exemplo, não se dá uma ordem e se pede desculpas em sequência, pois há condições de conveniência para que atos de fala existam em sequência uns dos outros. Outro aspecto é o fato de que elas são orientadas a partir de um objetivo. Um ato de fala se conecta a outro e, em sequência, a outros de forma a se alcançar determinado propósito comunicativo (VAN DIJK, 1980).

Em van Dijk (1980), o autor postula que “dois atos de fala são conectados se um é condição (ou consequência) do outro” (p. 181, tradução nossa). Um exemplo é a sequência traduzida a partir do exemplo do autor: “Estou ocupado. Portanto, silêncio!”. O primeiro enunciado corresponde ao ato de fala de informar o estado em que o falante se encontra. Por sua vez, no segundo enunciado, é feito um pedido para que o interlocutor pare de falar. O primeiro ato de fala é, pela análise do autor, uma condição para o pedido no segundo ato. Por sua vez, o segundo é consequência do primeiro. Em van Dijk (1998), é afirmado que “as condições de saída (*output conditions*) do primeiro ato de fala devem ser idênticas às condições de entrada (*input conditions*) do ato de fala seguinte, e assim sucessivamente para os demais atos de fala da sequência” (p. 64). Tomando o exemplo de 1980 novamente, a condição de saída do primeiro ato é que o interlocutor esteja informado de que o falante está ocupado, o que se torna condição de entrada para o segundo ato de fala, pois existe a necessidade de uma informação como motivo para que ocorra um pedido. Outras funções possíveis entre atos de fala de uma sequência são especificação, correção, certificação etc.

As sequências de atos de fala são percebidas então por van Dijk (1980) como atos de fala globais, ao que o autor chama de macroatos de fala, da mesma forma que sequências de proposições compõem macroproposições do discurso. Se algumas proposições são vistas como auxiliares na composição de proposições mais globais, o mesmo ocorre com os atos de fala. Alguns atos de fala em uma sequência são vistos como auxiliares para se alcançar um objetivo mais global. Esse caráter auxiliar leva a uma função de possibilitar a existência de outros atos de fala, ou mesmo fazer com que outros atos, ou o ato global, sejam mais efetivos.

Por isso, para que uma sequência componha um macroato de fala, esses atos individuais devem ser linearmente conectados e, sendo o discurso que os realiza linearmente coerente, satisfazendo todas as condições para que exista uma sequência (VAN DIJK, 1998). Da mesma forma que para as proposições, as macrorregras estabelecidas pelo autor podem ser aplicadas de forma a se determinar o ato de fala mais global, um ato de fala principal que é realizado por atos de fala individuais: construção, deleção, generalização etc. Trata-se, assim, de um processo hierárquico: enunciados individuais realizam atos de fala individuais, os quais, em sequência, funcionam de forma a compor um ato de fala mais global, alcançando objetivos globais com o discurso produzido.

Tal aspecto funcional do discurso possui uma forte aproximação entre a Teoria da Estrutura Retórica e a Teoria dos Atos de Fala, bem como o que postulam Grosz e Sidner (1986) a respeito da estrutura intencional do discurso, conforme apontado por Fuchs e Giering (2006) e por Pardo (2005), respectivamente. Nesse contexto, a seção seguinte trata dessas relações entre as teorias abordadas.

2.5 A TEORIA DA ESTRUTURA RETÓRICA E A MACROESTRUTURA PRAGMÁTICA DO DISCURSO

Conforme afirmado por Bernardez (1990), a Teoria da Estrutura Retórica e o modelo de macroestrutura de Kintsch e van Dijk são quadros teóricos que veem, através de perspectivas diferentes, um mesmo fenômeno: as macroestruturas textuais. Mais especificamente, a macroestrutura pragmática do discurso, o que traz também uma aproximação com os estudos sobre a estrutura intencional do discurso (GROSZ; SIDNER, 1986). Por isso, são percebidos pontos em que essas teorias se aproximam, tendo elas conceitos semelhantes, bem como pontos em que discordam entre si.

Um elemento de divergência entre os dois estudos recai sobre o objeto de análise de cada um, que se localiza na discussão entre texto e discurso. A RST deixa claro que o seu objeto de análise é o texto escrito como visto pelo sociointeracionismo linguístico: um lugar de interação entre autor e leitor, que não possui sentidos prontos, mas cujos sentidos são construídos, partindo do pressuposto de que a interpretação corresponde a um jogo entre leitor, texto e autor. Nesse processo, são construídos sentidos a partir da leitura do texto, o que se relaciona, na RST, ao processo de emergência das relações retóricas no momento da interpretação do texto. Daí também, diz-se que é possível encontrar diferentes estruturas retóricas para um mesmo texto, de acordo com a leitura

feita por determinado leitor (KOCH, ELIAS, 2018; MARCUSCHI, 2008). Por sua vez, van Dijk (1980) afirma que o discurso deve ser tomado como objeto de análise em função do caráter observacional, mais prático, ao passo que o texto é subjacente a ele, sendo, portanto, um conceito mais teórico. Diante dessa discussão, uma vez que o quadro teórico principal deste trabalho é a RST, será empregado o termo **texto** em todas as instâncias em que ocorre essa dissonância.

A RST se concentra no emprego da oração como unidade de análise, de modo que são percebidas as diferentes possibilidades de articulação entre essas orações. Entretanto, o estudo de van Dijk (1980) traz a possibilidade de outros níveis de análise, sinalizada por Taboada e Mann (2006) em relação à RST, níveis esses que correspondem aos agrupamentos de frases em tornos de unidades como o parágrafo. Assim, temos uma possível unidade de análise em função do que van Dijk postula como macroproposições, que são as proposições identificadas em um texto a partir da observação de um elemento em comum entre sequências de orações. O parágrafo, conforme afirmado por Garcia (2010), gira em torno de um tópico, o tópico frasal, que corresponde, em algumas instâncias, à macroproposição de van Dijk. Nesse sentido, torna-se possível empregar essa macroproposição como unidade de análise. Fontel (2019) faz uso dessa possibilidade em seu estudo, ao tomar como unidade de análise o tópico discursivo conforme postulado por Jubran (2015) para estudar o gênero crônica à luz da RST. Neste trabalho, conforme será explicitado no capítulo 3, sobre a metodologia da pesquisa, será empregado o parágrafo como unidade de análise.

Isso se faz possível a partir da combinação entre a noção de unidade de informação conforme Chafe (1994) e Halliday e Matthiessen (2014) e o modelo das macroestruturas de van Dijk (1980). Quando tomamos as macroproposições como proposições globais que representam uma sequência de proposições locais, concentrando o seu conteúdo semântico mais relevante, essa sequência se torna uma possível unidade de informação, já que possui uma extensão armazenável na nossa memória de curto termo. Em outras palavras, uma informação complexa é simplificada, o que facilita os processos de retomada, de levantamento, confirmação e / ou rejeição de hipóteses (KOCH; ELIAS, 2018).

A emergência de relações núcleo-satélite propostas por Mann e Thompson (1988) parte do pressuposto de que existe, entre duas orações, uma que é mais central em relação à outra, principalmente em relação aos propósitos do autor ou mesmo ao gênero textual. Por exemplo, em uma campanha publicitária cujo *slogan* é “Anunciou, vendeu!”,

conforme estudado por Campos (2012), o núcleo é “vendeu”, uma vez que a publicidade tem como objetivo que o leitor sinta que irá vender caso anuncie naquele jornal. Por sua vez, “Anunciou” é o satélite, que é uma porção mais ancilar ao núcleo, ou seja, traz um conteúdo semântico que serve de suporte ao conteúdo do núcleo, mas não é central para os propósitos do autor. Isso, ao analisarmos o diagrama da estrutura retórica do texto, se repete ao longo de outros níveis dessa hierarquia. Nesse tocante, no quadro teórico de van Dijk (1980), as macroestruturas possuem relação direta com essas porções de texto que são mais centrais. Ao se observar as relações retóricas de diferentes níveis hierárquicos no texto, são identificadas essas porções mais centrais entre porções maiores, que correspondem, em certa medida, às macroproposições. Isso ocorre em certa medida porque algumas das macrorregras de van Dijk operam de maneira diferente e não permitem que se identifique a unidade central. Assim, isso se restringe às macrorregras de seleção e apagamento, que atuam sobre o conteúdo expresso pelo texto e selecionam aquilo que é condição para a interpretação do texto e apagam o que não é. Em outras palavras, selecionam aquilo que é considerado pela RST como núcleo da relação mononuclear e apagam o que é satélite.

Entretanto, existe uma visão diferente por parte de ambas as teorias no que tange ao status que o satélite e o núcleo possuem em relação ao texto. Para van Dijk (1980), o tópico é “o aspecto mais relevante, importante, central, proeminente ou crucial do que foi dito” (p. 5, tradução nossa). Mann e Thompson (1988), por sua vez, não tratam da diferença entre núcleo e satélite como graus diferentes de importância. Ambos são importantes, na visão da RST, para a construção do sentido do texto, porém o núcleo tem um valor mais central e o satélite tem um valor de suporte ao núcleo. O que é afirmado pelos autores é que o núcleo é mais ligado aos propósitos do autor, bem como é mais capaz de existir sem o satélite, ao passo que este depende do núcleo para existir. Apesar disso, é importante ressaltar que van Dijk aproxima sua teoria do processo de produção de resumos, bem como do processamento de informação complexa. Nesse sentido, o processo de apagamento se dá em função da necessidade, por um lado, de se produzir um texto que tem como pressuposto o apagamento da informação que não é relevante, e, por outro, de seleção daquilo que é mais importante para armazenamento na nossa memória de curto termo. O estudo de Mann e Thompson tem como base o estudo da hierarquia do texto, apenas mencionando a questão da produção de resumos. Estudos como o de Iruskieta *et al.* (2015) e Iruskieta, Labaka e Antonio (2016), por exemplo, já lidam com a

produção automática de resumos e, por isso, levam em conta a ideia da manutenção da unidade central, com conseqüente apagamento dos satélites.

Além dos aspectos apresentados, o maior ponto de convergência entre a RST e o modelo das macroestruturas do discurso tem a ver com as relações retóricas e os macroatos de fala propostos por van Dijk (1980, 1998), o que se relaciona também com a estrutura intencional do discurso (GROSZ; SIDNER, 1986). Um dos postulados da RST é o de que, da combinação entre duas porções de texto, emerge uma relação implícita, a relação retórica, que corresponde a uma interpretação, por parte do analista, do efeito que foi plausivelmente objetivado pelo autor ao combinar essas duas porções. Isso tem relação, conforme afirmado anteriormente, com o aspecto intencional do discurso. Pardo (2005) afirma que as intenções são o aspecto elementar para as análises à luz da RST, apesar de não serem explicitadas no campo Efeito das relações retóricas. Nesse sentido, na medida em que os estudos de Grosz e Sinder modelam “as intenções do discurso em termos das relações intencionais” (PARDO, 2005, p. 17), esse trabalho tem um caráter complementar à RST.

Trata-se, conforme Mann e Thompson (1988), do aspecto funcional desse processo de análise, pois ele observa esse efeito, que pode ser o de levar o leitor ao reconhecimento da existência de uma relação semântica entre duas porções ou à inclinação para determinada ação, seja ela de acreditar em uma informação ou de se sentir motivado a executar determinada ação. Nesse tocante, van Dijk (1980) também afirma que os elementos do discurso possuem um aspecto funcional, uma determinada ação social, que é intrínseca ao processo de enunciação: quando produzimos um discurso, expressamos também um objetivo subjacente pretendido – informar algo, prometer, alertar, solicitar algo etc. – que são chamados de atos de fala. Assim, conceito de ato de fala, em certa medida, corresponde ao campo Efeito das relações retóricas da RST.

Isso ocorre em certa medida devido ao fato de que, conforme os estudos sobre atos de fala de Austin (1990), existem atos ilocucionários e perlocucionários, o que é também retomado por van Dijk (1980). O efeito das relações retóricas da RST corresponderia aos atos perlocucionários, haja vista que eles correspondem aos efeitos produzidos pelos enunciados no interlocutor (no caso da RST, no leitor). Armengaud (2006) cita como “exemplos de efeitos perlocucionários: ficar convencido, emocionado, irritado, intimidado” (p. 101). O campo efeito da relação de Motivação, por exemplo, é o de que “o desejo do leitor de executar a ação apresentada no núcleo é aumentado” (MANN; MATTHIESSEN; THOMPSON, 1992, p. 70); já o campo efeito da relação de Condição

é o de que o “leitor reconhece de que forma a realização do núcleo depende da realização do satélite” (TABOADA; MANN, 2021[2005]). Percebe-se que o campo efeito das relações retóricas corresponde ao efeito almejado pelo autor sobre o leitor, e não exatamente ao “que se faz quando se fala” (ARMENGAUD, 2006, p. 100), que é o ato ilocucionário.

Da mesma forma que existem atos de fala no nível local, esses atos de fala compõem atos de fala mais globais. As macrorregras postuladas por van Dijk (1980) se aplicam de maneira semelhante ao que ocorre com as macroproposições, de modo que, diante do processamento de informação complexa, atos de fala menos importantes ou menos relevantes são apagados e são selecionados aqueles que são mais proeminentes. Isso compõe o que o autor chama de macroatos de fala. Algo semelhante ocorre em uma análise à luz da RST. As relações retóricas são observadas não apenas entre porções adjacentes de texto, mas também em outros níveis da hierarquia textual, como podemos perceber na Figura 8 na página seguinte.

O diagrama representado na Figura 8 foi elaborado a partir da análise do texto “Por que a BNCC devia preocupar as famílias brasileiras” (FAVRETTO, 2019), um dos textos estudados nesta tese, cuja análise será detalhada no Capítulo 4. Ele revela a estrutura retórica de um artigo de opinião. Nele, podemos perceber a emergência de relações retóricas entre porções de texto no nível local, como a relação de Evidência entre as unidades 4 e 5 e a relação de Justificativa entre as unidades 20 e 21. Entretanto, é possível perceber que relações retóricas emergem também em níveis mais globais do texto, que são representados pelas combinações entre sequências de porções textuais. Um exemplo é a relação retórica de Motivação, entre a unidade 13 e a porção 14-17. As relações retóricas de Sequência, entre as unidades 14 e 15, e de Evidência, entre as unidades 16 e 17, podem ser consideradas uma sequência de atos de fala, que está a serviço da relação retórica de Analogia. Esta, por sua vez, está a serviço da relação de Motivação. Isso revela a existência de efeitos pretendidos pelo autor do texto em níveis mais globais, como os macroatos de fala indicados por van Dijk (1980). Em um processo de sumarização automática (IRUSKIETA *et al.*, 2015) ou de produção de um resumo (VAN DIJK, 1980; MORAES, 2017), as porções 14-17 seriam mais passíveis de apagamento, já que podem ser consideradas menos ligadas aos propósitos do autor, o que não quer dizer, pela RST, menos importantes.

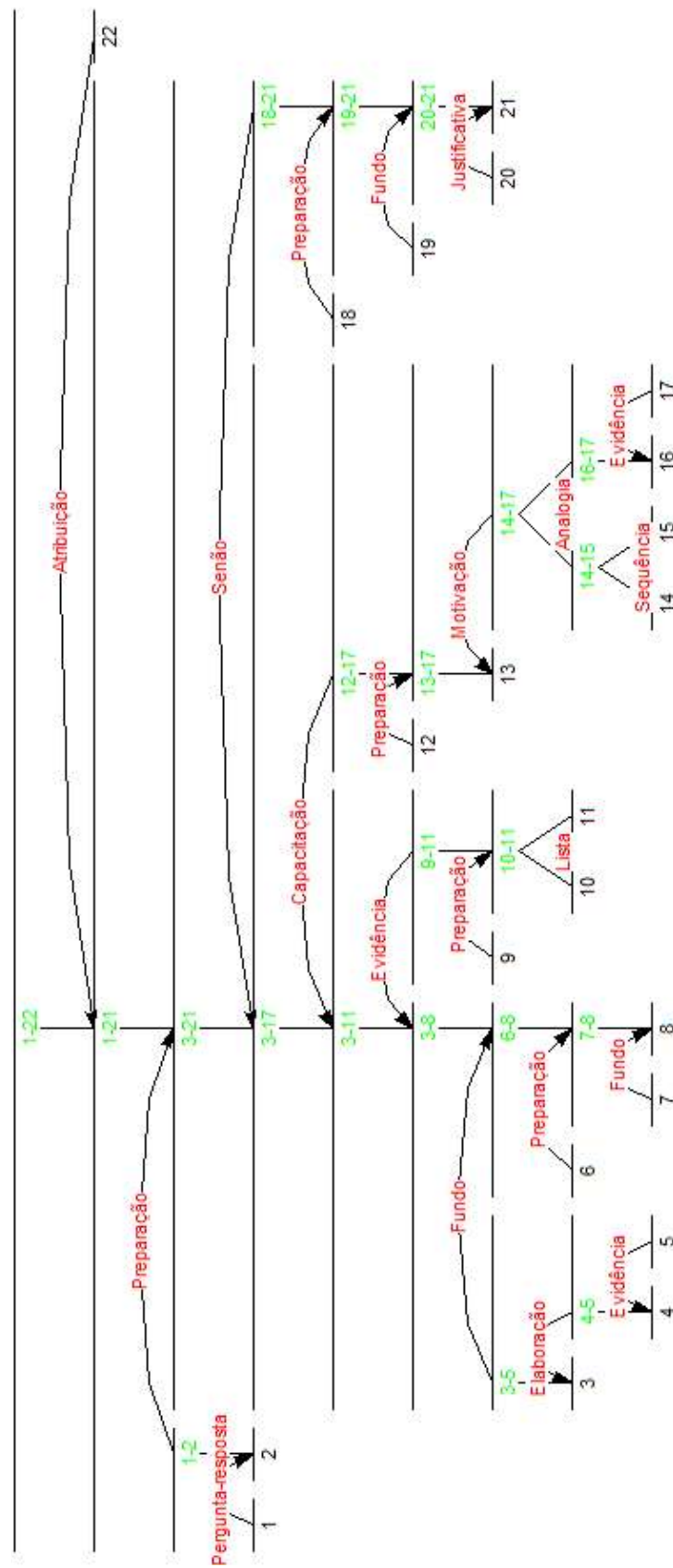


Figura 8 – Exemplo de diagrama RST para um artigo de opinião.

Fonte: Elaborado pelo autor.

É possível perceber, portanto, uma semelhança entre os diagramas da RST e o diagrama que representa a estrutura semântica de um texto conforme van Dijk (1980). Se comparamos a Figura 7 com a Figura 8, percebemos que ambas apresentam a hierarquia do texto, indicando como as porções de texto se combinam em diferentes níveis de abstração, representando diferentes perspectivas de um mesmo fenômeno: o processamento de informação complexa e o aspecto pragmático desse processamento. Assim, trata-se de diagramas que se complementam, uma vez que o diagrama proposto por van Dijk (1980) expressa os níveis local e globais de sentido, ao passo que o diagrama da RST expressa o efeito pragmático por meio das relações retóricas entre as porções.

Partimos, no capítulo seguinte portanto, para a apresentação da metodologia que guiou esta pesquisa, contemplando o tipo de pesquisa e a composição do *corpus*, bem como os procedimentos de análise realizados.

CAPÍTULO 3: METODOLOGIA

3.1 TIPO DE PESQUISA E COMPOSIÇÃO DO *CORPUS*

A análise realizada neste trabalho foi do tipo descritiva conforme Leite (2008), que afirma que essa modalidade é utilizada “para descrever e explicar determinados fenômenos socioeconômicos, político-administrativos, contábeis e psicossociais, matemático-estatísticos e técnico-linguísticos” (p. 52). Para a execução dessa análise, foi construído um *corpus* conforme os objetivos estabelecidos para esta pesquisa. Segundo Bauer e Aarts (2015), um *corpus* é estruturado a partir de parâmetros como o canal, a temática, a função etc., categorias essas que podem ser combinadas. Deve incluir também um espectro de texto suficiente dentro da população-alvo, que é definida pelos objetivos da pesquisa. Esse espectro corresponde a uma coleção de materiais textuais definida, a partir de diferentes contextos. Quanto ao número de textos, os autores afirmam que o tamanho do *corpus* é menos relevante: merece maior atenção a sua representatividade.

Diante disso, foi composto um *corpus* contendo seis artigos de opinião a respeito do tema “ideologia de gênero”. A coleta dos artigos se deu por meio de pesquisa no site Google pelo termo “ideologia de gênero”. Tendo em vista que o objetivo deste trabalho, conforme indicado na Introdução, foi observar a organização retórica de artigos de opinião a respeito da “ideologia de gênero” por diferentes pontos de vista, optamos pela seleção de três artigos que endossam a “ideologia de gênero”, ou seja, da mesma forma que Scala (2011), por exemplo, veem a inclusão das questões de gênero de forma explícita nos planos de educação como uma tentativa de se acabar com a instituição da família, bem como de impor uma ideologia considerada por eles nefasta; e também de três artigos que refutam o emprego desse termo, trazendo bases científicas, sociais, entre outras, para mostrar que se trata de uma falácia, conforme afirmado por Furlani (2016), que afirma a inexistência de tal “ideologia”. Essa decisão se justificou pelo fato de que se trata de uma questão polêmica e com fortes argumentos por parte de ambos os lados.

Com isso em mente, foi feita, primeiramente, uma observação prévia dos títulos e dos sites onde os textos haviam sido postados, de modo a se buscar uma primeira identificação de quais textos comporiam o *corpus* da pesquisa. Foi feita, então, uma leitura superficial de alguns dos resultados da pesquisa, o que rapidamente permitia identificar a posição ideológica do texto. Buscou-se, assim, conforme Bauer e Aarts (2015), a representatividade do *corpus*. Por isso, não foi feita uma amostragem aleatória

de textos, mas uma busca detalhada pelos exemplares que atenderiam à proposta da pesquisa. Foram selecionados, com isso, os seis artigos a seguir:

- *Por que a BNCC devia preocupar as famílias brasileiras?* (FAVRETTO, 2017) – Canção Nova / Sempre Família (Gazeta do Povo) (endossa)
- *Ideologia de gênero: obscurantismo e ameaça à liberdade?* (FERRAZ, 2020) – Gazeta do Povo (endossa)
- *Artigo: A ideologia de gênero* (FACÃO, 2019) – Correio Braziliense (endossa)
- *Ideologia de gênero | Artigo* (VARELLA, 2019) – Drauzio / UOL (refuta)
- *Existe “ideologia de gênero”?* (NOGUEIRA, 2019) – Brasil de Fato (refuta)
- *A cruzada contra a “ideologia de gênero” desprotege crianças e adolescentes* (GUASCO, 2019) – Carta Capital (refuta)

Para facilitar a identificação dos textos, aos artigos de Favretto (2017), Falcão (2019) e Ferraz (2020), que endossam a “ideologia de gênero” (textos E), foram designadas as siglas E1, E2 e E3 respectivamente; e, aos textos de Varella (2019), Nogueira (2019) e Oliveira (2019), que refutam o conceito (textos R), foram designadas as siglas R1, R2 e R3, respectivamente. Tais códigos serão, doravante, empregados para a nomeação dos textos ao longo das análises.

3.2 PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE

A análise levada a cabo nesta tese parte da noção de texto conforme afirmado por Bakhtin (2016), que o vê como um fenômeno dialógico, marcado pela presença de um projeto discursivo, que se enquadra dentro de uma situação de comunicação e se relaciona com outros textos. Assim, trata-se de um querer dizer por parte do autor, que se insere em uma situação de comunicação e para o qual se selecionam elementos sistêmicos em função do dialogismo: leva-se em conta, ao se produzir um texto, tanto o destinatário quanto os aspectos históricos e socioculturais que envolvem esse processo, além do próprio produtor do texto.

Os procedimentos de análise se deram, então, em função do que é postulado pela Teoria da Estrutura Retórica no que tange à segmentação do texto e à análise das relações retóricas entre as porções (*spans*) identificadas. Segundo Mann e Thompson (1988), a primeira etapa da análise textual à luz da RST é a divisão do texto em unidades. Nas palavras dos autores, “a divisão do texto em unidades deve se basear em uma classificação

isenta de teoria. Ou seja, para resultados relevantes, as unidades devem ter integridade funcional independente” (p. 248, tradução nossa). Para a determinação da unidade de análise, Decat (1999, 2014) apresenta a importância de se considerar a noção de unidade de informação conforme Chafe (1994), que postula o conceito de *idea unit* – jatos de linguagem que correspondem a um *quantum* de informação, e que estão, na mente dos interlocutores, em um estado ativo (na nossa memória de curto termo – MCT). Isso corrobora o emprego da oração como unidade de análise, conforme Mann e Thompson (1988), mas também abre espaço para o emprego de unidades de análise em outros níveis do texto, o que é sugerido por Taboada e Mann (2006), tanto acima quanto abaixo da oração.

É nesse sentido que se leva em consideração a noção de macroestrutura de van Dijk (1980), que postula que a análise textual que se limita ao nível da oração não dá conta do significado global do texto. Ele observa a diferença entre um nível global e um nível local de estruturas do discurso, que correspondem aos detalhes e à observação mais geral do texto. O ser humano, segundo o autor, naturalmente transita entre esses dois níveis, uma vez que, diante do processamento de informação complexa, ou seja, da informação que vai além do nível da oração, percebe estruturas globais que possibilitam o armazenamento de informação na MCT, facilitando o fluxo do texto e as relações de coerência. Além disso, trata-se de uma questão tanto semântica quanto pragmática: da mesma forma que são observados significados globais de texto, são percebidos também efeitos, atos de fala globais.

Um primeiro nível global (ou menos local) na estrutura de um texto é o nível dos parágrafos. Conforme Garcia (2010), o parágrafo se desenvolve em torno de uma ideia central, à qual se agregam ideias secundárias. Com isso, “facilita ao escritor a tarefa de isolar e depois ajustar convenientemente as ideias principais da sua composição, permitindo ao leitor acompanhar-lhes o desenvolvimento nos seus diferentes estágios” (p. 220). Isso está em direta consonância com o que afirma van Dijk (1980) em relação à macroestrutura textual: trata-se da percepção das ideias centrais de um texto, de modo a facilitar o acompanhamento da progressão dessas ideias para o leitor. Em função dessas características, selecionamos, então, o **parágrafo como unidade de análise** para esta pesquisa. Assim, o processo de segmentação dos textos seguiu a sua divisão em parágrafos.

Entretanto, outras características formais dos textos levantaram a necessidade de mais considerações a respeito dessa segmentação. Primeiramente, exemplares do gênero

artigo de opinião são também compostos por outros elementos além do parágrafo, como o título, o(a) autor(a) e a fonte, que compõem o Bloco Informacional 1 de acordo com Correia (2018), além da data de publicação do texto. Alguns dos textos do *corpus* desta pesquisa foram também divididos em seções, as quais continham subtítulos específicos. Outro aspecto foi a presença de *hiperlinks* para outros textos, característica da presença desses textos em meio digital. Para esses elementos dos textos, foi necessário consideração quanto ao seu status como unidades de informação. Para a RST, como teoria sociointerativa do texto, todos eles compõem a estrutura do texto, visto que fornecem dados importantes para o processo de interação autor-texto-leitor, de modo que devem ser tratados, também, como unidades de informação. Assim, além dos parágrafos, esses elementos foram considerados uma unidade de análise da seguinte forma:

- Título;
- Título auxiliar⁷;
- Data de publicação e / ou fonte, juntos;
- Subtítulos;
- Links para hipertextos, quando se referiam ao conteúdo do artigo de opinião.

Pareceu-nos cabível considerar esses elementos como unidades de análise pelo seu caráter semântico, mas, principalmente, pelo pragmático, pois foram percebidas funções específicas para esses conteúdos na análise dos textos.

Diante da segmentação dos textos, as porções foram identificadas de forma numérica. Esse nível de análise foi considerado, então, a microestrutura dos textos. van Dijk (1980) afirma que é possível analisar um texto em qualquer parte da sua macroestrutura, ou seja, é possível analisar-se níveis mais ou menos globais de texto, de acordo com o interesse do analista. Por isso, o autor evita o uso do termo microestrutura, pois ele pode designar o nível das orações, mas também pode indicar o nível mais “baixo” de análise considerado.

Ao longo do processo de análise, emergiu a necessidade de trazer diferentes denominações para níveis mais globais da estrutura textual. De maneira geral, as porções mais globais de texto foram denominadas UG_x, sigla que representou o termo “unidade global”, sendo x o número da porção. Houve situações, por exemplo, na análise do texto E2, em que o satélite de uma das relações entre as unidades globais se revelou como uma

⁷ Denominação retirada de Lage (1987), que trabalha com o gênero notícia. Não foram observadas, na literatura, descrições do gênero artigo de opinião que dessem nome para a porção de texto que aparece abaixo do título, como um título auxiliar, por isso a escolha do termo.

unidade complexa, cuja estrutura global mereceu uma análise separada. Assim, por exemplo, se esse satélite se encontrava em uma relação de Elaboração, suas unidades globais foram denominadas UGEx. Por outro lado, se o satélite se encontrava em uma relação de Justificativa, as unidades globais foram denominadas UGJx e assim por diante.

A partir dessas designações, foram identificados então, de acordo com o percurso metodológico da RST (MANN; THOMPSON, 1988), os pares de unidades de informação que compunham relações núcleo-satélite ou relações multinucleares. Isso se fez, conforme a teoria, com base em argumentos de plausibilidade, que revelavam o caráter ancilar de algumas porções em relação a outras, indicando relações hipotáticas, bem como o caráter paratático de um determinado grupo de unidades. Os critérios de plausibilidade foram empregados para a identificação, de forma concomitante a esse processo, das relações retóricas que emergiram dessas combinações entre unidades de informação, com base nas descrições de cada relação retórica. Os critérios de plausibilidade, segundo Decat (2017), são de caráter semântico e pragmático, e levam em conta, entre outros aspectos, o propósito comunicativo do texto. Isso se deve ao fato de que o analista, segundo Mann e Thompson (1988), tem acesso apenas ao texto, não tendo contato nem com o leitor nem com o produtor do texto (mas pode ter conhecimentos sobre ele), bem como às condições de produção do texto. Portanto, “esses julgamentos são feitos com base no conhecimento direto que o analista tem do texto, mais do que do leitor; e, por isso, são julgamentos da perspectiva do escritor/produtor” (p. 2591).

Além desses aspectos, são também empregadas como critérios as descrições das relações. Conforme apresentado no Capítulo 3 deste trabalho, uma relação retórica se caracteriza pelas restrições sobre o núcleo e / ou sobre o satélite, pelas restrições sobre a combinação núcleo + satélite e pelo efeito (intenção do autor). Este último é o principal elemento de consideração para a identificação de uma relação retórica, apesar da grande importância dos outros elementos. Portanto, “o analista procura, então, levantar razões plausíveis sobre a intenção do escritor/falante na produção do texto, tendo em vista o campo de efeito de uma relação”, de modo que o reconhecimento da relação “não depende da presença de um conectivo” (DECAT, 2017, p. 2591).

No que tange às condições de produção dos textos, foi considerado também o contexto sociopolítico que envolve o tema da “ideologia de gênero”. A partir das considerações de vários estudiosos (MIGUEL, 2016; BORGES; BORGES, 2018; NASCIMENTO, 2015; FURLANI, 2016; MISKOLCI, 2018), foi possível determinar o panorama desse termo no Brasil e no mundo, de modo a auxiliar na percepção das

intenções dos autores de cada grupo de textos, os que endossam e os que refutam o conceito, bem como na percepção dos seus recursos argumentativos em torno das teses defendidas.

Por fim, diante da identificação das relações retóricas emergentes entre as porções de texto, foi elaborado o diagrama da estrutura retórica de cada texto, empregando-se a ferramenta RSTTool (O'DONNELL, 2000). Mediante inserção dos dados necessários, sejam eles o próprio texto ou as designações indicadas anteriormente, o analista deve fazer, na aba *Text*, a segmentação do texto conforme o seu processo de análise, como indica a Figura 9, na página seguinte.

Em seguida, na aba *Structurer*, o analista faz as conexões necessárias, **de acordo com a sua análise**, identificando as relações retóricas entre as porções. Isso pode ser feito inserindo os nomes das relações manualmente ou a partir de uma lista pré-determinada de relações (que pode ser elaborada também pelo analista). Essas conexões devem ser feitas do nível mais local para o nível mais global. Assim, no caso deste trabalho, iniciou-se pelas conexões entre parágrafos, para depois se fazer as conexões entre porções mais globais. A Figura 10 a seguir ilustra esse processo. Após a identificação das relações retóricas, tem-se o diagrama final, que pode ser copiado para uso em outros aplicativos ou programas.

Com os diagramas elaborados, pudemos perceber as estruturas retóricas de cada texto, o que nos forneceu uma visão hierárquica dessa estrutura, bem como as relações retóricas entre as porções. Foi possível perceber ainda os agrupamentos das porções em torno de unidades mais centrais, conforme a noção de macroestrutura de van Dijk (1980). Foram detectadas, então, essas unidades mais centrais, associando-as à noção de macroproposição postulada pelo autor. Da mesma forma, foram analisadas, então, as relações retóricas entre essas porções globais. A isso chamamos de macroestrutura do texto. Analisamos assim essa macroestrutura, observando os efeitos que possivelmente foram almejados pelos autores, além de como as relações retóricas dentro de cada uma dessas macroproposições operou para se chegar àquele efeito mais global.

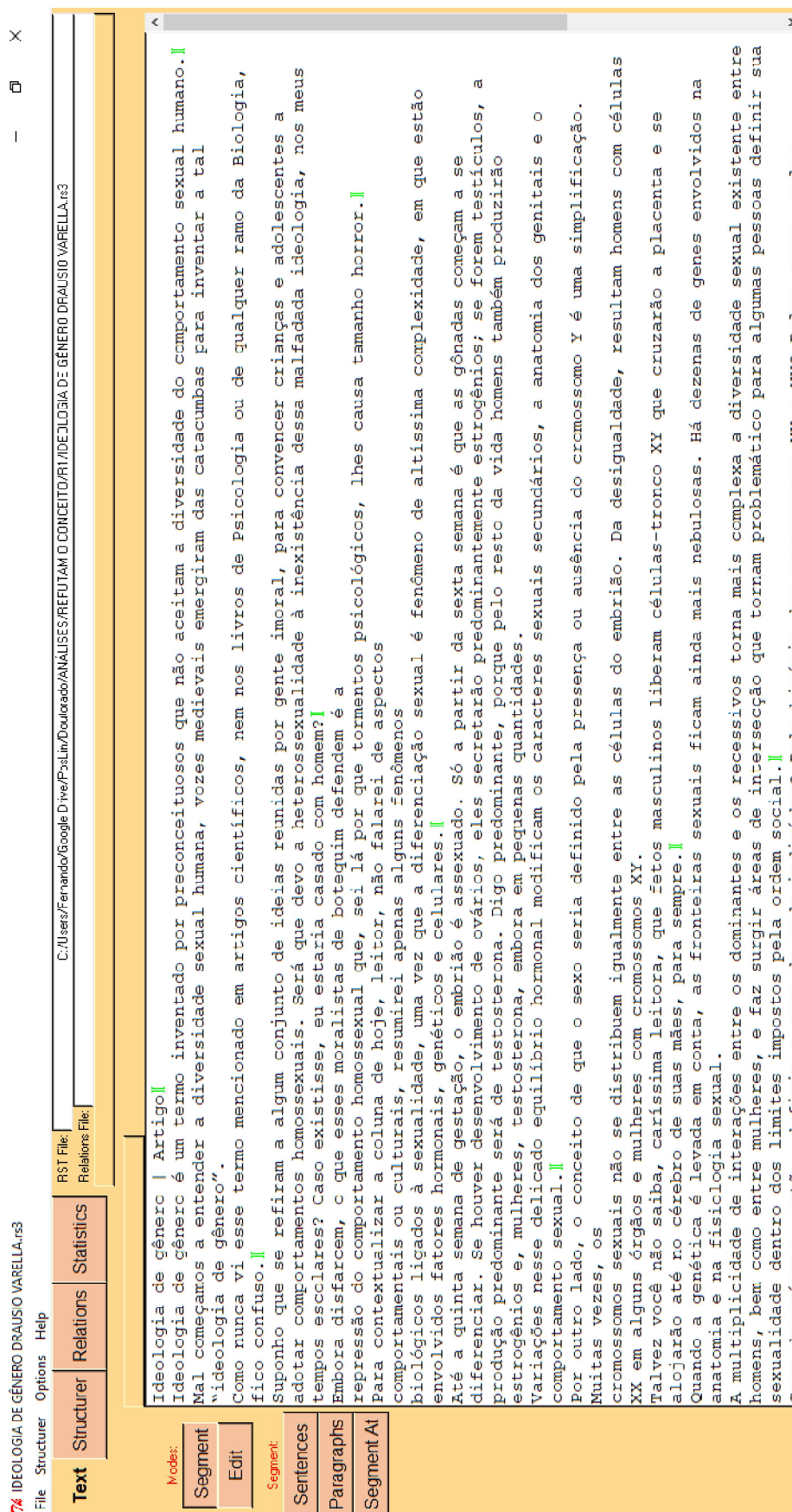


Figura 9 – Aba *Text*, de segmentação do texto na ferramenta RSTTool.
Fonte: Elaborado pelo autor.

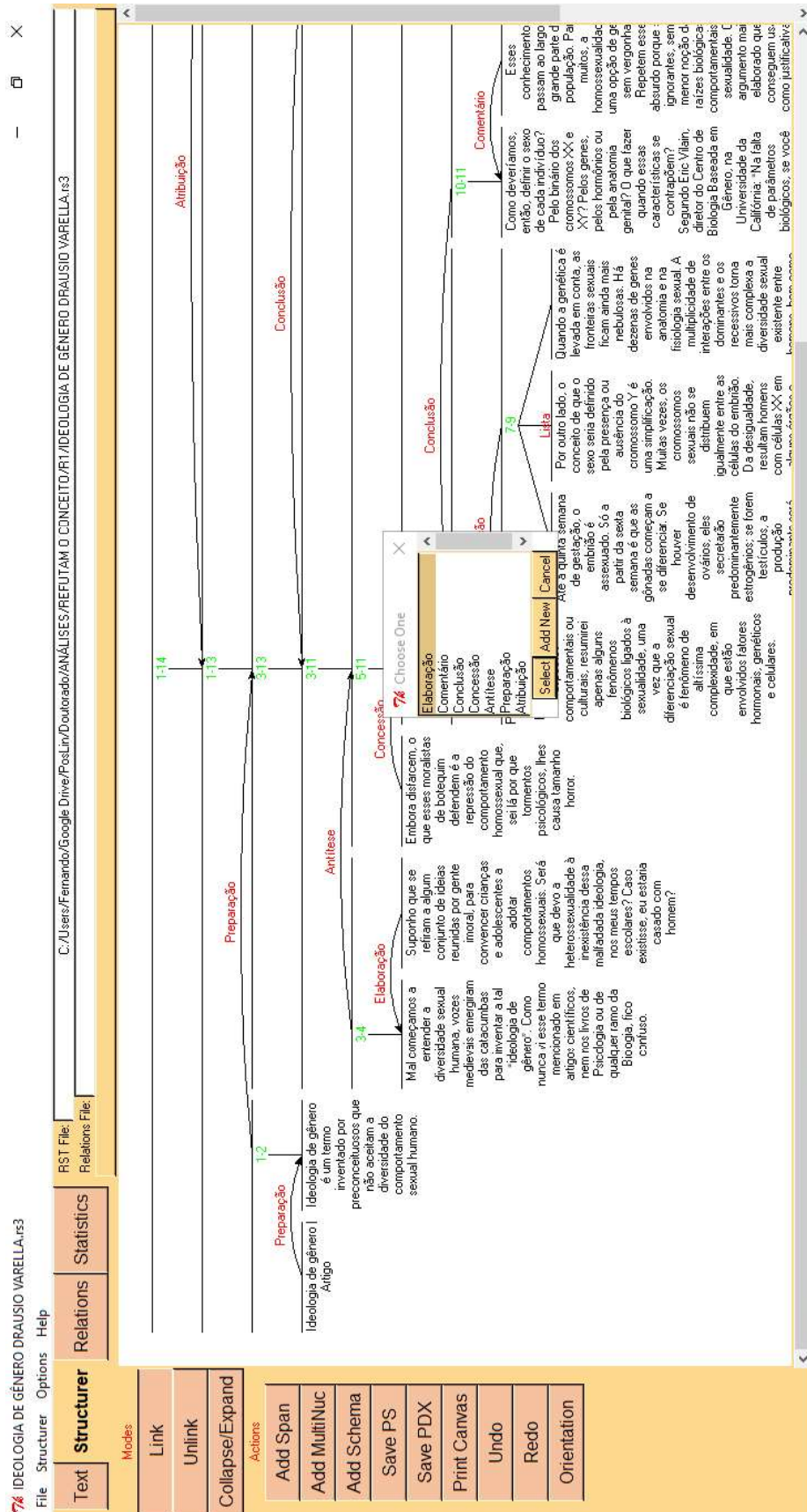


Figura 10 – Aba *Structurer*, de elaboração do diagrama na ferramenta RSTTool.

Fonte: Elaborado pelo autor.

Diante de toda essa análise, associamos, por fim, o conteúdo semântico-pragmático dos textos ao panorama da ideologia de gênero, de modo a observar como esses efeitos almejados se encontravam em consonância com o contexto sociopolítico relacionado ao tema. No capítulo seguinte, apresentamos os resultados dessas análises.

CAPÍTULO 4: ANÁLISES E DISCUSSÕES

As análises apresentadas a seguir foram realizadas conforme os pressupostos teóricos da Teoria da Estrutura Retórica (RST), bem como as noções de macroestrutura de van Dijk (1980). Nesse sentido, este capítulo foi organizado da seguinte forma: primeiramente, trazemos um panorama da “ideologia de gênero” nos anos de 2017, 2019 e 2020, nos quais os textos analisados foram publicados, de forma a se perceber o contexto de produção em que se inserem; em seguida, são analisados os seguintes aspectos de cada texto:

- A sua dimensão social, por meio de informações sobre o(a) autor(a) do texto e do veículo;
- A sua dimensão verbal, observando-se a estrutura retórica dos textos em relação ao nível dos parágrafos e à sua macroestrutura;
- A relação entre a estrutura retórica dos textos e o panorama da “ideologia de gênero”, percebendo-se como essa estrutura reflete posicionamentos que endossam ou refutam o termo.

4.1 A “IDEOLOGIA DE GÊNERO” EM 2017, 2019 E 2020

Os anos de 2017, 2019 e 2020 são os anos em que os objetos de estudo desta pesquisa foram escritos. Dessa forma, percebemos como interessante destacar, de maneira geral, alguns fatos relacionados à “ideologia de gênero” que ocorreram nesses três anos.

O ano de 2017 foi marcado por acontecimentos de grande relevância para as questões de gênero e sexualidade no Brasil. Primeiramente, em fevereiro desse ano, ocorreram a tortura e o assassinato brutal da travesti Dandara dos Santos, em Fortaleza (CE). O caso gerou comoção nacional, conforme indicado por notícias ao longo dos anos de 2017 e 2018, como Lavor (2017) e G1 CE (2017), que descreveram o acontecimento. Tal fato trouxe à tona questões como a falta de ações públicas em prol dos direitos humanos relacionados às questões de gênero e sexualidade no Brasil, bem como a subnotificação de mortes de travestis e transexuais no Brasil, conforme Nascimento (2017). A autora discorreu também sobre a dificuldade de tramitação de projetos de lei que buscam proteger pessoas LGBTQIA+, especialmente em um país onde se falar sobre igualdade e respeito nas escolas é considerado “ideologia de gênero”. Outro

acontecimento marcante nesse ano foi a visita da filósofa Judith Butler ao Brasil, o que levantou uma considerável quantidade de protestos contra a americana e contra os seus estudos a respeito de gênero e sexualidade. Como consequência, houve ainda manifestações intensas contrárias à suposta “ideologia de gênero”. Por fim, 2017 foi também o ano de aprovação do texto da BNCC pelo Ministério da Educação no Brasil, cujo conteúdo inicial trazia menções a gênero e sexualidade quando tratavam de questões do mundo contemporâneo. Isso mobilizou grupos da sociedade, em sua maioria conservadores e religiosos (mas não apenas), inclusive políticos, que se manifestaram contra essa inclusão, chamando-a de “ideologia de gênero”.

Quanto ao ano de 2019, foi um momento em que o emprego do termo “ideologia de gênero” para descaracterizar as pautas relacionadas a gênero e sexualidade na educação tomou um status mais governamental. Nesse sentido, foram noticiadas várias situações em que o termo foi empregado pelo governo federal no sentido de vetar a suposta ideologia nas escolas, bem como de propor leis com esse fim. A título de exemplo, foi noticiado que o então presidente, Jair Bolsonaro, afirmou que a “ideologia de gênero” é coisa do capeta, na Marcha para Jesus, em 2019, em crítica à esquerda e à imprensa (FERRARI, 2019), bem como solicitou ao Ministério da Educação que elaborasse um projeto que proibisse a “ideologia de gênero” nas escolas (BARBOSA, 2019). Nesse contexto, a “ideologia de gênero” aparece já sem nenhum tipo de definição, estabelecida como “qualquer assunto que coloque em risco nossas crianças”, conforme citação da Ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, Damarens Alves, presente na notícia. Também na mesma citação a ministra abordou duas situações em que ocorreu o recolhimento de materiais que supostamente traziam a “ideologia de gênero”. Um desses casos foi o do governador do Estado de São Paulo, João Doria, que anunciou, pelo Twitter, o recolhimento de um material didático do 8º ano que continha um erro inaceitável, indo contra, segundo ele, a “ideologia de gênero”. Quanto a isso, afirma a notícia de Basílio (2019):

O conteúdo anunciado como “erro” estaria em uma apostila de Ciências, em um capítulo que trata da “Diversidade de Manifestações e Expressões da Identidade Humana”, segundo divulgou o vereador Toninho Vespoli (PSOL). Ele rebate o governador alegando que o que ele chama de ideologia de gênero é na verdade um estudo sobre identidade de gênero. (online)

Percebe-se, assim, que, no ano de 2019, a discussão se mantinha intensa em torno da abordagem das questões de gênero na educação brasileira, porém em uma esfera de

denúncia do aparecimento desse conteúdo em materiais didáticos, tachado como “ideologia de gênero”.

Em 2020, o combate à “ideologia de gênero” se manteve intenso na esfera legislativa, com constantes apresentações de projetos de lei que buscavam impedir a sua presença nas escolas, inclusive por parte do governo federal. Um destaque deve ser feito para o fato de que, nesses projetos, o termo “ideologia de gênero” se manteve sem definições do que compõe esse “conceito”, o que pode mostrar uma abertura a diferentes interpretações do que se encaixa nesse termo. Nesse sentido, ao mesmo tempo em que esses projetos de lei foram apresentados, muitos projetos e leis foram também julgados como inconstitucionais, como a Lei n.º 1.516 de 30 de junho de 2015, da cidade de Novo Gama, em Goiás, que proibia a “divulgação de material com referência a ideologia de gênero nas escolas municipais de Novo Gama – GO” (PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO GAMA, 2015), julgada inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal em 2020. Tal acontecimento levou o presidente Jair Bolsonaro a fazer promessas de elaborar um projeto de lei proibindo a “ideologia de gênero” nas escolas, preocupação que ganhou destaque mesmo em meio à crise sanitária em função da pandemia de coronavírus e à recessão econômica vivida no Brasil (FERREIRA, 2020). Também foi considerada inconstitucional a Lei n.º 7.520 de Campina Grande (PB), que proibia a interferência da identidade de gênero na definição do banheiro a ser utilizado nas escolas, de modo que foi determinado o uso do banheiro de acordo com o sexo biológico (o que constantemente gera constrangimento para pessoas transsexuais) (PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE, 2020). No texto da lei, o uso do banheiro de acordo com a identidade de gênero era considerado uma manifestação da “ideologia de gênero”.

Cabe ressaltar ainda, e com maior destaque, a divulgação de *fake news* em relação à Ação Direta de Inconstitucionalidade n.º 5.668, por parte do Partido Socialismo e Liberdade (P-SOL), que é tema direto dos um dos artigos de opinião em análise. Em 2019, foi movida uma ação pelo partido P-SOL, cujo texto apresentava como inconstitucional a ausência de menções a identidade de gênero e orientação sexual no Plano Nacional de Educação, aprovado sem essas menções, o que viola, segundo a ação, o dever do Estado de garantir o combate a todas as formas de discriminação. Isso porque o texto julgou a vedação à proibição (de discriminação no ambiente escolar) insuficiente, pois, da forma como o texto foi aprovado, via-se a necessidade do reforço interpretativo, uma vez que a questão da discriminação foi colocada de forma genérica (ADI n.º 5.668). Diante disso, foram veiculadas notícias, como a divulgada no site Gazeta do Povo (s/a, 2020),

indicando que a ação movida pelo P-SOL tinha como objetivo impor “ideologia de gênero” nas escolas. Nesse sentido, consta na notícia que “a ADI 5.668 quer, entre outras coisas, uso do nome social, aprovação do namoro entre menores de idade do mesmo sexo, aulas sobre teorias de gênero, etc.” (s/a, online), o que, de forma implícita, é tratado como “ideologia de gênero”. Além disso, a notícia afirma que a retirada da referida ação da pauta ocorreu após mobilização de deputados da Frente Parlamentar Católica e da Frente Parlamentar Evangélica, entre outros.

Trata-se, segundo Domingos (2020), de uma leitura inadequada do fato, uma vez que “o julgamento não busca tornar obrigatória a ideologia de gênero nas escolas públicas e privadas, tampouco faculta às crianças escolher se querem ser meninos ou meninas” (online). Conforme afirmado pelo texto da Gazeta do Povo, a “ideologia de gênero” “defende que ninguém nasce homem ou mulher, mas que cada indivíduo deve construir sua própria identidade, isto é, o seu gênero ao longo da vida. Por isso, ativistas LGBT insistem que os pais devem permitir que as crianças decidam sobre o próprio gênero” (s/a, online), o que corresponderia a impor tais ideias às escolas segundo a ADI n.º 5.668. Assim, mesmo afirmando que o termo “ideologia de gênero” não contém comprovação científica, o conteúdo da notícia que se espalhou pela internet foi a interpretação de que a ação tinha por objetivo impor o que foi estabelecido como “ideologia de gênero”.

4.2 ANÁLISE DE TEXTOS QUE ENDOSSAM A “IDEOLOGIA DE GÊNERO”

4.2.1 TEXTO E1: “POR QUE A BNCC DEVE PREOCUPAR AS FAMÍLIAS BRASILEIRAS?”

O veículo e a autora de E1

O texto E1 foi escrito por Angélica Favretto em 2017, sendo ele o primeiro dos textos analisados que endossam o “conceito” de “ideologia de gênero”. Ele está localizado no site Canção Nova, sem data de publicação. Entretanto, ao final do texto, após a indicação de um vídeo produzido pela Rede Nacional de Defesa dos Direitos da Família, consta que o artigo foi publicado originalmente no site Sempre Família, que pertence ao jornal Gazeta do Povo, no dia 31 de outubro de 2017. Tendo sido retirado do site Canção Nova, utilizamos esse veículo como referência para o estudo.

O site Canção Nova corresponde a um ambiente virtual em que são apresentadas informações sobre a Comunidade Canção Nova. Trata-se de uma comunidade carismática

católica, fundada pelo Padre Jonas Abib, da qual participam “mulheres e homens, jovens e adultos; solteiros, casados e celibatários, sacerdotes e diáconos”⁸, conforme a seção “Quem somos” do site da comunidade, onde são reforçados constantemente também os preceitos católicos sobre a vida em comunidade. Na seção “Vida em comunidade”⁹, a instituição é colocada como uma “escola de formação”, um espaço para uma “pedagogia de Deus”. Essas partes se dedicam, portanto, à descrição da comunidade Canção Nova. Mais especificamente, há uma seção que apresenta o Portal em si, criado em 25 de novembro de 2000, com versões em inglês e em espanhol, com 9 milhões de acessos mensais. Segundo o site, o Portal possui informações sobre a Igreja Católica e links com formação humana e espiritual. De fato, ao se navegar pelo site em busca de informações sobre a “ideologia de gênero”, há textos tanto na seção Notícias quanto em uma seção intitulada “Formação”¹⁰, onde são encontrados mais artigos de opinião. Conclui-se, portanto, que se trata de um veículo que deixa claro o viés a partir do qual os seus textos são elaborados e o discurso que os permeia, a saber, um discurso religioso, pautado pelos preceitos católicos conservadores.

Na página do texto, não há referências a quem é a autora. Porém, em pesquisa no site Sempre Família, encontra-se a seguinte descrição sobre a autora:

Editora responsável pelo Sempre Família. Jornalista formada pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR) com especialização em Marketing pela FAE Centro Universitário. Teve uma passagem pela Gazeta do Povo entre 2011 e 2012, quando trabalhou na campanha Paz Tem Voz, e voltou ao jornal em 2016 como repórter do Sempre Família.¹¹

Percebe-se, a partir da descrição indicada no site, que o lugar social da autora corresponde à esfera jornalística, haja vista a sua formação. Não é, entretanto, uma autoridade no assunto, além de ser uma autora cujo material circula apenas pelos veículos onde trabalha. Trata-se de uma articulista autorizada devido à sua formação e ao seu trabalho como jornalista, o que também lhe garante uma posição de valor, cuja opinião é endossada e validada pela instituição que representa (CUNHA, 2012). Além disso, o site Canção Nova, como autor interposto (RODRIGUES, 2005), corrobora sua posição como articulista, sendo ele um portal com reconhecimento nacional.

⁸ Disponível em: <<https://comunidade.cancaonova.com/quem-somos/>>. Acesso em: 31 ago. 2021.

⁹ Disponível em: <<https://comunidade.cancaonova.com/vida-na-comunidade/>>. Acesso em: 31 ago. 2021.

¹⁰ Disponível em: <<https://formacao.cancaonova.com/>>. Acesso em: 31 ago. 2021.

¹¹ Disponível em: <<https://www.semprefamilia.com.br/autor/angelica-favretto/>>. Acesso em: 31 go. 2021.

Estrutura retórica de E1

O Texto E1 foi segmentado em função dos seus parágrafos, que, conforme indicado na metodologia deste trabalho, foram selecionados como unidades de análise. Entretanto, tanto neste quanto nos outros textos analisados, o título, o título auxiliar e informações como nome do autor, data e local de publicação do artigo e detalhes sobre o autor também foram consideradas unidades de análise. Isso se deveu ao fato de que esses elementos continham dados essenciais para a leitura do texto, para os quais foram observadas funções específicas.

A partir dessa segmentação, foram encontradas, então, 22 unidades de informação, conforme a divisão a seguir:

- (1) **Por que a BNCC devia preocupar as famílias brasileiras?**
- (2) *BNCC: texto do documento contém vários trechos que poderiam obrigar escolas a ensinar conceitos da ideologia de gênero*
- (3) Com a proximidade da homologação da Base Nacional Curricular Comum (BNCC), que deve ocorrer neste mês de novembro, ativistas e entidades em defesa da família intensificaram o alerta à população sobre os riscos que o atual texto pode trazer à formação moral dos alunos. O principal problema é o uso, em vários trechos do documento, do termo “questões de gênero”, o que pode ser interpretado como obrigatoriedade de se ensinar o controverso conceito da ideologia de gênero na educação básica.
- (4) A Rede Nacional de Direitos e Defesa da Família, presidida pelo pedagogo Felipe Nery, é uma das entidades que trabalha para mudar o texto que pode ser homologado pelo Ministério da Educação neste mês. O grupo produziu e publicou um vídeo nas redes sociais em que o próprio Nery mostra como a ideologia de gênero tem avançado pelo mundo e como ela pode ser nociva às crianças.
- (5) De acordo com o educador, na Inglaterra, o número de crianças que se submeteram a tratamento transgênero aumentou em 1000% nos últimos cinco anos e que na Escócia o crescimento dos casos foi de 500% em quatro anos. “Isso não é por acaso. O número de crianças confusas a respeito do próprio sexo está explodindo nos países que promovem a ideologia de gênero em suas escolas”, alerta.
- (6) *O que é ideologia de gênero?*
- (7) O propósito da BNCC é o de ser um documento orientador sobre de que maneira os conteúdos disciplinares devem ser ofertados nas redes pública e privada do país. Por meio dele, a intenção é garantir que os estudantes, independentemente da região em que estejam, recebam o mínimo comum de conhecimentos que sejam essenciais ao seu desenvolvimento.
- (8) Se for aprovada com a menção ao termo “questões de gênero”, portanto, ficaria muito mais difícil para um diretor de escola ou professor negar-se a ensinar aos seus alunos teses como a de que existem dezenas gêneros sexuais, e que cada criança pode ser escolher o seu.
- (9) *Trechos problemáticos*

- (10) Um dos trechos mais problemáticos estaria na página 159, onde o documento diz que “o professor de artes deve desenvolver as aulas, discutindo experiências corporais pessoais e coletivas, de modo a problematizar questões de gênero e corpo”. Em outro momento, na página 165, diz que o professor de artes também “deve refletir sobre as experiências pessoais e coletivas desenvolvidas em aula ou vivenciadas em outros contextos, de modo a problematizar questões de gênero, corpo e sexualidade” e, na página 305, o texto estabelece que “na área de ciências humanas a diversidade de gênero deve ganhar especial destaque”.
- (11) Já nas páginas 351 e 378, respectivamente, a BNCC sugere que o professor de história “coloque em destaque as temáticas voltadas para as questões de gênero” e o motiva a trabalhar em suas aulas as “questões de gênero, o anarquismo e protagonismos femininos mostrando as transformações ocorridas no debate sobre as questões de gênero no Brasil durante o século XX”. É possível conferir o texto na íntegra, no site da BNCC.
- (12) *Associação de pediatria dos EUA declara-se formalmente contra a ideologia de gênero*
- (13) Para pressionar o governo federal a não homologar o documento tal como está, uma petição online foi lançada pelo site CitizenGo, incentivando a população a manifestar-se contra a ideologia de gênero nas escolas.
- (14) Em 2014, numa disputa semelhante, a pressão popular prevaleceu quando o Ministério da Educação (MEC) tentou manipular a decisão de 2014 do Congresso, que retirou do Plano Nacional de Educação (PNE) as menções à ideologia. Naquele ano, foram enviados aos 6 mil municípios brasileiros que estavam votando seus planos, um documento que apontava a ideologia de gênero, como uma diretriz educativa.
- (15) No entanto, grupos contrários se reuniram em suas cidades, na frente das Câmaras Municipais e, mobilizados, conseguiram que as propostas não fossem aprovadas. Em quase sua totalidade, os municípios não incluíram o gênero como meta dos sistemas estaduais e municipais de educação.
- (16) Em entrevista ao Sempre Família, Nery reforça que, assim como ocorreu em 2014, é preciso um maior envolvimento da população para que a BNCC não seja homologada. Por mexer com a educação dos filhos, ele avalia como essencial que pais estejam em contato com os deputados federais, seja por e-mail ou telefone, pressionando para que eles estejam atentos ao conteúdo trazido pela proposta.
- (17) “Parece algo inalcançável, mas não é. Quando o PNE foi votado, houve manifestação popular e o Congresso foi sensível ao povo dizendo não às menções de gênero no documento. É possível sim”, comenta.
- (18) *Trâmite*
- (19) Segundo Nery, o Conselho Nacional de Educação já entregou as considerações que achou suficiente na proposta, ao ministro da educação. Caso ele homologue o documento, a BNCC passa a valer e isso pode acontecer até o fim deste ano. “Não há fase posterior à homologação do Ministério da Educação”, explica.
- (20) O problema, de acordo com Nery, é que o Congresso não está mobilizado em saber o que trata o documento para então poder barrar a decisão do ministro. E por isso é importante a mobilização popular, para chamar a atenção dos parlamentares para o tema. “O Congresso verifica se o Executivo não está extrapolando suas atribuições e pode intervir. Nesse caso, claramente eles estão extrapolando”, afirma. “É preciso que o congresso faça seu

trabalho e, infelizmente, ele nem sempre faz. Por isso é preciso chamar a atenção dos parlamentares”, completa.

(21) Se homologada, a BNCC vai se tornar uma lei específica com o gênero incluso e aí, diferentemente do que acontece hoje, os pais perderão a liberdade de dizer se querem ou não que os filhos tenham contato com o assunto na escola. “Hoje não há proibição e por isso parece estar permitido. Ao mesmo tempo por não haver a lei, o pai também pode ser contrário. Se a BNCC for aprovada, os pais não terão mais esse direito”, finaliza.

(22) Angélica Favretto (FAVRETTO, 2017)

A partir dessa segmentação, foram observadas as relações retóricas que emergiram entre os parágrafos, bem como entre porções maiores de texto, conforme Mann e Thompson (1988). Com essa análise, foi possível construir os diagramas que constam nas páginas a seguir, elaborado com a ferramenta RSTTool (O'DONNELL, 2000). Optamos por apresentar, para todos os textos, um diagrama completo, em que consta o texto analisado, e outro, simplificado, em que constam apenas os números das unidades, conforme a divisão anterior. Assim, em relação ao texto E1, a Figura 11a traz o diagrama completo, ao passo que o diagrama exibido na Figura 11b corresponde ao diagrama simplificado.

Nesse diagrama, constam os números que identificam cada unidade, conforme apresentado anteriormente, bem como as relações que emergiram entre as porções de texto de acordo com critérios de plausibilidade. A estrutura retórica do texto E1 apresenta a emergência tanto de relações multinucleares quanto mononucleares, com maior predominância deste grupo. De acordo com a taxonomia de Mann e Taboada (2021[2005]¹²), foram encontradas as seguintes das relações retóricas:

- Relações de Apresentação: Preparação, Motivação, Fundo, Capacitação, Evidência e Justificativa
- Relações de Conteúdo: *Otherwise* e Elaboração
- Relações multinucleares: Lista, Sequência e Analogia

¹² Acesso em 27 abr. 2021.

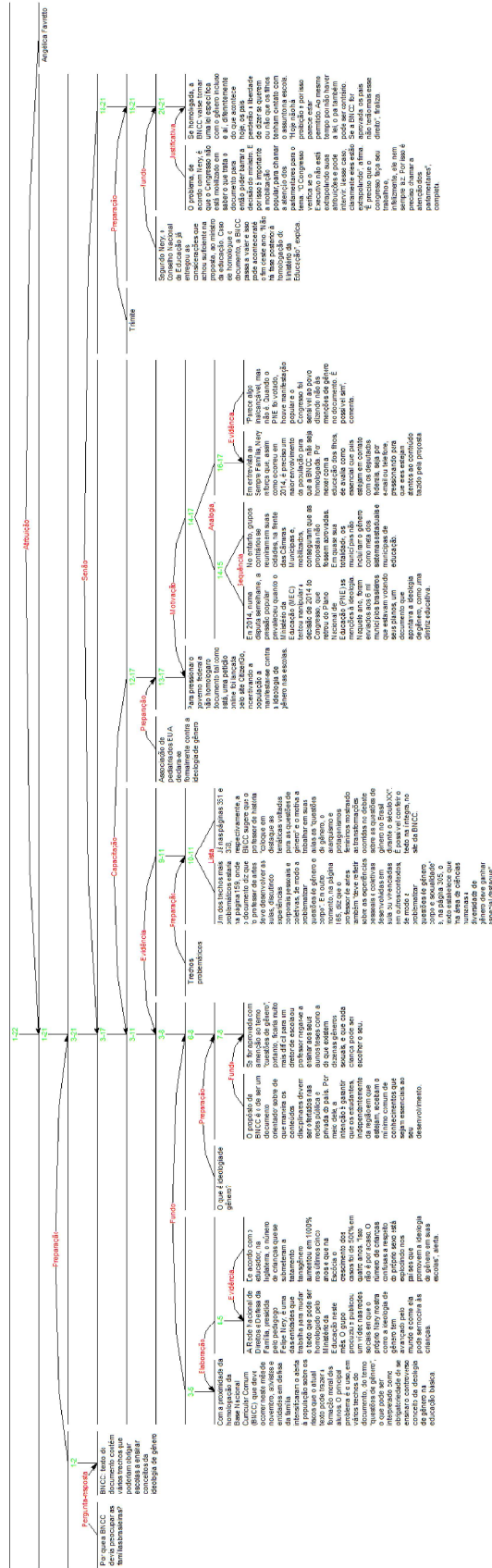


Figura 11a – Diagrama completo da estrutura retórica do Texto E1. Fonte: Elaborado pelo autor.

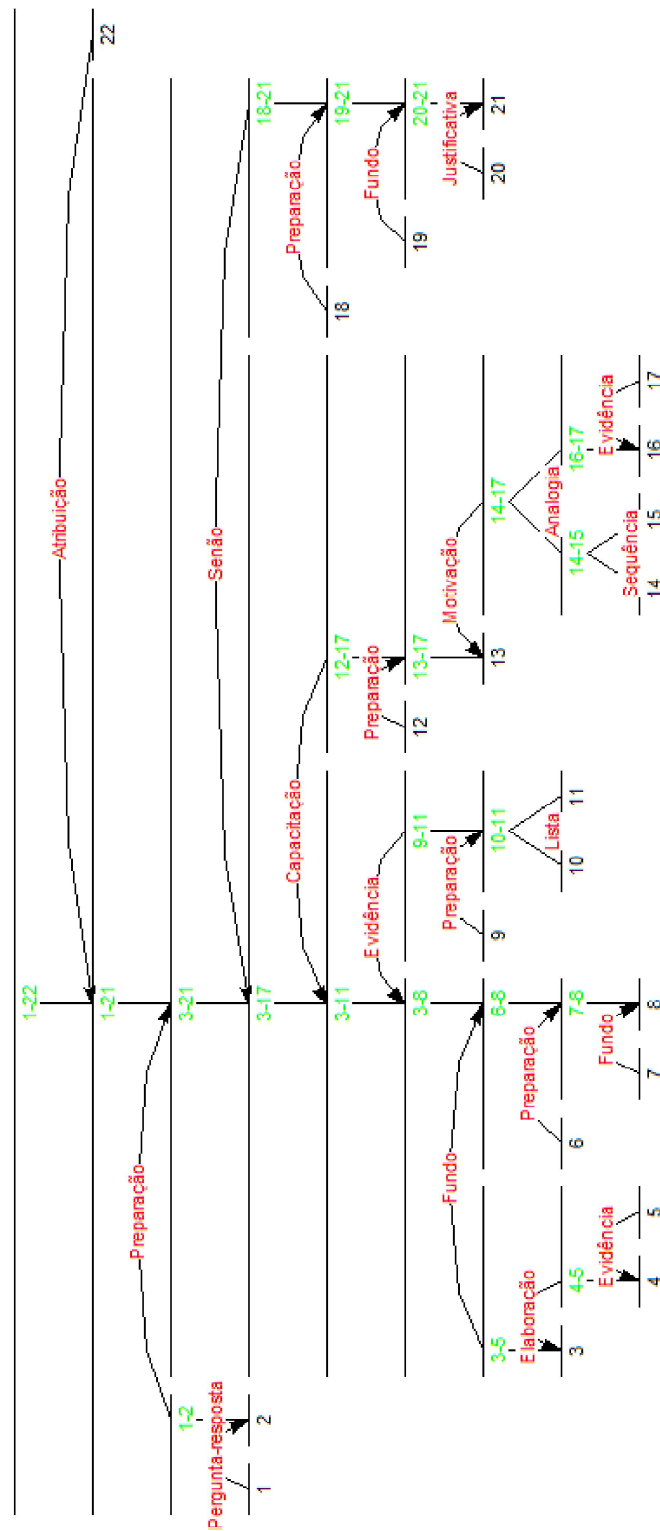


Figura 11b – Diagrama simplificado da estrutura retórica do Texto E1.
Fonte: Elaborado pelo autor.

Ressaltamos que as relações de Pergunta-Resposta e Atribuição não são contempladas nem na lista de 25 relações primeiramente identificadas por Mann e Thompson (1988) nem no quadro apresentado por Mann e Taboada (2021[2005]). Elas são listadas por Carlson e Marcu (2001), que não organizam as relações em função da taxonomia apresentada por Mann e Thompson. Pardo (2005) classifica a relação de Atribuição como de natureza estrutural; todavia, é possível afirmar que ela pertence às relações de conteúdo, pois seu efeito é o reconhecimento, por parte do leitor, da relação semântica entre o nome da autora do texto, Angélica Favretto (satélite), e o texto em si (núcleo), levando-o a perceber que o satélite carrega um conteúdo que deve ser levado em conta para a compreensão do texto. Quanto à relação de Pergunta-Resposta, é possível considerar que ela também pertence ao mesmo grupo observando-se a definição de Carlson e Marcu (2001), uma vez que seu efeito é a percepção, por parte do leitor, de uma pergunta em uma porção do texto e da sua resposta na porção seguinte:

- (1) **Por que a BNCC devia preocupar as famílias brasileiras?**
- (2) BNCC: texto do documento contém vários trechos que poderiam obrigar escolas a ensinar conceitos da ideologia de gênero. (FAVRETTO, 2017)

É necessário, porém, que se avalie qual porção tem maior relevância para o texto, de modo que a relação pode ter a pergunta ou a resposta como núcleo. É possível ainda que ela seja uma relação multinuclear, segundo os autores, dependendo do contexto. Neste caso, foi considerado que a porção (2) foi nuclear por ser mais ligada ao objetivo comunicativo do artigo, que era o de discutir a questão da “ideologia de gênero”.

Constata-se que a maior parte das relações encontradas no texto em análise pertence ao grupo das relações de apresentação, o que sugere ser o objetivo da autora que o leitor se sinta inclinado a tomar alguma atitude em relação ao assunto do texto, mais especificamente, a “ideologia de gênero”. Isso é mais observado quando se leva em conta a hierarquia do texto. Isso porque, ao avaliarmos novamente o diagrama da sua estrutura retórica, percebe-se que há um nível acima da segmentação do texto em parágrafos. Os parágrafos estão agrupados em torno de núcleos, os quais compõem um nível de hierarquia textual mais global conforme van Dijk (1980) e representam, em certa medida, as macroproposições trabalhadas pelo autor. Trata-se da combinação entre as porções (1-2), (3-5), (6-8), (9-11), (12-17), (18-21) e (22). Essas combinações não estão necessariamente apenas um nível acima do nível dos parágrafos, sendo elas combinações complexas. Entretanto, percebe-se a existência de núcleos para cada uma dessas

combinações, a saber (respectivamente), as unidades 2, 3, 8, 10-11 (relação multinuclear), 13 e 21. Essas unidades foram consideradas núcleos dos seus respectivos blocos de informação por carregarem as informações mais centrais para o texto.

Com isso, fez-se relevante a elaboração de um segundo diagrama, apresentado na Figura 12 a seguir, o qual identifica a estrutura retórica do texto E1 em níveis mais globais. Para facilitar a identificação dos diferentes níveis hierárquicos ao longo da análise, as porções de texto referentes a esse nível mais global foram chamadas de unidades globais, sendo representadas por UGx, em que x é o número correspondente à unidade.

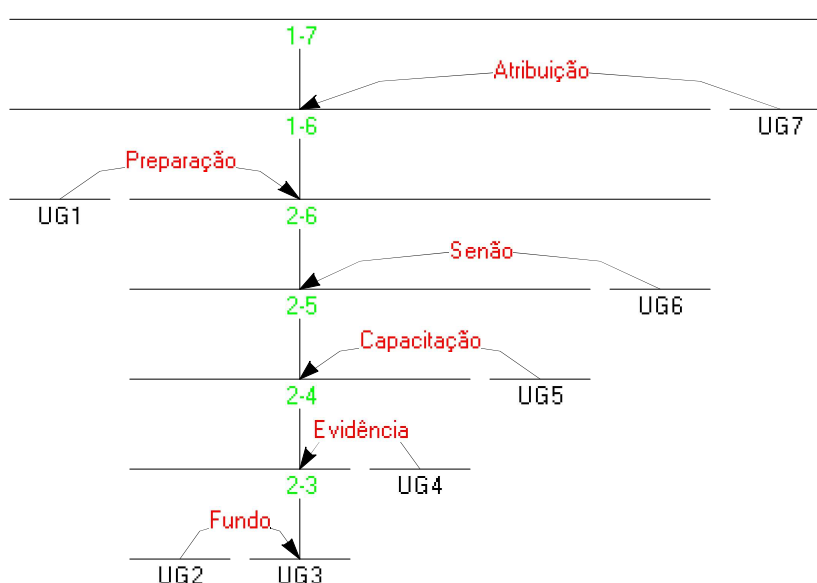


Figura 12 – Diagrama da estrutura retórica do Texto E1 em níveis globais.

Fonte: Elaborado pelo autor.

Destacamos, para este diagrama, o fato de que, nessa análise, não foi feita uma nova segmentação do texto. O diagrama apresentado na Figura 12 é derivado daquele apresentado na Figura 11b, percebendo-se a organização do texto em níveis mais globais.

Nessa organização, foram identificadas 4 relações de apresentação (Preparação, Fundo, Evidência e Capacitação) e apenas 2 relações de conteúdo (*Otherwise* e Atribuição). Ressalta-se, entretanto, que essas relações fazem parte do grupo de relações observado anteriormente (para o nível local), sendo elas pertencentes a um nível acima na hierarquia do texto. Esse nível da hierarquia do texto é mais capaz de revelar os sentidos globais do texto do que o nível dos parágrafos, conforme van Dijk (1980). Nele, percebem-se melhor as intenções da autora, na medida em que efeitos além da veiculação

da opinião da autora (objetivo comunicativo central do artigo de opinião) são explicitados pelas relações entre os segmentos, o que é apresentado a seguir.

As relações de Preparação e Fundo têm por efeito, respectivamente, um aumento do interesse (da preparação ou da orientação) do leitor pelo conteúdo e um aumento da capacidade do leitor para compreender o conteúdo do núcleo. Assim, essas relações organizam o conhecimento que é necessário para que o leitor compreenda o conteúdo do texto. A unidade UG1 corresponde ao conjunto de unidades de informação cujo núcleo é o título, compondo o satélite de uma relação de Preparação. Nela, o aumento do interesse do leitor pode ser gerado pela presença de uma pergunta provocadora no texto, iniciada pelo pronome “Por que”. Além disso, a presença do vocábulo “preocupar” pode despertar no leitor o interesse pelo texto. A resposta contida no título auxiliar é capaz de aumentar ainda mais esse interesse, quando o assunto do texto é revelado – a “ideologia de gênero” –, bem como quando ocorre a revelação da fonte da preocupação: “obrigar escolas a ensinar os conceitos de ideologia de gênero”. Dessa forma, a relação de Pergunta-Resposta nessa unidade global está a serviço dessa preparação do leitor, conforme o diagrama a seguir:

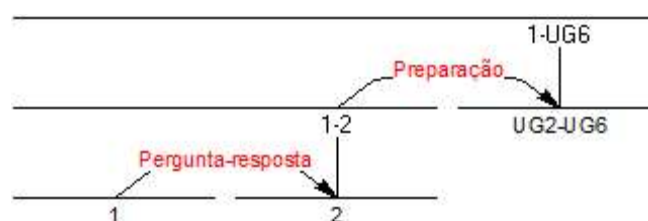


Figura 13 – Diagrama da estrutura retórica da UG1 do Texto E1.
Fonte: Elaborado pelo autor.

A unidade UG1, dessa forma, estabelece um movimento de engajamento do leitor, convidando o leitor à leitura do texto. Esse convite é feito principalmente devido à presença de uma pergunta no título, sendo ele uma pergunta retórica que poderia corresponder a questionamentos do próprio leitor (RODRIGUES, 2005). Com isso, é possível afirmar que a o efeito da relação de Preparação esteve a serviço desse movimento de engajamento, aumentando o seu interesse pelo texto.

A unidade UG2, por sua vez, composta pelos três primeiros parágrafos do texto, apresenta a situação-problema do artigo (KÖCHE; BOFF; MARINELLO, 2014). Ela está organizada em torno do primeiro parágrafo, podendo ele ser considerado o elemento mais

nuclear dessa porção de texto. Esse conjunto funciona como satélite da relação de Fundo no nível mais global, conforme o diagrama a seguir:

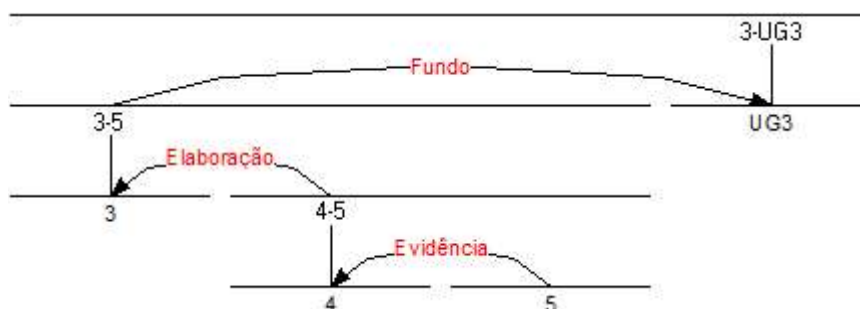


Figura 14 – Diagrama da estrutura retórica da UG2 do Texto E1.
Fonte: Elaborado pelo autor.

Essa unidade global organiza as informações a respeito da BNCC e da “ideologia de gênero”, sendo possível inferir que a autora teve por objetivo fazer com que o leitor se sentisse mais pronto para compreender a sua opinião:

- (3) Com a proximidade da homologação da Base Nacional Curricular Comum (BNCC), que deve ocorrer neste mês de novembro, ativistas e entidades em defesa da família intensificaram o alerta à população sobre os riscos que o atual texto pode trazer à formação moral dos alunos. O principal problema é o uso, em vários trechos do documento, do termo “questões de gênero”, o que pode ser interpretado como obrigatoriedade de se ensinar o controverso conceito da ideologia de gênero na educação básica.
- (4) A Rede Nacional de Direitos e Defesa da Família, presidida pelo pedagogo Felipe Nery, é uma das entidades que trabalha para mudar o texto que pode ser homologado pelo Ministério da Educação neste mês. O grupo produziu e publicou um vídeo nas redes sociais em que o próprio Nery mostra como a ideologia de gênero tem avançado pelo mundo e como ela pode ser nociva às crianças.
- (5) De acordo com o educador, na Inglaterra, o número de crianças que se submetem a tratamento transgênero aumentou em 1000% nos últimos cinco anos e que na Escócia o crescimento dos casos foi de 500% em quatro anos. “Isso não é por acaso. O número de crianças confusas a respeito do próprio sexo está explodindo nos países que promovem a ideologia de gênero em suas escolas”, alerta. (FAVRETTO, 2017)

Percebe-se, nesse trecho, que a autora delinea, primeiramente, o contexto em que se encontra a BNCC. Depois, as unidades 4 e 5 trazem mais informações a respeito do problema citado na unidade 3, “o uso, em vários trechos do documento, do termo ‘questões de gênero’, o que trouxe a emergência da relação de Elaboração entre essas porções de texto. Por sua vez, a unidade 5 apresenta dados que revelam o perigo da “ideologia de gênero”, tendo sido percebida uma relação de Evidência entre 4 e 5. Esse agrupamento de relações retóricas, portanto, mostrou-se a serviço, de forma global, da

composição da Preparação do leitor para o conteúdo seguinte do texto, como mostra a Figura 14.

A partir da unidade UG3, Favretto (2017) dá início a um movimento dialógico de interpelação do leitor: apresenta sua definição da “ideologia de gênero” como a verdade que deve ser aceita pelo leitor. Isso se revela pela pergunta “O que é a ideologia de gênero?”, cuja resposta corresponde ao significado de fato do que estava acontecendo em relação à Base Nacional Comum Curricular. As unidades globais seguintes, portanto, teriam a função de corroborar essa tese.

As unidades posteriores a essa unidade central estão em relações de Evidência, Capacitação e *Otherwise* com ela. A unidade UG4, intitulada “Trechos problemáticos”, tem como núcleo as duas porções do texto que apresentam os exemplos de trechos da BNCC considerados problemáticos pela autora, estando eles em uma relação multinuclear de Lista:

(9) *Trechos problemáticos*

- (10) Um dos trechos mais problemáticos estaria na página 159, onde o documento diz que “o professor de artes deve desenvolver as aulas, discutindo experiências corporais pessoais e coletivas, de modo a problematizar questões de gênero e corpo”. Em outro momento, na página 165, diz que o professor de artes também “deve refletir sobre as experiências pessoais e coletivas desenvolvidas em aula ou vivenciadas em outros contextos, de modo a problematizar questões de gênero, corpo e sexualidade” e, na página 305, o texto estabelece que “na área de ciências humanas a diversidade de gênero deve ganhar especial destaque”.
- (11) Já nas páginas 351 e 378, respectivamente, a BNCC sugere que o professor de história “coloque em destaque as temáticas voltadas para as questões de gênero” e o motiva a trabalhar em suas aulas as “questões de gênero, o anarquismo e protagonismos femininos mostrando as transformações ocorridas no debate sobre as questões de gênero no Brasil durante o século XX”. É possível conferir o texto na íntegra, no site da BNCC. (FAVRETTO, 2017)

Esse conjunto tem por efeito o aumento da convicção do leitor no conteúdo apresentado no núcleo e, por isso, emerge uma relação de Evidência entre ele e o segmento anterior. Ou seja, apresentando os trechos que considera problemáticos da BNCC, a autora tem por objetivo deixar o leitor convencido de que o documento apresenta itens preocupantes em relação à inclusão do termo “questões de gênero”. Para isso, ela emprega como recurso a citação direta de trechos, representados pelas aspas e pelas páginas onde podem ser encontrados. O diagrama a seguir revela a estrutura da unidade UG4:

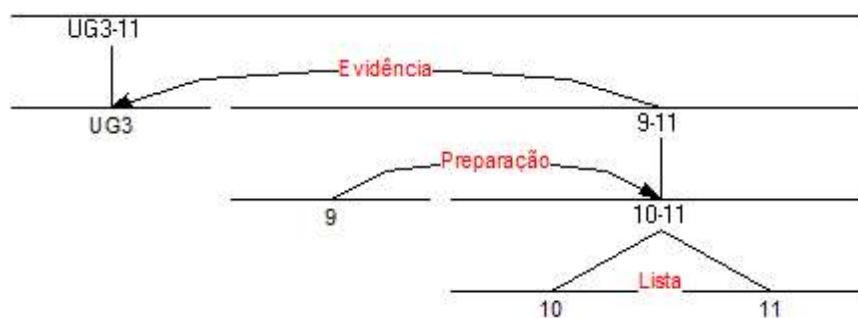


Figura 15 – Diagrama da estrutura retórica da UG4 do Texto E1.
Fonte: Elaborado pelo autor.

Em outras palavras, a autora emprega os trechos da BNCC como argumento de provas concretas (KÖCHE; BOFF; MARINELLO, 2014), promovendo um movimento dialógico de incorporação. Como parte do movimento de interpelação do leitor, a sequência de atos de fala entre as unidades 9 e 11, que está a serviço da relação de Evidência, desenvolve o movimento dialógico de interpelação do leitor, o que é provado, por exemplo, pelo emprego do verbo “estaria”, no futuro do pretérito, como modalizador do fato de que o “problema” da BNCC poderia ser encontrado nos trechos indicados.

Já a unidade UG5 apresenta uma solução-avaliação para o problema a situação-problema apresentada na unidade UG3 – um meio pelo qual a população pode se mobilizar contra a inclusão do termo “questões de gênero” na BNCC, a saber, uma petição online lançada pelo site CitizenGo:

- (12) *Associação de pediatria dos EUA declara-se formalmente contra a ideologia de gênero*
- (13) Para pressionar o governo federal a não homologar o documento tal como está, uma petição online foi lançada pelo site CitizenGo, incentivando a população a manifestar-se contra a ideologia de gênero nas escolas.
- (14) Em 2014, numa disputa semelhante, a pressão popular prevaleceu quando o Ministério da Educação (MEC) tentou manipular a decisão de 2014 do Congresso, que retirou do Plano Nacional de Educação (PNE) as menções à ideologia. Naquele ano, foram enviados aos 6 mil municípios brasileiros que estavam votando seus planos, um documento que apontava a ideologia de gênero, como uma diretriz educativa.
- (15) No entanto, grupos contrários se reuniram em suas cidades, na frente das Câmaras Municipais e, mobilizados, conseguiram que as propostas não fossem aprovadas. Em quase sua totalidade, os municípios não incluíram o gênero como meta dos sistemas estaduais e municipais de educação.
- (16) Em entrevista ao Sempre Família, Nery reforça que, assim como ocorreu em 2014, é preciso um maior envolvimento da população para que a BNCC não seja homologada. Por mexer com a educação dos filhos, ele avalia como essencial que pais estejam em contato com os deputados federais, seja por e-mail ou telefone, pressionando para que eles estejam atentos ao conteúdo trazido pela proposta.
- (17) “Parece algo inalcançável, mas não é. Quando o PNE foi votado, houve manifestação popular e o Congresso foi sensível ao povo dizendo não às

menções de gênero no documento. É possível sim”, comenta. (FAVRETTO, 2017)

Se nos voltarmos para a organização desse tópico em particular, conforme apresentado na Figura 16 a seguir, veremos que uma relação de Motivação emerge entre o núcleo central desse tópico e o seu satélite.

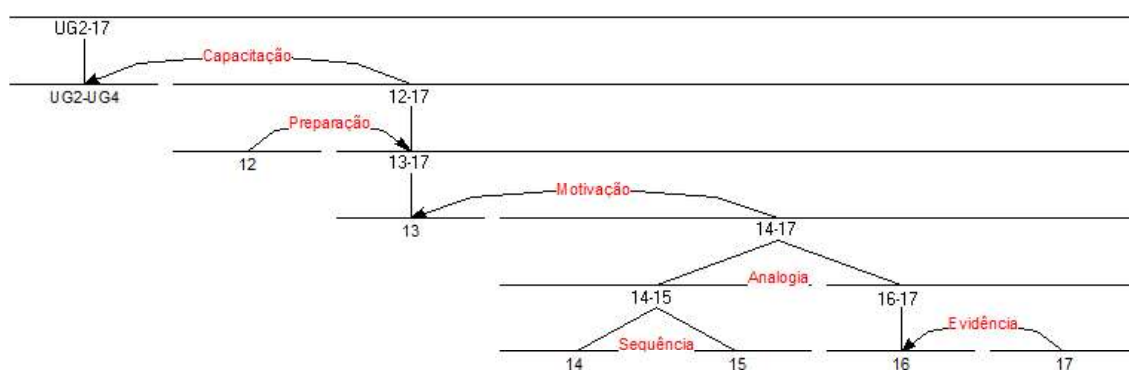


Figura 16 – Diagrama da organização retórica da UG5 do Texto E1.
Fonte: Elaborado pelo autor.

Dentro desse satélite, por sua vez, há uma relação multinuclear de Analogia entre o movimento sugerido para a BNCC e o que ocorreu em 2014, diante da aprovação do Plano Nacional de Educação, em que a manifestação popular conquistou a remoção das menções a gênero desse documento. Nesse tocante, a relação de Motivação tem por efeito o reconhecimento por parte do leitor de que o satélite motiva a ação no núcleo, sendo ela própria uma relação de apresentação. Dessa forma, a relação de Capacitação entre esse trecho e as unidades globais UG2-UG4 tem por efeito que o leitor esteja habilitado a agir contra a inclusão das “questões de gênero” na BNCC.

A unidade UG6, por fim, apresenta o “Trâmite”, ou seja, o que estava acontecendo e o que poderia acontecer em relação à BNCC e à sua aprovação contendo o termo “questões de gênero”. Por isso, o parágrafo a seguir foi considerado como o núcleo dessa unidade, como indicado pelo diagrama da Figura 17:

- (21) Se homologada, a BNCC vai se tornar uma lei específica com o gênero incluso e aí, diferentemente do que acontece hoje, os pais perderão a liberdade de dizer se querem ou não que os filhos tenham contato com o assunto na escola. “Hoje não há proibição e por isso parece estar permitido. Ao mesmo tempo por não haver a lei, o pai também pode ser contrário. Se a BNCC for aprovada, os pais não terão mais esse direito”, finaliza. (FAVRETTO, 2017)

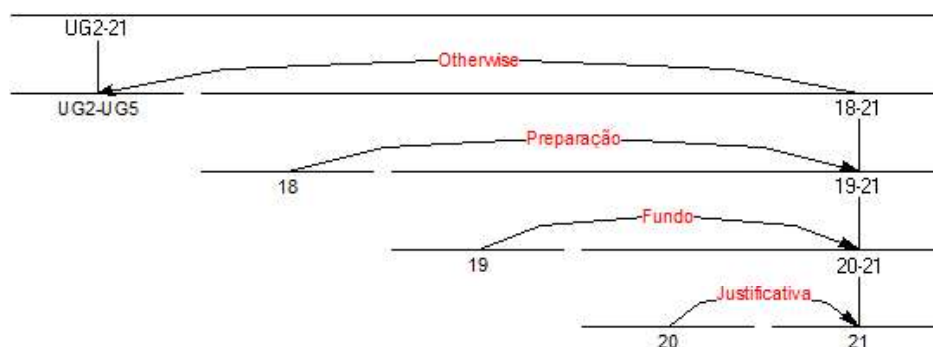


Figura 17 – Diagrama da organização retórica da UG6 do Texto E1.
Fonte: Elaborado pelo autor.

Assim, percebe-se a emergência de uma relação do tipo *Otherwise*, uma relação de conteúdo cujo efeito é o reconhecimento por parte do leitor de que caso o conteúdo do núcleo não aconteça, o conteúdo do satélite é impedido de acontecer. Na composição do satélite dessa relação em função das suas unidades locais, foi percebida a emergência, primeiro, de uma relação de *Fundo* entre a unidade 19 e o restante do bloco. Nesse caso, sugere-se que a autora mobiliza o leitor a concordar com a informação seguinte, mostrando em que contexto se dá a preocupação com a aprovação da BNCC contendo trechos relacionados a gênero, revelando que “o Conselho Nacional de Educação já entregou as considerações que achou suficiente (*sic*) na proposta, ao ministro da educação” (FAVRETTO, 2017, online). A autora, então, dá indicações daquilo que autoriza o seu ponto de vista na unidade 21, justificando essa opinião, uma vez que “o Congresso não está mobilizado em saber o que trata (*sic*) o documento para então poder barrar a decisão do ministro” (FAVRETTO, 2017, online). Assim, essa sequência de relações retóricas se mostram a serviço da relação de *Otherwise*, revelando que o reconhecimento de que a não aprovação da BNCC com menções a gênero impede a perda de liberdade dos pais de “dizer se querem ou não que os filhos tenham contato com o assunto na escola” (FAVRETTO, 2017, online). Em outras palavras, para que os pais não percam essa liberdade, era necessário que a BNCC fosse aprovada sem menção a gênero.

A estrutura retórica do Texto E1 e a “ideologia de gênero”

O texto E1 foi elaborado em um período no qual a questão da “ideologia de gênero” estava em forte discussão no Brasil, em função, como afirmado anteriormente, de eventos como a visita de Judith Butler e a aprovação da BNCC. Dessa forma, o texto está inserido em um contexto de forte mobilização em torno da retirada de termos

relacionados a gênero e sexualidade do texto da BNCC, o que envolveu atores de várias esferas sociais, inclusive políticos, majoritariamente conservadores e, em muitos casos, religiosos, especialmente católicos e evangélicos. Essa mobilização se deu de várias formas, desde protestos em locais públicos até abaixo-assinados e projetos de lei. Com isso, o texto analisado, “Por que a BNCC deve preocupar as famílias brasileiras?”, revelou-se como mais uma dessas manifestações, com características que vão além da veiculação da opinião da articulista Angélica Favretto sobre a questão da “ideologia de gênero” na BNCC, o que foi revelado pela análise anterior.

O artigo apresenta como unidade central a unidade 8, que carrega a informação de maior interesse para o leitor:

Se for aprovada com a menção ao termo “questões de gênero”, portanto, ficaria muito mais difícil para um diretor de escola ou professor negar-se a ensinar aos seus alunos teses como a de que existem dezenas gêneros sexuais, e que cada criança pode ser escolher o seu. (FAVRETO, 2017)

Ao tratar as “questões de gênero” presentes nas primeiras versões da BNCC como “teses como a de que existem dezenas gêneros sexuais, e que cada criança pode ser escolher o seu” (FAVRETTO, 2017), a autora ecoa o discurso de políticos e conservadores que buscam, conforme Borges e Borges (2018), estabelecer um pânico moral em torno da inclusão de discussões sobre gênero e sexualidade nas escolas. Ademais, as relações retóricas que emergem no texto corroboram essa tese.

Quanto a isso, destacamos primeiramente o fato de haver no texto um número maior de relações de apresentação que de conteúdo. Ao longo de todo o texto, percebe-se um movimento de mobilização do leitor, tanto para estar mais inclinado a aceitar o conteúdo do artigo, o que é característico do artigo de opinião (CORREIA, 2018), mas também para tomar atitudes em relação à presença das questões de gênero na BNCC. Para estudarmos esse fato, direcionamos nosso olhar para a macroestrutura do texto, que, conforme van Dijk (1980), nos fornece os sentidos globais do texto, bem como os seus atos de fala mais globais. Ao apresentar, na unidade global UG1, uma pergunta retórica, cuja resposta está imediatamente depois, a autora estabelece o movimento indicado por Rodrigues (2005) de engajamento do leitor, estabelecendo com ele um diálogo de igual para igual, de juízos de valor semelhantes, os quais vão ser comprovados ao longo do texto. Esse juízo de valor de início estabelece um diálogo com vozes conservadoras, como a de Scala (2011), que sugere que a inserção das questões de gênero em planos

educacionais é uma imposição orquestrada por parte dos “ideólogos do gênero”. Quanto à unidade UG2, que corresponde ao satélite da relação de Fundo, a autora dá continuidade ao movimento de engajamento do leitor, apresentando informações que considera relevantes para alcançar o efeito de “aumentar a habilidade do leitor em compreender algum elemento” (PARDO, 2005, p. 136) no núcleo (unidade central do texto). Assim, esse efeito é alcançado por meio de um movimento de assimilação (RODRIGUES, 2005) de vozes como as de “ativistas e entidades em defesa da família”, com as quais busca sustentar sua opinião. Além disso, como se pode perceber pelo recorte da estrutura retórica da UG2 na Figura 14, a autora busca se ancorar em argumentos de autoridade e de provas concretas (KÖCHE; BOFF; MARINELLO, 2014, p. 35) para embasar o satélite da relação de Fundo. O argumento de autoridade corresponde à menção à Rede Nacional de Direitos e Defesa da Família, presidida pelo pedagogo Felipe Nery. Por sua vez, a autora traz dados indicados pelo educador, que servem como argumentos de provas concretas. Assim, conforme van Dijk (1980, 1992), tem-se uma sequência de atos de fala, a qual serve a um ato de fala global: aumentar a capacidade do leitor para compreender o restante do texto.

Após esse processo de engajamento, percebe-se um movimento de interpelação do leitor, em que a autora estabelece sua opinião como verdade, apresentando evidências por meio dos trechos que considera problemáticos na versão da BNCC (apesar da ausência de explicação de por que os trechos são problemáticos). Entretanto, trazemos destaque para as relações de Capacitação e de *Otherwise*, que se estabelecem, respectivamente, entre as unidades (UG2-UG4) e UG5, e (UG2-UG5) e UG6. O satélite da relação de Capacitação corresponde ao trecho a seguir:

Associação de pediatria dos EUA declara-se formalmente contra a ideologia de gênero

Para pressionar o governo federal a não homologar o documento tal como está, uma petição online foi lançada pelo site CitizenGo, incentivando a população a manifestar-se contra a ideologia de gênero nas escolas.

Em 2014, numa disputa semelhante, a pressão popular prevaleceu quando o Ministério da Educação (MEC) tentou manipular a decisão de 2014 do Congresso, que retirou do Plano Nacional de Educação (PNE) as menções à ideologia. Naquele ano, foram enviados aos 6 mil municípios brasileiros que estavam votando seus planos, um documento que apontava a ideologia de gênero, como uma diretriz educativa.

No entanto, grupos contrários se reuniram em suas cidades, na frente das Câmaras Municipais e, mobilizados, conseguiram que as propostas não fossem aprovadas. Em quase sua totalidade, os municípios não incluíram o gênero como meta dos sistemas estaduais e municipais de educação.

Em entrevista ao Sempre Família, Nery reforça que, assim como ocorreu em 2014, é preciso um maior envolvimento da população para que a BNCC não

seja homologada. Por mexer com a educação dos filhos, ele avalia como essencial que pais estejam em contato com os deputados federais, seja por e-mail ou telefone, pressionando para que eles estejam atentos ao conteúdo trazido pela proposta.

“Parece algo inalcançável, mas não é. Quando o PNE foi votado, houve manifestação popular e o Congresso foi sensível ao povo dizendo não às menções de gênero no documento. É possível sim”, comenta. (FAVRETTO, 2017)

A relação de Capacitação é também uma relação de apresentação e tem como efeito o aumento da habilidade do leitor para realizar a ação do núcleo (MANN; THOMPSON, 1988). Percebe-se, portanto, que, ao apresentar a petição lançada pelo site CitizenGo, a autora instrumentaliza o leitor a agir contra a inclusão das questões de gênero na BNCC, “incentivando a população a manifestar-se contra a ideologia de gênero nas escolas” (FAVRETTO, 2017). O núcleo da unidade UG5 corresponde à apresentação dessa petição, e o seu satélite apresenta informações que motivam a assinatura dessa petição, o que evidencia a relação de Motivação encontrada no interior dessa unidade global, como indicado na Figura 16. Assim, conforme as ideias de van Dijk (1980), as relações retóricas no interior da UG5 compõem, em um nível local, a relação de Capacitação no nível global. Tendo em vista que os objetivos comunicativos do texto podem estar ou não explicitados no texto, percebeu-se aí um objetivo comunicativo subjacente ao do artigo de opinião. Ao estabelecer, no início do texto, uma situação de alerta em torno da ideologia de gênero, a autora interpela o leitor na unidade UG5, motivando-o a agir contra a inserção da ideologia de gênero na BNCC. Conforme Miskolci e Campana (2017), esse movimento conta com ações midiáticas por meio de manifestações públicas que “instalam nas discussões públicas os ‘perigos sociais’ que representam essa ‘ideologia’ [de gênero]” (p. 729).

Por fim, a UG6, conforme a Figura 17, está em uma relação de *Otherwise* com as unidades UG2-UG5. Apesar de ser uma relação de conteúdo, ela conta com o seu efeito de apresentar ao leitor um conteúdo, presente no núcleo, que impede a realização do conteúdo do satélite. O satélite, portanto, apresenta a consequência negativa da não realização do núcleo. O conector “se”, encontrado na unidade central da UG6, indica essa consequência negativa. Assim, o emprego de verbos no futuro do presente do indicativo (“vai se tornar”, “perderão”), de forma não modalizada, trazem certeza para o que a consequência da inclusão das questões de gênero. As relações retóricas locais entre as porções que compõem a UG6 também levam a essa certeza das consequências teoricamente negativas desse processo.

A unidade 20, que corresponde ao segundo parágrafo da citação anterior, traz informações que têm por efeito o aumento da “prontidão do leitor para aceitar o direito do escritor de apresentar N” (PARDO, 2005, p. 138). Dessa forma, a informação da unidade 21, unidade central do bloco, se faz necessária em função do advento da unidade 20: uma vez que o Congresso Nacional não se encontrava mobilizado para analisar o documento, o texto da autora trouxe informações que levantavam a mobilização por parte da população, incluindo novas citações do pedagogo Felipe Nery e alarmes sobre a urgência do processo, uma vez que não seria possível fazer alterações após a aprovação da BNCC.

Percebe-se, portanto, que o artigo de opinião de Angélica Favretto, além de expor a opinião da autora a respeito da inclusão das questões de gênero na BNCC, apresenta o objetivo subjacente (mas não menos explícito) de mobilizar o leitor para que ele próprio se sinta alarmado o suficiente para se manifestar contra esse processo. Trata-se, conforme vários estudos sobre a questão da “ideologia de gênero” (MISKOLCI; CAMPANA, 2017; BORGES; BORGES, 2018; SILVA, 2020), de uma tentativa de se estabelecer um estado de pânico moral em relação às questões de gênero e sexualidade. Por meio de afirmações diretas a respeito das possíveis consequências da abordagem do tema em documentos educacionais nacionais, a autora estabelece relações retóricas entre as porções de texto que têm por efeito o estabelecimento dessa situação de alarme, bem como a motivação para a mobilização contra esse processo.

4.2.2 TEXTO E2: “IDEOLOGIA DE GÊNERO: OBSCURANTISMO E AMEAÇA À LIBERDADE?”

O veículo e o autor de E2

O texto E2 foi publicado no site Gazeta do Povo, o qual se localiza na esfera jornalística, contendo informações nas mais variadas áreas, como política, economia e negócios, atualidades e família. Seus vieses e convicções são bem definidos, reunidos em 28 pontos apresentados na seção “Nossa visão”, que incluem questões filosóficas e comportamentais, posições sociais, democráticas, econômicas, entre outras. Primeiramente, o veículo afirma se pautar pelo diálogo, valorizando a capacidade humana de alcançar a verdade, que, segundo o site, tem sido colocada em xeque pela visão de que não existem verdades objetivas. Para eles, trata-se de uma afirmação contraditória, pois é

da visão do veículo que o ser humano pode não só alcançar a verdade como compartilhá-la “por meio de uma honesta disposição ao debate que respeita a inteligência do outro” (GAZETA DO POVO, 2019, online). Entretanto, o editorial reforça que o leitor não precisa concordar com as visões da revista.

Um ponto de destaque entre os 28 que definem as visões do veículo é a valorização da dignidade humana, segundo a qual deve-se “enxergar cada nova vida como um tesouro” (GAZETA DO POVO, 2019, online), o que corresponde, segundo o próprio site, a uma posição contra o aborto (não sendo essa uma postura de cunho religioso); pauta-se também pelo combate à miséria econômica e moral (pois, para eles, há uma perda de noção do certo e do errado), sendo o veículo considerado um ambiente de liberdade. Valorizam também: a família e o combate a agressões tanto contra essa instituição quanto cometidas dentro dela; o casamento, fazendo referência ao casamento heteronormativo – “[...] o homem e a mulher praticam [...]” (GAZETA DO POVO, 2019, online) – como algo natural e não uma construção social; a mulher, fazendo crítica ao feminismo em relação à sua posição quanto à maternidade (é colocado que o movimento desvaloriza a maternidade); uma visão liberal da economia, ao defender a liberdade e a autonomia das pessoas – “[...] menos Estado e mais cidadão” (GAZETA DO POVO, 2019, online). Além disso, ao falar sobre os colunistas que escrevem para o site, é afirmado que o veículo é composto por “colunas exclusivas com os melhores jornalistas conservadores e liberais do país” (GAZETA DO POVO, 2019, online). A partir dessas afirmações, portanto, percebe-se o ponto de vista a partir do qual as verdades indicadas pelo editorial são colocadas.

Na seção “Nossa visão”, indicam, além de suas convicções, algumas seleções, em que reúnem notícias e informações sobre assuntos específicos, como drogas ilícitas, liberdade de expressão, doutrinação na escola, entre outras. Mais especificamente, há uma seção para o assunto “ideologia de gênero”, onde incluem notícias e reportagens sobre os mais variados assuntos, considerados “ideologia de gênero”, incluindo linguagem neutra, o alcance da “ideologia de gênero” e “verdades” sobre as questões de disforia de gênero, entre outros.

O texto foi publicado na Gazeta do Povo em 18 de novembro de 2020. Quanto à sua autoria, o texto é assinado por Carlos Adriano Ferraz, um dos colunistas conservadores da Gazeta do Povo. Ao final do texto, são apresentadas informações biográficas sobre o autor, que, inclusive, foram consideradas uma unidade de informação do texto, por ter impactos na sua leitura. O parágrafo afirma que

Carlos Adriano Ferraz, professor na graduação e no Programa de Pós-Graduação em Filosofia da Universidade Federal de Pelotas (UFPel), é graduado, mestre e doutor em Filosofia, com estágio doutoral na State University of New York, foi professor visitante na Universidade Harvard, é vice-presidente da Associação Docentes pela Liberdade e atualmente trabalha no Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. (FERRAZ, 2020)

Como pode ser percebido, o autor corresponde a alguém das esferas política e educacional, que goza de reconhecimento social e profissional, o que confere credibilidade à sua fala, bem como o status de formador de opinião. Apesar de a Gazeta do Povo contar com colunistas fixos, o autor do texto parece ser “um colaborador [...] eventual [...], convidado pela empresa para expor seu ponto de vista (acento de valor) sobre determinado assunto da atualidade e de sua competência” (p. 171), nesse caso, algo relacionado à educação.

Estrutura retórica de E2

A segmentação do texto E2 seguiu, novamente, a divisão do texto em parágrafos, sendo que o título, o nome do autor, a data de publicação, e as informações extras sobre o autor foram considerados, cada um, uma unidade de análise, por se relacionarem ao texto de formas diferentes. Assim, o texto contou com 23 unidades, que constam a seguir:

- (1) Ideologia de gênero: obscurantismo e ameaça à liberdade?
- (2) Por Carlos Adriano Ferraz
- (3) 18/11/2020 20:15
- (4) Considerando-se que um dos pilares do avanço civilizacional (e da ciência) é não apenas a liberdade de expressão, mas também a discussão pautada não por ideologias e idiosincrasias, mas pela razão, pelos fatos (realidade) e por aquilo que a ciência nos tem efetivamente revelado, julgo necessário assumir publicamente, como acadêmico e defensor da liberdade, um posicionamento diante da questão do julgamento, pelo Supremo Tribunal Federal (STF), da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 5.668, a qual pretende tornar obrigatória a inserção da “ideologia de gênero” nas escolas brasileiras. Tal julgamento, inicialmente agendado para o dia 11 de novembro, foi retirado de pauta pelo presidente do STF, Luiz Fux. Não obstante, embora suspenso, ele possivelmente voltará a ser pautado no futuro, razão pela qual devemos manter o contínuo esclarecimento sobre a irrazoabilidade e sobre os efeitos perniciosos de uma possível aprovação da imposição da ideologia de gênero nas escolas.
- (5) Primeiramente, no entanto, gostaria de observar que toda forma de discriminação (e violência) fundada em preconceitos torpes é injustificável e deve estar submetida a penalidades de acordo com o que prescreve o império do direito. Ainda que sejamos passíveis de diferenciação, pois somos únicos (indivíduos) e dotados de diferentes habilidades, aspectos psicológicos etc., somos iguais desde uma perspectiva moral. Portanto, somos dotados daquilo que em filosofia e na

- tradição cristã se convencionou chamar de “dignidade da pessoa humana”, a qual é pressuposta em toda forma humana (desde a concepção até a morte). Somos iguais em dignidade, o que torna injustificável sermos reificados e tolhidos em nossos direitos fundamentais (à vida, ao conhecimento, à liberdade, à propriedade privada etc.).
- (6) Contudo, da injustificabilidade da discriminação (que viola nossa dignidade – como quando somos escravizados, agredidos, mortos etc.) não se depreende que não possamos ser sujeitos à diferenciação.
 - (7) E esse é um dos primeiros problemas da chamada “ideologia de gênero”. Em verdade, todos os problemas que podem ser apontados em tal “ideologia” residem precisamente no fato de que ela se resume a isso: a uma ideologia. Ou seja, ela é uma abstração mental desvinculada seja do bom senso (senso comum), seja dos fatos (realidade), incorrendo, intencionalmente ou não, em um grave e danoso processo de engenharia social (visão planificadora). Não surpreende, pois, que os sectários dessa ideologia sejam os mesmos que frequentemente sustentam outras ideias (planificadoras) contrárias à realidade, como rejeição da economia de mercado (da liberdade econômica) e da propriedade privada, defesa do multiculturalismo etc. Em suma, tais indivíduos partem de uma mera ideia e a tentam impor dogmaticamente contra a realidade, contra o bom senso e contra a razão mesma. O resultado é sempre desastroso, uma vez que tais ideias causam miséria, sofrimento, morte etc. Exemplos empíricos são abundantes e me eximirei de citá-los aqui.
 - (8) Assim, mais especificamente em relação à ideologia de gênero, ela ignora (por estultice, por má-fé, realmente não sei) alguns fatos incontornáveis da natureza humana. Inicialmente, ela ignora que homens e mulheres são caracterizados por profundas diferenças fisiológicas e, conseqüentemente, mentais. Tais diferenças, aliás, causam um impacto colossal seja no sucesso seja no fracasso de vidas individuais e de instituições sociais como, por exemplo, a família.
 - (9) Sem embargo, por tratar-se de ideologia, ela toma como uma de suas bases uma ideia proposta em 1949 por Simone de Beauvoir, autora da famosa passagem (citada ad nauseam pelos partidários da ideologia de gênero) segundo a qual “ninguém nasce mulher: torna-se mulher. Nenhum destino biológico, psíquico, econômico define a forma que a fêmea humana assume no seio da sociedade”. Ou seja, ela ignora arbitrariamente a biologia, permitindo a separação entre sexo e gênero.
 - (10) Tal passagem, com efeito, não possui qualquer fundamento que não seja, obviamente, uma mera ideia quimérica que surgiu na mente de sua autora. Mas isso está de acordo como uma ideologia que ignora os fatos, as razões, a ciência, isto é, a realidade mesma. Mais recentemente, outra forte influência sobre os ativistas/ideólogos da ideologia de gênero é Judith Butler, a qual também parece repudiar a biologia e insistir na ideia segundo a qual “ser homem ou ser mulher não é um dado biológico, é um dado performático”. Vejam: são frases de efeito que escondem, sob um pseudointelectualismo, um obscurantismo pernicioso. Assim, embora sejam frases assignificativas, elas não são inócuas: elas são danosas à ciência, ao conhecimento e, por fim, à vida individual e social.
 - (11) Não obstante, cabe enfatizar que teoria alguma (nem decisão judicial pela mesma razão) mudará a realidade. Afinal, nem tudo depende de nossos estados mentais, tampouco de “como nos sentimos”. Dessa forma, nossa sexualidade envolve, também e sobretudo, aspectos biológicos (físicos) que independem absolutamente de como nos sentimos com relação a isso. Além do dimorfismo sexual (das diferenças evidentes entre homens e mulheres, as quais podem ser disfarçadas de forma impressionante), há um aspecto mais profundo das diferenças entre homens e mulheres, a saber, o dimorfismo cerebral, o qual é muito mais complexo e envolve questões ainda estudadas de forma incipiente por endocrinologistas. Colocado de outra forma, há aspectos endocrinológicos complexos e difíceis de serem alterados, os quais fazem parte de um campo que tem

- sido explorado pela endocrinologia. Noutros termos, não há como revogar a biologia, assim como não há como revogar a lei da gravidade para evitar que as pessoas caiam.
- (12) Em suma, embora exista certamente uma zona cinzenta (na qual estão aqueles que verdadeiramente sofrem de disforia de gênero, os quais dificilmente fazem parte de grupos de ativistas/ideólogos e realmente precisam de ajuda médica), em geral as coisas são mais simples. Desse modo, foi ao reconhecer esse fato que o teórico evolucionista Matt Ridley, em seu estudo *Nature via Nurture* (de 2004), por exemplo, esclareceu que “hoje ninguém nega que homens e mulheres são diferentes não só na anatomia, mas também no comportamento (...) há diferenças mentais e físicas consistentes entre os sexos”. Outro autor fundamental para esse debate é Simon Baron-Cohen (precursor da “empathising-systemising [E-S] theory”), o qual demonstrou de forma consistentemente documentada as diferenças existentes até mesmo entre bebês de sexos diferentes. Ou seja: a biologia atua em todos os momentos da vida, marcando as diferenças entre os sexos mesmo em bebês.
- (13) Outro estudo seminal sobre o tema é a edição de outono de 2016 da *The New Atlantis: A Journal of Technology and Society*, um relatório cientificamente robusto (com diversos estudos) que demonstra, dentre outras coisas, que “identidade de gênero não é, de forma alguma, independente do sexo biológico”. E há, ainda, o notável livro *When Harry Became Sally: Responding to the Transgender Movement* (de 2018), de Ryan Anderson, o qual esclarece, não a partir de ideias, mas de razões e da ciência, que todas essas teorias que separam gênero de sexo são intencionalmente confusas e obscuras, pois não possuem fundamento científico algum.
- (14) No entanto, embora exista vasta bibliografia científica sobre o tema, eis que o ativista, o ideólogo, busca por outras fontes e rejeita declaradamente a ciência (afinal, a ciência é muitas vezes “politicamente incorreta”) em sua defesa da separação entre gênero e sexo. Colocado sucintamente: o ideólogo parte da ideologia (enraizada em uma visão política, mormente de esquerda, ou “progressista”). E, para atingir seu propósito, ele recorre não a razões e fatos, mas a sentimentos e a um pseudointelectualismo.
- (15) Portanto, todo indivíduo preocupado seja com a educação, seja com a ciência e com a prosperidade, bem como com as pessoas, compreende como assustador que uma ideologia como a ideologia de gênero possa vir a fazer parte da formação escolar de crianças e jovens, obliterando e confundindo suas mentes. Isso porque tal ideologia representa uma negação da ciência e dos fatos que são hoje conhecidos e documentados, particularmente sobre as diferenças entre homens e mulheres. Trata-se, pois, a ideologia de gênero de uma perspectiva obscurantista que causa nefastos efeitos sobre a ciência e sobre a vida individual e social. Afinal, à cultura não cabe rejeitar a “nature”, mas integrá-la (“nature” via “nurture”): nossa educação deve partir do reconhecimento desse fato, do fato da diferença entre homens e mulheres, e educá-los promovendo seu pleno desenvolvimento individual, o qual será, também e em consequência, causa de fortuna social.
- (16) Por fim, ainda há outro aspecto temível da imposição da ideologia de gênero, qual seja, o da negação (censura) da ciência e do que conhecemos sobre a sexualidade humana. Isso porque, quando uma ideologia como a ideologia de gênero passa a vigor, são várias as consequências deletérias dela decorrentes. Por certo ela causa danos a instituições, como à família, às instituições de ensino etc. Mas ela causa também uma consequente violação da liberdade. Afinal, uma vez inserida na formação escolar, a ideologia de gênero trará consigo a censura relativa àquilo que a ciência nos ensina.
- (17) Dito de outra forma, tudo aquilo que, de alguma forma, contrariar a ideologia de gênero entrará para uma nova espécie de *Index Librorum Prohibitorum* (muito provavelmente sob a acusação de “homofobia”, novo

- mantra “progressista”). Estudos serão ou proibidos de serem realizados ou de serem divulgados. Por exemplo, hoje sabemos que 88% das garotas e 98% dos garotos que relatam disforia de gênero passam a se identificar com seu sexo biológico ao final da adolescência, segundo a American Psychiatric Association (Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders, 2013, 451-459), desde que sejam acompanhados e auxiliados a compreender sua sexualidade biológica.
- (18) Haverá liberdade de expressão, ou de cátedra, para que estudos como esse sejam expostos e debatidos quando o tema for ideologia de gênero? Poderemos trazer para o debate os estudos que revelam que quem sofre de disforia de gênero tem maior probabilidade de sofrer de depressão (e que isso não está relacionado com algum preconceito externo como causa), bem como que a redesignação de sexo não resolve o problema? Por exemplo, o mais vasto estudo feito até esse momento, de Pachankis e Bränström, revela que pacientes submetidos à redesignação de sexo e a tratamentos hormonais não tiveram benefícios atinentes à saúde (“Reduction in Mental Health Treatment Utilization Among Transgender Individuals After Gender-Affirming Surgeries: A Total Population Study”, na edição de outubro de 2019 do *The American Journal of Psychiatry*).
- (19) Tais estudos, vigorosamente embasados cientificamente, poderão ser arrolados no debate? Ou serão censurados pela narrativa dogmática dos mesmos ungidos que têm banido os estudos que questionam o isolamento social, o uso obrigatório de máscaras, bem como os que sustentam (desde uma perspectiva científica) a alta probabilidade de sucesso no tratamento precoce contra a Covid-19 a partir do uso da hidroxicloroquina? Também nesses casos vige o dogmatismo de uma narrativa hostil à liberdade, à diversidade (de ideias), ao diálogo e, pois, à ciência (aos critérios de cientificidade).
- (20) Em suma, há incontáveis estudos que expressam verdades inconvenientes. Elas poderão ser usadas quando o assunto for ideologia de gênero? Haverá liberdade para apresentar essas verdades? Quem são, afinal de contas, os obscurantistas? Segundo vejo, obscurantista é aquele que, por ignorância ou má-fé, censura, proíbe, queima livros (ou reputações), impede a liberdade de expressão, a liberdade religiosa, a liberdade acadêmica, a liberdade de imprensa etc. Ora, uma mera mirada ao redor nos mostra exatamente quem está promovendo o obscurantismo, quem representa uma real ameaça à liberdade e à ciência e, conseqüentemente, à prosperidade.
- (21) Assim, não posso evitar de expor publicamente, como acadêmico e defensor da liberdade, minha preocupação com a possibilidade de que a ideologia de gênero, ainda que desprovida de qualquer base científica, venha a fazer parte da formação de crianças e jovens, especialmente tendo em vista suas graves conseqüências morais, institucionais, educacionais e para a liberdade.
- (22) Um país que ocupa as últimas posições nas avaliações internacionais atinentes à educação, sofrendo com diversos flagelos sociais, realmente não deveria estar preocupado em qualificar o ensino, fortalecendo a ciência e o tecido social moral, pilares de uma sociedade próspera?
- (23) Carlos Adriano Ferraz, professor na graduação e no Programa de Pós-Graduação em Filosofia da Universidade Federal de Pelotas (UFPel), é graduado, mestre e doutor em Filosofia, com estágio doutoral na State University of New York, foi professor visitante na Universidade Harvard, é vice-presidente da Associação Docentes pela Liberdade e atualmente trabalha no Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. (FERRAZ, 2020)

A partir dessa segmentação, a partir da análise das relações entre essas unidades, foram elaborados os diagramas que constam nas Figuras 18a e 18b, nas páginas seguintes. Os diagramas indicam a emergência das relações a seguir:

- Relações de apresentação: Preparação, Justificativa, Concessão, Reformulação, Antítese e Evidência
- Relações de conteúdo: Atribuição, Circunstância, Pergunta-retórica, Consequência, Comentário, Elaboração e Conclusão
- Relações multinucleares: Reformulação multinuclear, Lista e Junção

Os diagramas revelam, também, a unidade central do texto, que corresponde à unidade 21:

Assim, não posso evitar de expor publicamente, como acadêmico e defensor da liberdade, minha preocupação com a possibilidade de que a ideologia de gênero, ainda que desprovida de qualquer base científica, venha a fazer parte da formação de crianças e jovens, especialmente tendo em vista suas graves consequências morais, institucionais, educacionais e para a liberdade. (FERRAZ, 2020)

Essa unidade foi identificada como central por ter sido vista como a que, ao longo do texto, respondia à pergunta do título: “Ideologia de gênero: obscurantismo e ameaça à sociedade?”. A referência ao obscurantismo foi percebida nas menções à falta de base científica que permeia a “ideologia de gênero”, o que tira a sua credibilidade e, conforme o autor desenvolve ao longo do seu texto, leva-a para o campo das crenças e dos sentimentos. Por sua vez, a ameaça à sociedade se encontra na relação com o perigo, conforme a opinião do autor, da sua inserção na educação de crianças e jovens, que pode levar a sérias consequências em vários aspectos sociais. Além disso, como indicado pelos diagramas nas Figuras 18a e 18b, todo o texto (após os elementos iniciais – título, autoria e data) anterior a essa unidade central foi entendido como um satélite em relação a esse núcleo, compondo uma relação de Justificativa. Isso porque o autor parece desenvolver ambas as ideias relacionadas a obscurantismo (falta de cientificidade) e de ameaça à sociedade nesse satélite, de uma forma que o leitor perceba as bases que autorizam essa opinião, o que corresponde à descrição da relação de Justificativa.

Destacamos também, nesse diagrama, a presença da relação de Junção entre as unidades (1-22) e 23. Esta última, conforme apontado na seção anterior, que aborda o

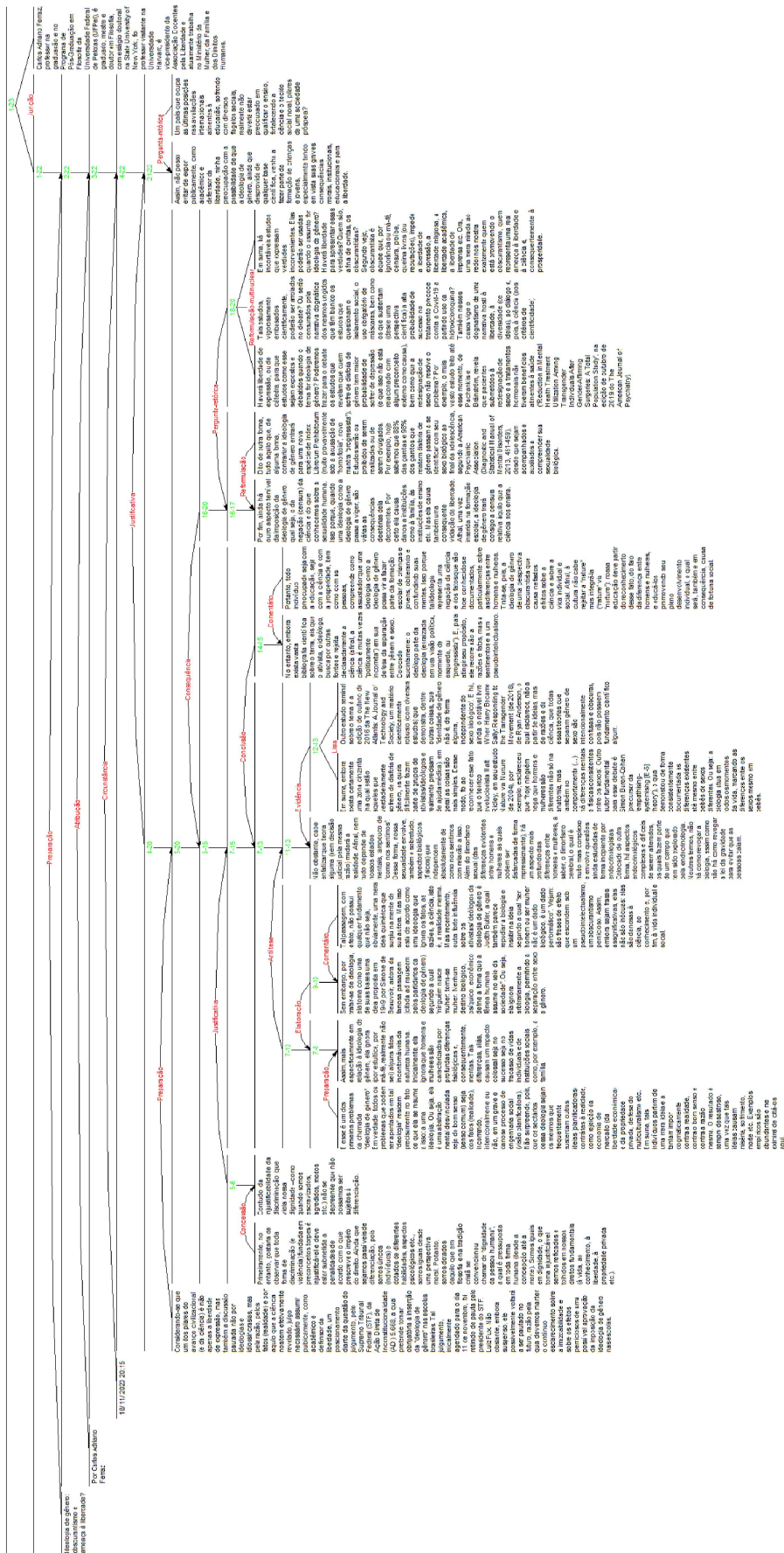


Figura 18a – Diagrama completo da estrutura retórica do Texto E2.
Fonte: Elaborado pelo autor.

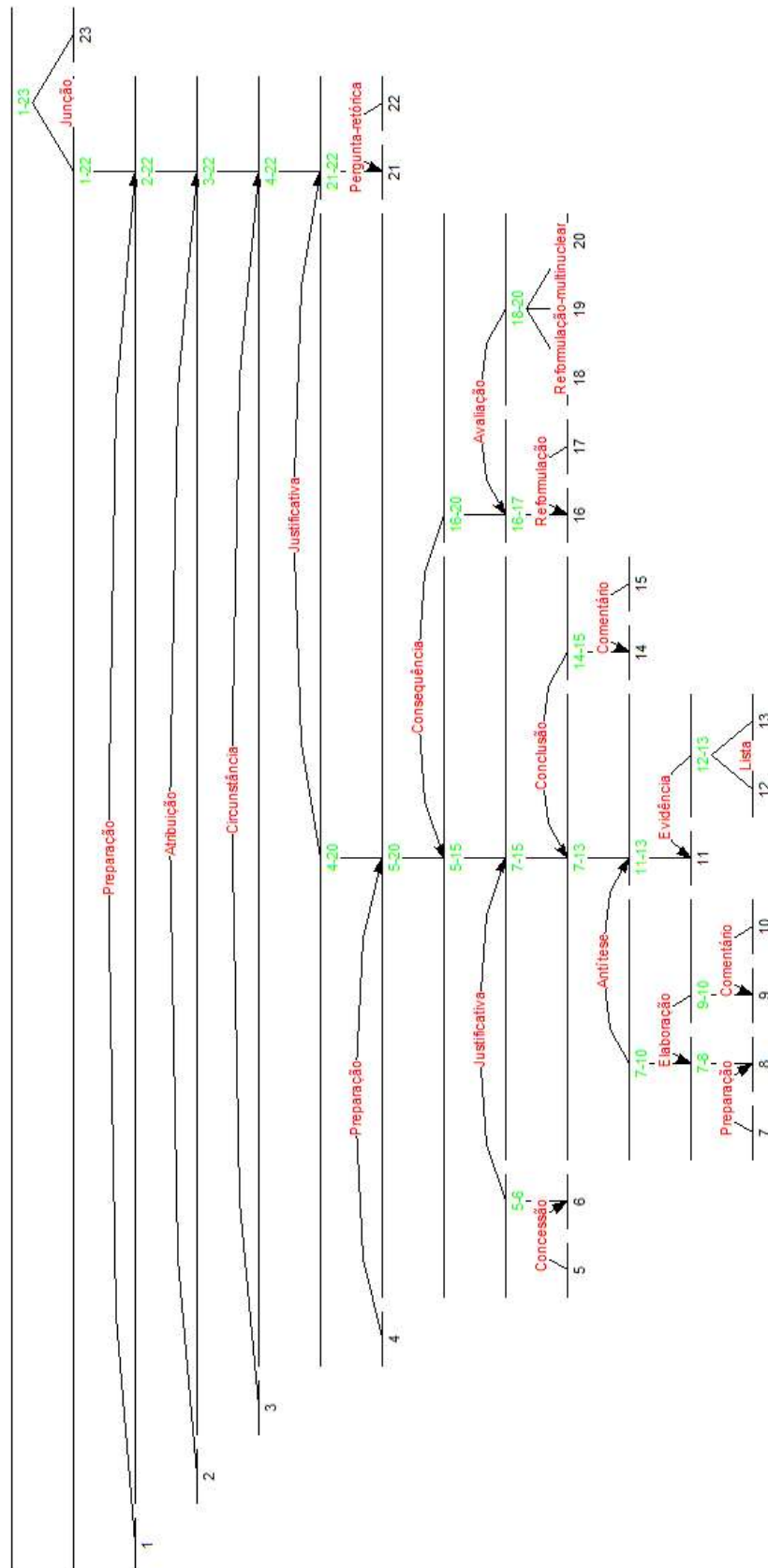


Figura 18b – Diagrama simplificado da estrutura retórica do Texto E2.
Fonte: Elaborado pelo autor.

contexto de produção do texto, corresponde às informações biográficas sobre o autor. Trata-se de um detalhamento dessas informações, porém distante do nome do autor propriamente dito, que se encontra na unidade 2. Como essas informações constam ao final do texto mas não estão diretamente no fluxo do texto, foi definida a emergência de uma relação multinuclear de Junção entre o texto e essa unidade. Trata-se de uma relação retórica que não apresenta restrições e corresponde à colocação justaposta de duas unidades de informação, que é o que aparentemente ocorre entre esses dois elementos.

Nos termos de van Dijk (1980), foram percebidas também, a partir do diagrama da Figura 18b, as estruturas globais do texto, nas quais houve a combinação de relações retóricas entre unidades locais, os parágrafos, para compor relações retóricas entre estruturas mais globais, chamadas, na figura a seguir, de UGs. Assim, foi elaborado um novo diagrama, com a seguinte estrutura global:

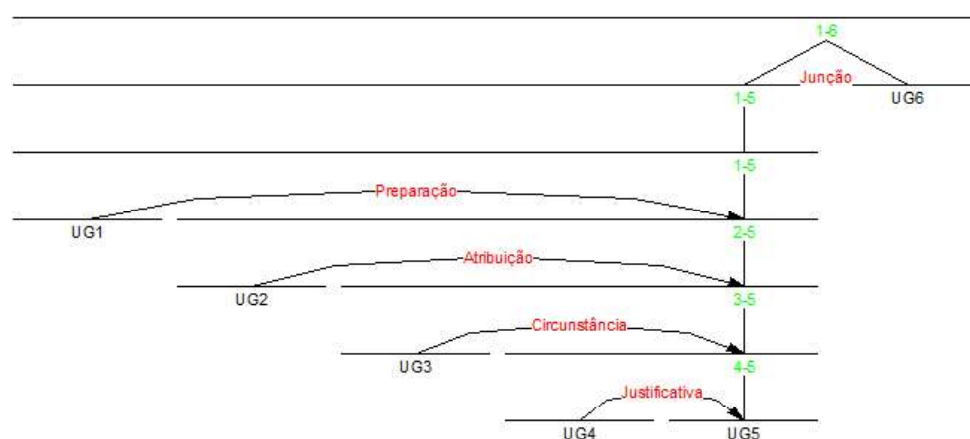


Figura 19 – Diagrama da estrutura retórica de nível global do Texto E2.
Fonte: Elaborado pelo autor.

Devido ao fato de o texto se desenvolver entre as unidades 4 a 20 (além da unidade central), correspondendo à unidade global UG4 no diagrama acima, o diagrama da estrutura global do texto se revela pouco informativo, pois as unidades UG1, UG2 e UG3 correspondem ao que Correia (2018) considerou o Bloco Informacional 1, que compreende o título, a data de publicação e a autoria do texto, enquanto a UG6 corresponde, novamente, às informações extras sobre o autor. Desse modo, percebeu-se que a unidade UG4 é a parte do texto em que ocorrem os movimentos dialógicos com o leitor, de modo que a sua estrutura, tanto local quanto global, é mais informativa. Com isso, foi elaborado o diagrama a seguir, cujas unidades são chamadas de UGJx, em que o “J” corresponde a “Justificativa” (pois se trata do satélite da relação de Justificativa):

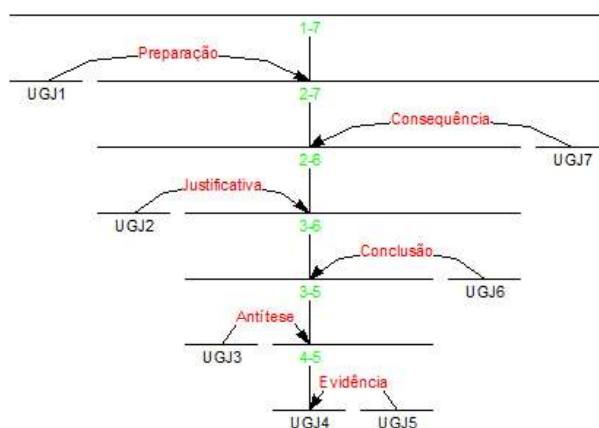


Figura 20 – Diagrama da estrutura retórica de nível global da unidade UG4 do Texto E2.

Fonte: Elaborado pelo autor.

Assim, devido ao seu valor informacional, prosseguiremos com a análise dessa porção de texto.

De início, o autor apresenta a orientação que terá o seu texto, o seu teor, que se concentra na unidade UGJ1, que corresponde à unidade 4 na Figura 18b:

Considerando-se que um dos pilares do avanço civilizacional (e da ciência) é não apenas a liberdade de expressão, mas também a discussão pautada não por ideologias e idiossincrasias, mas pela razão, pelos fatos (realidade) e por aquilo que a ciência nos tem efetivamente revelado, julgo necessário assumir publicamente, como acadêmico e defensor da liberdade, um posicionamento diante da questão do julgamento, pelo Supremo Tribunal Federal (STF), da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 5.668, a qual pretende tornar obrigatória a inserção da “ideologia de gênero” nas escolas brasileiras. Tal julgamento, inicialmente agendado para o dia 11 de novembro, foi retirado de pauta pelo presidente do STF, Luiz Fux. Não obstante, embora suspenso, ele possivelmente voltará a ser pautado no futuro, razão pela qual devemos manter o contínuo esclarecimento sobre a irrazoabilidade e sobre os efeitos perniciosos de uma possível aprovação da imposição da ideologia de gênero nas escolas. (FERRAZ, 2020)

Ocorre, nesse parágrafo, um movimento dialógico de engajamento do leitor, em que o autor coloca o leitor em posição de concordância com ele ao afirmar que a Ação Direta de Inconstitucionalidade citada “pretende tornar obrigatória a inserção da ‘ideologia de gênero’ nas escolas brasileiras” (FERRAZ, 2020, online). Além de apresentar o porquê de seu texto, o autor estabelece a sua posição de articulista autorizado, ao julgar “necessário assumir publicamente, como acadêmico e defensor da liberdade”, o seu posicionamento sobre o assunto do texto. Além disso, ele estabelece o seu viés, mostrando preocupação diante do julgamento da ADI n.º 5.668, cujo objetivo,

supracitado, já foi comprovado como *fake news* (DOMINGOS, 2020). Assim, analisa-se que a relação entre essa unidade de análise e o restante do texto tem por efeito uma maior orientação do leitor quanto ao teor e ao que esperar do texto, o que define a relação de Preparação (TABOADA; MANN, 2021[2005]). O efeito dessa relação, portanto, esteve a serviço do movimento de engajamento do leitor.

A partir disso, tem início um movimento dialógico de refutação, o qual gira em torno da unidade informacional 11 (no diagrama da Figura 18b), que é central dentro da unidade global UG4 e corresponde ao trecho a seguir:

Não obstante, cabe enfatizar que teoria alguma (nem decisão judicial pela mesma razão) mudará a realidade. Afinal, nem tudo depende de nossos estados mentais, tampouco de “como nos sentimos”. Dessa forma, nossa sexualidade envolve, também e sobretudo, aspectos biológicos (físicos) que independem absolutamente de como nos sentimos com relação a isso. Além do dimorfismo sexual (das diferenças evidentes entre homens e mulheres, as quais podem ser disfarçadas de forma impressionante), há um aspecto mais profundo das diferenças entre homens e mulheres, a saber, o dimorfismo cerebral, o qual é muito mais complexo e envolve questões ainda estudadas de forma incipiente por endocrinologistas. Colocado de outra forma, há aspectos endocrinológicos complexos e difíceis de serem alterados, os quais fazem parte de um campo que tem sido explorado pela endocrinologia. Noutros termos, não há como revogar a biologia, assim como não há como revogar a lei da gravidade para evitar que as pessoas caiam. (FERRAZ, 2020)

A centralidade dessa unidade de análise reside no fato de ela compreender a essência do argumento do autor, que o autoriza a veicular a sua opinião na unidade 21. Essa essência corresponde ao aspecto biológico empregado para explicar o problema da “ideologia de gênero”, que é colocada como um instrumento cujo objetivo é negar a biologia. Assim, nas unidades anteriores (5 a 10), são apresentados argumentos que mostram o obscurantismo por trás da “ideologia de gênero”, conforme afirmado no título do texto.

O movimento de refutação do texto se inicia pela relação entre as unidades informacionais 5 e 6, que compõem a UJG2 (Figura 21), a qual estabelece com as unidades UGJ3-UJG6 uma relação de Justificativa. Percebe-se, então, uma sequência de relações retóricas em que o autor apresenta uma incompatibilidade entre a não validação da discriminação e a não diferenciação de pessoas, por meio de uma relação de Concessão:

- (5) Primeiramente, no entanto, gostaria de observar que toda forma de discriminação (e violência) fundada em preconceitos torpes é injustificável e deve estar submetida a penalidades de acordo com o que

prescreve o império do direito. Ainda que sejamos passíveis de diferenciação, pois somos únicos (indivíduos) e dotados de diferentes habilidades, aspectos psicológicos etc., somos iguais desde uma perspectiva moral. Portanto, somos dotados daquilo que em filosofia e na tradição cristã se convencionou chamar de “dignidade da pessoa humana”, a qual é pressuposta em toda forma humana (desde a concepção até a morte). Somos iguais em dignidade, o que torna injustificável sermos reificados e tolhidos em nossos direitos fundamentais (à vida, ao conhecimento, à liberdade, à propriedade privada etc.).

- (6) Contudo, da injustificabilidade da discriminação (que viola nossa dignidade – como quando somos escravizados, agredidos, mortos etc.) não se depreende que não possamos ser sujeitos à diferenciação.

O trecho é representado pelo seguinte diagrama:

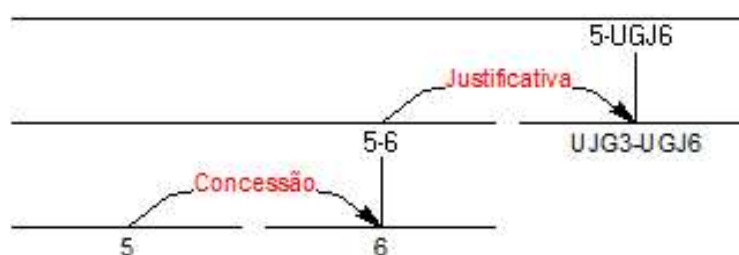


Figura 21 – Diagrama da estrutura retórica da unidade UGJ2 do Texto E2.
Fonte: Elaborado pelo autor.

O efeito buscado é uma maior aceitação da informação que consta na unidade de análise 6: primeiramente, o autor aponta para o fato de que não se justificam a discriminação e a violência “fundada em preconceitos torpes”, uma vez que “somos iguais desde uma perspectiva moral”; entretanto, isso não é suficiente para afirmar que não existe diferenciação entre as pessoas, momento em que o autor faz um prelúdio ao que será definido como “ideologia de gênero”. Com esse efeito, o autor parece buscar justificar o que consta nas unidades 7 a 15, levando o leitor a melhor aceitar a sua invalidação da “ideologia de gênero” como por ele definida. Nesse ponto, portanto, há um movimento de distanciamento, que se dá pela antecipação de uma interpretação de que o autor é contra a promoção dos direitos humanos. Antes de colocar o seu ponto de vista, o autor confere a si mesmo um juízo de valor positivo, que tem por objetivo autorizar as suas explicações sobre a “ideologia de gênero”.

A definição do que é a “ideologia de gênero” se estabelece por meio de uma relação de Antítese entre as unidades UGJ3 e UGJ4, que é a central. Em uma relação de Antítese, o efeito almejado é também uma melhor aceitação da informação presente no núcleo, assim como na relação de Concessão. Entretanto, na relação de Antítese, há um claro contraste entre o núcleo e o satélite. Dessa forma, o trecho que compreende as

unidades 7 a 10 (Figura 18), que compõem a UJG3 (Figura 22), traz um conteúdo que está em contraste com o que consta na unidade UJG4:

- (7) E esse é um dos primeiros problemas da chamada “ideologia de gênero”. Em verdade, todos os problemas que podem ser apontados em tal “ideologia” residem precisamente no fato de que ela se resume a isso: a uma ideologia. Ou seja, ela é uma abstração mental desvinculada seja do bom senso (senso comum), seja dos fatos (realidade), incorrendo, intencionalmente ou não, em um grave e danoso processo de engenharia social (visão planificadora). Não surpreende, pois, que os sectários dessa ideologia sejam os mesmos que frequentemente sustentam outras ideias (planificadoras) contrárias à realidade, como rejeição da economia de mercado (da liberdade econômica) e da propriedade privada, defesa do multiculturalismo etc. Em suma, tais indivíduos partem de uma mera ideia e a tentam impor dogmaticamente contra a realidade, contra o bom senso e contra a razão mesma. O resultado é sempre desastroso, uma vez que tais ideias causam miséria, sofrimento, morte etc. Exemplos empíricos são abundantes e me eximirei de citá-los aqui.
- (8) Assim, mais especificamente em relação à ideologia de gênero, ela ignora (por estultice, por má-fé, realmente não sei) alguns fatos incontornáveis da natureza humana. Inicialmente, ela ignora que homens e mulheres são caracterizados por profundas diferenças fisiológicas e, conseqüentemente, mentais. Tais diferenças, aliás, causam um impacto colossal seja no sucesso seja no fracasso de vidas individuais e de instituições sociais como, por exemplo, a família.
- (9) Sem embargo, por tratar-se de ideologia, ela toma como uma de suas bases uma ideia proposta em 1949 por Simone de Beauvoir, autora da famosa passagem (citada ad nauseam pelos partidários da ideologia de gênero) segundo a qual “ninguém nasce mulher: torna-se mulher. Nenhum destino biológico, psíquico, econômico define a forma que a fêmea humana assume no seio da sociedade”. Ou seja, ela ignora arbitrariamente a biologia, permitindo a separação entre sexo e gênero.
- (10) Tal passagem, com efeito, não possui qualquer fundamento que não seja, obviamente, uma mera ideia quimérica que surgiu na mente de sua autora. Mas isso está de acordo como uma ideologia que ignora os fatos, as razões, a ciência, isto é, a realidade mesma. Mais recentemente, outra forte influência sobre os ativistas/ideólogos da ideologia de gênero é Judith Butler, a qual também parece repudiar a biologia e insistir na ideia segundo a qual “ser homem ou ser mulher não é um dado biológico, é um dado performático”. Vejam: são frases de efeito que escondem, sob um pseudointelectualismo, um obscurantismo pernicioso. Assim, embora sejam frases assignificativas, elas não são inócuas: elas são danosas à ciência, ao conhecimento e, por fim, à vida individual e social.
- (11) Não obstante, cabe enfatizar que teoria alguma (nem decisão judicial pela mesma razão) mudará a realidade. Afinal, nem tudo depende de nossos estados mentais, tampouco de “como nos sentimos”. Dessa forma, nossa sexualidade envolve, também e sobretudo, aspectos biológicos (físicos) que independem absolutamente de como nos sentimos com relação a isso. Além do dimorfismo sexual (das diferenças evidentes entre homens e mulheres, as quais podem ser disfarçadas de forma impressionante), há um aspecto mais profundo das diferenças entre homens e mulheres, a saber, o dimorfismo cerebral, o qual é muito mais complexo e envolve questões ainda estudadas de forma incipiente por endocrinologistas. Colocado de outra forma, há aspectos endocrinológicos complexos e difíceis de serem alterados, os quais fazem parte de um campo que tem sido explorado pela endocrinologia. Noutros termos, não há como revogar a biologia, assim como não há como revogar a lei da gravidade para evitar que as pessoas caiam. (FERRAZ, 2020)

Tal contraste se estabelece pelo fato de que, para o autor, “ideologia de gênero”, corresponde aos estudos de gênero, no texto representados por Simone de Beauvoir e Judith Butler, autoras reconhecidas pelos seus estudos feministas e relacionados a gênero, os quais, segundo ele, negam a biologia e a natureza humana. Além disso, o autor trata tais estudos como uma “ideia quimérica”, “uma abstração mental desvinculada seja do bom senso (senso comum), seja dos fatos (realidade)”, que não é compatível com a realidade, que nunca será mudada por teoria alguma “(nem decisão judicial pela mesma razão)” (FERRAZ, 2020, online). Assim, apresentando essa incompatibilidade entre o campo das ideias que supostamente são os estudos de gênero, chamados de “ideologia de gênero”, e a realidade da biologia, tão irrevogável quanto “a lei da gravidade para evitar que as pessoas caiam”, o autor busca aumentar a aceitação do leitor em relação ao conteúdo da unidade 11, que é o centro da sua argumentação. Para alcançar esse feito, o autor primeiramente prepara o leitor, na unidade 7, para o que ele irá apresentar como “ideologia de gênero” na unidade 8. As unidades 9 e 10, por sua vez, elaboram essa definição, trazendo detalhes sobre Simone de Beauvoir e Judith Butler, filólogas referência nos estudos de gênero. Ao citá-las, Ferraz tece um comentário subjetivo na unidade 10, traz um juízo de valor sobre seus estudos, caracterizando-os como “frases de efeito que escondem, sob um pseudointelectualismo, um obscurantismo pernicioso”. Essa estrutura se reflete no seguinte diagrama:

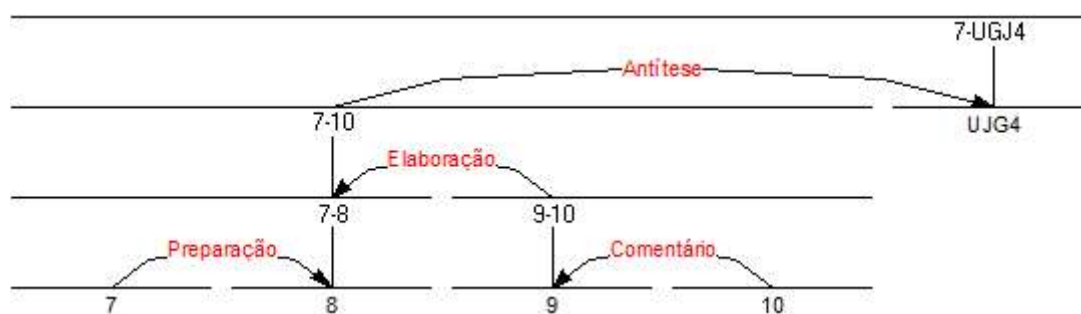


Figura 22 – Diagrama da estrutura retórica da unidade UGJ3 do Texto E2.
Fonte: Elaborado pelo autor.

Assim é possível perceber, conforme van Dijk (1980), como as relações entre as unidades locais se desenvolvem no texto para compor uma relação mais global. É possível considerar, portanto, que as relações de Preparação, Elaboração e Comentário são uma sequência de microatos de fala, cujos efeitos têm por objetivo compor um macroato de fala, que é o efeito da relação de Antítese.

Com a unidade central do texto, tem início um movimento de interpelação do leitor, de indicação do ponto de vista do autor como verdade absoluta, que não precisa ser questionada pelo leitor. Para argumentar em torno dessa verdade, nos dois parágrafos após a unidade central, são apresentadas evidências para a opinião apresentada em UJG4. Nesse ponto, o autor plausivelmente supôs que o leitor poderia não acreditar na sua opinião e, por isso, traz o que Köche, Marinello e Boff (2014) chamam de argumentos de autoridade, pois traz estudos de autores ditos fundamentais para o debate, como Matt Ridley, Simon Baron-Cohen e Ryan Anderson, além de um estudo de 2016 da revista *The New Atlantis: A Journal of Technology and Society*:

- (12) Em suma, embora exista certamente uma zona cinzenta (na qual estão aqueles que verdadeiramente sofrem de disforia de gênero, os quais dificilmente fazem parte de grupos de ativistas/ideólogos e realmente precisam de ajuda médica), em geral as coisas são mais simples. Desse modo, foi ao reconhecer esse fato que o teórico evolucionista Matt Ridley, em seu estudo *Nature via Nurture* (de 2004), por exemplo, esclareceu que “hoje ninguém nega que homens e mulheres são diferentes não só na anatomia, mas também no comportamento (...) há diferenças mentais e físicas consistentes entre os sexos”. Outro autor fundamental para esse debate é Simon Baron-Cohen (precursor da “empathising-systemising [E-S] theory”), o qual demonstrou de forma consistentemente documentada as diferenças existentes até mesmo entre bebês de sexos diferentes. Ou seja: a biologia atua em todos os momentos da vida, marcando as diferenças entre os sexos mesmo em bebês.
- (13) Outro estudo seminal sobre o tema é a edição de outono de 2016 da *The New Atlantis: A Journal of Technology and Society*, um relatório cientificamente robusto (com diversos estudos) que demonstra, dentre outras coisas, que “identidade de gênero não é, de forma alguma, independente do sexo biológico”. E há, ainda, o notável livro *When Harry Became Sally: Responding to the Transgender Movement* (de 2018), de Ryan Anderson, o qual esclarece, não a partir de ideias, mas de razões e da ciência, que todas essas teorias que separam gênero de sexo são intencionalmente confusas e obscuras, pois não possuem fundamento científico algum. (FERRAZ, 2020)

Entre as unidades 12 e 13, estabelece-se uma relação multinuclear de Lista, cujo efeito é o reconhecimento por parte do leitor de que as duas unidades de informação apresentam conteúdos comparáveis, conforme o diagrama a seguir:



Figura 23 – Diagrama da estrutura retórica da unidade UGJ5 do Texto E2.
Fonte: Elaborado pelo autor.

Assim, ao apresentar todos esses estudos em dois parágrafos, dando aos dois o mesmo peso argumentativo, bem como descaracterizar novamente os estudos de gênero, pois são, segundo o texto, “intencionalmente confusas e obscuras, pois não possuem fundamento científico algum”, O autor almeja aumentar a convicção do leitor no núcleo, em que apresenta a sua opinião.

Diante do conteúdo das unidades UGJ3 a UGJ5, o autor traz inferências a respeito do que foi dito sobre aqueles que supostamente defendem uma “ideologia de gênero”, indicando que mesmo diante dos fatos apresentados por ele, escolhem continuar defendendo suas ideias com base em um obscurantismo, recorrendo “não a razões e fatos, mas a sentimentos e a um pseudointelectualismo”. Com isso, percebeu-se, entre as unidades UGJ3-UGJ5 e UGJ6, uma relação de Conclusão, cujo efeito almejado é o reconhecimento por parte do leitor de que o satélite “apresenta um fato concluído a partir da interpretação” (PARDO, 2005, p. 137) do núcleo. A unidade UGJ6 é composta pelo trecho a seguir:

- (14) No entanto, embora exista vasta bibliografia científica sobre o tema, eis que o ativista, o ideólogo, busca por outras fontes e rejeita declaradamente a ciência (afinal, a ciência é muitas vezes “politicamente incorreta”) em sua defesa da separação entre gênero e sexo. Colocado sucintamente: o ideólogo parte da ideologia (enraizada em sua visão política, mormente de esquerda, ou “progressista”). E, para atingir seu propósito, ele recorre não a razões e fatos, mas a sentimentos e a um pseudointelectualismo.
- (15) Portanto, todo indivíduo preocupado seja com a educação, seja com a ciência e com a prosperidade, bem como com as pessoas, compreende como assustador que uma ideologia como a ideologia de gênero possa vir a fazer parte da formação escolar de crianças e jovens, obliterando e confundindo suas mentes. Isso porque tal ideologia representa uma negação da ciência e dos fatos que são hoje conhecidos e documentados, particularmente sobre as diferenças entre homens e mulheres. Trata-se, pois, a ideologia de gênero de uma perspectiva obscurantista que causa nefastos efeitos sobre a ciência e sobre a vida individual e social. Afinal, à cultura não cabe rejeitar a “nature”, mas integrá-la (“nature” via “nurture”): nossa educação deve partir do reconhecimento desse fato, do fato da diferença entre homens e mulheres, e educá-los promovendo seu pleno desenvolvimento individual, o qual será, também e em consequência, causa de fortuna social. (FERRAZ, 2020)

Na unidade de análise 14, o autor infere que o ativista ou o ideólogo (colocados em um mesmo patamar negativo) recorre a fontes não científicas para embasar as noções de gênero que, segundo ele, definem a “ideologia de gênero”. Levando-se em conta que a noção de ideologia apontada anteriormente por ele é “uma abstração mental desvinculada seja do bom senso (senso comum), seja dos fatos (realidade)”, tendo assim

uma caracterização negativa, o ativista é colocado, da mesma forma, como alguém que embasa seus movimentos a partir de ideias, e não de fatos ou do senso comum. Para compor essa conclusão, o autor faz, ainda um comentário subjetivo na unidade 15 a respeito dessa falta de referência à realidade, apresentando sua preocupação com a educação, com a ciência, com a prosperidade e com as pessoas, indicando como assustadora a presença da “ideologia de gênero” nas escolas, a qual causa “nefastos efeitos sobre a ciência e sobre a vida individual e social” (FERRAZ, 2020, online). Percebeu-se, portanto, a emergência da relação de Comentário entre as duas unidades, pois não se trata de uma avaliação nem de uma interpretação, mas de um comentário subjetivo sobre elementos diferentes daqueles apontados no núcleo (unidade 14). Essa relação compõe a relação de Conclusão, conforme indicado no diagrama a seguir:

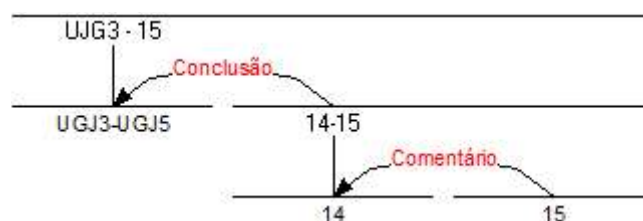


Figura 24 – Diagrama da estrutura retórica da unidade UGJ6 do Texto E2.

Fonte: Elaborado pelo autor.

Por fim, na unidade UGJ7, o autor apresenta as consequências de se “impor” a “ideologia de gênero” nas escolas. Por isso, essa unidade foi percebida como relacionada ao trecho que vai das unidades 5 a 15 no diagrama da Figura 18, uma vez que todo esse trecho apresenta as preocupações em relação à “ideologia de gênero”. A unidade UGJ7 corresponde ao seguinte trecho:

- (16) Por fim, ainda há outro aspecto temível da imposição da ideologia de gênero, qual seja, o da negação (censura) da ciência e do que conhecemos sobre a sexualidade humana. Isso porque, quando uma ideologia como a ideologia de gênero passa a vigor, são várias as consequências deletérias dela decorrentes. Por certo ela causa danos a instituições, como à família, às instituições de ensino etc. Mas ela causa também uma consequente violação da liberdade. Afinal, uma vez inserida na formação escolar, a ideologia de gênero trará consigo a censura relativa àquilo que a ciência nos ensina.
- (17) Dito de outra forma, tudo aquilo que, de alguma forma, contrariar a ideologia de gênero entrará para uma nova espécie de Index Librorum Prohibitorum (muito provavelmente sob a acusação de “homofobia”, novo mantra “progressista”). Estudos serão ou proibidos de serem realizados ou de serem divulgados. Por exemplo, hoje sabemos que 88% das garotas e

98% dos garotos que relatam disforia de gênero passam a se identificar com seu sexo biológico ao final da adolescência, segundo a American Psychiatric Association (Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders, 2013, 451-459), desde que sejam acompanhados e auxiliados a compreender sua sexualidade biológica.

- (18) Haverá liberdade de expressão, ou de cátedra, para que estudos como esse sejam expostos e debatidos quando o tema for ideologia de gênero? Poderemos trazer para o debate os estudos que revelam que quem sofre de disforia de gênero tem maior probabilidade de sofrer de depressão (e que isso não está relacionado com algum preconceito externo como causa), bem como que a redesignação de sexo não resolve o problema? Por exemplo, o mais vasto estudo feito até esse momento, de Pachankis e Bränström, revela que pacientes submetidos à redesignação de sexo e a tratamentos hormonais não tiveram benefícios atinentes à saúde (“Reduction in Mental Health Treatment Utilization Among Transgender Individuals After Gender-Affirming Surgeries: A Total Population Study”, na edição de outubro de 2019 do The American Journal of Psychiatry).
- (19) Tais estudos, vigorosamente embasados cientificamente, poderão ser arrolados no debate? Ou serão censurados pela narrativa dogmática dos mesmos ungidos que têm banido os estudos que questionam o isolamento social, o uso obrigatório de máscaras, bem como os que sustentam (desde uma perspectiva científica) a alta probabilidade de sucesso no tratamento precoce contra a Covid-19 a partir do uso da hidroxiclороquina? Também nesses casos vige o dogmatismo de uma narrativa hostil à liberdade, à diversidade (de ideias), ao diálogo e, pois, à ciência (aos critérios de cientificidade).
- (20) Em suma, há incontáveis estudos que expressam verdades inconvenientes. Elas poderão ser usadas quando o assunto for ideologia de gênero? Haverá liberdade para apresentar essas verdades? Quem são, afinal de contas, os obscurantistas? Segundo vejo, obscurantista é aquele que, por ignorância ou má-fé, censura, proíbe, queima livros (ou reputações), impede a liberdade de expressão, a liberdade religiosa, a liberdade acadêmica, a liberdade de imprensa etc. Ora, uma mera mirada ao redor nos mostra exatamente quem está promovendo o obscurantismo, quem representa uma real ameaça à liberdade e à ciência e, conseqüentemente, à prosperidade. (FERRAZ, 2020)

Esse trecho é representado pelo seguinte diagrama:

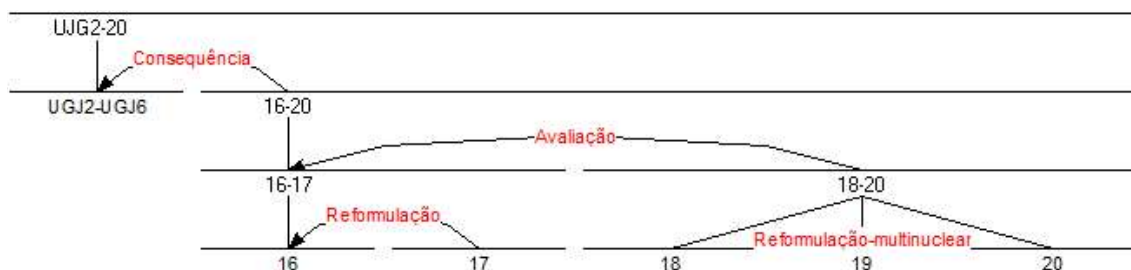


Figura 25 – Diagrama da estrutura retórica da unidade UGJ7 do Texto E2.

Fonte: Elaborado pelo autor.

O diagrama nos informa que o satélite da relação de Conseqüência, que corresponde à UGJ7, é composto por reformulações, tanto mono quanto multinucleares.

Dessa forma, o autor se vale de dois processos de repetição de conteúdo. Primeiramente, entre as unidades 16 e 17, o articulista sugere que a “imposição” da “ideologia de gênero” levará à censura da apresentação de informações que ele coloca como mais científicas em relação à sexualidade humana (unidade 16), indicando a possibilidade de composição de “uma nova espécie de *Index Librorum Prohibitorum*” (fazendo referência à Contrarreforma católica, ocorrida no século XVI), contendo livros que, segundo o autor, contêm a realidade da sexualidade humana, os quais seriam proibidos de se acessar em função dessa “imposição”. Nesse caso, considerou-se que a unidade 16 foi mais central para o autor alcançar seus objetivos, por isso, a relação foi percebida como mononuclear.

Entre as unidades 18, 19 e 20, entretanto, a relação foi identificada como multinuclear. Trata-se de três unidades que se iniciam por perguntas retóricas, que tiveram por objetivo levar o leitor à reflexão a respeito do que foi colocado, as quais compuseram assim uma avaliação por parte do autor. Dessa forma, o autor se vale da repetição da mesma reflexão, cujos elementos, na nossa visão, têm pesos iguais para os seus propósitos, e essa repetição constitui uma forma de levar o leitor a reconhecer o valor positivo que é dado à conclusão sobre os perigos de se “impor” a “ideologia de gênero” nas escolas.

A estrutura retórica do Texto E2 e a “ideologia de gênero”

O texto E2, de Carlos Adriano Ferraz (2020), apresentou, em sua estrutura retórica, elementos que remetem, da mesma forma que Favretto (2017), a um pânico moral, além da descaracterização dos estudos de gênero, o que tem sido uma marca dos movimentos chamados de antigênero (GALZERANO, 2021). Primeiramente, cabe perceber a presença de um equilíbrio entre relações de apresentação e relações de conteúdo. Se, por um lado, as relações de apresentação possuem um objetivo mais intencional, ao passo que as de conteúdo são de caráter mais semântico (PARDO, 2005), um equilíbrio entre elas sugere um balanceamento, por parte do articulista, entre convencimento do leitor e conexão de ideias. Não obstante, conforme van Dijk (1980), a estrutura global de um texto permite uma melhor percepção dos sentidos globais do texto, dos núcleos semânticos que compõem o texto. Da mesma forma, percebemos também os macroatos de fala, que, neste trabalho, tem-se considerado serem os efeitos das relações retóricas da Teoria da Estrutura Retórica, que nos permitem perceber as intenções mais globais do autor ao elaborar seu texto. Dessa forma, quando analisamos a Figura 20, que apresenta a estrutura retórica da unidade global UG4 (satélite da relação de Justificativa

– considerado mais informativo no que tange à argumentação do autor), percebemos a emergência de um maior número de relações de apresentação em comparação com as de conteúdo: 4 do primeiro grupo e 2 do segundo. Isso revela, portanto, que, em um nível global, o autor parece se pautar mais pelo convencimento do leitor, ao passo que as relações de conteúdo emergiram na composição de cada unidade global, conforme análise anterior.

Apesar disso, vale ressaltar que as relações de apresentação identificadas possuem menos o viés de mobilização do leitor e mais de aumentar a inclinação do leitor em aceitar ou concordar com as opiniões apresentadas no texto. Haja vista que se trata de um artigo de opinião, cuja premissa é a apresentação de uma opinião e a argumentação em torno dessa opinião, pode-se considerar que a emergência dessas relações está de acordo com o que se espera para um exemplar desse gênero textual. Portanto, a análise que se faz nesta seção não se limita aos tipos de relação retórica que emergiram do estudo desse texto, mas da relação entre elas e as informações presentes nas unidades de informação que as compõem.

Primeiramente, faz-se necessário destacar a unidade central do texto, em que o autor aponta para a sua preocupação, “como acadêmico e defensor da liberdade”, com a presença da “ideologia de gênero” nas escolas, em relação às suas “consequências morais, institucionais, educacionais e para a liberdade”. Levando-se em conta que Ferraz tece todo o seu argumento anteriormente a essa unidade central, ao chegar a essa opinião, traz para o seu discurso o estabelecimento de um pânico moral, característica marcante do discurso contrário à “ideologia de gênero”, também considerado um discurso antigênero. Trata-se, conforme Borges e Borges (2018), de um tom alarmista em torno da defesa da presença dos estudos de gênero nas discussões e nos documentos educacionais; segundo Miguel (2021), de uma forma de se despolitizar as questões de gênero e levá-las para a esfera moral.

Para além de um pânico moral, o articulista tece sua argumentação, a qual se desenvolve ao longo das unidades 4 a 20 (Figura 18b), em torno da deslegitimação dos estudos de gênero, em um movimento, conforme Rodrigues (2005), de refutação. Esse movimento é representado, no texto, pelo silenciamento das vozes das filósofas Simone de Beauvoir e Judith Butler. Tal silenciamento é ilustrado, por exemplo, pelo emprego da expressão “*ad nauseam*”, ao mencionar a frase constantemente citada de Simone de Beauvoir: “Ninguém nasce mulher: torna-se mulher”. Os estudos de gênero correspondem, segundo Galzerano (2021), a um campo vasto e complexo, que não trata

a questão do gênero de forma unânime, tendo o conceito interpretações diferentes de acordo com as várias correntes feministas ou com a teoria *queer*. Esse campo, porém, é homogeneizado no termo “ideologia de gênero”, o qual, segundo o próprio autor, ainda é “desprovida de qualquer base científica” (FERRAZ, 2020, online). Ao preparar o leitor para o conteúdo do seu texto, apresentando o seu viés, o autor indica a igualdade moral a que todos pertencemos, não sendo passíveis de discriminação, porém sugere que não somos, por isso todos iguais, dando pistas da sua visão homogeneizadora dos estudos de gênero.

Esse processo de descaracterização dos estudos de gênero perpassa uma lógica biologizadora do gênero (GALZERANO, 2021). Trata-se de retirar a questão do gênero das pautas sociais, conforme almejado pelos estudos de gênero, e colocá-la apenas sob o prisma da biologia, generalizando e normalizando aspectos como identidade de gênero, sexualidade e orientação sexual. Esse prisma da biologia é o que o autor coloca como verdade ou realidade, tratada como incontestável. Assim, a emergência da relação de Antítese entre a unidade global UGJ3 e a unidade central UGJ4 tem por efeito a marcação dessa incompatibilidade. Se, por um lado, a “ideologia de gênero” traz abstrações mentais, ideias que, para o autor, não têm fundamento científico, por outro, e este é o ponto que ele busca validar, essas ideias não são capazes de negar a realidade biológica: “Não obstante, cabe enfatizar que teoria alguma (nem decisão judicial pela mesma razão) mudará a realidade. Afinal, nem tudo depende de nossos estados mentais, tampouco de ‘como nos sentimos’” (FERRAZ, 2020, online). Ademais, com a última frase, o autor bate o martelo no que tange à sua visão homogeneizadora do gênero e da sexualidade, sugerindo que questões como disforia de gênero e diferentes identidades sexuais são “estados mentais” ou “como nos sentimos”.

Outro destaque merece ser feito para a relação de Evidência entre as unidades UGJ5 e UGJ4. Na unidade UGJ5, o autor apresenta, em uma relação de Lista, dois parágrafos contendo estudos que, supostamente, corroboram essa visão biologizadora do gênero e da sexualidade. Entretanto, os estudos apresentados se mostram válidos até certo ponto, haja vista que a visão dos estudos de gênero não é a de que todas as pessoas são iguais. Esse é um ponto de destaque, pois trata-se de um processo frequente ao se tratar da “ideologia de gênero”, que é a busca, por parte daqueles que a combatem, pela construção do seu conceito. Assim, a “ideologia de gênero” é apresentada como uma ideia de que todos são iguais, de que as pessoas nascem sem gênero (confundida com sexo) e que escolhem ao longo da vida, podendo mudá-lo quantas vezes quiserem (SCALA,

2011). Entretanto, essa “definição” é feita sem embasamento, ou com citações tendenciosas de estudos do gênero. Assim, ao trazer para o satélite da relação de Evidência os estudos indicados, eles servem para confirmar algo que já é trabalhado pelos estudos de gênero, que é a existência de aspectos semelhantes entre as pessoas.

Em uma retomada do estabelecimento de um pânico moral, o articulista apresenta, à emergência da relação de Consequência, inferências sobre o que pode ocorrer diante da imposição da “ideologia de gênero”. O estabelecimento desse pânico moral, nesse ponto do texto, se dá pelo emprego de vocábulos avaliativos, com valor pejorativo, intencionalmente selecionados para trazer medo ao leitor. Isso ocorre em expressões como: “outro aspecto temível da imposição da ideologia de gênero”; “negação (censura) da ciência e do que conhecemos sobre a sexualidade humana”, “consequências deletérias dela decorrentes”, “danos a instituições, como à família, às instituições de ensino etc.”, “violação da liberdade”. Esse estabelecimento do medo também se dá pela referência à Contrarreforma Católica, ocorrida no século XVI, em que foi elaborado o *Index Librorum Prohibitorum*, uma lista de livros proibidos pela Igreja Católica. Ao fazer essa referência, o articulista parece almejar o efeito de aumentar a preocupação do leitor em relação à presença dos estudos de gênero nas escolas, já definidos como “ideologia de gênero”. Além disso, o satélite dessa relação de Consequência conta com uma relação de Avaliação, a qual, por sua vez, é composta por uma relação de Reformulação-multinuclear, em que o autor propõe, em três parágrafos, a mesma reflexão: se existirá a liberdade de se discutir gênero e sexualidade da forma como tratada pela biologia tradicional. Essa reformulação parece ter como efeito o reforço da reflexão, que aumentaria a inclinação do leitor em reconhecer o valor positivo dado ao reconhecimento da “imposição” da “ideologia de gênero” como algo ruim nas unidades 16 e 17.

É importante ressaltar, ainda, a presença, na unidade 18, da referência ao estudo de Pachankis e Bränström (2019), o qual, segundo o autor “revela que pacientes submetidos à redesignação de sexo e a tratamentos hormonais não tiveram benefícios atinentes à saúde” (FERRAZ, 2020, online). Entretanto, ao verificar o texto, foi percebido o oposto: as conclusões do estudo apontam para o fato de que a associação entre as cirurgias de afirmação de gênero e a redução da tendência a tratamentos mentais corrobora a decisão de se realizar tais cirurgias em pessoas que as procuram, uma vez que foram examinados os impactos das cirurgias de afirmação de gênero e de tratamentos hormonais na utilização de tratamentos de saúde mental. Esse estudo mostrou que as pessoas transgênero tiveram uma redução de consultas em função de questões de humor

e ansiedade, de receberem receitas para antidepressivos e ansiolíticos e de hospitalização após tentativa de suicídio, conforme indicado pelo trecho a seguir:

Overall, our results show that transgender individuals, here defined as those with a diagnosis of gender incongruence, are about six times as likely as the general population to have had a health care visit for any mood or anxiety disorder, between three and four times as likely to have received prescriptions for antidepressant or anxiolytic medication, and more than six times as likely to have been hospitalized after a suicide attempt. (BRÄNSTRÖM, PACHANKIS, 2019)

Dessa forma, o artigo do autor trouxe evidências que acabam ganhando o status de *fake news*, haja vista a sua interpretação errônea do estudo apresentado, bem como da sugestão, no início do texto, onde prepara o leitor para o teor da sua argumentação, de que a Ação Direta de Inconstitucionalidade n.º 5.668, apresentada pelo partido P-SOL, tinha como objetivo a “imposição” da “ideologia de gênero” nas escolas, o que foi confirmado como notícia falsa (DOMINGOS, 2020).

4.2.3 TEXTO E3: “ARTIGO: A IDEOLOGIA DE GÊNERO”

O veículo e o autor de E3

O terceiro e último texto que endossa a ideia de “ideologia de gênero” intitula-se apenas “Artigo: a ideologia de gênero”, de autoria de Dom José Freire Falcão, tendo ele sido publicado no site Correio Braziliense em 07/09/2019.

Na busca por informações a respeito do veículo, não foram encontrados detalhes relevantes a respeito do seu perfil no que tange a valores ou vieses a partir dos quais os textos são elaborados. Ao contrário, em uma breve observação dos textos publicados no site e dos autores dos textos, percebe-se uma pluralidade de pontos de vista, especialmente em seções sobre opinião. O portal, antes publicado apenas na versão impressa, pertence ao grupo Diários Associados, que foi fundado na década de 1920 por Assis Chateaubriand. O grupo corresponde a um dos maiores conglomerados de mídia do Brasil, sendo ele composto por jornais de grande porte, como o Estado de Minas, e o Correio Braziliense, fundado em 1960, também por Assis Chateaubriand¹³. Da mesma forma que o Correio, não há mais informações no portal dos Diários Associados a respeito do perfil do grupo.

¹³ Disponível em: < <http://www.diariosassociados.com.br/home/>>. Acesso em: 22 nov. 2021.

De forma a melhor se determinar o contexto de produção do texto analisado, foram encontradas mais informações a respeito do perfil do Correio Braziliense na monografia de Cesar (2006), da área de Comunicação Social, em que a autora fez um estudo de 26 artigos, publicados entre 04/07/1999 e 26/12/1999, com o objetivo de verificar a autointitulação do jornal como um “jornal de identidade com o leitor” (p. 14). Apesar de se tratar de uma pesquisa de 20 anos atrás, nela nos ancoramos para que se possa ter uma ideia, ainda que superficial, de qual é o perfil do jornal. Os resultados da pesquisa indicam que o jornal parece ter, de fato, um compromisso com a verdade e uma busca por atender aos interesses dos leitores, que, segundo o estudo, pertencem às classes A, B, C, D e E. Entretanto, esse compromisso compete ainda com o atendimento a interesses mercadológicos.

Como afirmado anteriormente, o portal apresenta, em sua página inicial, uma grande variedade de temas, o que parece, de fato, atender a uma grande pluralidade de interesses. As notícias veiculadas parecem ter caráter imparcial, sem aspectos de julgamento, como críticas ou elementos que demonstram opinião sobre o fato noticiado. Entretanto, refletimos se essa ausência de posicionamento não corresponde a uma convivência com os fatos e as opiniões veiculadas, como o texto analisado.

O autor do texto é o cardeal Dom José Freire Falcão, cardeal da Igreja Católica com forte atuação nesse contexto desde a década de 1950, tendo participado, inclusive, do conclave que elegeu o Papa Bento XVI (POL, 2021). Em pesquisa, não foram encontradas informações suficientes a respeito dos vieses do autor; entretanto, partindo-se do fato de que se trata de alguém fortemente imbricado na esfera religiosa, mais especificamente, a católica, é possível depreender que os seus posicionamentos frente a temas relacionados a sexo, sexualidade e gênero são fortemente influenciados por essa esfera. Além disso, o fato de ser um cardeal da Igreja Católica, um dos postos mais altos, garante a sua autoridade como articulista e formador de opinião.

Estrutura retórica de E3

O texto E3, como os anteriores, foi segmentado em parágrafos, os quais foram tomados como a unidade de análise do texto. Além deles, foram considerados também o título, a data de publicação, o nome do autor e a informação sobre o autor ao final do texto como unidades de análise. Dessa forma, o texto ficou segmentado da seguinte forma:

(1) **Artigo: A ideologia do gênero**

(2) Dom José Freire Falcão*

(3) postado em 07/09/2019 09:00

- (4) Em nossas escolas se difunde a ideologia do gênero. A tendência de apagar as diferenças entre homem e mulher, consideradas como simples efeitos de um condicionamento histórico-cultural; (Homem e Mulher os Criou, Congregação para a Educação Católica, 2019, 1). Essa ideologia nega a diferença e a reciprocidade natural do homem e mulher. Prevê uma sociedade sem diferença de sexo, e esvazia a base antropológica da família; (Ibid., 2).
- (5) Ideologia que se contrapõe à visão antropológica cristã que vê na sexualidade uma componente fundamental da personalidade, um próprio modo de ser, de se manifestar, de comunicar com os outros, de sentir, de se exprimir e de viver o amor humano; (ibid., 4). Mas é do sexo efetivamente que a pessoa humana recebe aqueles caracteres que, no plano biológico, psicológico e espiritual, a fazem homem e mulher, condicionando, por isso, em grande escala, a sua consecução da maturidade e a sua inserção na sociedade; (Ibid., 4).
- (6) Essa diversidade, a complementaridade dos dois sexos, responde ao desígnio de Deus, segundo a vocação a que cada um é chamado (Ibid. 4). Em nossas escolas, especialmente governamentais, governos de esquerda pretenderam em suas orientações demonstrar que identidade sexual deriva mais de uma construção social do que de um dado natural ou biológico (Ibid., 8).
- (7) Em consequência, nas relações interpessoais, aquilo que conta seria somente o afeto entre os indivíduos, prescindindo da diferença sexual e da procriação, consideradas como irrelevantes para a construção da família (Ibid., 9). Daí que, procura-se justificar a separação entre gênero e sexo. Até mesmo, a priorizar-se o gênero em relação ao sexo.
- (8) Em consequência, propõe-se o reconhecimento público da liberdade de escolha do gênero e também da pluralidade de uniões em contraposição ao matrimônio entre homem e mulher, considerada herança da sociedade patriarcal (Ibid. 14).
- (9) A ideologia do gênero desconhece os valores da feminilidade. Assim, a capacidade para o outro. Na verdade, a sociedade é, em grande parte, devedora às mulheres, as quais estão empenhadas nos mais distintos setores da atividade educativa, para além da família: creches, escolas, universidades, instituições de assistência, paróquias, associações e movimentos; (João Paulo II, Carta às mulheres, 9/6/1996).
- (10) A mulher tem a capacidade de compreender a realidade de modo único: sabendo resistir às adversidades, tornando a vida ainda possível mesmo em situações extremas e conservando um sentido tenaz do futuro; (Congregação para a Doutrina da Fé, Carta aos Bispos, 13). Também é imensa a disponibilidade das mulheres a se dedicarem às relações humanas, especialmente em prol dos mais débeis e indefesos (João Paulo II, Carta às Mulheres, 18).
- (11) Ao contrário, para alguns hoje o gênero passa a ser mais importante que o sexo. A análise filosófica mostra contudo que a diferença sexual masculina/feminina é parte constitutiva da identidade humana; (Congregação para a Doutrina da Fé, 26).
- (12) Na verdade, a visão antropológica cristã, fundada na narração das origens, como descritas no Livro do Gênesis, afirma que Deus criou o homem à sua imagem[...] homem e mulher os criou) (Ge. 1,27). Daí que é a família o lugar natural no qual a relação de reciprocidade e comunhão entre o homem e a mulher encontra plena atuação (Congregação para a Doutrina da Fé, 36).
- (13) A família, enquanto sociedade natural na qual a reciprocidade e complementaridade entre homem e mulher se realizam plenamente, precede a mesma ordem sociopolítica do Estado, cuja livre atividade

- legislativa deve ter isso em conta e dar-lhe o justo reconhecimento; (Congregação para a Doutrina da Fé, 36).
- (14) Daí que, o primeiro direito da família é ser reconhecida como o espaço pedagógico primário para a formação da criança... Por isso, o gravíssimo dever dos pais em assumirem a responsabilidade da educação completa dos filhos de modo pessoal e social (Congregação para a Doutrina da Fé, 37).
- (15) Outro direito é aquele que a criança tem de crescer na família, com um pai e com uma mãe, capazes de criar um ambiente propício para o seu desenvolvimento e amadurecimento, continuando a amadurecer na relação, no confronto com aquilo que representa a masculinidade e a feminilidade de um pai e de uma mãe, e assim preparando a maturidade afetiva; (papa Francisco, Discurso a uma Delegação do Departamento Internacional Católico para a Infância; 11 de abril de 2014).
- (16) A ação educativa da família une-se à da escola, a qual interage de modo subsidiário; (Congregação para a Doutrina da Fé, 39).; O homem contemporâneo escuta com melhor boa vontade as testemunhas que os mestres. E se escutam os mestres é porque são também testemunhas; (Paulo VI, Exortação Apostólica, Evangelii Nuntiandi, 8/12/75, n. 41). Assim também as crianças. Tenhamos em mente esses ensinamentos nessa hora de profunda crise moral da família.
- (17) *Cardeal da Igreja Católica (FALCÃO, 2019)

O texto foi segmentado, portanto, em 17 unidades de análise; a partir dessa segmentação, foi observada a estrutura retórica do texto em função das relações retóricas entre essas porções. Após esse estudo, foram obtidos os diagramas que se encontram nas Figuras 26a e 26b, a partir dos quais detalharemos o processo de análise. No diagrama da Figura 26b, os números são correspondentes à numeração indicada na segmentação do texto.

Os diagramas indicados nas Figuras 26a e 26b revelam que foram encontradas as seguintes relações retóricas, de acordo com a sua taxonomia:

- Relações de apresentação: Justificativa
- Relações de conteúdo: Apresentação, Atribuição, Circunstância, Elaboração, Adição, *Topic-drift*, Consequência, Comentário
- Relações multinucleares: Lista, Junção

Percebe-se, portanto, que, neste texto, diferentemente dos outros textos que endossam a “ideologia de gênero”, houve, pela nossa análise, uma predominância de relações de conteúdo. Entretanto, para que haja um melhor entendimento do papel dessa relação no texto, faz-se necessário observar estruturas globais dentro do texto, conforme propõe van Dijk (1980).

Como em todos os textos analisados, entre as unidades de análise iniciais (1, 2 e 3), tratadas por Correia (2018) como Bloco Informacional 1, e o restante do texto, emergiu a sequência de relações retóricas Apresentação-Atribuição-Circunstância, em que o título

prepara o leitor para o que será abordado no texto, a Atribuição indica o autor do texto e a data de publicação estabelece em que circunstância o texto foi publicado. As unidades 4-15, que compõem a maior parte do corpo do texto e onde se desenvolveu toda a argumentação do autor, funcionam, em nível global, como o satélite da relação de Justificativa com a unidade central do texto, a unidade 16. Essa unidade foi considerada central em função de nela ser estabelecido um contato direto com o leitor, haja vista a sua interpelação por meio do imperativo na última frase:

- (16) A ação educativa da família une-se à da escola, a qual interage de modo subsidiário; (Congregação para a Doutrina da Fé, 39).;O homem contemporâneo escuta com melhor boa vontade as testemunhas que os mestres. E se escutam os mestres é porque são também testemunhas; (Paulo VI, Exortação Apostólica, Evangelii Nuntiandi, 8/12/75, n. 41). Assim também as crianças. Tenhamos em mente esses ensinamentos nessa hora de profunda crise moral da família. (FALCÃO, 2019)

Conforme Cunha e Cintra (2014), o imperativo tem como função o estímulo para que o leitor cumpra a ação indicada pelo verbo. Assim, por meio do trecho “Tenhamos em mente esses ensinamentos nessa hora de profunda crise moral da família”, o autor convida o leitor à reflexão a partir de tudo o que foi enunciado ao longo do texto. Para embasar esse convite, as unidades 4-15, conforme afirmado anteriormente, justificam essa opinião, ou seja, apresentam argumentos cuja intenção é garantir a aceitabilidade do conteúdo do núcleo, estabelecendo um direito de o autor exercer o ato de fala desse núcleo. Nesse caso, trata-se do convite ao leitor para a reflexão sobre o assunto tratado no texto.

Essa compilação de argumentos nas unidades 4-15 tem como unidade central a unidade 4, que dá início a um movimento dialógico de engajamento do leitor. Nela, encontra-se uma breve definição do que seria a “ideologia de gênero”, apresentando-se as suas supostas características:

- (4) Em nossas escolas se difunde a ideologia do gênero. A tendência de apagar as diferenças entre homem e mulher, consideradas como simples efeitos de um condicionamento histórico-cultural; (Homem e Mulher os Criou, Congregação para a Educação Católica, 2019, 1). Essa ideologia nega a diferença e a reciprocidade natural do homem e mulher. Prevê uma sociedade sem diferença de sexo, e esvazia a base antropológica da família; (Ibid., 2). (FALCÃO, 2019)

Nesse trecho, são apresentadas as características que compõem a “ideologia de gênero”, a saber, a “tendência de apagar as diferenças entre homem e mulher” e a previsão de “uma sociedade sem diferença de sexo”, com um esvaziamento da “base antropológica

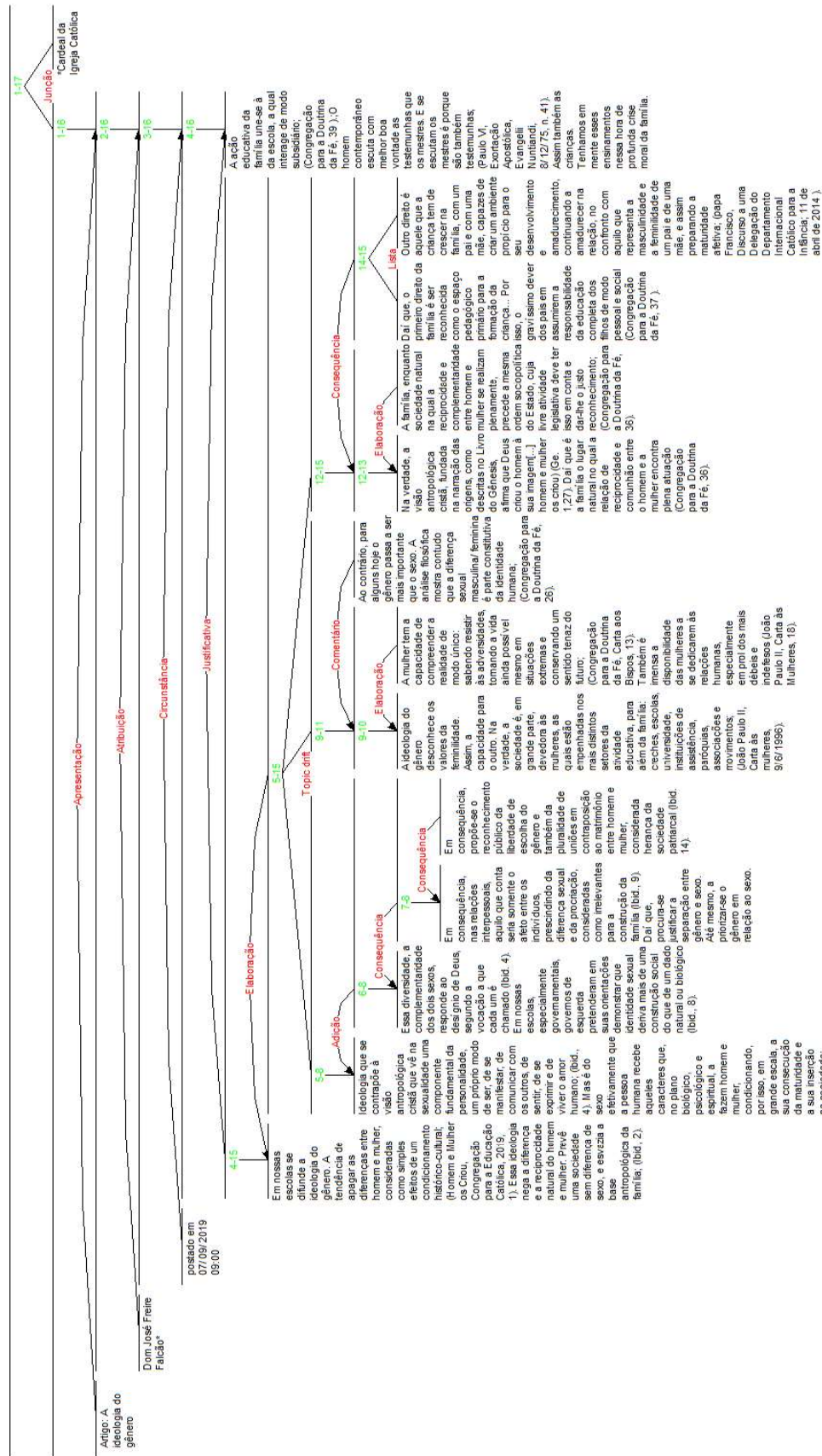


Figura 26a – Diagrama completo da estrutura retórica do Texto E3.
Fonte: Elaborado pelo autor.

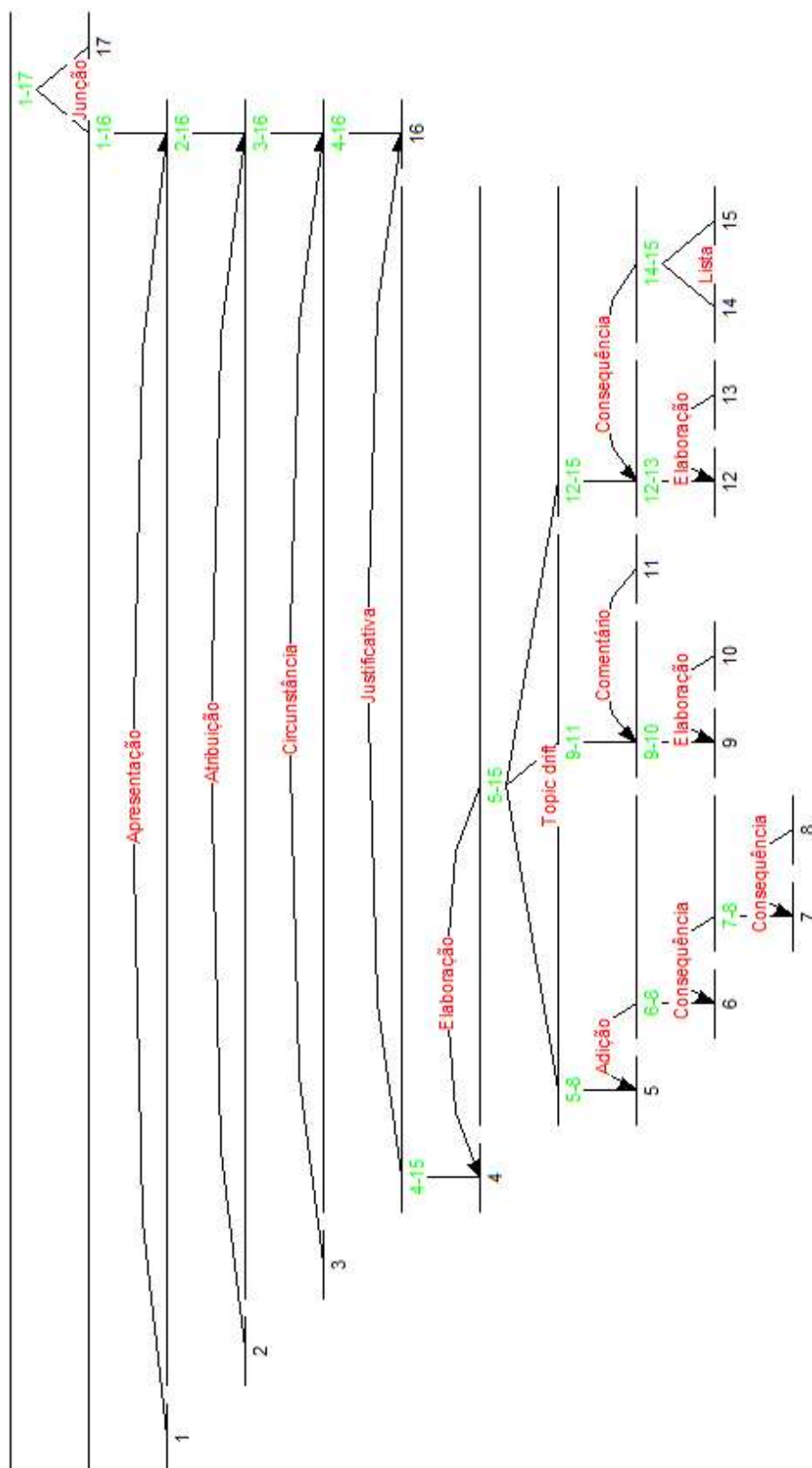


Figura 26b – Diagrama simplificado da estrutura retórica do texto E3.
Fonte: Elaborado pelo autor.

(4)

da família”. A oração inicial do trecho, empregando o verbo “difunde” no Presente do Indicativo, coloca como factual a presença da “ideologia de gênero”, o que eleva o articulista e o leitor a uma mesma posição valorativa sobre a questão (RODRIGUES, 2005).

Como ocorreu no texto E2, uma vez que a unidade central do texto corresponde ao último parágrafo, uma estrutura retórica que considerasse as unidades 4 a 15 como uma estrutura global não se mostrou informativa, haja vista que é entre essas unidades que se desenvolve a argumentação do texto. Isso nos levaria a observar a estrutura global entre tais unidades. Entretanto, o mesmo ocorreu nesse nível hierárquico: a unidade central nesse trecho é a unidade 4, de modo que toda a argumentação se desenvolve entre 5 e 15. Dessa forma, a estrutura global que mais se mostra informativa para a análise é entre 6 e 15. Com isso, temos o seguinte diagrama global:

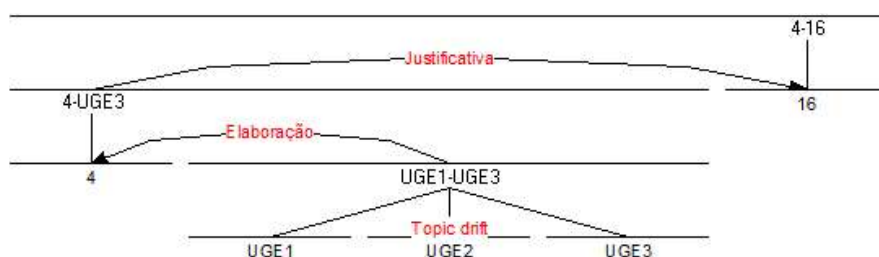


Figura 27 – Diagrama da estrutura retórica global do texto E3.

Fonte: Elaborado pelo autor.

Considerou-se então que entre a unidade 4 e as unidades 5-15 emergiu uma relação de Elaboração, em que se tem por efeito um detalhamento do que é enunciado em 4 por uma relação de generalização-especificação. Dessa forma, as porções 5-15 do texto correspondem à especificação do que é estabelecido na porção 4, sendo organizadas em torno de três tópicos, que estão, entre si, em uma relação multinuclear de *Topic-drift*, representados na Figura 27 pelas unidades globais UGE1, UGE2 e UGE3, nomeadas em função da sua presença no satélite da relação de Elaboração:

- Como a “ideologia de gênero” trata da questão do sexo (unidades 5-8 – UGE1);
- O feminino, gênero e sexo para a Igreja Católica (unidades 9-11 – UGE2);
- A questão da família (unidades 12-15 – UGE3).

A relação de *Topic-drift*, segundo Carlson e Marcu (2001), corresponde a uma conexão entre porções de texto cujo tópico muda sutilmente, sendo que o mesmo

elemento está em foco entre as porções. Essa relação foi percebida em função da sua conexão com o tema do texto, que é a “ideologia de gênero”, mas com sutis mudanças de tópico, listadas anteriormente. Trata-se, portanto, de uma relação de conteúdo, cujo efeito é a percepção, por parte do leitor, da mudança de tópico entre as porções, que se mantêm sob um mesmo tópico global.

Os tópicos que fazem parte da relação multinuclear de *Topic-drift* são porções de texto em nível local, a exemplo do que postulou van Dijk (1980) para estruturas de nível mais global dentro de um texto. De forma semelhante, as relações retóricas que emergem entre essas porções locais se encontram a serviço do efeito almejado pelo autor diante da emergência de relações retóricas entre as porções globais: Elaboração entre 4 e 5-15 e Justificativa entre 4-15 e 16.

A unidade global UGE1, que gira em torno de como a “ideologia de gênero” vê o sexo, é composta pelos seguintes trechos:

- (5) Ideologia que se contrapõe à visão antropológica cristã que vê na sexualidade uma componente fundamental da personalidade, um próprio modo de ser, de se manifestar, de comunicar com os outros, de sentir, de se exprimir e de viver o amor humano; (ibid., 4). Mas é do sexo efetivamente que a pessoa humana recebe aqueles caracteres que, no plano biológico, psicológico e espiritual, a fazem homem e mulher, condicionando, por isso, em grande escala, a sua consecução da maturidade e a sua inserção na sociedade; (Ibid., 4).
- (6) Essa diversidade, a complementaridade dos dois sexos, responde ao desígnio de Deus, segundo a vocação a que cada um é chamado (Ibid. 4). Em nossas escolas, especialmente governamentais, governos de esquerda pretenderam em suas orientações demonstrar que identidade sexual deriva mais de uma construção social do que de um dado natural ou biológico (Ibid., 8).
- (7) Em consequência, nas relações interpessoais, aquilo que conta seria somente o afeto entre os indivíduos, prescindindo da diferença sexual e da procriação, consideradas como irrelevantes para a construção da família (Ibid., 9). Daí que, procura-se justificar a separação entre gênero e sexo. Até mesmo, a priorizar-se o gênero em relação ao sexo.
- (8) Em consequência, propõe-se o reconhecimento público da liberdade de escolha do gênero e também da pluralidade de uniões em contraposição ao matrimônio entre homem e mulher, considerada herança da sociedade patriarcal (Ibid. 14). (FALCÃO, 2019)

A unidade central desse trecho formado pelas unidades 5 a 8, como percebido na Figura 28 a seguir, é a unidade 5, tendo em vista que ela compreende o ponto de vista da Igreja Católica em relação ao sexo e à sexualidade. As unidades 6-8, por sua vez, são percebidas como informações que se acrescentam ao conteúdo da unidade 5 e, por isso,

emerge entre elas uma relação de Adição, a qual foi identificada e proposta por Correia (2011).

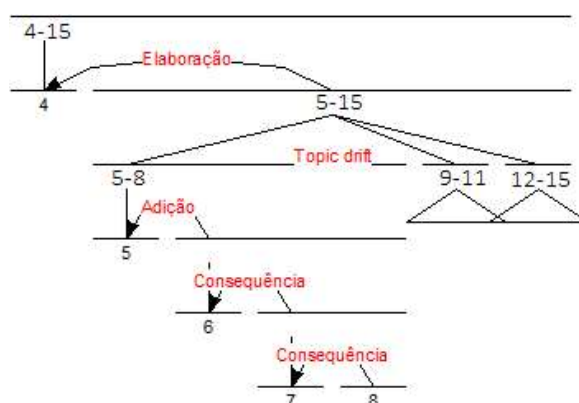


Figura 28 – Diagrama da estrutura retórica da unidade UGE1 do Texto E3.

Fonte: Elaborado pelo autor.

Pela imagem, observa-se também a presença de duas relações de Consequência relacionadas à visão do sexo como “um desígnio de Deus, segundo a vocação a que cada um é chamado” (FALCÃO, 2019). O efeito dessa relação é a percepção, por parte do leitor, de que os satélites trazem consequências do que é abordado no núcleo, o que é percebido inicialmente pelos próprios conectores “Em consequência” que iniciam cada parágrafo. Entretanto, como as relações retóricas são, acima de tudo, de sentido, observamos que, entre 7 e 8, a última traz a consequência para quando se separa gênero de sexo; por sua vez, a porção 7-8 corresponde à consequência para o fato de que “governos de esquerda pretenderam em suas orientações demonstrar que identidade sexual deriva mais de uma construção social do que de um dado natural ou biológico” (FALCÃO, 2019). A partir de uma observação macroestrutural do tópico, percebe-se, portanto, como a sequência de relações Adição-Consequência-Consequência compõe uma sequência de atos de fala que promovem o primeiro ponto de argumentação do texto.

A unidade global UGE2 corresponde ao trecho entre as unidades 9-11. Ela trata da questão da feminilidade, do gênero e do sexo para a Igreja Católica. Esse tópico não havia sido discriminado na unidade 4, núcleo da relação de Elaboração; entretanto, a partir da primeira oração da unidade 9, percebe-se a abertura de um novo tópico, haja vista a ausência de referências a elementos do trecho imediatamente anterior; há, entretanto, a referência ao tema global do texto, que é a “ideologia de gênero”:

- (9) A ideologia do gênero desconhece os valores da feminilidade. Assim, a capacidade para o outro. Na verdade, a sociedade é, em grande parte, devedora às mulheres, as quais estão empenhadas nos mais distintos setores da atividade educativa, para além da família: creches, escolas, universidade, instituições de assistência, paróquias, associações e movimentos; (João Paulo II, Carta às mulheres, 9/6/1996).
- (10) A mulher tem a capacidade de compreender a realidade de modo único: sabendo resistir às adversidades, tornando a vida ainda possível mesmo em situações extremas e conservando um sentido tenaz do futuro; (Congregação para a Doutrina da Fé, Carta aos Bispos, 13). Também é imensa a disponibilidade das mulheres a se dedicarem às relações humanas, especialmente em prol dos mais débeis e indefesos (João Paulo II, Carta às Mulheres, 18).
- (11) Ao contrário, para alguns hoje o gênero passa a ser mais importante que o sexo. A análise filosófica mostra contudo que a diferença sexual masculina/feminina é parte constitutiva da identidade humana; (Congregação para a Doutrina da Fé, 26). (FALCÃO, 2019)

A leitura do trecho revela que o autor aborda a visão antropológica da mulher a partir do ponto de vista da Igreja Católica, sendo a unidade 9 a unidade central do trecho, haja vista que ela apresenta o tópico a ser desenvolvido. Conforme a Figura 29, a unidade 10 traz informações que estão em uma relação de Elaboração com a unidade 9, enquanto a unidade 11 traz informações que estão uma relação de Comentário com as unidades 9-10:

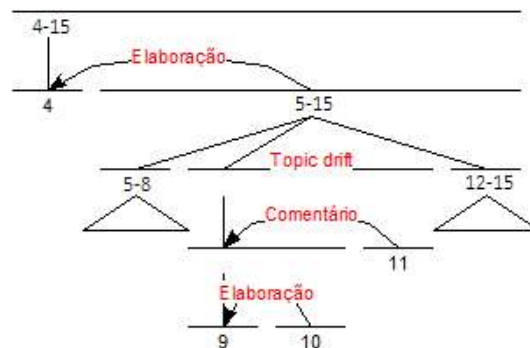


Figura 29 – Diagrama da estrutura retórica da unidade UGE2 do texto E3.

Fonte: Elaborado pelo autor.

O trecho tem início com uma supervalorização da mulher, a quem a sociedade “é, em grande parte, devedora” (FALCÃO, 2019), devido à sua contribuição para as áreas da educação e da família. Na unidade 10, tem-se um detalhamento dessa contribuição, sendo desenvolvida uma descrição das habilidades da mulher que se relacionam com essas áreas. Esse detalhamento se dá por um processo de abstração-exemplo, o que indica a presença de uma relação de Elaboração. Em seguida, ao afirmar que “para alguns hoje o gênero passa a ser mais importante que o sexo” (FALCÃO, 2019), o autor retoma o tema

global do texto, a “ideologia de gênero”, fazendo um comentário subjetivo em relação à diferença entre o ponto de vista religioso e o “atual”, opostos um ao outro. A relação de Comentário, segundo Carlson e Marcu (2001), não corresponde a uma avaliação nem a uma interpretação, mas a um ponto de vista subjetivo em relação ao núcleo da relação, revelado na oração “Ao contrário, para alguns hoje o gênero passa a ser mais importante que o sexo” (FALCÃO, 2019, online).

Por fim, a unidade UGE3 trata da família sob o ponto de vista da Igreja Católica, observando-se as referências ao final de cada parágrafo:

- (12) Na verdade, a visão antropológica cristã, fundada na narração das origens, como descritas no Livro do Gênesis, afirma que Deus criou o homem à sua imagem[...] homem e mulher os criou) (Ge. 1,27). Daí que é a família o lugar natural no qual a relação de reciprocidade e comunhão entre o homem e a mulher encontra plena atuação (Congregação para a Doutrina da Fé, 36).
- (13) A família, enquanto sociedade natural na qual a reciprocidade e complementaridade entre homem e mulher se realizam plenamente, precede a mesma ordem sociopolítica do Estado, cuja livre atividade legislativa deve ter isso em conta e dar-lhe o justo reconhecimento; (Congregação para a Doutrina da Fé, 36).
- (14) Daí que, o primeiro direito da família é ser reconhecida como o espaço pedagógico primário para a formação da criança... Por isso, o gravíssimo dever dos pais em assumirem a responsabilidade da educação completa dos filhos de modo pessoal e social (Congregação para a Doutrina da Fé, 37).
- (15) Outro direito é aquele que a criança tem de crescer na família, com um pai e com uma mãe, capazes de criar um ambiente propício para o seu desenvolvimento e amadurecimento, continuando a amadurecer na relação, no confronto com aquilo que representa a masculinidade e a feminilidade de um pai e de uma mãe, e assim preparando a maturidade afetiva; (papa Francisco, Discurso a uma Delegação do Departamento Internacional Católico para a Infância; 11 de abril de 2014). (FALCÃO, 2019)

Assim como nos casos anteriores, também tem como unidade central a primeira, unidade 12, cujo último período apresenta o tópico, como se percebe na figura a seguir:

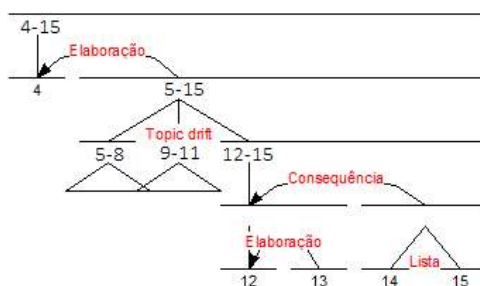


Figura 30 – Diagrama da estrutura retórica da unidade UGE3 do texto E3.

Fonte: Elaborado pelo autor.

A partir dessa apresentação, a unidade 13 traz um detalhamento da “relação de reciprocidade e comunhão entre o homem e a mulher” em um processo de generalização-especificação, emergindo uma relação de Elaboração entre essas porções, relacionando esse aspecto à função do Estado. Em seguida, o autor busca revelar ao leitor as consequências dessa conexão entre a visão de família e a função do Estado, apresentando os direitos que essa configuração de família tem. Por apresentar dois direitos, entre as unidades 14 e 15 emerge uma relação multinuclear de Lista, em que “o leitor reconhece como comparáveis os itens apresentados” (PARDO, 2005, p. 142). Todos esses elementos e relações retóricas, portanto, compõem, de forma global, o argumento do terceiro ponto abordado pelo autor, de forma a justificar a sua opinião na unidade 16, anteriormente relatada como sendo a unidade central do texto.

Em consonância com as análises anteriores, uma característica presente em grande parte dos artigos de opinião estudados é a presença de informações a mais sobre o autor do texto ao final dele, o que nos levou à percepção da emergência de uma relação multinuclear de Junção entre a unidade 17 e todo o texto, tendo em vista que se trata da justaposição dessa informação extra, que tem por efeito um maior entendimento por parte do leitor de quem está escrevendo o texto.

A estrutura retórica do Texto E3 e a “ideologia de gênero”

Devido ao seu pertencimento ao gênero artigo de opinião, o texto “A ideologia de gênero”, de Dom José Freire Falcão, tem por objetivo a veiculação da opinião do autor a respeito do tema, indicado no título. Apesar disso, a localização dessa opinião no último parágrafo do texto coloca em evidência a relevância da argumentação para essa opinião, haja vista que 11 das 17 unidades de análise do texto (de 4 a 15) são dedicadas a esse processo, estabelecendo-se um movimento dialógico de refutação. Ademais, isso se reforça a partir da estrutura retórica identificada a partir da leitura do texto, que revelou que todas essas unidades compõem, de forma macroestrutural, o satélite da relação de Justificativa, cujo efeito é o aumento da inclinação do leitor a aceitar o conteúdo do núcleo em função da informação presente no satélite, a aceitar o direito do autor a apresentar o conteúdo do núcleo.

Em oposição ao que ocorreu nos textos E1 e E2, foi percebida uma menor presença de relações de apresentação no texto E3. Mais especificamente, foi identificada apenas uma, a de Justificativa supracitada. Não obstante, numa interface com o que preconiza a

teoria da macroestrutura de van Dijk (1980), uma relação retórica em nível global pode ser considerada mais importante ou principal (nos termos do autor) ou mais central, nos termos da RST. Assim, a relação de Justificativa seria mais central para os objetivos do autor do que as relações entre unidades de análise menos globais, sendo estas últimas auxiliares na composição dessa relação global. Logo, apesar de haver emergido apenas uma relação de apresentação no texto, essa relação se encontra em uma estrutura mais global do texto, o que revela a sua centralidade.

O conteúdo desse satélite, porção do texto constituída pelas unidades 4 a 15, se mostra bastante organizado em torno de três tópicos, dois dos quais são apresentados na unidade 4, sendo que o satélite que elabora esses tópicos, constituídos pelas unidades 5 a 15, desenvolve ambos os tópicos e traz mais um. O primeiro deles é a questão do sexo e da sexualidade para a “ideologia de gênero”; o segundo, não apresentado na unidade 4, corresponde à questão da mulher e da feminilidade; por fim, é abordada a questão da família. Dessa organização, depreende-se uma busca pela definição do que é, ou de quais são as características dessa “ideologia de gênero”, características essas que são, então, confrontadas com os valores “corretos”, cujo viés é o religioso. Dessa forma, fica bastante claro o ponto de vista a partir do qual o movimento de refutação do texto se dá, que é o da Igreja Católica, o que já é inicialmente indicado pelo próprio autor, que é um cardeal da instituição. Além disso, outro elemento que consolida esse viés é a recorrência do movimento dialógico de assimilação do discurso bíblico, por meio de citações indiretas, e da menção a eventos e documentos da Igreja Católica. Trata-se de um aspecto reforçado por Junqueira (2017), que afirma que, mesmo diante da politização da questão do gênero, o aspecto religioso se mantém como a base para o discurso antigênero. Assim, mesmo que um texto seja alocado na esfera política, seus argumentos, de maneira geral, têm como fundação elementos como os que constam no texto analisado.

O primeiro elemento, como afirmado anteriormente, é a questão do sexo e da sexualidade, cuja unidade central é o parágrafo a seguir:

- (5) Ideologia que se contrapõe à visão antropológica cristã que vê na sexualidade uma componente fundamental da personalidade, um próprio modo de ser, de se manifestar, de comunicar com os outros, de sentir, de se exprimir e de viver o amor humano; (ibid., 4). Mas é do sexo efetivamente que a pessoa humana recebe aqueles caracteres que, no plano biológico, psicológico e espiritual, a fazem homem e mulher, condicionando, por isso, em grande escala, a sua consecução da maturidade e a sua inserção na sociedade; (Ibid., 4). (FALCÃO, 2019)

Nesse ponto, o autor faz referência direta à antropologia cristã, um campo de estudo que trata da relação entre o homem e Deus à luz dos preceitos da Igreja Católica. Segundo Gamberini (2020), esse campo faz referência a dois tipos de humanidade, o masculino e o feminino, em uma visão bipolar de complementariedade dos sexos, visão essa que supõe

[...] que os **homens** (isto é, masculinos) sejam, por natureza, seres ativos, racionais, intencionais e autônomos, cuja direção se estende ao mundo; as **mulheres**, por outro lado, são seres passivos, intuitivos, emocionais, cuja inclinação natural é para o interior. (GAMBERINI, 2020, online; grifos do autor)

Entretanto, trata-se de algo criticado pelo próprio autor, que afirma o absurdo dessa colocação, baseada em “projeções masculinas sobre a identidade, a partir da experiência que os homens tiveram com mulheres” (GAMBERINI, 2020, online). Assim, é revelado um dos aspectos dos argumentos antigênero, que é um posicionamento machista diante da diversidade sexual e de gênero, que desafia as leis naturais estabelecidas pela Igreja Católica, cujos representantes e, principalmente, articulistas antigênero impõem como leis que não podem ser questionadas, como no texto estudado: “Essa diversidade, a complementariedade dos dois sexos, responde ao desígnio de Deus, segundo a vocação a que cada um é chamado” (FALCÃO, 2019).

Em consonância com o primeiro tópico, o segundo traz também uma linha de argumentação que pode ser considerada machista, porém com outro foco – a mulher e a feminilidade:

(9) A ideologia do gênero desconhece os valores da feminilidade. Assim, a capacidade para o outro. Na verdade, a sociedade é, em grande parte, devedora às mulheres, as quais estão empenhadas nos mais distintos setores da atividade educativa, para além da família: creches, escolas, universidades, instituições de assistência, paróquias, associações e movimentos; (João Paulo II, Carta às mulheres, 9/6/1996). (FALCÃO, 2019)

Trata-se de um posicionamento que, conforme Galzerano (2021), serviu como motivação para os estudos do movimento feminista, pois levou a uma tomada de consciência da opressão vivida pelas mulheres, às quais é associada uma sobrecarga gratuita de trabalho, advinda de uma “natureza humana, do amor e do dever maternal” (p. 84). Essa natureza humana, no texto analisado, é travestida de dívida da sociedade para com as mulheres, “as quais estão empenhadas nos mais distintos setores da atividade educativa, para além da família”. Dessa forma, busca-se uma descaracterização do

movimento feminista, afirmando-se que este quer desestabilizar tal ordem dita natural da sociedade, perpetuando-se uma estrutura em que o homem é o responsável por trabalhar e manter a família financeiramente, ao passo que a mulher tem o dever de cuidar do lar e dos filhos.

Por fim, o terceiro e último tópico aborda a questão da família, tendo como unidade central o seguinte parágrafo:

(12) Na verdade, a visão antropológica cristã, fundada na narração das origens, como descritas no Livro do Gênesis, afirma que Deus criou o homem à sua imagem[...] homem e mulher os criou) (Ge. 1,27). Daí que é a família o lugar natural no qual a relação de reciprocidade e comunhão entre o homem e a mulher encontra plena atuação (Congregação para a Doutrina da Fé, 36).

Trata-se, conforme Junqueira (2017), da defesa da família natural, composta por homem, mulher e filhos, “fundada no matrimônio heterossexual e destinada à transmissão da vida e apresentada como uma realidade sob constante ameaça e a ser protegida” (p. 43-44). Em relação a isso, o texto traz, nas unidades de análise 14 e 15, uma lista de consequências trazendo direitos da família, sendo o segundo deles o direito da criança de crescer em um ambiente familiar contendo um pai e uma mãe. Com isso, são desconsideradas outras configurações familiares, especialmente as compostas por genitores do mesmo sexo, fato que tem sido constantemente debatido, tendo sido inclusive levado à esfera política, como no caso do Projeto de Lei n.º 6.583/2013 (Estatuto da Família).

Outro direito afirmado pelo autor é o papel educador da família como “espaço pedagógico primário”, segundo o qual é da competência dos pais o “gravíssimo dever” de educar os filhos tanto no âmbito pessoal quanto no social, o que relega à escola o simples papel de transmissão de conhecimentos, mas não de valores ou aspectos morais e pessoais. Assim argumenta-se a favor de uma escola sem ideologias e, em função do tema do texto, de uma escola sem gênero, o que leva a ataques a escolas e a docentes, com denúncias de ministração de conteúdos ideológicos.

A emergência das relações retóricas, primeiramente em nível local e, posteriormente, em nível global (UGE1, UGE2 e UGE3) na composição da relação multinuclear de *Topic-drift* plausivelmente teve como efeito o aumento da tendência do leitor a aceitar a opinião do autor no último parágrafo do texto, em que ele coloca os aspectos por ele tratados como “ensinamentos”, os quais devemos ter em mente diante do momento de crise em que vivemos. Há, portanto, um processo de mobilização do leitor

para que ele esteja atento à presença da “ideologia de gênero” nas escolas e na sociedade, sendo estabelecidos os estudos de gênero como um inimigo a ser combatido com as leis e os ensinamentos da Igreja Católica, o que revela a busca pela imposição e pela manutenção da ordem “natural” cristã no que tange ao sexo, à sexualidade e ao gênero, a qual não deve ser contestada, pois advém de Deus.

Analisados os textos que endossam a “ideologia de gênero”, passamos, na seção seguinte, à análise dos textos que a refutam, de modo a apreender as diferenças entre os dois tipos de texto.

4.3 ANÁLISE DE TEXTOS QUE REFUTAM A “IDEOLOGIA DE GÊNERO”

4.3.1 TEXTO R1: “IDEOLOGIA DE GÊNERO | ARTIGO”

O veículo e o autor de R1

O primeiro dos textos que refutam a “ideologia de gênero” tem como título apenas “Ideologia de gênero | Artigo”. Ele foi escrito por Drauzio Varella em 2019 e publicado na sua coluna, hospedada pelo site UOL. Varella é um conhecido médico cancerologista brasileiro, formado na Universidade de São Paulo, tendo sido um dos pioneiros no tratamento contra a AIDS e trabalhado, posteriormente, com campanhas de esclarecimento em relação à doença em rádios, bem como com séries para a TV sobre o corpo humano e questões relacionadas à saúde humana. Possui sua opinião reconhecida e validada, tendo, inclusive, sua própria coluna no site UOL, onde se encontra a descrição da sua biografia, e também onde há informações pessoais e profissionais, bem como sobre os seus trabalhos tanto acadêmicos quanto midiáticos¹⁴. Seu portal trata de assuntos variados relacionados à questão da saúde, tanto física quanto mental, desde questões biológicas e fisiológicas a políticas. Assim, seu portal é composto majoritariamente por exemplares dos gêneros artigo de divulgação científica e artigo de opinião.

Estrutura retórica de R1

O texto R1, de Drauzio Varella, foi segmentado em 22 unidades de análise de nível local, tendo os parágrafos como unidade de análise. Da mesma forma que os textos anteriores, os elementos que compõem o Bloco Informacional 1 conforme Correia (2018)

¹⁴ Disponível em: <<https://drauziovarella.uol.com.br/biografia/>>. Acesso em: 17 jul. 2021.

também foram considerados unidades de análise: título, título auxiliar e data de publicação. Com isso, o texto foi segmentado da forma a seguir:

- (1) **Ideologia de gênero | Artigo**
- (2) Drauzio Varella
- (3) Publicado em: 16 de setembro de 2019
Revisado em: 11 de agosto de 2020
- (4) Ideologia de gênero é um termo inventado por preconceituosos que não aceitam a diversidade do comportamento sexual humano.
- (5) Mal começamos a entender a diversidade sexual humana, vozes medievais emergiram das catacumbas para inventar a tal “ideologia de gênero”.
- (6) Como nunca vi esse termo mencionado em artigos científicos, nem nos livros de Psicologia ou de qualquer ramo da Biologia, fico confuso.
- (7) Veja também: Artigo do dr. Drauzio sobre DNA e homossexualidade
- (8) Suponho que se refiram a algum conjunto de ideias reunidas por gente imoral, para convencer crianças e adolescentes a adotar comportamentos homossexuais. Será que devo a heterossexualidade à inexistência dessa malfadada ideologia, nos meus tempos escolares? Caso existisse, eu estaria casado com homem?
- (9) Embora disfarcem, o que esses moralistas de botequim defendem é a repressão do comportamento homossexual que, sei lá por que tormentos psicológicos, lhes causa tamanho horror.
- (10) Para contextualizar a coluna de hoje, leitor, não falarei de aspectos comportamentais ou culturais, resumirei apenas alguns fenômenos biológicos ligados à sexualidade, uma vez que a diferenciação sexual é fenômeno de altíssima complexidade, em que estão envolvidos fatores hormonais, genéticos e celulares.
- (11) Até a quinta semana de gestação, o embrião é assexuado. Só a partir da sexta semana é que as gônadas começam a se diferenciar. Se houver desenvolvimento de ovários, eles secretarão predominantemente estrogênios; se forem testículos, a produção predominante será de testosterona. Digo predominante, porque pelo resto da vida homens também produzirão estrogênios e, mulheres, testosterona, embora em pequenas quantidades.
- (12) Variações nesse delicado equilíbrio hormonal modificam os caracteres sexuais secundários, a anatomia dos genitais e o comportamento sexual.
- (13) Por outro lado, o conceito de que o sexo seria definido pela presença ou ausência do cromossomo Y é uma simplificação. Muitas vezes, os cromossomos sexuais não se distribuem igualmente entre as células do embrião. Da desigualdade, resultam homens com células XX em alguns órgãos e mulheres com cromossomos XY.
- (14) Talvez você não saiba, caríssima leitora, que fetos masculinos liberam células-tronco XY que cruzarão a placenta e se alojarão até no cérebro de suas mães, para sempre.
- (15) Quando a genética é levada em conta, as fronteiras sexuais ficam ainda mais nebulosas. Há dezenas de genes envolvidos na anatomia e na fisiologia sexual. A multiplicidade de interações entre os dominantes e os recessivos torna mais complexa a diversidade sexual existente entre homens, bem como entre mulheres, e faz surgir áreas de intersecção que tornam problemático para algumas pessoas definir sua sexualidade dentro dos limites impostos pela ordem social.
- (16) Como deveríamos, então, definir o sexo de cada indivíduo? Pelo binário dos cromossomos XX e XY? Pelos genes, pelos hormônios ou pela anatomia genital? O que fazer quando essas características se contrapõem?
- (17) Segundo Eric Vilain, diretor do Centro de Biologia Baseada em Gênero, na Universidade da Califórnia: “Na falta de parâmetros biológicos, se você quiser saber o sexo de uma pessoa, o melhor é perguntar para ela.”

- (18) Esses conhecimentos passam ao largo de grande parte da população. Para muitos, a homossexualidade é uma opção de gente sem vergonha. Repetem esse absurdo porque são ignorantes, sem a menor noção das raízes biológicas e comportamentais da sexualidade.
- (19) O argumento mais elaborado que conseguem usar como justificativa, é o de que a homossexualidade não é fenômeno natural. Outra estupidez: relações homossexuais têm sido documentadas pelos etologistas em todas as espécies de mamíferos, e até nas aves, únicos dinossauros que sobreviveram à catástrofe de 62 milhões de anos atrás.
- (20) Assim como a heterossexualidade, a homossexualidade se impõe. Não é nem pode ser questão de escolha. É possível controlar o comportamento, mas o desejo sexual é água morro abaixo.
- (21) Nos dias assustadores em que vivemos, em que os boçais se orgulham das idiotices que vomitam com ares de sabedoria, vários demagogos se apropriaram do preconceito social, para criar a tal “ideologia de gênero”, com o pretexto de defender a integridade da família brasileira. Partem do princípio que assim ganharão mais votos, uma vez que os iletrados são maioria num país de baixa escolaridade, infelizmente.
- (22) Mandar recolher livros e disputar a primazia do combate a essa ideologia cretina e sem sentido, é apenas uma demonstração de arrogância preconceituosa tão a gosto dos pobres de espírito. (VARELLA, 2019)

A partir dessa segmentação, foram identificadas, novamente, as relações retóricas entre essas porções de texto e entre porções maiores, observada a hierarquia do texto. Os diagramas que se encontram nas Figuras 31a e 31b foram obtidos a partir dessa análise.

Percebe-se, a partir dos diagramas, que as seguintes relações retóricas, organizadas por taxonomia, foram observadas:

- Relações de apresentação: Preparação, Justificativa, Fundo, Antítese
- Relações de conteúdo: Atribuição, Circunstância, Elaboração, Comentário, Avaliação, Consequência, Explicação-argumentativa, Parentética, Pergunta-Resposta, Conclusão
- Relações multinucleares: Lista

Quanto à sua hierarquia, foi possível afirmar que a unidade central do texto foi o título auxiliar, unidade que, nesse caso, apareceu logo após os elementos contextuais do artigo (autoria e data de publicação) e que, em nossa análise, contém a opinião do autor: “Ideologia de gênero é um termo inventado por preconceituosos que não aceitam a diversidade do comportamento sexual humano” (VARELLA, 2019). A partir disso, todo o restante do texto foi considerado uma elaboração desse conteúdo, o que nos leva à conclusão de que há, nesse texto, uma inversão no que ocorreu com os textos anteriores: o texto se inicia por um movimento dialógico de interpelação, em que o autor apresenta sua opinião, à qual o leitor deve aderir, e, no restante do texto, tem-se a argumentação em favor desse ponto de vista.

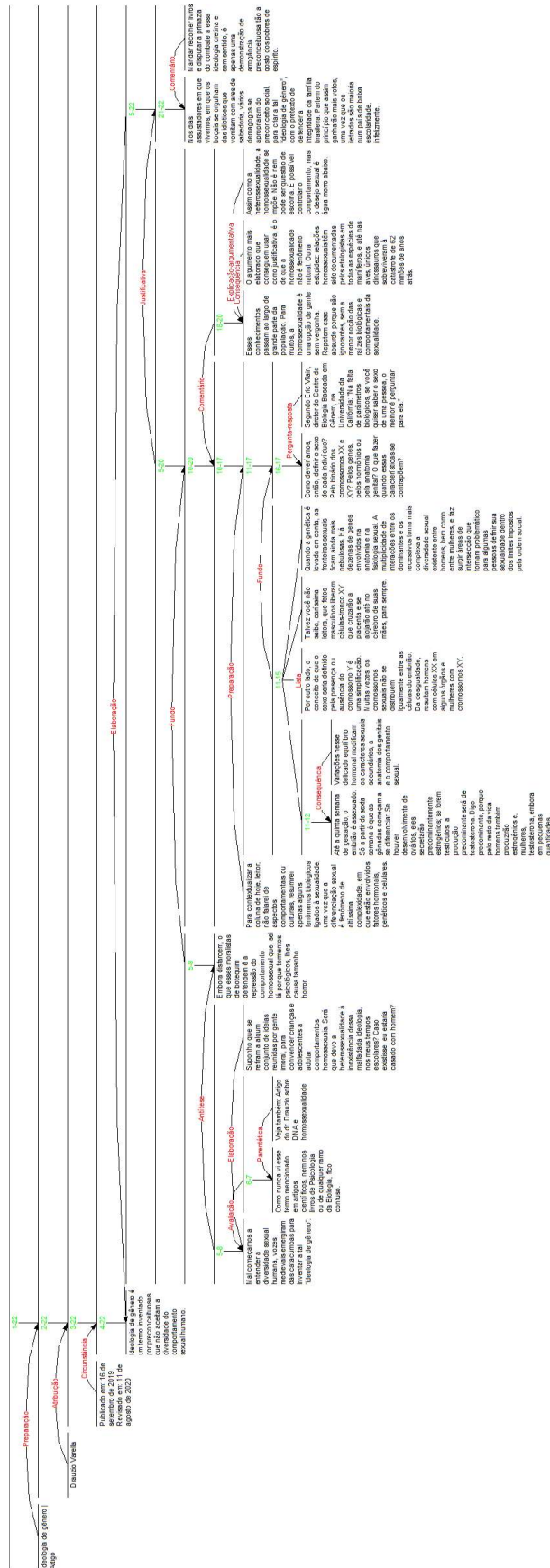


Figura 31a – Diagrama completo da estrutura retórica do Texto R1.
Fonte: Elaborado pelo autor.

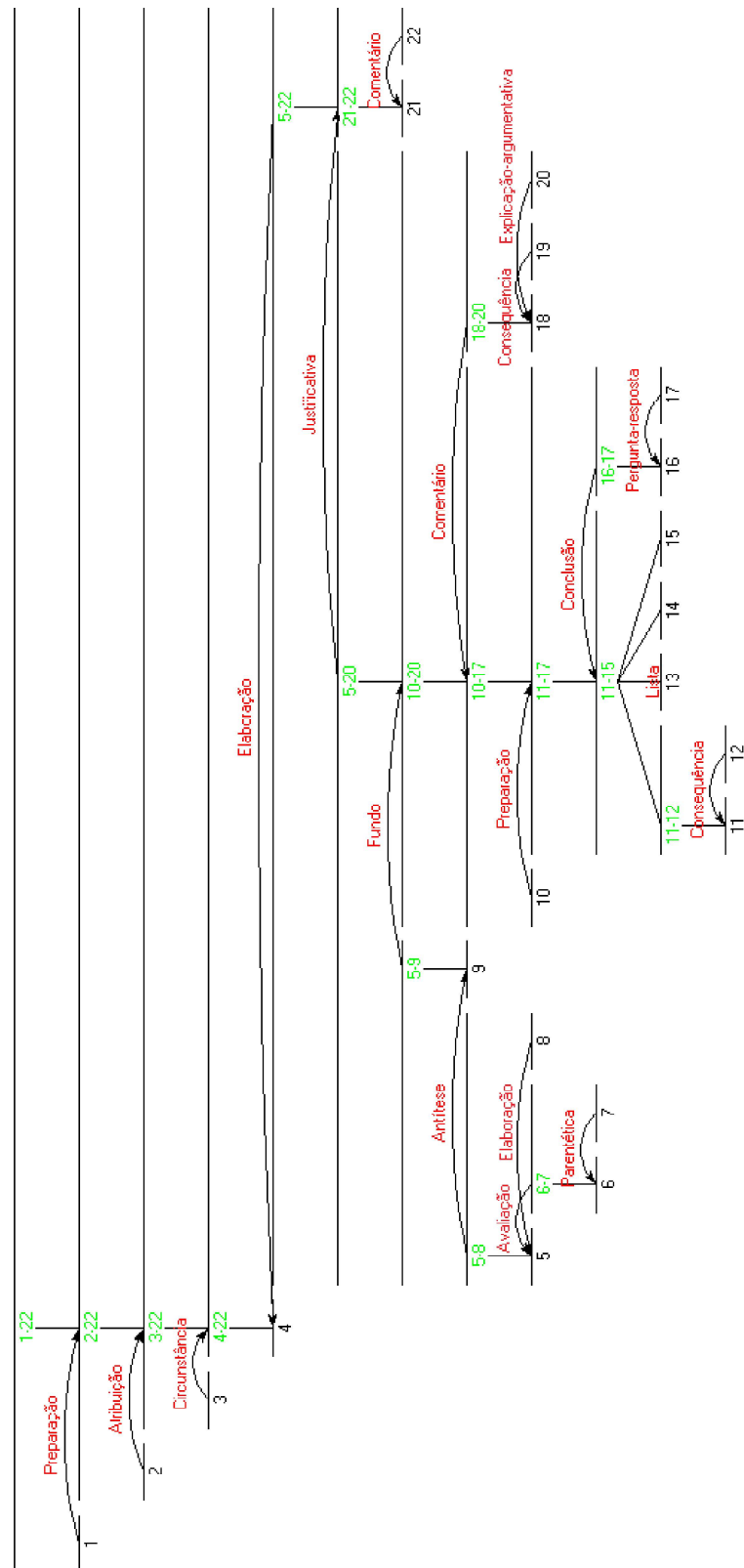


Figura 31b – Diagrama simplificado da estrutura retórica do Texto R1.
Fonte: Elaborado pelo autor.

Uma vez que, em uma relação de Elaboração, “o leitor reconhece [o satélite] como apresentando detalhes adicionais sobre [o núcleo]” (PARDO, 2005, p. 137), foi considerado que todo o texto trouxe os detalhamentos dessa opinião. Levando-se em conta esse fato, a macroestrutura do texto representada a seguir não se mostrou produtiva em termos de análise:

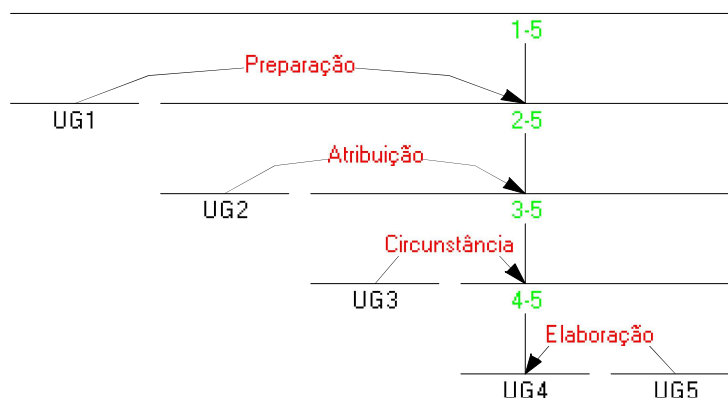


Figura 32 – Diagrama da estrutura retórica de nível global do Texto R1.
Fonte: Elaborado pelo autor.

Percebe-se, a partir do diagrama, a presença de cinco unidades globais: as do Bloco Informacional 1 (CORREIA, 2018), a unidade central e o restante do texto. Entretanto, o processo argumentativo do artigo de opinião se dá entre as unidades 5 e 22, o que faz da UG5 uma unidade extremamente complexa, composta por todos os elementos que elaboram o núcleo UG4, e cuja estrutura global deve ser analisada. Por isso, a análise do texto R1 terá como foco o estudo dessa porção de texto, em seus níveis local e global.

Nessa unidade, portanto, foram percebidas, à semelhança do texto completo, unidades de nível global e local, sendo este último o nível dos parágrafos. A partir do agrupamento das unidades locais, foi obtido o seguinte diagrama global:

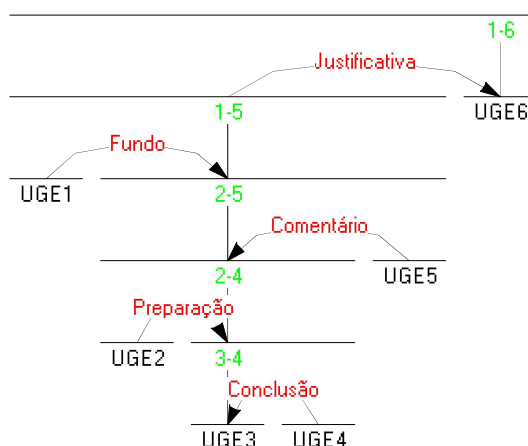


Figura 33 – Diagrama da estrutura retórica de nível global da unidade UG5 do Texto R1.

Fonte: Elaborado pelo autor.

A partir da análise do diagrama da Figura 33, observamos as relações retóricas mais globais do texto, permitindo um maior processamento da informação complexa nele presente (VAN DIJK, 1980). As unidades foram nomeadas UGEx, em que E designa o fato de que se trata do satélite da relação de Elaboração e “x” corresponde ao número da unidade, para melhor diferenciá-las das unidades globais do texto (UGs) e das unidades locais.

Primeiramente, destacamos a unidade central dessa porção de texto, que corresponde à unidade UGE6:

- (21) Nos dias assustadores em que vivemos, em que os boçais se orgulham das idiotices que vomitam com ares de sabedoria, vários demagogos se apropriaram do preconceito social, para criar a tal “ideologia de gênero”, com o pretexto de defender a integridade da família brasileira. Partem do princípio que assim ganharão mais votos, uma vez que os iletrados são maioria num país de baixa escolaridade, infelizmente.
- (22) Mandar recolher livros e disputar a primazia do combate a essa ideologia cretina e sem sentido, é apenas uma demonstração de arrogância preconceituosa tão a gosto dos pobres de espírito. (VARELLA, 2019)

O trecho anterior foi percebido como tendo uma conexão direta com a unidade central do texto como um todo, o título auxiliar. Isso foi percebido essencialmente pela retomada da abordagem da “ideologia de gênero” como uma forma de preconceito: no título auxiliar, o autor afirma que o termo foi criado por preconceituosos, e, nesta porção do texto, afirma que se trata de uma apropriação do preconceito social. Uma vez que esta unidade concentra a informação central do satélite da relação de Elaboração, concluiu-se que se trata de uma relação de coerência entre essas duas porções. Sendo a unidade central

desta porção a última unidade de informação, é possível analisar que as relações retóricas estabelecidas anteriormente apresentam um caráter de orientação da leitura do interlocutor, direcionando-a para a opinião ao final do texto.

O texto tem início com um movimento de engajamento do leitor, o qual ocorre por meio da apresentação de incômodos que o autor apresenta como comuns entre ele e o leitor, um juízo de valor compartilhado. Alguns desses pontos de vista são o fato de as vozes que falam sobre a “ideologia de gênero” serem consideradas medievais, o fato de o termo não aparecer em textos ou discussões acadêmicas e a aversão à homossexualidade que parece ser comum a essas pessoas. Isso se revela também pela presença do verbo na primeira pessoa do plural, “começamos”, bem como pelo trecho irônico “vozes medievais emergiram das catacumbas” e pela clivagem na última oração da porção: “o que esses moralistas de botequim defendem é a repressão do comportamento homossexual”. Assim, na relação de Fundo entre a unidade global UGE1 e o restante do texto, o autor apresenta, no satélite, informações que irão orientar o leitor para a sua opinião e para o tipo de argumentação que será empregada por ele:

- (5) Mal começamos a entender a diversidade sexual humana, vozes medievais emergiram das catacumbas para inventar a tal “ideologia de gênero”.
- (6) Como nunca vi esse termo mencionado em artigos científicos, nem nos livros de Psicologia ou de qualquer ramo da Biologia, fico confuso.
- (7) Veja também: Artigo do dr. Drauzio sobre DNA e homossexualidade
- (8) Suponho que se refiram a algum conjunto de ideias reunidas por gente imoral, para convencer crianças e adolescentes a adotar comportamentos homossexuais. Será que devo a heterossexualidade à inexistência dessa malfadada ideologia, nos meus tempos escolares? Caso existisse, eu estaria casado com homem?
- (9) Embora disfarcem, o que esses moralistas de botequim defendem é a repressão do comportamento homossexual que, sei lá por que tormentos psicológicos, lhes causa tamanho horror. (VARELLA, 2019)

Para atingir esse efeito global, é percebida a emergência das relações a seguir:

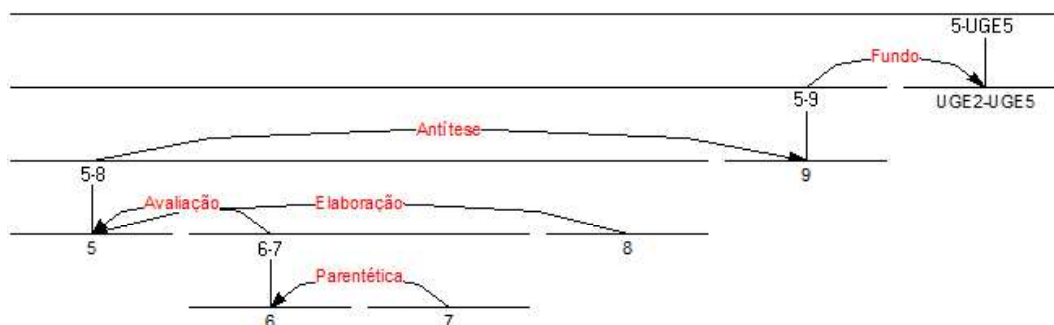


Figura 34 – Diagrama da estrutura retórica da UGE1 do Texto R1.
Fonte: Elaborado pelo autor.

Ao afirmar a inexistência do termo “ideologia de gênero” na ciência, o autor valida sua posição acerca do termo como algo inventado. Além disso, a presença de um hipertexto direcionando o leitor para maiores informações sobre DNA e homossexualidade (mesmo não pertencendo ao fluxo do texto), o qual se relaciona com o tema do núcleo (relação Parentética) dá suporte a essa avaliação. Outro aspecto dessa porção de texto é o fato de haver, de acordo com a nossa análise, uma incompatibilidade entre a invenção do termo “ideologia de gênero” e o que, de fato, as pessoas que o inventaram buscam, que é a perpetuação da repressão contra o comportamento homossexual. Assim, a apresentação dessa incompatibilidade leva o leitor a aceitar melhor o núcleo, o que define a relação de Antítese entre as unidades 5-8 e 9.

A UGE2 é composta apenas por um parágrafo:

(10) Para contextualizar a coluna de hoje, leitor, não falarei de aspectos comportamentais ou culturais, resumirei apenas alguns fenômenos biológicos ligados à sexualidade, uma vez que a diferenciação sexual é fenômeno de altíssima complexidade, em que estão envolvidos fatores hormonais, genéticos e celulares. (VARELLA, 2019)

Com essa porção de texto, entendemos que o autor orienta o leitor para o tipo de informação que será apresentada no texto, ou seja, o ponto de vista a partir do qual se dará a argumentação em torno da opinião do autor, preparando o leitor para a leitura do texto. Tem início, com esse parágrafo, um movimento dialógico de refutação: ao marcar de onde advém o seu discurso, o autor antecipa possíveis posições contrárias à sua, provocando o seu silenciamento (RODRIGUES, 2005). Esse processo se dá por meio de um movimento de assimilação, descrito a seguir.

A UGE3 é composta por quatro unidades de informação que estão em uma relação de Lista:

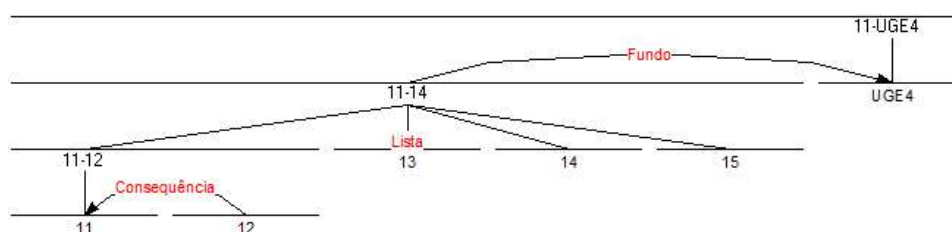


Figura 35 – Diagrama da estrutura retórica da UGE3 do Texto R1.
Fonte: Elaborado pelo autor.

O movimento dialógico de assimilação supracitado se dá por meio da apresentação de informações biológicas a respeito da sexualidade, que servem de Fundo para a unidade seguinte, orientando o leitor para a pergunta que será feita em seguida. Essas informações correspondem, segundo Köche, Boff e Marinello (2014), a argumentos de provas concretas, dados científicos que podem ser comprovados na literatura científica. São também argumentos de competência linguística, pois, apesar da cientificidade dos dados, a escolha vocabular do autor é adequada à situação de comunicação, haja vista a possível limitação do leitor quanto à escrita científica.

No nível local, tem-se uma concatenação de fatos biológicos em uma relação de Lista, cujo efeito é o reconhecimento, por parte do leitor, de que os elementos se equiparam quanto ao seu valor informativo. Nesse caso, temos apenas um efeito, alcançado pela combinação de quatro unidades de análise, o qual está a serviço de um mais global, que é aumentar a capacidade do leitor para entender o núcleo.

A pergunta e a resposta presentes na UGE4 correspondem a uma conclusão do que consta na lista de informações científicas da UGE3:

- (11) Como deveríamos, então, definir o sexo de cada indivíduo? Pelo binário dos cromossomos XX e XY? Pelos genes, pelos hormônios ou pela anatomia genital? O que fazer quando essas características se contrapõem?
- (12) Segundo Eric Vilain, diretor do Centro de Biologia Baseada em Gênero, na Universidade da Califórnia: “Na falta de parâmetros biológicos, se você quiser saber o sexo de uma pessoa, o melhor é perguntar para ela.” (VARELLA, 2019)

Assim, na relação de Conclusão entre as unidades, o leitor reconhece que a UGE4 corresponde a uma conclusão produzida pela interpretação dessas informações. É possível chegar a essa análise em função da presença do marcador discursivo “então”, que indica uma nova interpretação a partir da informação anterior. Além disso, é importante reiterar a questão da unidade global, pois, apesar da presença de dois parágrafos, é a combinação deles – que estão em uma relação de Pergunta-Resposta, sendo a pergunta o núcleo – que traz a conclusão para as informações, como mostra o diagrama a seguir:

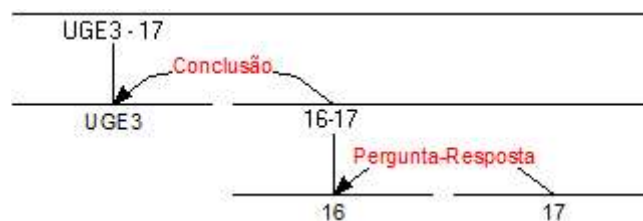


Figura 36 – Diagrama da estrutura retórica da UGE4 do Texto R1.
Fonte: Elaborado pelo autor.

Trata-se de outro ponto de refutação, em que o autor traz questionamentos típicos das pessoas que não compreendem ou não buscam se inteirar sobre as questões relativas à sexualidade e à identidade de gênero, como, por exemplo, como definir o sexo de uma pessoa, como chamá-la, etc. Ao responder a essa pergunta, o autor promove uma contra-argumentação, silenciando esses questionamentos.

A UGE5 apresenta um apontamento subjetivo em relação às informações apresentadas nas unidades UGE2-UGE4, o que indica a emergência da relação de Comentário entre essa sequência de porções e a UGE5. Segundo Carlson e Marcu (2001), não se trata de uma avaliação nem de uma interpretação, mas de um comentário a partir de uma perspectiva externa aos elementos do núcleo. Por isso, foi considerado que se trata de uma relação de conteúdo, pois, a partir dela, o leitor consegue perceber essa relação entre as porções de texto. Esse comentário subjetivo tem sua marca principal no trecho “Esses conhecimentos passam ao largo de grande parte da população”, pois não se trata de um dado comprovável, mas de uma opinião. Isso também é expresso por meio de termos como “ignorantes”, para caracterizar as pessoas que não possuem os conhecimentos biológicos sobre o assunto e “estupidez”, para descrever o argumento dessas pessoas de que a homossexualidade não é natural, que trazem a opinião do articulista a respeito desses posicionamentos.

Conforme o diagrama presente na Figura 3, as unidades UGE1-UGE5 correspondem a uma porção de texto que aumenta a prontidão do leitor para aceitar o conteúdo presente na unidade UGE6, o que define a relação de Justificativa. Assim, o autor afirma que

- (13) Nos dias assustadores em que vivemos, em que os boçais se orgulham das idiotices que vomitam com ares de sabedoria, vários demagogos se apropriaram do preconceito social, para criar a tal “ideologia de gênero”, com o pretexto de defender a integridade da família brasileira. Partem do princípio que assim ganharão mais votos, uma vez que os iletrados são maioria num país de baixa escolaridade, infelizmente.

- (14) Mandar recolher livros e disputar a primazia do combate a essa ideologia cretina e sem sentido, é apenas uma demonstração de arrogância preconceituosa tão a gosto dos pobres de espírito. (VARELLA, 2019)

Como afirmado anteriormente, por fazer conexão com a questão do preconceito em relação ao uso do termo “ideologia de gênero” para tratar da homossexualidade, essa unidade foi vista como central dentro do satélite da relação de Elaboração, que corresponde a todo o texto após o título auxiliar. Nesse momento, a relação de Justificativa foi percebida pelo fato de as informações apresentadas pelo autor revelarem o direito do autor de apresentar a opinião que decide veicular na unidade UGE6. Outro aspecto que sustenta essa definição é o fato de a ordem canônica de uma relação de Justificativa ser a do satélite posicionado antes do núcleo (MANN; THOMPSON, 1988).

A estrutura retórica do Texto R1 e a “ideologia de gênero”

O ano de 2019 foi marcado, como dito anteriormente, pela presença mais incisiva de ações do governo em relação à suposta “ideologia de gênero”. Com os documentos nacionais de educação aprovados sem a menção direta a questões de gênero ou sexualidade, tendo a LGBTfobia e outras formas de preconceito sido englobadas de forma genérica em trechos como “respeito à diversidade e combate ao preconceito e à violência de qualquer natureza” (BRASIL, 2017, p. 361), o emprego do termo “ideologia de gênero” foi tendo seu uso cada vez mais constante, como forma de deslegitimar a importância de se tratar as questões de gênero e sexualidade nas escolas (MISKOLCI; CAMPANA, 2017). Nesse sentido, da mesma forma que houve a elaboração de artigos de opinião que endossam a “ideologia de gênero”, foram produzidos também artigos de opinião que buscaram expor os fatos que corroboram uma refutação a essa ideia, mostrando as bases sobre as quais se mostra que não se trata de uma informação verdadeira.

O texto de Dráuzio Varella (2019), *Ideologia de gênero | Artigo*, é o primeiro dos exemplos analisados que tomam essa direção. No que tange à sua relação entre a sua estrutura retórica e a “ideologia de gênero”, percebe-se que a maior presença de relações de conteúdo (11, em comparação com 4 relações de apresentação e 1 multinuclear) traz ao texto um tom mais explicativo, uma vez que essas relações têm por efeito o reconhecimento por parte do leitor das relações semânticas entre elementos do texto (MANN; THOMPSON, 1988; TABOADA; MANN, 2006). A título de exemplo, a relação que se estabelece entre o título auxiliar, que é a unidade central, e o restante do

texto mostra que o autor, primeiramente, traz a sua opinião e, depois, a destrincha, trazendo os detalhamentos dessa opinião. Outro exemplo são relações de Comentário ao longo do texto, que revelam para o leitor a marca subjetiva do articulista quanto ao tema, o que caracteriza o artigo de opinião (CORREIA, 2018).

Apesar da existência de muitas relações de conteúdo, é necessário destacarmos o fato de que o texto que se desenvolve após o título auxiliar possui uma estrutura retórica global cuja análise revela outros fatos a respeito da construção do texto. A análise dessa estrutura revelou que a porção final do texto é a sua unidade central, na qual se dá a retomada à visão da “ideologia de gênero” como uma manifestação do preconceito em torno das questões relacionadas à homossexualidade. Esse fato reitera o que afirma Miskolci (2018), quando ele aponta para o fantasma da “ideologia de gênero” como um retrocesso para a cidadania desde o fim da ditadura no Brasil, colocando o emprego do termo como uma cruzada moral contra os direitos humanos.

Outro aspecto que merece destaque é a relação de Justificativa entre essa porção e todo o texto que a antecede (após o título auxiliar). O satélite dessa relação compõe uma unidade global cuja porção central é um conjunto de parágrafos que estão em uma relação multinuclear de Lista, conforme o diagrama exibido na Figura 37 na página seguinte. Esses parágrafos, correspondentes às unidades 11-15, trazem informações científicas, ou seja, argumentos de provas concretas, que sustentam a opinião do articulista, veiculada nas porções seguintes. Essa apresentação de fatos biológicos relacionados à homossexualidade traz à tona a importância de se tratar das questões de gênero e sexualidade na educação, como já afirma Louro (2014). A ausência desses conhecimentos no processo educativo das crianças e adolescentes leva ao que a autora coloca como uma permanência de desigualdades, hierarquias e preconceitos na escola, por meio da manutenção de práticas escolares que levam a isso.

Outro aspecto dessa porção de texto é o fato de que a sua estrutura global apresenta a emergência de mais relações de apresentação: Fundo, Preparação e Justificativa. A isso, associamos a própria estrutura do gênero artigo de opinião. Sendo ele um gênero do argumentar, faz-se necessário que haja movimentos de convencimento ao longo do texto. Assim, analisou-se que a presença dessas relações indica esse movimento, uma vez que se trata de relações que almejam uma maior inclinação do leitor a aceitar / concordar com a opinião do autor, bem como uma maior orientação dele para o teor do texto (Fundo / Preparação), além de levar o leitor a aceitar o direito do autor de veiculá-la (Justificativa). Entretanto, em relação à “ideologia de gênero”, não se percebe a emergência de relações

cujo efeito é a tomada de uma atitude externa por parte do leitor (como se manifestar a favor ou contra a “ideologia de gênero”), mas de uma atitude mais vinculada aos processos textuais.

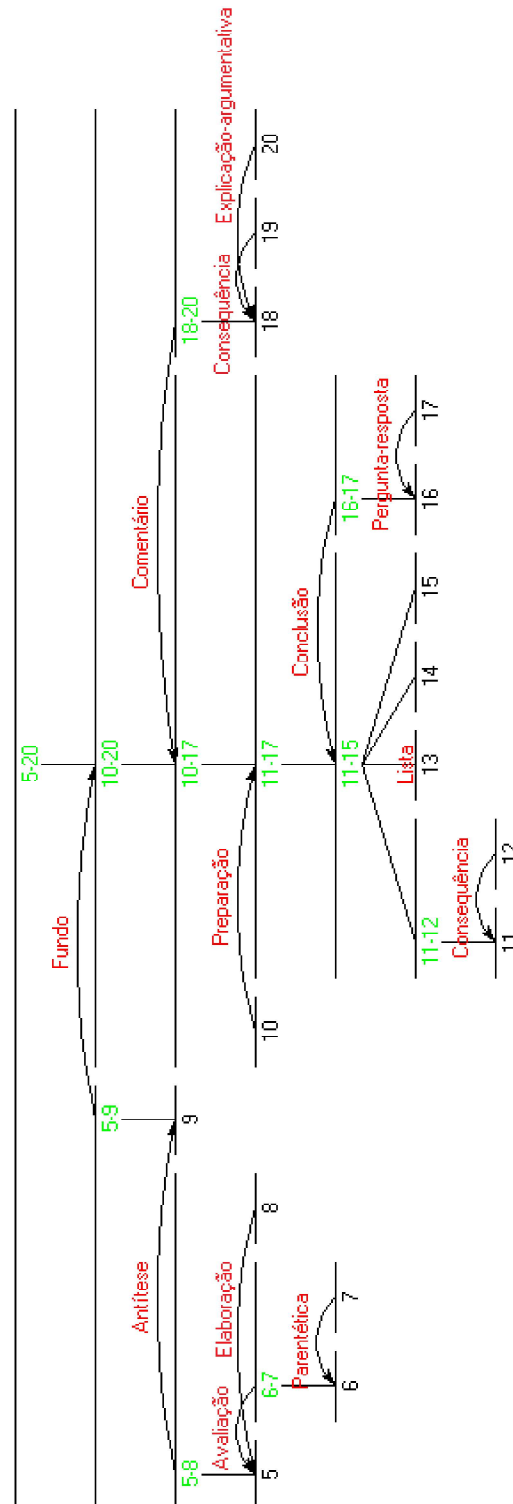


Figura 37 – Diagrama da estrutura retórica do texto R1 – recorte do satélite da relação de Elaboração.

Fonte: Elaborado pelo autor.

4.3.2 TEXTO R2: “ARTIGO | EXISTE ‘IDEOLOGIA DE GÊNERO?’”

O veículo e o autor de R2

O texto R2 foi publicado por Leonardo Nogueira, no site Brasil de Fato. A seção “Quem somos” do site traz breves informações sobre o nascimento do veículo, bem como o viés a partir do qual são elaborados os seus textos. Trata-se de um jornal, tanto impresso quanto online, fundado em 2013 em Minas Gerais. Segundo o site, seu objetivo é o de trazer notícias a partir do ponto de vista dos trabalhadores do estado. O jornal possui distribuição gratuita da sua versão impressa em vários estados do país, além de ter a sua versão online. Segundo o texto, o jornal conta ainda com participação no programa de rádio Roda de Conversa, em parceria com a Central Única dos Trabalhadores e com o Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação de MG, bem como com um programa semanal na Rádio Favela Autêntica. Trata-se, portanto, de um veículo com viés claramente progressista, marcado por pautas trabalhistas através do ponto de vista dos trabalhadores, e, conseqüentemente, por preocupação com questões sociais.

O autor do texto é o articulista Leonardo Nogueira. A seu respeito, não são encontradas informações significativas, o que pode diminuir a credibilidade do texto, haja vista a ausência de marcas que o colocariam em posição de articulista autorizado devido à sua posição social. Mesmo assim, o texto em análise traz, ao final, uma frase que indica que “Leonardo Nogueira é militante do Levante Popular da Juventude”. Não foram encontradas maiores informações sobre o autor, mas, em pesquisa a respeito do Levante Popular da Juventude, encontramos que se trata de uma organização de jovens militantes, que se colocam contra as injustiças sociais e as desigualdades, lutam pela desmilitarização da Polícia Militar (em referência ao constante assassinato de negros por parte da instituição, segundo o texto do Levante), bem como se posicionando contra o conservadorismo representado pelo presidente Jair Bolsonaro, que ameaça a vida de jovens, negros, mulheres e pessoas LGBT¹⁵. Portanto, é possível afirmar que o lugar social do articulista é a esfera política, com inclinações progressistas.

¹⁵ Informações encontradas na seção “Quem somos” do site do Levante Popular da Juventude. Disponível em: < <https://levante.org.br/quem-somos/>>. Acesso em: 28 ago. 2021.

Estrutura retórica de R2

A segmentação do texto R2 em função dos seus parágrafos indicou a presença de 13 unidades de informação, conforme destacado a seguir:

- (1) Artigo | Existe “ideologia de gênero”?
- (2) Estudos de gênero colocam em questão a autonomia dos homens e mulheres na construção da sua própria história
- (3) Leonardo Nogueira
- (4) Brasil de Fato | Belo Horizonte (MG) | 23 de Janeiro de 2019 às 14:18
- (5) Nos últimos anos, a ofensiva conservadora no Brasil tem provocado um forte debate sobre os efeitos da chamada “ideologia de gênero”. Vista como uma perversão da esquerda, lideranças e parlamentares de base fundamentalista religiosa promovem uma verdadeira “cruzada” contra as mulheres e a população LGBT. O que seria, na verdade, essa famigerada “ideologia de gênero”?
- (6) Antes de tudo, é necessário compreender o que é “ideologia” e o que é “gênero”. Esses dois termos são complexos e exigem ir além de uma breve consulta ao dicionário. O termo ideologia, grosso modo, comumente tem sido utilizado para designar um conjunto de concepções sobre a realidade social, ou seja, uma visão de mundo. Em outra concepção, uma ideologia pode atuar como uma forma de ocultação da realidade. Desvelar o papel da ideologia, nesse sentido, gera questionamento dos valores e normas que apenas aparentemente são naturais, mas são padrões historicamente instituídos.
- (7) O “gênero”, por sua vez, é um conceito científico utilizado por pesquisadoras/es desde a década de 1960. Cabe destacar, a esse respeito, o protagonismo de inúmeras mulheres que buscaram caracterizar e criticar as diversas formas de poder exercido pelos homens sendo, portanto, fundamentais para compreender o conceito. A francesa Simone de Beauvoir, com a publicação do livro “O Segundo Sexo”, em 1949, denunciava que os homens e as mulheres são atravessados por características sociais, econômicas e políticas de cada sociedade. Com isso, a escritora refutava as ideias de que as relações de subordinação e violência que muitas mulheres sofriam (e ainda sofrem) são decorrentes de aspectos naturais, biológicos, divinos ou mitológicos.
- (8) Ao contrário, as características físicas/corporais de uma mulher e de um homem não explicam o fato de as mulheres serem consideradas inferiores, frágeis, inaptas para determinadas atividades e naturalmente preparadas para outras, como a maternidade, por exemplo. Na verdade, o que explica as possíveis aptidões de homens e mulheres é um longo processo histórico-social, fundamentado na divisão sexual do trabalho, na socialização e educação.
- (9) O conceito de gênero passa a ser utilizado na década de 1960 por pesquisadores norte-americanos e europeus das diversas áreas do conhecimento (medicina, ciências sociais, psicologia, antropologia etc.) com o intuito de se contrapor às teorias de que as diferenças físicas/biológicas seriam a base para construções que são puramente sociais, como as relações de poder, violência, dominação. O intuito não é desconsiderar a existência da diversidade que compõe a estrutura do corpo humano. Gênero é um conceito que visa evidenciar a maneira como homens e mulheres constroem historicamente seu modo de ser e de sentir. É uma crítica ao “determinismo biológico”, ou seja, à ideia da natureza como destino social, que reduz a história dos homens e mulheres aos seus órgãos sexuais.
- (10) Gênero é uma ideologia? Não. Os estudos de gênero fazem parte de um avanço da ciência e da produção do conhecimento que evidenciou que homens e mulheres não se reduzem ao sexo biológico, que o modo de ser

não decorre da preponderância de determinados hormônios ou da sua genitália. E mais do que isso, coloca em questão a autonomia dos homens e mulheres na construção da sua própria história ao se desvencilharem de pressupostos deterministas.

- (11) Também é necessário destacar que os “estudos de gênero” só ganharam espaço na sociedade à medida que as inúmeras formas de vivenciar a sexualidade, a identidade de gênero, a afetividade, os direitos sexuais e reprodutivos se colocavam na cena pública. As mulheres e a população LGBT saíram dos porões e dos armários para ocupar as ruas, universidades e parlamentos.
- (12) Neste sentido, a recusa dos conservadores ao conceito de gênero e a tentativa falaciosa de enquadrá-la como “ideologia” é também um ataque aos avanços dos direitos sociais, civis e políticos das mulheres e LGBT. É, sobretudo, uma forma de questionar a liberdade de orientação sexual, de identidade de gênero e a autonomia da mulher sobre seu próprio corpo e sua própria vida. No entanto, essa não é uma batalha apenas das mulheres e da população LGBT. É umas das trincheiras que envolverá a resistência de todo o povo brasileiro contra as estranhas do nosso passado-presente profundamente conservador, autoritário e patriarcal.
- (13) Leonardo Nogueira é militante do Levante Popular da Juventude.

A partir da análise da estrutura retórica desse texto, ou seja, das relações retóricas entre essas unidades, foram obtidos os diagramas exibidos nas Figuras 38a e 38b a seguir:

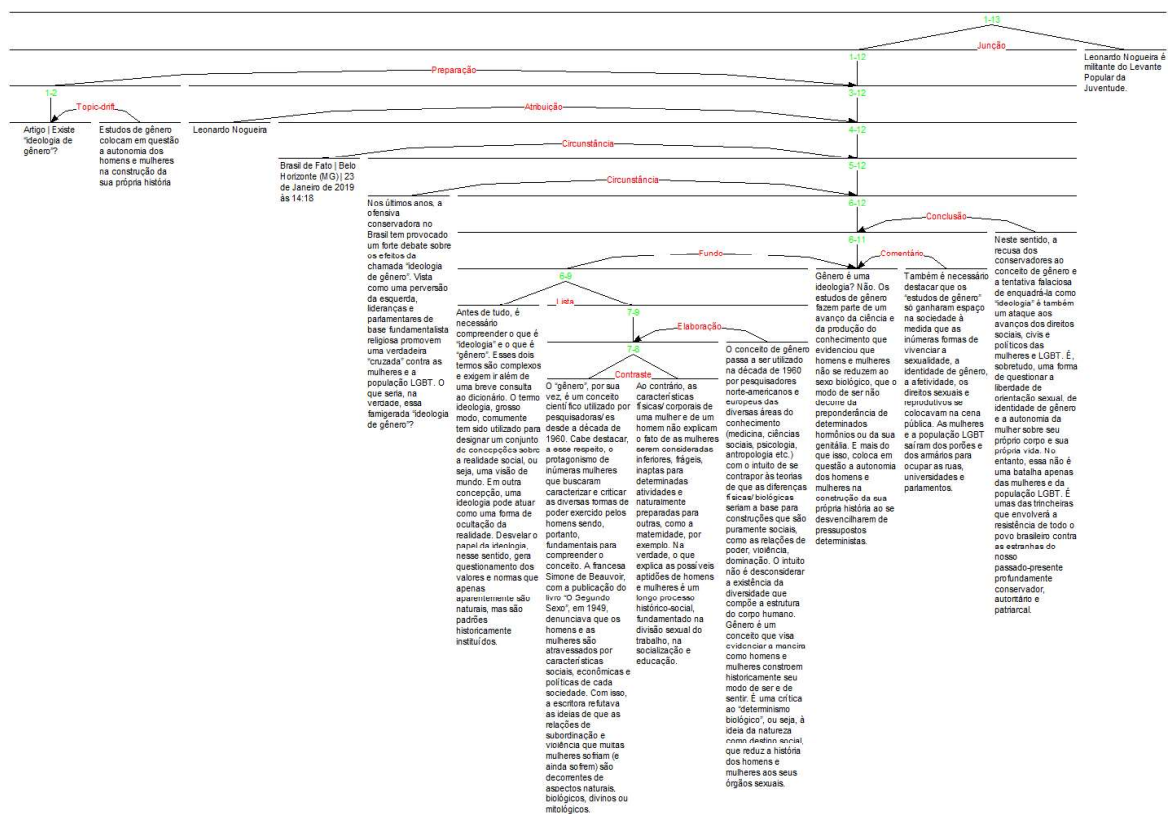


Figura 38a – Diagrama completo da estrutura retórica do texto R2.
Fonte: Elaborado pelo autor.

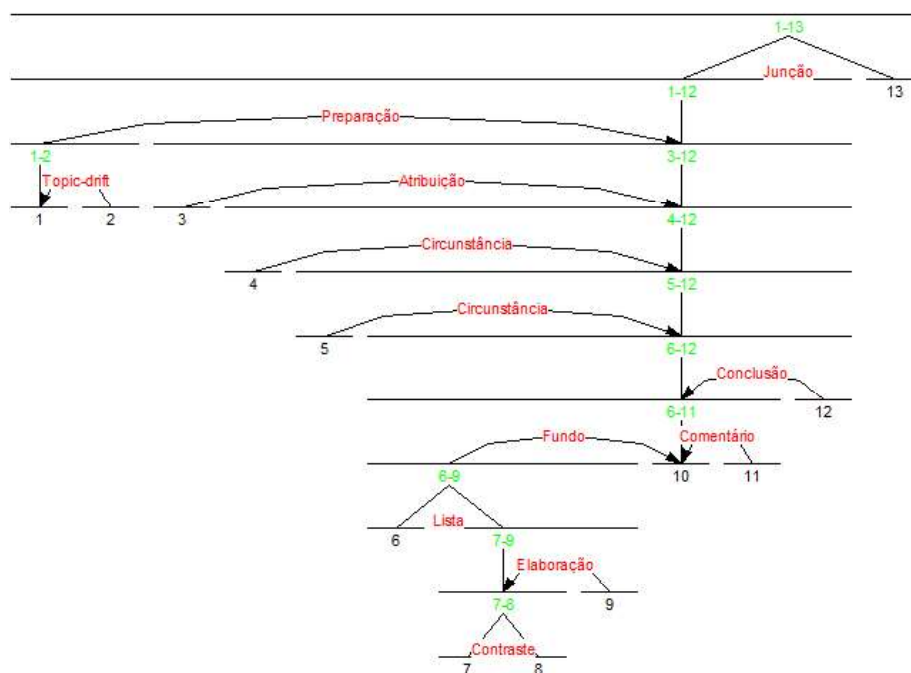


Figura 38b – Diagrama simplificado da estrutura retórica do texto R2.
Fonte: Elaborado pelo autor.

Os diagramas revelam a presença das seguintes relações retóricas de acordo com a sua natureza:

- Relações de apresentação: Preparação, Fundo
- Relações de conteúdo: *Topic-drift*, Atribuição, Circunstância, Conclusão, Comentário, Elaboração
- Relações multinucleares: Junção, Lista, Contraste

Percebeu-se, portanto, a emergência de um maior número de relações de conteúdo. Apesar disso, a relação de apresentação de Fundo emergiu em um nível hierárquico mais global do texto, sendo ela composta por relações de conteúdo menos globais. Seu efeito teve, portanto, maior contribuição para os objetivos do texto conforme a interface feita com van Dijk (1980).

Para preparar o leitor para o seu texto, o autor se utiliza de duas unidades de informação, 1 e 2, as quais, como uma unidade global, estabelecem uma relação com o restante do texto que parece ter o efeito de levantar o interesse do leitor para o conteúdo do texto. Nas duas unidades, o articulista traz o tema do texto que é a discussão sobre a existência da “ideologia de gênero”, e, na unidade 2, faz uma sutil mudança de tópico, falando sobre os estudos de gênero. Assim, o autor estabelece que o tema será tratado através desse viés:

- (1) Artigo | Existe “ideologia de gênero”?
- (2) Estudos de gênero colocam em questão a autonomia dos homens e mulheres na construção da sua própria história (NOGUEIRA, 2019)

Apesar de Carlson e Marcu (2001) apresentarem a relação de *Topic-drift* como uma relação entre porções longas de texto, foi percebida a sua emergência entre essas duas unidades, uma vez que foi observada essa mudança sutil no tópico, a qual pareceu compor uma unidade mais global, conforme o diagrama parcial a seguir:

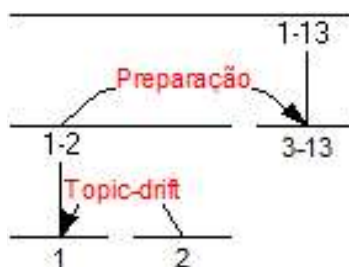


Figura 39 – Diagrama da estrutura retórica entre as unidades 1 e 2 e o restante do texto R2.

Fonte: Elaborado pelo autor.

Além disso, ambos os elementos estão em foco no texto, tanto a “ideologia de gênero” quanto os estudos de gênero, o que corrobora também a emergência dessa relação. Essas duas unidades, juntamente com as duas seguintes, compõem os elementos iniciais do artigo de opinião: título, título auxiliar, autor e data de publicação do texto. Assim, percebeu-se a emergência, como nos outros textos do *corpus*, de relações de Atribuição e de Circunstância entre essas unidades e o restante do texto.

Na unidade 5, tem-se um movimento de engajamento do leitor. Nesse ponto, o autor faz referência ao contexto em que se estabeleceu o seu texto e, com isso, entre a unidade 5 e as unidades de 6 a 12, percebeu-se a emergência de uma relação de Circunstância:

- (5) Nos últimos anos, a ofensiva conservadora no Brasil tem provocado um forte debate sobre os efeitos da chamada “ideologia de gênero”. Vista como uma perversão da esquerda, lideranças e parlamentares de base fundamentalista religiosa promovem uma verdadeira “cruzada” contra as mulheres e a população LGBT. O que seria, na verdade, essa famigerada “ideologia de gênero”? (NOGUEIRA, 2019)

O termo “Nos últimos anos”, no início do parágrafo, pode ser considerado, segundo Koch (2015), como um marcador de relação espaciotemporal, cuja função é “estabelecer o estado de coisas de que o enunciado fala no espaço e / ou no tempo” (p. 163). Essa situação no tempo corresponde ao estabelecimento do contexto a partir do qual se fala no tema do artigo, o que marca a relação de Circunstância entre essa unidade e o restante do texto (até a unidade 12), haja vista que a unidade 5 “provê uma situação na qual o leitor pode interpretar” (PARDO, 2005, p. 136) o núcleo.

Tem-se, então, uma outra unidade global, a última do texto, composta pelas unidades de 6 a 9. Nas definições da relação de Fundo, segundo Taboada e Mann (2021[2005]), o núcleo corresponde a uma informação que o leitor pode não compreender totalmente antes de ler o conteúdo do satélite, de modo que este pode aumentar a capacidade do leitor de compreender o núcleo. Dessa forma, o efeito dessa relação é o aumento da capacidade do leitor de compreender o núcleo. No caso em análise, o núcleo (unidade 10), foi considerado a unidade central do texto, em que o autor responde à pergunta do título e faz uma conexão entre “ideologia de gênero” e os estudos de gênero:

- (10) Gênero é uma ideologia? Não. Os estudos de gênero fazem parte de um avanço da ciência e da produção do conhecimento que evidenciou que homens e mulheres não se reduzem ao sexo biológico, que o modo de ser não decorre da preponderância de determinados hormônios ou da sua genitália. E mais do que isso, coloca em questão a autonomia dos homens e mulheres na construção da sua própria história ao se desvencilharem de pressupostos deterministas. (NOGUEIRA, 2019)

Essa conexão é percebida no início do parágrafo, em que o autor faz uma pergunta retórica e traz uma resposta ao questionamento do título. Assim, levando em consideração que o leitor poderia não entender completamente as ideias desse parágrafo, o satélite, que corresponde às unidades 6 a 9, traz informações que podem auxiliar na compreensão dessa opinião:

- (6) Antes de tudo, é necessário compreender o que é “ideologia” e o que é “gênero”. Esses dois termos são complexos e exigem ir além de uma breve consulta ao dicionário. O termo ideologia, grosso modo, comumente tem sido utilizado para designar um conjunto de concepções sobre a realidade social, ou seja, uma visão de mundo. Em outra concepção, uma ideologia pode atuar como uma forma de ocultação da realidade. Desvelar o papel da ideologia, nesse sentido, gera questionamento dos valores e normas que apenas aparentemente são naturais, mas são padrões historicamente instituídos.
- (7) O “gênero”, por sua vez, é um conceito científico utilizado por pesquisadoras/es desde a década de 1960. Cabe destacar, a esse respeito,

o protagonismo de inúmeras mulheres que buscaram caracterizar e criticar as diversas formas de poder exercido pelos homens sendo, portanto, fundamentais para compreender o conceito. A francesa Simone de Beauvoir, com a publicação do livro “O Segundo Sexo”, em 1949, denunciava que os homens e as mulheres são atravessados por características sociais, econômicas e políticas de cada sociedade. Com isso, a escritora refutava as ideias de que as relações de subordinação e violência que muitas mulheres sofriam (e ainda sofrem) são decorrentes de aspectos naturais, biológicos, divinos ou mitológicos.

- (8) Ao contrário, as características físicas/corporais de uma mulher e de um homem não explicam o fato de as mulheres serem consideradas inferiores, frágeis, inaptas para determinadas atividades e naturalmente preparadas para outras, como a maternidade, por exemplo. Na verdade, o que explica as possíveis aptidões de homens e mulheres é um longo processo histórico-social, fundamentado na divisão sexual do trabalho, na socialização e educação.
- (9) O conceito de gênero passa a ser utilizado na década de 1960 por pesquisadores norte-americanos e europeus das diversas áreas do conhecimento (medicina, ciências sociais, psicologia, antropologia etc.) com o intuito de se contrapor às teorias de que as diferenças físicas/biológicas seriam a base para construções que são puramente sociais, como as relações de poder, violência, dominação. O intuito não é desconsiderar a existência da diversidade que compõe a estrutura do corpo humano. Gênero é um conceito que visa evidenciar a maneira como homens e mulheres constroem historicamente seu modo de ser e de sentir. É uma crítica ao “determinismo biológico”, ou seja, à ideia da natureza como destino social, que reduz a história dos homens e mulheres aos seus órgãos sexuais. (NOGUEIRA, 2019)

O trecho se inicia com um marcador discursivo que indica a relação de Fundo: a expressão “Antes de tudo”, que indica o que será tratado antes de se partir para o que se quer dizer de fato. Nesse ponto, tem início um movimento dialógico de refutação, em que Nogueira promove a segmentação do termo “ideologia de gênero”, revelando a sua falácia. Para isso, ocorre um movimento de assimilação de duas vozes: a informação do dicionário a respeito da palavra “ideologia” e os estudos de gênero da década de 1960. Com isso, o autor estabelece as informações às quais se refere para provar seu ponto, de que não existe “ideologia de gênero”, ou que o gênero não é uma “ideologia”. Entre essas relações, percebeu-se a emergência de relações retóricas, as quais apresentam efeitos que compõem o efeito maior, que é o da relação de Fundo. O diagrama a seguir ilustra as relações entre essas unidades locais:

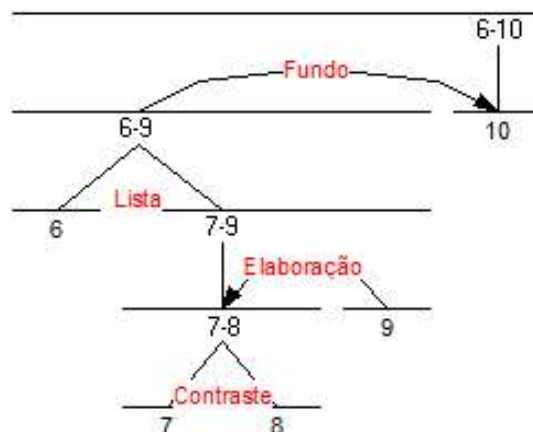


Figura 40 – Diagrama da estrutura retórica entre as unidades 6-9 e a unidade 10 do texto R2.

Fonte: Elaborado pelo autor.

Nesse satélite, as unidades 6 e 7-9 estão em uma relação multinuclear de Lista. Essa relação foi identificada em função do peso que cada informação possui para a argumentação. Primeiramente, o autor apresenta o que é ideologia, grosso modo, conforme afirmado por ele próprio. No trecho seguinte, também global, o autor estabelece o que é definido como gênero. Essa unidade é mais complexa em função de o autor se concentrar na definição de gênero para estabelecer sua argumentação e provar a inexistência da “ideologia de gênero”. Para isso, há um contraste entre a visão de gênero como algo socialmente construído e o determinismo biológico em relação aos papéis de gênero (em função do sexo), contraste esse que encontra mais detalhamento na unidade 9. Todo esse desenvolvimento revela o movimento do autor de trazer informações que irão auxiliar o leitor a compreender as informações na unidade 10.

A unidade 10, unidade central do texto, marca o movimento de interpelação do leitor, por meio da pergunta retórica supracitada, cuja resposta traz a marca de verdade a ser aceita pelo leitor diante da argumentação realizada anteriormente. Dando continuidade a esse movimento, o autor faz então um comentário subjetivo a respeito do lugar alcançado pelos estudos de gênero na sociedade:

- (11) Também é necessário destacar que os “estudos de gênero” só ganharam espaço na sociedade à medida que as inúmeras formas de vivenciar a sexualidade, a identidade de gênero, a afetividade, os direitos sexuais e reprodutivos se colocavam na cena pública. As mulheres e a população LGBT saíram dos porões e dos armários para ocupar as ruas, universidades e parlamentos. (NOGUEIRA, 2019)

Foi identificada a emergência de uma relação de Comentário entre essa unidade e a unidade anterior por ela não ser uma avaliação ou uma interpretação, mas um apontamento subjetivo, feito a partir de uma perspectiva de fora dos elementos do núcleo. O núcleo trata do lugar que os estudos de gênero ocupam no “avanço da ciência e da produção de conhecimento” (NOGUEIRA, 2019, online), ao passo que o satélite fala do espaço ganhado pelo termo na sociedade em função dos avanços na luta pelos direitos das mulheres e das pessoas LGBT.

Por fim, Nogueira faz inferências a respeito do que está ocorrendo diante do tratamento do gênero como uma ideologia, reconhecendo esse tratamento como um “ataque ao avanço dos direitos sociais, civis e políticos das mulheres e LGBT”. Por isso, foi percebida a emergência de uma relação de Conclusão entre a unidade 12 e as unidades 6 a 11, uma vez que o autor traz uma referência ao que foi abordado ao longo do texto, revelando ainda a relação não apenas com os grupos afetados, mas com toda a população brasileira. A última unidade do texto está, por fim, em uma relação de Junção com todo o restante, pois traz uma informação adicional a respeito do autor, que auxilia na compreensão de qual é o seu lugar de fala.

A estrutura retórica do texto R2 e a “ideologia de gênero”

O texto R2 apresentou um maior número de relações de conteúdo segundo a taxonomia de Mann e Thompson (1988), o que indica um maior objetivo por parte do autor de levar o leitor ao reconhecimento de relações semânticas entre as informações do texto. De maneira geral, é possível afirmar que as relações de Preparação e de Fundo (duas das três de apresentação presentes no texto) se encontraram a serviço de uma melhor orientação do leitor e uma maior possibilidade de compreensão do conteúdo, não sendo observada um objetivo de mobilização desse leitor.

Concluimos então que o autor se pautou mais por um tom explicativo para abordar a “ideologia de gênero”, buscando esclarecer os equívocos que envolvem a associação entre os estudos de gênero e a ideia negativa de uma ideologia. Se, por um lado, o texto R1 tem um viés mais biológico, este possui um viés mais social, indicando os aspectos sociais envolvidos nesse enquadramento do gênero como uma ideologia.

Apesar da ausência de argumentos de autoridade ou de provas concretas, o texto se pauta pelo esclarecimento da distorção, por parte de setores conservadores da sociedade, do que os pesquisadores do gênero têm por objetivo ao buscar levar o conteúdo para a discussão escolar. Por isso, é possível afirmar que o texto, mesmo tendo sido

publicado em 2019, encontra-se na mesma linha de artigos como Galzerano (2021) e Miguel (2021), que estabelecem a relação entre “ideologia de gênero”, gênero e questões feministas e de lutas sociais, bem como Miskolci (2018), que associa a “ideologia de gênero” à extrema direita e a grupos conservadores da sociedade brasileira.

4.3.3 TEXTO R3: “A CRUZADA CONTRA A ‘IDEOLOGIA DE GÊNERO’ DESPROTEGE CRIANÇAS E ADOLESCENTES”

O veículo e a autora de R3

O texto R3 foi elaborado por Madalena Guasco e publicado no site da revista CartaCapital, em 2019. A CartaCapital é uma revista fundada em 1994, contendo versões tanto impressa quanto virtual. Em seu manifesto, pauta-se por fazer um jornalismo crítico, respeitando a inteligência do leitor¹⁶. Andrade (2021) escreve, no Mídia Kit da revista de 2021, sobre os princípios seguidos: “apego à verdade factual, coragem para fiscalizar o poder onde quer que ele se manifeste e respeito à inteligência do leitor” (s/p). Em outro Mídia Kit, Torres (2019) coloca a CartaCapital como principal mídia de oposição do país, com viés progressista e contando com uma pluralidade de vozes: figuras importantes das mais diversas áreas.

Uma dessas vozes, que elaborou o texto analisado, é de Madalena Guasco, responsável ainda por outros textos da revista, porém não pertencendo ao seu expediente. A autora, conforme as informações apresentadas ao final do texto, é coordenadora da Secretaria-Geral da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino, CONTEE, uma entidade sindical que compreende 88 sindicatos e 10 federações de profissionais da educação, tanto do ensino público quanto do privado. Alguns dos valores da confederação são:

a defesa da educação como direito e bem público, de responsabilidade do Estado. [...] o fortalecimento da educação pública, democrática e de qualidade [...] regulamentação do setor privado de ensino, com a exigência do cumprimento do papel do Estado no controle, regulação, credenciamento e avaliação da educação, com as devidas referências sociais. [...] O combate à mercantilização e à desnacionalização da educação e a luta pelo desenvolvimento do País, com distribuição de renda, justiça social e soberania nacional [...]¹⁷.

¹⁶ Disponível em: < <https://www.cartacapital.com.br/editora/cartacapital/>>. Acesso em: 27 dez. 2021.

¹⁷ Disponível em: < <https://contee.org.br/apresentacao/>>. Acesso em: 27 dez. 2021.

Dessa forma, percebe-se que o lugar social de Madalena Guasco é tanto a esfera política quanto a esfera educacional. Os vieses a partir dos quais a autora parte são o de luta pelos direitos dos profissionais da educação, bem como de defesa de uma educação para todos, de responsabilidade do Estado, os quais correspondem ao que defende também a revista em que o texto é elaborado.

Estrutura retórica de R3

Para o texto de Guasco (2019), foram identificadas 12 unidades de análise, conforme indicação a seguir:

- (1) A cruzada contra a “ideologia de gênero” desprotege crianças e adolescentes
- (2) Madalena Guasco fala sobre uma concepção deturpada de 'família' e de 'valores morais' que ignora casos de violência sexual contra menores
- (3) por CONTEE 9 DE SETEMBRO DE 2019 – 11:39
- (4) “A diversidade sexual pode ser compreendida a partir de três eixos fundamentais, que interagem entre si de maneira dinâmica para a vivência da sexualidade: o sexo biológico, a identidade de gênero e a orientação sexual.” Era o que estava escrito na apostila que o governador do estado de São Paulo, João Doria, mandou recolher das escolas da rede estadual paulista.
- (5) O material escolar era usado nas aulas de ciências para estudantes do oitavo ano do ensino fundamental e reproduzia, inclusive, conteúdo do Ministério da Saúde. Este, por sua vez, explicou que pauta as temáticas da saúde sexual, reprodutiva, planejamento familiar e direito à reprodução pelo que está disposto na Constituição Federal de 1988, e nas Leis 8.080 e 8.142 de 1990, orientadas para o acesso universal e igualitário para a atenção integral à saúde.
- (6) A apostila retirada das salas de aula, deixando milhares de alunos sem material escolar, explica os conceitos de sexo biológico, identidade de gênero e orientação sexual por meio de classificações feitas pela ciência que levam em conta as diversidades existentes na realidade. Portanto, independentemente da vontade dos fundamentalistas, essas diversidades sexuais e de gênero existem e o fato de estarem consideradas cientificamente ajuda a escola no combate ao bullying e à intolerância, integrando a rede de defesa e apoio à criança e adolescente.
- (7) Mas o material também vai além, trazendo orientações sobre gravidez e doenças sexualmente transmissíveis, essenciais para o esclarecimento e a própria proteção dos estudantes. Alegar, como fez o governador, o combate a uma suposta — e inexistente — “ideologia de gênero” (vale lembrar que o termo jamais apareceu em qualquer estudo das ciências humanas e começou a ser disseminado apenas no debate do Plano Nacional de Educação, há pouco mais de cinco anos, pelos próprios fundamentalistas) — é roubar da juventude o acesso à informação, bem como eliminar da educação seu caráter de promotora de cidadania.
- (8) A preocupação dos que empreendem essa cruzada contra a discussão das questões de gênero nas escolas não é com a educação; tampouco com as crianças e adolescentes. Se assim fosse, o governo de Jair Bolsonaro não teria desmanchado o Conselho Nacional dos Direitos

- da Criança e do Adolescente (Conanda). Pelo decreto 10.003/2019, publicado no último dia 5 no Diário Oficial da União (DOU), foram cassados os mandatos de todos os conselheiros eleitos e empossados em março deste ano. Além disso, a medida alterou o funcionamento do órgão, definindo que os membros do conselho serão escolhidos por processo seletivo e não eleição, e reduziu a participação da sociedade civil de 14 para nove conselheiros, deixando o governo federal com 13 membros e, portanto, maioria absoluta no colegiado.
- (9) O que aconteceu em São Paulo e o que acontece em âmbito federal podem não ser medidas diretamente conexas, mas são correlatas, porque ambas se amparam num ultraconservadorismo cego que, na prática, deixa desamparados e vulneráveis crianças e adolescentes. Um vislumbre tacanha que, mais do que atacar direitos democráticos, nega a existência do pensamento opressor, machista e homofóbico que tem sido estruturante na sociedade.
- (10) Uma concepção deturpada de “família” e de “valores morais” que ignora que, só nos primeiros meses deste ano, quase cinco mil denúncias foram recebidas no Dique 100 sobre violência sexual contra menores de idade, sendo que mais de 70% dos casos de abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes são praticados por pais, mães, padrastos ou outros parentes das vítimas. É uma negação — esta sim ideológica — ao acesso de espaços e de instrumentos (como o Conanda, a escola, a educação) voltadas para o rompimento do obscurantismo, o combate à violência presente nas relações de dominação e nas estruturas de poder, e a promoção do respeito e dos direitos humanos.
- (11) *Madalena Guasco Peixoto é coordenadora da Secretaria-Geral da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino — Contee e diretora da Faculdade de Educação da PUC-SP
- (12) Este texto não reflete necessariamente a opinião de CartaCapital. (GUASCO, 2019)

Após a leitura do texto e percepção das relações retóricas que emergem entre essas porções de texto, foram elaborados os diagramas que constam nas Figuras 41a e 41b, os quais refletem a estrutura retórica desse texto.

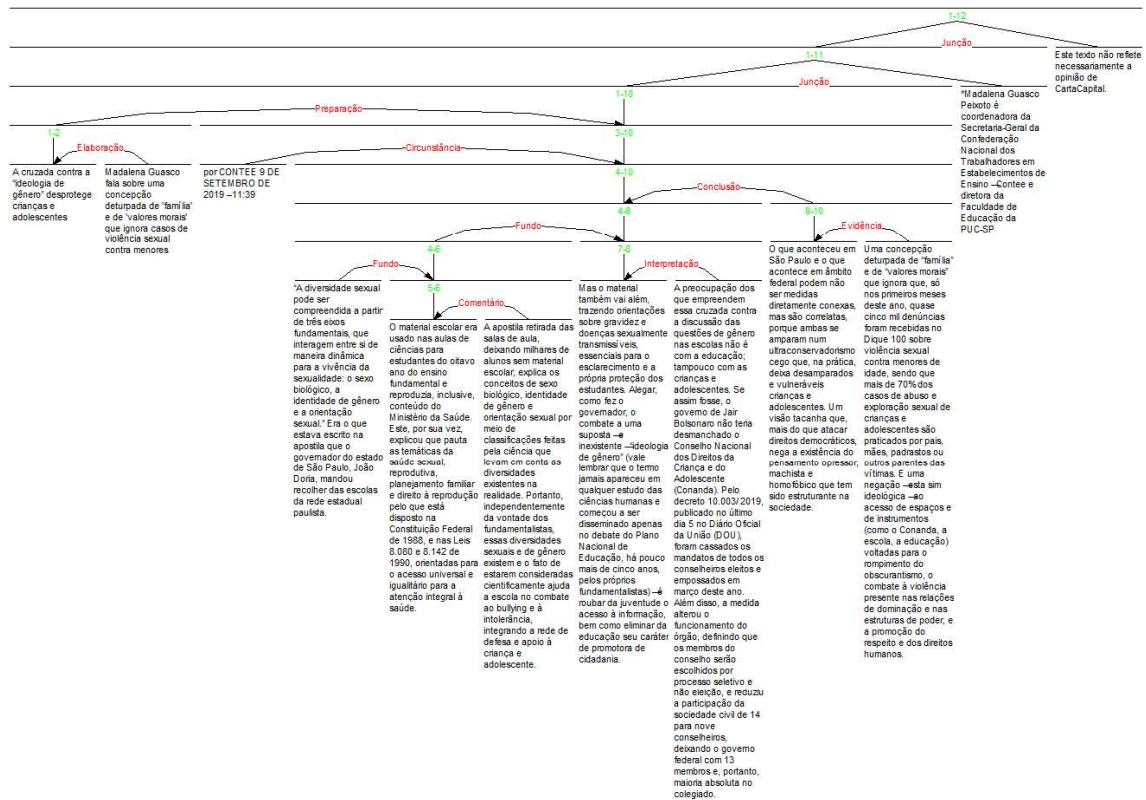


Figura 41a – Diagrama completo da estrutura retórica do texto R3.
Fonte: Elaborado pelo autor.

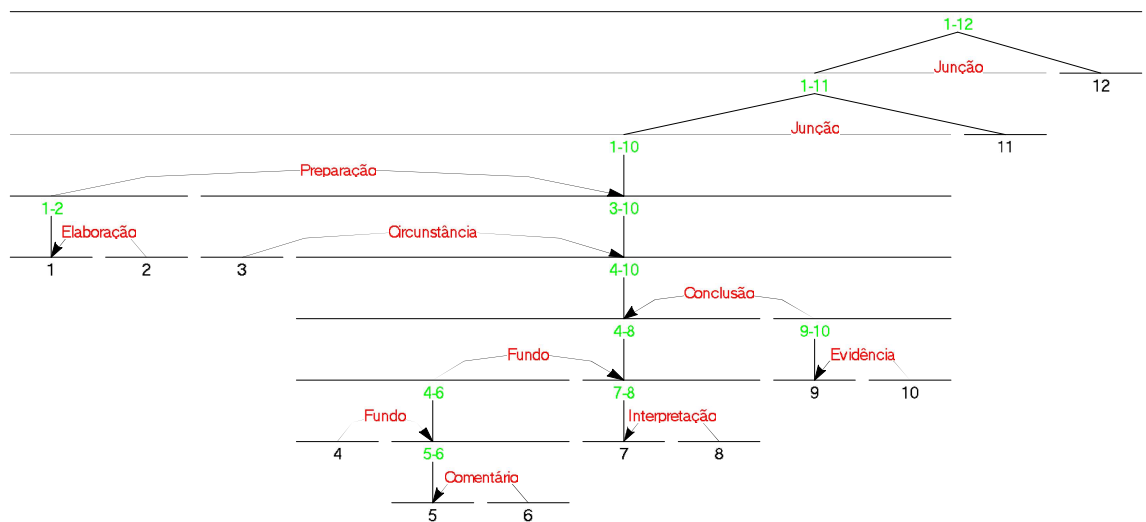


Figura 41b – Diagrama simplificado da estrutura retórica do texto R3.
Fonte: Elaborado pelo autor.

Nesse texto, foi percebida a emergência das seguintes relações de acordo com a sua natureza conforme Mann e Thompson (1988):

- Relações de Apresentação: Preparação, Fundo e Evidência

- Relações de Conteúdo: Elaboração, Circunstância, Conclusão, Interpretação e Comentário
- Relações Multinucleares: Junção

Percebe-se que houve a emergência de uma maior quantidade de relações de conteúdo, o que indica uma maior preocupação da autora em estabelecer as relações semânticas entre os conteúdos do texto.

À semelhança das análises anteriores, neste texto também as unidades iniciais compuseram o que Correia (2018) considera o Bloco Informacional 1, composto pelo título do texto, o título auxiliar, a autoria e a data de publicação. Esses elementos se encontraram, pela nossa análise, em relações de preparação e circunstância com o restante do texto, respectivamente. Neste texto especificamente, as unidades 1 e 2 compõem um elemento mais global, pois, juntas, preparam o leitor para o texto, tendo por efeito uma maior orientação do leitor para a leitura do texto ao trazer um breve resumo do que será abordado pela autora. Entre essas unidades 1 e 2, emergiu uma relação de Elaboração, na qual o satélite (2) traz mais detalhes do que é indicado no título, em uma relação de generalização-especificação: o título afirma a desproteção de crianças e adolescentes em função da cruzada contra a “ideologia de gênero” e o título auxiliar especifica que tipo de desproteção é esse.

A identificação da unidade central do texto foi realizada em função da relação entre os conteúdos dessa unidade com o título e o título auxiliar. Assim, a unidade que pareceu trazer maiores informações a respeito da desproteção trazida pela “ideologia de gênero”, bem como a opinião da autora sobre o assunto, haja vista que se trata de um artigo de opinião, foi a unidade 7, conforme podemos identificar ao observarmos a unidade que não serve de satélite para nenhuma outra. Trata-se do trecho a seguir:

- (7) Mas o material também vai além, trazendo orientações sobre gravidez e doenças sexualmente transmissíveis, essenciais para o esclarecimento e a própria proteção dos estudantes. Alegar, como fez o governador, o combate a uma suposta — e inexistente — “ideologia de gênero” (vale lembrar que o termo jamais apareceu em qualquer estudo das ciências humanas e começou a ser disseminado apenas no debate do Plano Nacional de Educação, há pouco mais de cinco anos, pelos próprios fundamentalistas) — é roubar da juventude o acesso à informação, bem como eliminar da educação seu caráter de promotora de cidadania. (GUASCO, 2019)

O parágrafo tem início com uma conexão com o que é informado anteriormente, tratando do material recolhido de escolas públicas em São Paulo em 2019, mas segue para

a opinião da autora sobre a verdadeira natureza de se retirar um material didático de uma rede de escolas em função de uma suposta “ideologia de gênero”, que leva a um impedimento do acesso dos alunos a informações importantes para suas vidas, uma vez que o material possuía outras informações tão relevantes quanto para o ensino de Biologia, como informações sobre prevenção da gravidez, ISTs (infecções sexualmente transmissíveis) etc.

A estrutura retórica global do texto revela a forma como a autora pareceu ter a intenção de organizar as informações: primeiramente, estabelecendo o contexto em que se insere a sua opinião e, depois, tecendo conclusões a respeito do assunto. A estrutura retórica global do texto pode ser analisada por meio do diagrama que consta na Figura 42 a seguir, em que as unidades, por estarem em uma estrutura global, foram denominadas UGx:

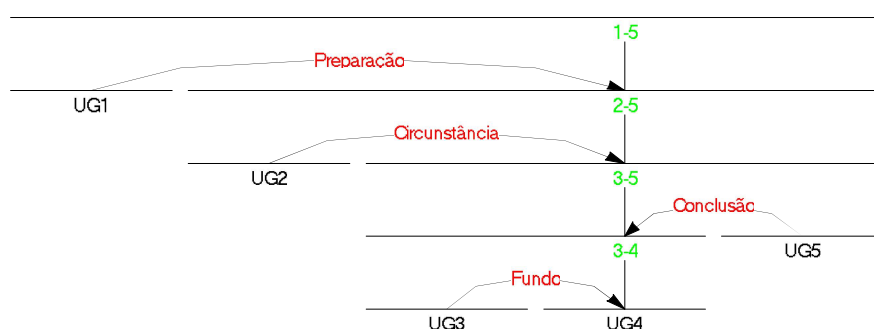


Figura 42 – Diagrama da estrutura retórica global do texto R3.
Fonte: Elaborado pelo autor.

Foram identificadas cinco unidades globais, sendo que as unidades 1 e 2 correspondem novamente ao conjunto composto pelo título, título auxiliar e autoria / data de publicação do texto. Entre as unidades globais 3 e 4 foi identificada uma relação de Fundo e, entre 3-4 e 5, uma relação de Conclusão. A unidade UG3 é composta pelas unidades 4, 5 e 6 do texto, que correspondem ao seguinte trecho:

- (4) “A diversidade sexual pode ser compreendida a partir de três eixos fundamentais, que interagem entre si de maneira dinâmica para a vivência da sexualidade: o sexo biológico, a identidade de gênero e a orientação sexual.” Era o que estava escrito na apostila que o governador do estado de São Paulo, João Doria, mandou recolher das escolas da rede estadual paulista.
- (5) O material escolar era usado nas aulas de ciências para estudantes do oitavo ano do ensino fundamental e reproduzia, inclusive, conteúdo do Ministério da Saúde. Este, por sua vez, explicou que pauta as temáticas da saúde sexual, reprodutiva, planejamento familiar e

direito à reprodução pelo que está disposto na Constituição Federal de 1988, e nas Leis 8.080 e 8.142 de 1990, orientadas para o acesso universal e igualitário para a atenção integral à saúde.

- (6) A apostila retirada das salas de aula, deixando milhares de alunos sem material escolar, explica os conceitos de sexo biológico, identidade de gênero e orientação sexual por meio de classificações feitas pela ciência que levam em conta as diversidades existentes na realidade. Portanto, independentemente da vontade dos fundamentalistas, essas diversidades sexuais e de gênero existem e o fato de estarem consideradas cientificamente ajuda a escola no combate ao bullying e à intolerância, integrando a rede de defesa e apoio à criança e adolescente. (GUASCO, 2019)

Esse trecho marca o movimento dialógico de engajamento do leitor. Para aumentar a sua capacidade de compreender o núcleo, nesse caso, a unidade central, Madalena Guasco lança mão de um evento ocorrido em 2019 que foi marcante em relação à questão da “ideologia de gênero”: o recolhimento de um material didático da rede de escolas públicas de São Paulo citado no início deste capítulo (cf. “A ‘ideologia de gênero’ em 2017, 2019 e 2020”). A figura a seguir traz a estrutura retórica deste trecho em específico:

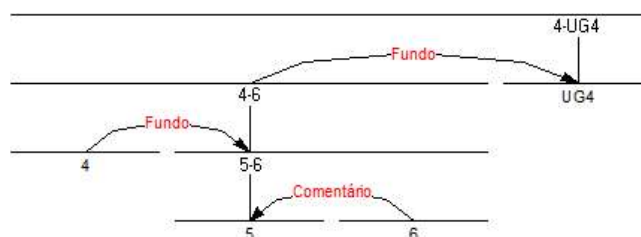


Figura 43 – Diagrama da estrutura retórica da unidade UG3 do texto R3.
Fonte: Elaborado pelo autor.

Diante da leitura do trecho que compreende as unidades 4 a 6, percebe-se como os efeitos produzidos pelas relações que emergem entre as porções compõem o efeito global entre as unidades UG3 e UG4, que é o de aumentar a capacidade do leitor para entender o que consta na UG4. Assim, primeiramente ocorre o mesmo processo entre as unidades 4 e 5-6, em que a autora apresenta um trecho do conteúdo que constava na apostila recolhida, revelando o quanto ele é relevante para os alunos do 8º ano, público-alvo do material. A unidade central dessa unidade global foi percebida como a unidade 5, pois, nessa unidade, é indicada a relevância do conteúdo abordado na apostila e a sua correspondência com o que preconiza o Ministério da Saúde. O movimento de engajamento é percebido principalmente no comentário subjetivo feito pela autora, que não corresponde a uma interpretação nem a uma avaliação, mas à sua visão em relação

às consequências de se mandar recolher o material, haja vista a relevância das informações trazidas por ele para o combate ao *bullying* e para a defesa e o apoio a crianças e adolescentes. Nesse ponto, a autora coloca ela mesma e o leitor como semelhantes no que tange à percepção da existência de diversidades sexuais e de gênero, bem como à questão do *bullying*.

É possível analisar também que a unidade 6 e a primeira oração da unidade 7 (“Mas o material também vai além, trazendo orientações sobre gravidez e doenças sexualmente transmissíveis, essenciais para o esclarecimento e a própria proteção dos estudantes.” (GUASCO, 2019, online) estabelecem um movimento de refutação no texto. Ao longo desse trecho, a autora antecipa possíveis reações à afirmação de que o material apresenta questões de gênero, sexo biológico e orientação sexual, contra-argumentando que o material apresenta informações importantes sobre gravidez e ISTs.

Com a relação de Fundo entre UG3 e UG4, espera-se que o leitor esteja mais orientado e aceite melhor o que vem a seguir, que é a opinião da autora, juntamente com a sua interpretação do fato, conteúdo da unidade UG4, que inicia o movimento de interpelação do leitor. A unidade central do texto está, portanto, em uma relação de Interpretação com a unidade 8, conforme o diagrama a seguir:

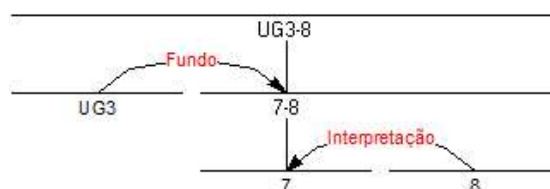


Figura 44 – Diagrama da estrutura retórica da unidade UG4 do texto R3.
Fonte: Elaborado pelo autor.

Se a unidade 7 corresponde à unidade central de todo o texto, na unidade 8 a autora parece trazer uma interpretação a respeito do fato de que o combate à “ideologia de gênero”, na verdade, prejudica o acesso à informação por parte de crianças e adolescentes. Essa unidade corresponde ao trecho a seguir:

- (8) A preocupação dos que empreendem essa cruzada contra a discussão das questões de gênero nas escolas não é com a educação; tampouco com as crianças e adolescentes. Se assim fosse, o governo de Jair Bolsonaro não teria desmanchado o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda). Pelo decreto 10.003/2019, publicado no último dia 5 no Diário Oficial da União (DOU), foram cassados os mandatos de todos os conselheiros eleitos e empossados em março deste ano. Além disso, a medida alterou o funcionamento

do órgão, definindo que os membros do conselho serão escolhidos por processo seletivo e não eleição, e reduziu a participação da sociedade civil de 14 para nove conselheiros, deixando o governo federal com 13 membros e, portanto, maioria absoluta no colegiado. (GUASCO, 2019)

O trecho foi considerado uma interpretação do conteúdo da unidade 7 por apresentar um conjunto de ideias que não está expresso nela exatamente, mas que deriva dela. Mais especificamente, a interpretação se concentra no trecho em que é afirmado que a “preocupação dos que empreendem essa cruzada contra a discussão das questões de gênero nas escolas não é com a educação; tampouco com as crianças e adolescentes” (GUASCO, 2019), em que a autora sugere a verdadeira natureza do combate à “ideologia de gênero”.

Por fim, a autora tece, nas unidades 9 e 10, conclusões a respeito desse combate, trazendo o que ela está interpretando sobre o fato e dados que corroboram essa interpretação. Por isso, foi elaborado o seguinte diagrama para a unidade global UG5:

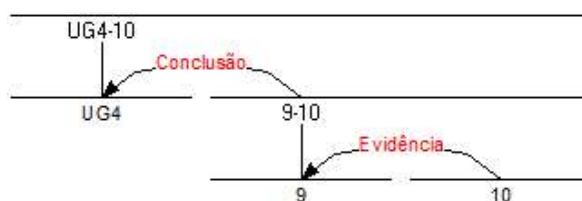


Figura 45 – Diagrama da estrutura retórica da unidade UG5 do texto R3.
Fonte: Elaborado pelo autor.

Os trechos 9 e 10 são os seguintes:

- (9) O que aconteceu em São Paulo e o que acontece em âmbito federal podem não ser medidas diretamente conexas, mas são correlatas, porque ambas se amparam num ultraconservadorismo cego que, na prática, deixa desamparados e vulneráveis crianças e adolescentes. Um visão tacanha que, mais do que atacar direitos democráticos, nega a existência do pensamento opressor, machista e homofóbico que tem sido estruturante na sociedade.
- (10) Uma concepção deturpada de “família” e de “valores morais” que ignora que, só nos primeiros meses deste ano, quase cinco mil denúncias foram recebidas no Dique 100 sobre violência sexual contra menores de idade, sendo que mais de 70% dos casos de abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes são praticados por pais, mães, padrastos ou outros parentes das vítimas. E uma negação — esta sim ideológica — ao acesso de espaços e de instrumentos (como o Conanda, a escola, a educação) voltadas para o rompimento do obscurantismo, o combate à violência presente nas relações de dominação e nas estruturas de poder, e a promoção do respeito e dos direitos humanos. (GUASCO, 2019)

É possível afirmar que a unidade 9 está em uma relação de Conclusão com o conteúdo anterior do título primeiramente pela sua adjacência em relação à unidade 8, que traz uma interpretação da autora para o combate à “ideologia de gênero”, uma vez que, na relação de conclusão, “o leitor reconhece que S é uma conclusão produzida devido à interpretação de N” (PARDO, 2005, p. 137). Além disso, é a partir dessa interpretação que a autora conclui que esse processo de interferência das escolas em prol de um combate a uma suposta “ideologia de gênero” é prejudicial aos adolescentes e às crianças por deixá-los desamparados, negando “a existência do pensamento opressor, machista e homofóbico que tem sido estruturante na sociedade” (GUASCO, 2019, online). Com vistas a aumentar a crença nessa conclusão, a autora lança mão, na unidade 10, de dados que mostram o avanço das denúncias de violência sexual no país, aumento esse que, entre outros motivos, é causado pela negação do acesso das crianças e adolescentes à informação, a espaços de proteção e a uma falta de promoção dos direitos humanos promovida, em parte, pelo combate à “ideologia de gênero”.

Por fim, as últimas duas unidades de análise, bem como em outros textos analisados, trazem informações a mais a respeito da autora, informando ao leitor quem ela é, e, no caso deste texto, um comentário afirmando que o texto não reflete necessariamente a opinião da revista. Por terem caráter de informação extra para o leitor, não pertencendo diretamente ao fluxo do texto, foram identificadas duas relações multinucleares entre essas unidades e o restante do texto, ambas de Junção.

A estrutura retórica do texto R3 e a “ideologia de gênero”

O texto de Madalena Guasco se concentra nas consequências do combate à dita “ideologia de gênero”, revelando a gravidade de se interferir na educação em prol de se ir contra algo que não é cientificamente ou academicamente discutido, mas um conceito fabricado para a promoção de debates que buscam diminuir movimentos e discussões que vão contra os valores morais e religiosos de alguns grupos da sociedade (JUNQUEIRA, 2017). Guasco (2019) parte de uma situação específica para delinear essa questão, que foi o recolhimento de um material didático de Ciências do 8º ano do Ensino Fundamental por ordem do governador João Dória, alegando que o material continha um erro inaceitável e que não era aceita a “ideologia de gênero” (G1 SP, 2019). Ao longo do desenvolvimento, entre as unidades 4 e 6 do satélite da relação de Fundo com a unidade central do texto, emerge, entre as unidades 5 e 6, uma relação de Comentário, em que a autora aponta para

o fato de que, em função de um combate a algo não comprovado cientificamente, os alunos da rede estadual ficaram sem material didático e, além disso, sem acesso a informações que ajudam “a escola no combate ao bullying e à intolerância, integrando a rede de defesa e apoio à criança e adolescente” (GUASCO, 2019, online).

Louro (2014) afirma a importância de se tratar de assuntos como sexo, sexualidade e gênero na escola em função de a escola ser ela mesma um espaço de distinção dos corpos e das mentes, onde se aprendem não apenas conteúdos, mas também comportamentos, aparências, gestos etc., por mais que, atualmente, se busque negar esse processo dentro da escola. Afinal de contas, é na escola que crianças e adolescentes passam uma parte considerável do seu tempo diário. Sendo assim, as limitações, as divisões, as correções aplicadas na escola têm impacto direto na vida de crianças e adolescentes; a depender da forma como aconteçam, tal impacto pode caminhar com o indivíduo para toda a vida. Por isso, retirar da escola um material didático que discuta questões como gênero, sexo e sexualidade corresponde a retirar de pauta as origens de processos bastante enraizados na sociedade brasileira, como misoginia, homofobia, transfobia, entre muitos outros.

Isso é confirmado pela interpretação trazida pela autora na unidade 8 do texto, satélite da unidade central, que revela que, de fato, não se trata de uma preocupação genuína com a educação nem com as crianças e os adolescentes, mas, sim, com a promoção de um estado de pânico moral que distorce pautas importantes para a sociedade (MISKOLCI; CAMPANA, 2017; BORGES; BORGES, 2018), ao passo que órgãos e instituições importantes, como o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda), têm a sua estrutura alterada por meio de decretos. Além disso, a autora, ao longo da unidade global UG5, tece conclusões a respeito desse processo de inversão das prioridades, indicando que, de fato, o que acontece é uma desproteção à criança e ao adolescente ao, 1) não se discutirem questões sobre sexo, sexualidade e gênero, essenciais para a promoção dos direitos humanos no Brasil, e, 2) deixar os alunos sem acesso a conteúdos sobre aspectos como sexualidade, gravidez e ISTs, que são de relevância primária para alunos a partir do 8º ano do Ensino Fundamental.

Trata-se do retorno, como também indicado pela autora do texto analisado, a um obscurantismo no que tange às questões de gênero e sexualidade, que levam, nas entrelinhas, apenas à manutenção do poder por parte, principalmente, da Igreja Católica, que, por meio do controle dos comportamentos sexuais e ligados ao sexo biológico, reforça a sua influência e domínio sobre as pessoas. Da mesma forma, serve também a

interesses políticos, pois freia discussões que levam à promoção de direitos humanos, pauta que constantemente vai contra iniciativas menos progressistas, ignorando dados de violência a crianças e adolescentes praticados dentro de casa.

As análises dos textos E1, E2 e E3 revelam, de maneira geral, aspectos importantes sobre a emergência de relações retóricas de apresentação nesses textos. No texto E1, foi identificado um número maior de relações desse tipo: 6 de apresentação, em contraste com 2 de conteúdo e 3 multinucleares. Além da diferença entre esses números, destacamos também a presença dessas relações em níveis mais globais de texto: as relações de Fundo e Capacitação emergiram diante de conjuntos de relações retóricas, as quais se mostraram a serviço dessas duas: Elaboração e Evidência no caso da relação de Fundo; Sequência, Evidência, Analogia, Motivação e Preparação no caso da relação de Capacitação. Dessa forma, mais importante que a maior quantidade é a sua emergência de uma forma que envolve a geração de efeitos mais globais, conseqüentemente mais ligados aos propósitos da autora do texto E1. Essa questão se revela de forma mais proeminente no texto E2, em que emergiram mais relações de conteúdo (7) que de apresentação (6). Porém, as relações do segundo grupo emergiram mais em níveis globais (Preparação, Justificativa e Antítese), o que revela novamente os efeitos mais globais possivelmente almejados pelo autor. Por fim, o texto E3 revelou a emergência de uma relação de apresentação, porém com caráter global: entre as unidades 4 e 15, emergiram relações retóricas de conteúdo e multinucleares que estiveram a serviço da geração do efeito da relação de Justificativa. Portanto, percebe-se uma comprovação da hipótese inicial desta tese, dada a relevância das relações de apresentação nos textos que endossam a “ideologia de gênero”, revelando, por parte dos autores desses textos, uma intenção predominante de convencimento do leitor, seja da necessidade de tomada de ação contra essa suposta “ideologia”, ou da validade da opinião veiculada a respeito da existência dessa “ideologia” na educação e na sociedade brasileira.

Os textos R1, R2 e R3, em contrapartida, trouxeram aspectos relevantes sobre a emergência das relações de conteúdo. Os três textos apresentaram um maior número de relações desse tipo:

- Texto R1: 10 relações de conteúdo, 4 de apresentação e 1 multinuclear;
- Texto R2: 6 relações de conteúdo, 2 de apresentação e 3 multinucleares;
- Texto R3: 5 relações de conteúdo, 3 de apresentação e 1 multinuclear.

Apesar disso, analisando-se aspectos globais da emergência dessas relações, percebemos que o texto R1 possui uma estrutura retórica semelhante à do texto E3: o

grupo de relações retóricas emergentes entre as unidades 5 e 20 esteve a serviço do efeito da relação de Justificativa, uma relação de apresentação, entre 5-20 e 21-22. Entretanto, esta relação também esteve a serviço de outra mais global, que é a relação de Elaboração. Em resumo, o efeito mais global do texto foi levar o leitor ao reconhecimento de que as unidades 5-22 traziam maiores detalhes a respeito da opinião veiculada na unidade 4. No texto R2, devido ao fato de haver apenas uma sequência de unidades de análise que compôs uma macroproposição, houve uma maior emergência de relações de conteúdo, cujo efeito foi o reconhecimento, por parte do leitor, dos comentários e interpretações feitos pelo autor sobre a questão da “ideologia de gênero”. Por fim, no texto R3, houve também a emergência de uma relação de conteúdo ao final do texto, trazendo as conclusões a respeito do tema. Dessa forma, nos textos que refutam a “ideologia de gênero”, foi observada uma presença mais predominante de relações de conteúdo ao final dos textos, trazendo conclusões a respeito da opinião veiculada pelos autores. Em alguns casos, esse processo de conclusão foi alcançado por meio dos efeitos de outras relações retóricas, como no texto R3. Percebemos, portanto, uma maior preocupação dos autores com a interpretação do que representa a circulação do termo “ideologia de gênero” nas discussões sociais e políticas no Brasil, com o objetivo de trazer um maior esclarecimento desse aspecto para o leitor.

Avaliamos, por fim, as relações retóricas emergentes nos textos estudados como modos de organização desses textos. Os textos E apresentaram sequências e agrupamentos de relações retóricas cujo fim principal foi o convencimento do leitor a tomar atitudes frente à “ideologia de gênero”, ao passo que os textos R pareceram ter maior inclinação o para levar o leitor ao reconhecimento de interpretações relacionadas ao tema. Diante disso, concluímos que os grupos de textos tiveram predominâncias tipológicas diferentes. Sendo a tipologia textual um aspecto teórico definido “pela natureza linguística de sua composição {aspectos lexicais, sintáticos, tempos verbais, relações lógicas, estilo}” (MARCUSCHI, 2008, p. 154), vemos a emergência de relações retóricas de apresentação ou de conteúdo como aspectos linguísticos subjacentes aos textos, ou ainda, devido ao seu caráter funcional, aspectos pragmáticos.

Nesse sentido, Adam (2019) discorre sobre tipologias pragmáticas, orientações textuais centradas nos atos do discurso¹⁸. Narração, descrição, argumentação e explicação

¹⁸ Parece surgir, aqui, a mesma discussão a respeito dos termos “ato de fala” e “ato de discurso”, discussão sobre a qual este trabalho não irá se debruçar. Empregamos o termo “atos de discurso”, que foi o termo

correspondem, segundo o autor, não apenas a sequências com características linguísticas específicas, mas também a construções de representações esquemáticas que possuem objetivos de ação: “compartilhar uma crença com a finalidade de induzir um certo comportamento (sonhar, rir, chorar, indignar-se, revoltar-se, agir etc.)” (p. 39-40). Com isso, percebemos que as relações retóricas emergentes nos textos estudados apresentaram características tipológicas de orientação do leitor para objetivos comunicativos específicos: as relações de argumentação tiveram por objetivo levar o leitor a alguma ação, fosse ela de aceitar melhor uma opinião ou de tomar alguma atitude em relação à “ideologia de gênero”, ao passo que as de conteúdo apresentaram como objetivo levar o leitor ao reconhecimento da relação semântica entre os conteúdos veiculados nos textos, principalmente aqueles ligados a comentários e conclusões sobre o assunto.

Diante do exposto neste capítulo, trazemos a seguir as conclusões a que chegamos a partir dos resultados obtidos ao longo do estudo e dos apontamentos feitos, relacionando-os com a pergunta de pesquisa, a hipótese e os objetivos traçados.

utilizado Adam (2019), porém considerando o que foi desenvolvido ao longo deste trabalho sobre os atos de fala.

CONCLUSÃO

Este trabalho teve como tema a estrutura retórica de artigos de opinião sobre a chamada “ideologia de gênero”, termo em torno do qual existe considerável polêmica, com opiniões que, por um lado, veem validade na sua circulação diante de uma preocupação com o status de conteúdos como sexualidade, orientação sexual, gênero e identidade de gênero na educação brasileira e, por outro, enxergam a “ideologia de gênero” como uma falácia, um termo fabricado para se alcançar objetivos políticos de mobilização da população. Assim, propusemo-nos a analisar artigos de opinião que veiculassem ambas as opiniões, de modo a perceber como a estrutura retórica desses textos reflete esses posicionamentos. Com isso, buscamos responder à seguinte pergunta de pesquisa, indicada na Introdução desta tese: “Como diferentes pontos de vista a respeito do tema “ideologia de gênero” refletem diferentes organizações retóricas para artigos de opinião veiculados sobre o assunto?”.

Partimos da hipótese de que os artigos de opinião que endossam a “ideologia de gênero”, ou seja, concordam com o “conceito” atribuído ao termo, apresentam maior número de relações retóricas de apresentação, de caráter pragmático. Por sua vez, os artigos de opinião que refutam o “conceito”, ou seja, tratam o termo “ideologia de gênero” como estratégia de manipulação política e de manutenção de preconceitos, apresentam mais relações de conteúdo, de caráter semântico. Essa hipótese parte do fato de que, de maneira geral, o processo em torno da “ideologia de gênero” se pautou por um constante movimento de mobilização da população por parte tanto de setores conservadores e de extrema direita da política brasileira quanto de entidades e representantes religiosos, especificamente das Igrejas Católica e Evangélica, no sentido de barrar o avanço das discussões sobre gênero e orientação sexual na educação brasileira (MIGUEL, 2016). Dessa forma, como uma reação-resposta a esses posicionamentos, que levaram à produção, dentre outros gêneros textuais, de artigos de opinião que endossam a “ideologia de gênero”, houve a elaboração de artigos que buscaram esclarecer a questão, revelando a não cientificidade do termo e as intenções manipuladoras por trás do seu emprego, que foram os artigos que refutam a “ideologia de gênero”. Assim, partimos do pressuposto de que esses textos teriam um caráter mais explicativo, o que se refletiria na sua estrutura retórica.

O objetivo do trabalho foi, portanto, identificar os tipos de relações retóricas emergentes em cada grupo de artigos de opinião, os que endossam e os que refutam a “ideologia de gênero”, de modo a apreender aspectos da organização do texto em torno do tema. Quanto a esses tipos, Mann e Thompson (1988) definem, em princípio, dois grupos: as relações retóricas de apresentação e as de conteúdo. O primeiro grupo corresponde a relações de caráter mais pragmático, cujo efeito é levar o leitor a determinada ação, seja ela a de aceitar melhor determinado conteúdo, se sentir mais orientado ou preparado para a compreensão de um conteúdo, entre outros. Por outro lado, as relações do segundo grupo estão ligadas a um reconhecimento das relações semânticas entre conteúdos do texto. À luz da Teoria da Estrutura Retórica de nos termos de Mann e Thompson (1988), procedemos à análise conforme a metodologia indicada no Capítulo 3 deste trabalho. Diante do fato de que a RST percebe a estrutura hierárquica do texto, propusemos uma interface entre esse quadro teórico e o modelo das macroestruturas de van Dijk (1978, 1980, 1998), que observa as relações semânticas e pragmáticas não apenas no nível microestrutural do discurso, mas, principalmente, em níveis globais. A observação dessas relações globais leva, segundo o autor, a uma compreensão dos significados globais que podem ser produzidos diante da leitura do texto.

O estudo foi desenvolvido analisando-se um *corpus* composto por seis artigos de opinião: três que endossam a “ideologia de gênero” e três que a refutam. Cada artigo foi retirado de um veículo diferente, cujas informações, juntamente com as informações a respeito dos autores dos textos, compuseram a dimensão social dos artigos. Percebeu-se, em ambos os grupos de textos, que os lugares sociais dos autores foram variados. Da mesma forma, os veículos onde os textos foram publicados possuem pontos de vista diferentes de maneira geral. Em relação aos textos que endossam a “ideologia de gênero”, um veículo pertencia à esfera religiosa (Canção Nova), um à esfera política de viés conservador (Gazeta do Povo) e o outro à esfera jornalística (Correio Braziliense). Quanto aos textos que refutam, dois pertencem à esfera jornalística (UOL e CartaCapital, sendo este último de viés progressista) e o outro à esfera política (Brasil de Fato). Tais perfis, tanto dos veículos quanto dos autores, contribuíram para compor o contexto a partir do qual as análises foram feitas, de modo a se entender de que ponto de vista advinham as opiniões veiculadas.

Em relação aos artigos que endossam a “ideologia de gênero”, os resultados da análise conduzida demonstram a incidência de um maior número de relações de apresentação. As relações desse tipo encontradas nesses textos foram as seguintes:

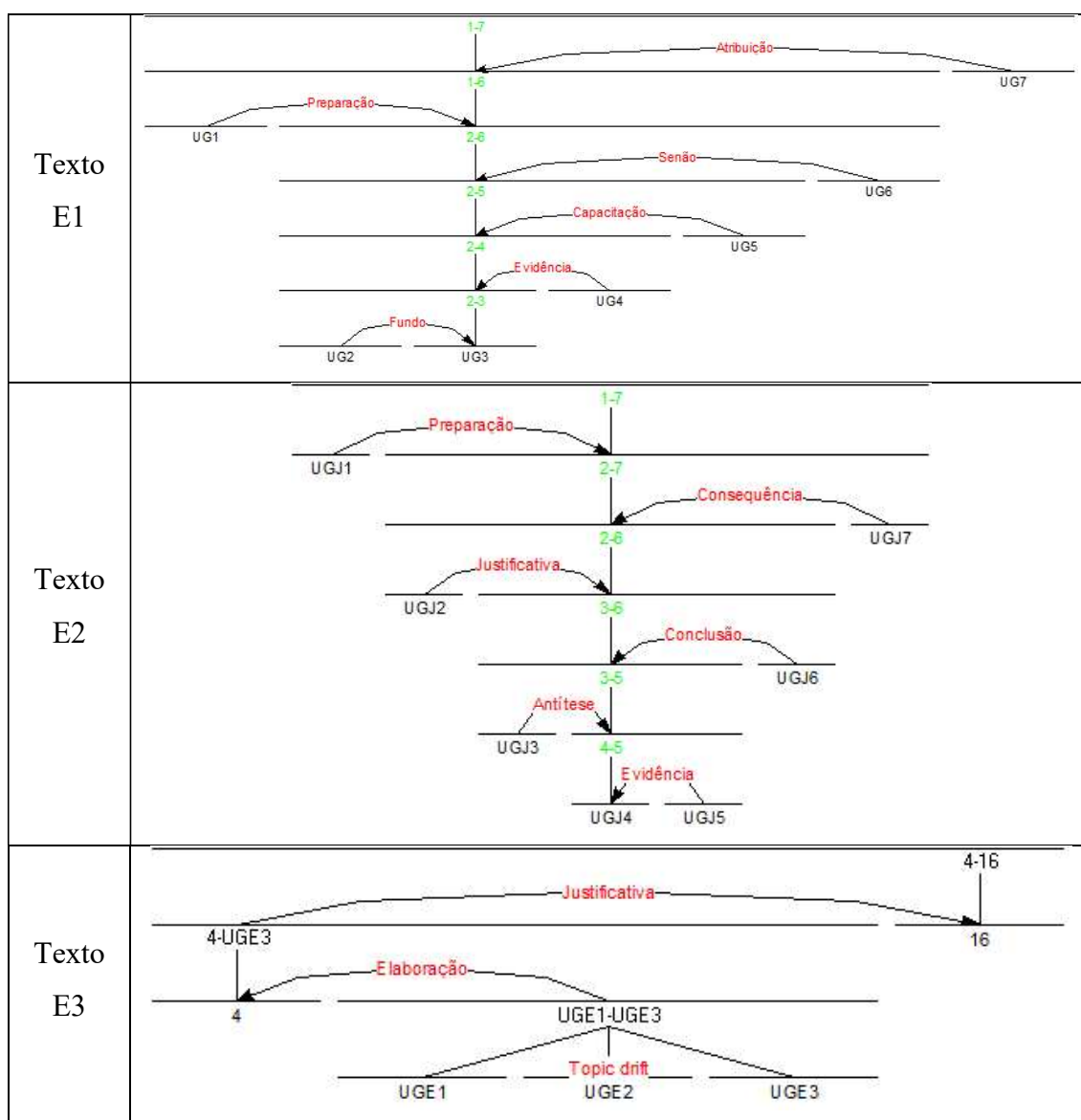
- Preparação
- Motivação
- Fundo
- Capacitação
- Evidência
- Justificativa
- Concessão
- Reformulação
- Antítese

As relações de Fundo e Preparação compuseram, em geral, o movimento de engajamento do leitor nesses textos, buscando deixá-lo mais inclinado para aceitar a opinião veiculada na unidade central de cada texto. Tal fato corrobora o que foi observado por Correia (2018), que aponta como característica prototípica do gênero artigo de opinião a abertura do texto por meio de relações de Atribuição e Preparação.

As outras relações identificadas foram encontradas, por sua vez, compondo tanto o movimento dialógico de refutação quanto o de interpelação. Entretanto, a principal característica identificada é o fato de que essas relações emergiram com maior recorrência entre porções globais de texto. Quando comparamos os três diagramas globais utilizados em nossa análise, conforme o Quadro 6 a seguir, percebemos esse fato.

Como mencionado no Capítulo 4, nos textos E2 e E3 não foi realizada a análise do nível hierárquico global mais alto do texto, uma vez que a unidade central se encontrava ou no início (texto E3) ou no final (texto E2). Com isso, observou-se a porção de texto de maior complexidade, onde grupos de relações retóricas operaram de forma efetiva no desenvolvimento do texto. No caso do texto E2, isso ocorreu entre as unidades de 4 a 20, que compuseram o satélite da relação de Justificativa. Em relação ao texto E3, isso ocorreu entre as unidades de 5 a 15, que compuseram o satélite da relação de Elaboração.

Observando o Quadro 6, é possível perceber a emergência de relações retóricas de apresentação nos níveis globais dos textos, as quais contribuem para o efeito global plausivelmente almejado pelos autores, nos termos da RST. No texto E1, concluímos que as relações de Evidência (entre as unidades 3-8 e 9-11) e Capacitação (entre as unidades 3-11 e 12-17) estiveram a serviço do movimento dialógico de interpelação do leitor. No primeiro caso, a apresentação de trechos da BNCC onde supostamente havia “ideologia de gênero” busca aumentar a aceitação, por parte do leitor, da opinião veiculada; no segundo caso, informações a respeito de uma plataforma onde seria possível demandar a retirada das questões de gênero da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) tiveram por objetivo tornar o leitor capacitado para tomar tal ação.

Quadro 6 – Comparação entre diagramas globais dos textos E

Fonte: Elaborado pelo autor.

No texto E2, a relação de Justificativa entre as unidades 5-6 e 7-15 tem por efeito a autorização da opinião do autor, por meio da explicação de que não se trata de ignorar os direitos humanos, mas que negar a biologia invalida o processo de não diferenciação das pessoas, o que supostamente quer a “agenda de gênero”. Emergiu também, nesse texto, uma relação de Antítese entre as unidades 7-10 e 11-13, em que o autor refuta os aspectos sobre gênero defendidos pelos “ideólogos do gênero” de forma a aumentar a atitude positiva do leitor em relação à supremacia que o aspecto biológico deve ter sobre todos os outros. Por fim, no texto E3, a relação de Justificativa entre as unidades 4-15 e 16 explicita o objetivo do autor de validar a sua opinião, veiculada no último parágrafo do texto, por meio de argumentos baseados na Bíblia e em eventos da Igreja Católica.

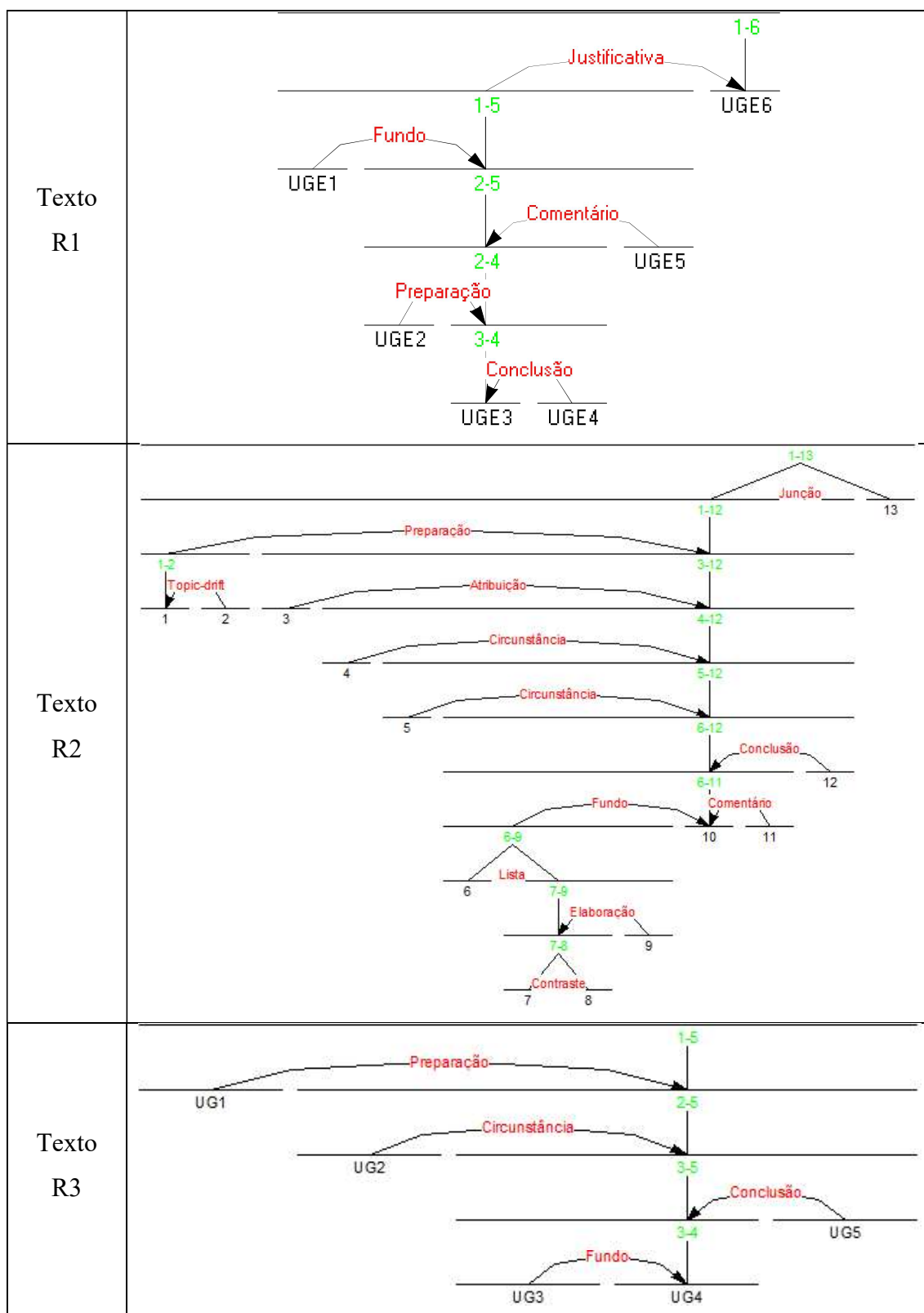
Dessa forma, percebe-se como essencial o papel das relações de apresentação nos textos que endossam a “ideologia de gênero”, que operaram principalmente nos níveis mais globais desses textos, revelando o seu caráter mais mobilizador em relação ao leitor. Isso confirma parcialmente a hipótese apresentada no início desta tese, de que esses textos apresentariam mais relações retóricas de apresentação.

Nos textos que refutam a “ideologia de gênero”, foi observada a emergência de um maior número de relações de conteúdo. As relações desse tipo encontradas nesse grupo de textos foram as seguintes:

- Atribuição
- Circunstância
- Elaboração
- Comentário
- Avaliação
- Consequência
- Explicação-argumentativa
- Parentética
- Pergunta-Resposta
- Conclusão
- Interpretação

De maneira semelhante aos textos E, o movimento de engajamento do leitor nos textos R foi marcado por relações de apresentação, que buscavam orientar e deixar o leitor mais interessado no conteúdo do texto. Isso ocorreu em todos os textos do segundo tipo, com a emergência principalmente das relações de Preparação e Fundo, tanto de forma global quanto local (no caso do texto R2, que apresentou uma estrutura global apenas em um trecho). Por outro lado, as relações de conteúdo foram encontradas tanto em níveis globais quanto locais de texto, com maior presença ao longo do movimento de interpelação do leitor. O quadro a seguir permite a comparação entre os diagramas globais dos textos R1 e R3, e o diagrama do texto R2:

Quadro 7 – Comparação entre diagramas globais dos textos R



Fonte: Elaborado pelo autor.

O texto R1 apresentou a mesma característica em relação à sua estrutura retórica que os textos E2 e E3. Nele, a unidade central correspondeu à unidade 4, título auxiliar

do texto, sendo que as unidades 5 a 22 restantes compuseram o satélite da relação de Elaboração com essa unidade 4. Com isso, a estrutura global estudada foi o satélite dessa relação, que apresentou uma estrutura hierárquica global mais complexa. Por sua vez, o texto R2 não apresentou uma hierarquia entre unidades de análise ao longo de todo o texto, apenas entre as unidades 6 e 9. Por isso, nesse caso, foi analisada a sua microestrutura, tendo os parágrafos como unidade de análise.

Isso posto, percebemos como as relações retóricas de conteúdo emergiram nesses textos, tanto no nível micro quanto no macroestrutural. No texto R1, entre as unidades 10-17 e 18-20 emergiu uma relação de Comentário, ao passo que, entre as unidades 5-20 e 21-22, emergiu uma relação de Conclusão. No caso da relação de Comentário, o leitor reconhece que as unidades 19-20 correspondem a uma percepção subjetiva do autor sobre o quão pouco as pessoas têm acesso a informações biológicas a respeito das questões de gênero e orientação sexual, o que leva a visões preconceituosas sobre os assuntos. Já a relação de Conclusão teve por efeito uma interpretação sobre o fato: uma vez que que muitas pessoas não têm acesso à informação, “vários demagogos se apropriam do preconceito social” (VARELLA, 2019, online) e politizam esse preconceito, amplificando-o por meio de termos como “ideologia de gênero”.

O texto R2 teve comportamento semelhante ao texto R1, tendo, no seu movimento de interpelação do leitor, as relações de Comentário (entre as unidades 10 e 11) e de Conclusão (entre as unidades 6-11 e 12). No primeiro caso, o autor traz a sua percepção subjetiva a respeito do fato de o maior aparecimento de pessoas LGBTQIA+ na sociedade ter promovido os estudos de gênero na sociedade e na mídia. No segundo, há uma interpretação sobre o avanço da questão da “ideologia de gênero” e sobre a verdadeira definição do que são as questões de gênero e sexualidade. Por fim, na estrutura global do texto R3, emergiram apenas duas relações de conteúdo, tendo a primeira ocorrido no Bloco Informacional 1 (Circunstância). A outra é uma relação de Conclusão entre as unidades 4-8 e 9-10. Entre essas porções, a autora do texto R3 interpreta a situação ocorrida em São Paulo, em relação ao recolhimento de livros de escolas municipais supostamente contendo “ideologia de gênero”, revelando a natureza ultraconservadora desse procedimento.

Concluimos, portanto, que, nos textos R, ou seja, aqueles que refutam a “ideologia de gênero”, emergiram principalmente relações retóricas de conteúdo que promoveram uma conexão entre informações do texto, de modo que o leitor reconheça o processo de interpretação das informações e as percepções subjetivas dos autores.

Tais aspectos referentes aos diferentes tipos de texto são relevantes para um entendimento do panorama da “ideologia de gênero” no Brasil, ainda que esta pesquisa não tenha se proposto a maiores aprofundamentos nos aspectos sociológicos ou políticos relativos a esse tema. Respondendo à pergunta de pesquisa “Como diferentes pontos de vista a respeito do tema ‘ideologia de gênero’ refletem diferentes organizações retóricas para artigos de opinião veiculados sobre o assunto?”, elaborada no início desta tese, identificamos que esse reflexo ocorre, de fato, de formas diferentes em cada tipo de texto. Embasando-nos no que afirma Junqueira (2017), é possível concluir que os textos que endossam a “ideologia de gênero”, ao mobilizar o leitor a agir contra as questões de gênero na BNCC ou levar o leitor a perceber como sua opinião é autorizada a partir das informações que apresenta no texto, ajudam a promover uma polemização das questões de gênero, bem como uma cristalização de um rótulo político, empregado com a intenção de ridicularizar, intimidar e ameaçar atores políticos que almejam promover uma educação inclusiva em relação a identidades de gênero e orientações sexuais. Conforme afirmado anteriormente, isso levanta reações-resposta de outros atores, os quais buscam esclarecer a dita “ideologia de gênero”, fazendo conexões entre informações e mostrando a falácia por detrás do termo.

Percebemos, assim, como a análise da estrutura retórica dos textos contribui para o debate de uma questão social, indicando os movimentos que os autores dos textos realizam para alcançar seus objetivos em relação ao tema. Trata-se, portanto, de uma estrutura textual que está a serviço de aspectos pragmáticos de um diálogo com o leitor, a serem alcançados em maior ou menor medida de acordo com os conhecimentos desse leitor. Entretanto, é válido ressaltar que se trata de uma análise plausível nos termos da RST, haja vista que não temos acesso direto ao autor nem ao leitor. O analista é, nesse caso, um leitor, que compreende o texto a partir do seu contexto socio-histórico e cultural. Conforme Dell’Isola (2001), “a compreensão do texto é variável de um indivíduo para o outro. Um texto é capaz de evocar uma multiplicidade de leituras em diferentes leitores, ou em um mesmo leitor em diferentes épocas ou ocasiões” (p. 36). Portanto, ao observar os contextos de produção e outros elementos envolvidos no processo de leitura dos textos, o analista traz uma visão plausível dos possíveis efeitos que o texto pode ter no leitor.

Percebemos então, como afirmam Fuchs e Giering (2008), a existência de grande contribuição da Teoria da Estrutura Retórica não apenas para a geração automática de textos, processo que estimulou a elaboração da teoria, mas também para a análise textual. Por meio das conclusões a que chegamos, pudemos identificar como a análise da estrutura

retórica de um texto pode auxiliar no processo de interpretação textual e, principalmente, a identificar os objetivos comunicativos de um autor. Isso pode ter implicações, por exemplo, no desenvolvimento de uma leitura crítica de textos, o que pode trazer importantes avanços nos debates a respeito de temas polêmicos, como a “ideologia de gênero”.

De forma semelhante, este trabalho nos permitiu identificar as importantes contribuições do modelo das macroestruturas de van Dijk (1980) para o quadro teórico da RST e, conseqüentemente, para a análise e a compreensão textual em si. No texto de Mann e Thompson (1988), os autores já apontavam para o fato de que as relações retóricas não se davam apenas no nível microestrutural, mas também nas combinações entre orações, o que revela o caráter hierárquico do texto. Entretanto, isso é pouco explorado na teoria, sendo trabalhado em outros estudos, como Fuchs e Giering (2008). Outro aspecto é a comparação entre os efeitos das relações retóricas e a Teoria dos Atos de Fala, de Austin (1990), aproximação essa que foi percebida como plausível ao longo da pesquisa e que merece aprofundamento em pesquisas futuras.

Ao longo da execução desta pesquisa, percebeu-se como importante que uma nova compilação das relações retóricas trabalhadas no quadro teórico da RST seja realizada. Vários trabalhos elencaram as relações retóricas encontradas em diferentes estudos (CARLSON; MARCU, 2001; PARDO, 2005; CAIXETA, 2015; CORREIA, 2018). Entretanto, a ausência de uma uniformidade nas definições das relações dificulta o processo de análise. Assim, para uma maior contribuição com o quadro teórico, faz-se necessário um estudo que promova essa uniformização. Nesse mesmo sentido, percebemos como relevante, no futuro, um estudo mais profundo a respeito da diferenciação entre relações de apresentação e de conteúdo. Essa taxonomia se mostrou de grande importância para a interpretação textual, haja vista que os seus diferentes tipos de efeitos (o de levar o leitor a uma ação ou a uma percepção das relações semânticas entre conteúdos do texto) interferem diretamente no processo de compreensão dos sentidos do texto.

Chamamos a atenção para a importância e implicações da RST para a educação, em especial nas análises textuais, haja vista que ela se mostra um elemento importante para o ensino de compreensão textual. De maneira semelhante, a teoria se mostra também relevante para o ensino da produção de texto, tendo em vista que se torna possível mostrar ao estudante como ele pode organizar o seu texto retoricamente para atingir os objetivos comunicativos com os textos que elabora. Exemplos de pesquisas nesse caminho são

Sampaio (2017), que aborda a Teoria da Estrutura Retórica como um quadro teórico relevante para trabalhar a leitura em sala de aula, e Cavalcante Filho e Nogueira (2020), que tratam da estrutura retórica de redações do Enem. O trabalho que ora apresentamos, por sua vez, revelou poder contribuir para o trabalho com o artigo de opinião em sala de aula, especialmente no que tange à compreensão textual.

Finalmente, destacamos as contribuições desta tese para os estudos do texto, tanto no quadro da Teoria da Estrutura Retórica quanto da Linguística Textual, bem como para novas pesquisas que se tornam possíveis com este estudo. Identificamos, neste trabalho, a importância de se tratar as diferentes teorias linguísticas como complementares, haja vista o avanço que os estudos da macroestrutura textual trazem para a RST e vice-versa. Assim, apontamos o espaço que se abre para pesquisas que desenvolvam tais estudos. Além disso, identificamos ainda pontos em que a própria RST, um quadro teórico já bastante desenvolvido, carece de aprofundamento, como novos estudos sobre as relações retóricas e a sua relação com a Teoria dos Atos de Fala e maior exploração do campo Efeito. Maior destaque merece a abordagem da natureza das relações retóricas como um aspecto tipológico dos textos. Trata-se de um avanço importante na percepção de como as relações retóricas de apresentação e conteúdo indicam aspectos da organização do texto, refletindo objetivos de ação para com o leitor, fato que merece investigações mais profundas em pesquisas futuras.

REFERÊNCIAS

ADAM, J.-M. *A linguística textual: introdução à análise textual dos discursos*. São Paulo: Cortez, 2011.

_____. *Textos: tipos e protótipos*. São Paulo: Contexto, 2019.

ANDRADE, K. CartaCapital Mídia Kit. CartaCapital, São Paulo, 2021. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/wp-content/uploads/2021/08/CartaCapital-MediaKit-202108.pdf>>. Acesso em: 27 dez. 2021.

ARMENGAUD, F. *A pragmática*. São Paulo: Parábola Editorial, 2006.

ANTONIO, J. D. Detecting central units in argumentative answer genre: signals that influence annotators' agreement. In: 5TH WORKSHOP 'RST AND DISCOURSE STUDIES', 2015, Alicante, Espanha. *Actas del XXXI Congreso de la Sociedad Española para el Procesamiento del Lenguaje Natural*, 2015.

_____. Mecanismos utilizados pelos destinatários do discurso para identificação de relações de coerência não sinalizadas por conectores. *D.E.L.T.A.*, São Paulo, v. 1, n. 33, p. 79-108, 2017.

ANTONIO, J. D.; SANTOS, K. R. C.; SILVA, D. P.; MORESCHI, C. C. Identificação da unidade central de textos dissertativo-argumentativos em contexto de avaliação. *Calidoscópio*, São Leopoldo, v. 15, n. 3, p. 490-499, 2017.

ANTONIO, J. D.; SANTOS, S. L. C. A importância da identificação da unidade central para a definição da superestrutura de textos do gênero carta aberta em contexto de avaliação. In: ANTONIO, J. D.; MÓDOLO, M. (orgs). *Espanhol, Línguas indígenas e Português: Múltiplos enfoques funcionalistas*. São Paulo: FFLCH, 2020.

AUSTIN, John L. *Quando dizer é fazer*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990.

BAKHTIN, M. *Questões de literatura e de estética: A teoria do romance*. 7. ed. São Paulo: Editora Hucitec, 2010.

_____. *Os gêneros do discurso*. São Paulo: Editora 34, 2016.

BARBOSA, M. Bolsonaro quer proibir ideologia de gênero das escolas através de projeto de lei. *Congresso em Foco*, Brasília, 2019. Disponível em: <<https://congressoemfoco.uol.com.br/educacao/bolsonaro-quer-proibir-ideologia-de-genero-das-escolas-atraves-de-projeto-de-lei/>>. Acesso em: 23 jul. 2021.

BASÍLIO, A. L. Doria vai recolher material didático de escolas por ‘ideologia de gênero’. *Carta Capital*, online, 2019. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/educacao/doria-vai-recolher-material-didatico-de-escolas-por-ideologia-de-genero/>>. Acesso em: 23 jul. 2021.

BAUER, M. W.; AARTS, B. A construção do *corpus*: Um princípio para a coleta de dados qualitativos. In: BAUER, M. W.; GASKELL, G. (orgs.). *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: Um manual prático*. 13. ed. Petrópolis: Vozes, 2015.

BERNARDEZ, E. Las macroestructuras textuales como objeto del estudio lingüístico. In: I JORNADAS DE LENGUA Y LITERATURA INGLESA Y NORTEAMERICANA, 1989, Zaragoza. *Actas...* Logroño: Colegio Universitario de La Rioja, 1990. p. 107-119.

_____. *Teoría y epistemología del texto*. Madrid: Cátedra, 1995.

BORGES, R. O.; BORGES, Z. N. Pânico moral e ideologia de gênero articulados na supressão de diretrizes sobre questões de gênero e sexualidade nas escolas. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, v. 23, 2018.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Projeto de Lei nº 6.583, de 2013. Dispõe sobre o Estatuto da Família e dá outras providências. Brasília: Câmara dos Deputados, 2013. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=597005>>. Acesso em: 27 jun. 2021.

_____. Base Nacional Comum Curricular. Ministério da Educação/MEC: 2017. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=79601-anexo-texto-bncc-reexportado-pdf-2&category_slug=dezembro-2017-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: 11 jun. 2021.

_____. Câmara dos Deputados. Projeto de Lei nº 10.577, de 2018. Altera o art. 3º da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para proibir a disseminação da ideologia de gênero nas escolas do Brasil. Brasília: Câmara dos Deputados, 2018. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2181575>>. Acesso em: 10 jul. 2021.

CAIXETA, G. F. *Que bom, que bom, ai, que bom!:* da existência da relação retórica de interjeição. 2015. Tese (Doutorado em Estudos Linguísticos) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2015.

CAMPOS, R. C. S. *Anunciou: vendeu???* O anuncia publicitário na mídia impressa e os mecanismos de sua construção como gênero. 2012. Tese (Doutorado em Estudos Linguísticos) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2012.

CARVALHO, M. C.; SÍVORI, H. F. Ensino religioso, gênero e sexualidade na política educacional brasileira. *Cardenos Pagu*, Campinas, v. 50, 2017.

CARLSON, L.; MARCU, D. *Discourse Tagging Reference Manual*. Seattle: ISI Technical Report. ISITR-545, 2001.

CAVALCANTE FILHO, L. A.; NOGUEIRA, M. T. A estrutura retórica de uma redação do Enem. *Revista (Con)Textos Linguísticos*, Vitória, v. 14, n. 28, 2020.

CESAR, P. P. *Correio Braziliense: um jornal a serviço do leitor?* 2006. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Comunicação Social) – Centro Universitário de Brasília, Brasília, 2006.

CHADE, J.; TREVISAN, M. C. Governo usa "família" para combater o que chama de "ideologia de gênero". *UOL*, São Paulo, 2021. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/colunas/jamil-chade/2021/04/17/governo-usa-familia-para-impor-politicas-contrai-ideologia-de-genero.htm>>. Acesso em: 27 jun. 2021.

CHAFE, W. L. *Discourse, consciousness, and time: the flow and displacement of conscious experience in speaking and writing*. Chicago: The University of Chicago Press, 1994, 327p.

CORREIA, M. R. F. R. *Estrutura retórica do texto e a articulação de orações no artigo de opinião: uma abordagem funcionalista*. 2011. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2011.

_____. *A organização textual do gênero artigo de opinião: uma abordagem à luz da teoria da estrutura retórica e da teoria das seqüências textuais*. 2018. Tese (Doutorado em Estudos Linguísticos) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2018.

COSTA VAL, M. G. *Produção escrita: trabalhando com gêneros textuais – caderno no professor*. Belo Horizonte: Ceale/FaE/UFMG, 2007. 68 p.

CUNHA, G. X. A articulação discursiva do gênero artigo de opinião à luz de um modelo modular de análise do discurso. *Filologia e linguística portuguesa*, São Paulo, v. 1, n. 14, p. 73-97, 2012.

CUNHA, C. F.; CINTRA, L. F. L. *Nova gramática do português contemporâneo*. 6. ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2014. 921 p.

DECAT, M. B. N. Por uma abordagem da (in)dependência de cláusulas à luz da noção de “unidade informacional”. *SCRIPTA*, Belo Horizonte, v. 2, n. 4, 1999. p. 23-38

_____. “Restrições de ilhas” revisitadas: uma abordagem funcionalista à luz da noção de “unidade de informação”. *Gragoatá*, Niterói, n. 21, p. 133-146, 2006.

_____. A noção de unidade informacional no tratamento da subordinação. *Veredas online*, Juiz de Fora, v. 18, n. 2, p. 123-135, 2014.

_____. A plausibilidade interpretativa de relações retóricas sobrepostas na articulação de orações no português brasileiro. In: V SIMELP – SIMPÓSIO MUNDIAL DE ESTUDOS DA LÍNGUA PORTUGUESA, 2017, Lecce. *De volta ao futuro da língua portuguesa: Atas do V SIMELP - Simpósio Mundial de Estudos da Língua Portuguesa*. Lecce: Università del Salento, 2017. Disponível em: <<http://sibaese.unisalento.it/index.php/dvaf/issue/current>>. Acesso em: 06 jun. 2021.

Definição das Relações. Desenvolvido por William Mann e Maite Taboada, 2021[2005]. Apresenta as definições das relações retóricas à luz da Teoria da Estrutura Retórica. Disponível em: <<http://www.sfu.ca/rst/07portuguese/definitions.html>>. Acesso em: 31 ago. 2021.

DELL'ISOLA, R. L. P. *Leitura: inferências e contexto sociocultural*. Belo Horizonte: Formato Editorial, 2001.

_____. *Retextualização de gêneros escritos*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2007.

FALCÃO, D. J. F. Artigo: A ideologia de gênero. *Correio Braziliense*, Brasília, 2019. Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/opiniao/2019/09/07/internas_opiniao,781246/artigo-a-ideologia-do-genero.shtml>. Acesso em: 20 mai. 2021.

FARIAS, W. S. Compreensão e resumo de textos: alguns aspectos teóricos e experimentais. *Revista de Letras*, Fortaleza, v. 1/2, n. 22, p. 103-110, 2000.

FAVRETTO, A. Por que a Base Nacional Curricular Comum (BNCC) devia preocupar as famílias brasileiras? *Gazeta do Povo*, Curitiba, 2017. Disponível em: <<https://www.semprefamilia.com.br/educacao-dos-filhos/por-que-a-base-nacional-curricular-comum-bncc-devia-preocupar-as-familias-brasileiras/>>. Acesso em: 27 set. 2020.

FERRARI, H. Bolsonaro diz que ideologia de gênero é do ‘capeta’ em Marcha para Jesus. *Correio Braziliense*, Brasília, 2019. Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/politica/2019/08/10/interna_politica,776530/bolsonaro-diz-que-ideologia-de-genero-e-do-capeta-em-marcha-para-jesus.shtml>. Acesso em: 23 jul. 2021.

FERRAZ, C. A. Ideologia de gênero: obscurantismo e ameaça à liberdade? *Gazeta do Povo*, Curitiba, 2020. Disponível em: <<https://www.gazetadopovo.com.br/opiniaio/artigos/ideologia-de-genero-obscurantismo-e-ameaca-a-liberdade/?#success=true>>. Acesso em: 20 mai. 2021.

FERRIRA, Y. Projeto de ‘ideologia de gênero’ volta ao radar do governo federal após veto no STF. *Hypeness*, online, 2020. Disponível em: <<https://www.hypeness.com.br/2020/05/projeto-de-ideologia-de-genero-volta-ao-radar-do-governo-federal-apos-veto-no-stf/>>. Acesso em: 25 ago. 2021.

FORD, C. E. Overlapping relations in text structure. In: SECOND ANNUAL MEETING OF THE PACIFIC LINGUISTIC CONFERENCE, 1986, Eugene. *Proceedings...* Eugene: Univeristy of Oregon, 1986.

FINCO, N. Filósofa Judith Butler é agredida em Congonhas antes de deixar São Paulo. *Época*, Rio de Janeiro, 2017. Disponível em: <<https://epoca.oglobo.globo.com/cultura/noticia/2017/11/filosofo-judith-butler-e-agredida-em-congonhas-antes-de-deixar-sao-paulo.html>>. Acesso em: 10 jul. 2021.

FONTEL, E. S. *O gênero crônica: um estudo sob o enfoque da teoria da estrutura retórica em interface com a linguística textual*. 2019. Tese (Doutorado em Estudos Linguísticos) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2019.

FUCHS, J. T.; GIERING, M. E. A Importância da Consideração de Aspectos Funcionais do Texto para a Eficiência de Análises RST. *Revista Intercâmbio*, São Paulo, v. XVII, p. 225-245, 2008.

FURLANI, J. *Existe “ideologia de gênero”?* São Paulo: A Pública, 2016. Entrevista concedida a Andrea Dip.

G1 CE. Travesti Dandara foi apedrejada e morta a tiros no Ceará, diz secretário. *G1*, Fortaleza, 2017. Disponível em: <<http://g1.globo.com/ceara/noticia/2017/03/apos-agressao-dandara-foi-morta-com-tiro-diz-secretario-andre-costa.html>>. Acesso em: 09 jul. 2021.

G1 SP. Doria manda recolher apostila de ciência que fala sobre diversidade sexual: 'Não aceitamos apologia à ideologia de gênero'. *G1*, São Paulo, 2019. Disponível em: <<https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2019/09/03/doria-manda-recolher-livros-de-ciencia-que-fala-sobre-diversidade-sexual-nao-aceitamos-apologia-a-ideologia-de-genero.ghtml>>. Acesso em: 28 dez. 2021.

GAMBERINI, P. Antropologia cristiana e complementarità dei sessi. *Settimana News*, Bologna, 2020. Disponível em: <<http://www.settimananews.it/teologia/antropologia-cristiana-complementarieta-dei-sessi/>>. Acesso em: 19 dez. 2021.

GAZETA DO POVO. *As convicções editoriais da Gazeta do Povo em resumo*. Curitiba, 2019. Disponível em: <<https://especiais.gazetadopovo.com.br/100-anos/conviccoes-editoriais-gazeta-povo-resumo/?ref=explore>>. Acesso em: 25 ago. 2021.

GARCIA, O. M. *Comunicação em prosa moderna*. 27. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.

GRANVILLE, R. A. An algorithm for high-level organization of multi-paragraph texts. *Intentionality and Structure in Discourse Relations: Proceedings of ACL Workshop on Intentionality and Structure in Discourse Relations*. Columbus: Ohio State University, 1993. p. 19-22.

GROSZ, B.; SIDNER, C. Attention, Intentions, and the Structure of Discourse. *Computational Linguistics*, Cambridge, v. 12, n. 3, 1986.

GUASCO, M. A cruzada contra a “ideologia de gênero” desprotege crianças e adolescentes. *Carta Capital*, online, 2019. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/opiniaio/a-cruzada-contra-a-ideologia-de-genero-desprotege-criancas-e-adolescentes/>>. Acesso em: 20 mai. 2021.

HALLIDAY, M. A. K.; MATTHIESSEN, C. M. I. M. *Halliday's Introduction to Functional Grammar*. 4. ed. New York: Routledge, 2014.

IDEOLOGIA. In: DICIONÁRIO Aurélio. Disponível em: <<https://editorapositivoaurelio.page.link?apn=br.com.editorapositivo.aurelio&ibi=https%3A%2F%2Feditorapositivoaurelio.page.link&link=https%3A%2F%2Feditorapositivo.aurelio.page.link%2Fentry%2F74257>>. Acesso em: 26 dez. 2021.

_____. In: DICIONÁRIO Michaelis. Disponível em: <<https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/>>. Acesso em: 27 jun. 2021.

IRUSKIETA, M.; ILARRAZA, A. D.; LERSUNDI, M. The annotation of the Central Unit in Rhetorical Structure Trees: A Key Step in Annotating Rhetorical Relations. In: INTERNATIONAL CONFERENCE ON COMPUTATIONAL LINGUISTICS, 25, Dublin, 2014. *Proceedings...* Dublin, COLING, p. 466-475.

IRUSKIETA, M.; ILARRAZA, A. D.; LABAKA, G.; LERSUNDI, M. 2015. The Detection of Central Units in Basque scientific abstracts. In: CONGRESO DE LA SOCIEDAD ESPAÑOLA DEL PROCESAMIENTO DEL LENGUAJE NATURAL, XXXI, Alicante, 2015. *Actas...* Alicante, SEPLN.

IRUSKIETA, M.; LABAKA, G.; ANTONIO, J. D. Detecting the central units in two different genres and languages: a preliminary study of Brazilian Portuguese and Basque texts, *Procesamiento del Lenguaje Natural*, Jaén, n. 56, 2016, pp. 65-72.

JUBRAN, C. S. O tópico discursivo. In: JUBRAN, C. S. (org). *Gramática do português culto falado no Brasil Volume 1: A construção do texto falado*. São Paulo: Contexto, 2015. p. 85-126.

JUNQUEIRA, R. D. “Ideologia de gênero”: a gênese de uma categoria política reacionária – ou: a promoção dos direitos humanos se tornou uma “ameaça à família natural”? In: RIBEIRO, P. R. C.; MAGALHÃES, J. C. (orgs.) *Debates contemporâneos sobre Educação para a sexualidade*. Rio Grande: Editora da FURG, 2017.

KERGOAT, D. Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. In: HIRATA, H.; LABORIE, F.; LE DOARÉ, H.; SENOTIER, D. (Orgs.) *Dicionário Crítico do Feminismo*. São Paulo: EDUNESP, p. 67-75, 2009.

KINTSCH, W.; VAN DIJK, T. A. *Strategies of discourse comprehension*. San Diego: Academic Press, 1983.

_____. Cognitive psychology and discourse: recalling and summarizing stories. In: SINGER, H.; RUDELL, R. (eds.). *Theoretical models and processes of reading*. Newark: IRA, 1985, p. 794-812.

KOCH, I. G. V. *Desvendando os segredos do texto*. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2015.

KOCH, I. G. V.; ELIAS, V. M.. *Ler e compreender: os sentidos do texto*. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2018.

KÖCHE, V. S.; BOFF, O. M. B.; MARINELLO, A. F. *Leitura e produção textual: gêneros textuais do argumentar e do expor*. Petrópolis: Vozes, 2014.

LAVOR, T. ‘Meu filho vivia sendo humilhado’: caso Dandara expõe tragédia de viver e morrer travesti no Brasil. *BBC Brasil*, Fortaleza, 2017. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-39227148>>. Acesso em: 09 jul. 2021.

LEITE, F. T. *Metodologia Científica: métodos e técnicas de pesquisa: monografias, dissertações, teses e livros*. Aparecida: Ideias & Letras, 2008.

LOURO, G. L. *Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista*. Petrópolis: Vozes, 2014.

MACHADO, M. D. C. O discurso cristão sobre a “ideologia de gênero”. *Revista de Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 26, n. 2, 2018.

MANN, W. C.; THOMPSON, S. A. *Relational propositions in discourse*. Los Angeles: University of South California, 1983.

_____. *Rhetorical Structure Theory: A Theory of Text Organization*. *ISI Reprint Series*, Marida del Rey, v. 87, n. 190, 1987.

_____. *Rhetorical Structure Theory: toward a functional theory of the text organization*. *Text*, v. 8, n. 3, 1988, p. 243-281. Disponível em: <<https://www.sfu.ca/rst/05bibliographies/reports.html>>. Acesso em: 19 mai 2021.

MARCU, D. Discourse trees are good indicators of importance in text. In: MANI, I.; MAUBURY, M. T. (eds). *Advances in Automatic Text Summarization*. Cambridge: The MIT Press, 1999. p. 123–136.

MARCUSCHI, L. A. *Produção textual, análise de gêneros e compreensão*. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

MIGUEL, L. F. Da “doutrinação marxista” à “ideologia de gênero” - Escola sem Partido e as leis da mordada no parlamento brasileiro. *Revista Direito e Práxis*, Rio de Janeiro, v. 7, n. 15, p. 590-621, 2016.

MISKOLCI, R. Exorcizando um fantasma: os interesses por trás do combate à “ideologia de gênero”. *Cardenos Pagu*, Campinas, v. 53, 2018.

MISKOLCI, R.; CAMPANA, M. “Ideologia de gênero”: notas para a genealogia de um pânico moral contemporâneo. *Revista Sociedade e Estado*, Brasília, v. 32, n. 3, 2017.

MORAES, O. B. *Resumo de artigo de opinião na perspectiva dos estudos linguísticos da microestrutura e da macroestrutura textual*. 2017. Dissertação (Mestrado em Língua Portuguesa) – Faculdade de Filosofia, Comunicação, Letras e Artes, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2017.

NASCIMENTO, L. Qual ideologia de gênero? A emergência de uma teoria religiosa fundamentalista e seus impactos na democracia. *Albuquerque – Revista de História*, Aquidauana, v. 7, n. 13, p. 85-100, 2015.

NASCIMENTO, N. Mortes de travestis e transexuais são subnotificadas no Brasil, apontam ativistas. *Brasil de Fato*, São Paulo, 2017. Disponível em: < <https://www.brasildefato.com.br/2017/03/20/mortes-de-travestis-e-transexuais-sao-subnotificadas-no-brasil-apontam-ativistas>>. Acesso em: 09 jul. 2021.

NOGUEIRA, L. Artigo | Existe “ideologia de gênero”? *Brasil de Fato*, Belo Horizonte, 2019. Disponível em: < <https://www.brasildefatomg.com.br/2019/01/23/artigo-or-existe-ideologia-de-genero>>. Acesso em: 20 mai. 2021.

O'DONNELL, M. J. RSTTool 2.4: A markup tool for Rhetorical Structure Theory. In: FIRST INTERNATIONAL CONFERENCE ON NATURAL LANGUAGE GENERATION, Mitzpe Ramon, 2000. *Proceedings...* Mitzpe Ramon, Association for Computational Linguistics. Disponível em: <<http://www.researchgate.net/publication/234777252>>. Acesso em 06 jul. 2021.

OLIVEIRA, J. V. C. *A perspectiva textual-discursiva da linguagem no estudo de artigos jornalísticos de opinião: abordagens na mídia e no ensino*. 2017. Tese (Doutorado em Estudos Linguísticos) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2017.

PARDO, T. A. S. *Métodos para análise discursiva automática*. 2005 (211 f.) Tese (Doutorado em Ciências – Ciências de Computação e Matemática Computacional) – Instituto de Ciências Matemáticas e de Computação, Universidade de São Paulo, São Carlos, 2005.

POL, A. M. Morre o Cardeal Dom José Freire Falcão, arcebispo emérito de Brasília. *Correio Braziliense*, 2021. Disponível em: < <https://www.correiobraziliense.com.br/cidades-df/2021/09/4951869-morre-o-cardeal-dom-jose-freire-falcao-arcebispo-emerito-de-brasilia.html>>. Acesso em: 24 nov. 2021.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO GAMA. *Lei n.º 7.520*, de 25 de maio de 2020. Proíbe a interferência da “ideologia de gênero” nas escolas públicas e privadas do Ensino Fundamental, o que diz respeito a utilização dos banheiros, vestiários e demais espaços separados pelo sexo biológico, e dá outras providências. Prefeitura Municipal de Campina Grande. Campina Grande, 2020

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO GAMA. *Lei n.º 1.516*, de 30 de junho de 2015. Proíbe material com informação de ideologia de gênero nas escolas municipais de Novo Gama – GO e dá outras providências. Prefeitura Municipal de Novo Gama. Novo Gama, 2015. Disponível em: <<https://acessoainformacao.novogama.go.gov.br/legislacao/lei/id=49>>. Acesso em: 25 ago. 2021.

RODRIGUES, R. H. Os gêneros do discurso na perspectiva dialógica da linguagem: a abordagem de Bakhtin. In: MEURER, J. L.; BONINI, A.; MOTTA-ROTH, D. (orgs). *Gêneros: teorias, métodos e debates*. São Paulo: Parábola Editorial, 2005.

ROWLING, J. K. *Harry Potter e a Pedra Filosofal*. Rio de Janeiro: Rocco, 2000.

SAFFIOTI, H. O segundo sexo à luz das teorias feministas contemporâneas. In: MOTTA, A.; SARDENBERG, C.; GOMES, M. (Orgs.) *Um diálogo com Simone de Beauvoir e outras falas*. Salvador: NEIM /UFBA, p. 15-38, 2000.

SAMPAIO, D. A. S. Um quadro teórico para atividades de leitura: a Teoria da Estrutura Retórica (RST) na sala de aula. *e-hum*, Belo Horizonte, v. 10, n. 2, 2017.

SCALA, J. *Ideologia de gênero: o neototalitarismo e a morte da família*. Anápolis: Katechesis, 2011.

SCARSO, A.; CARVALHO, I.; SANTOS, R. Judith Butler no Sesc Pompeia. Youtube, 16 jan. 2018. Disponível em: < https://www.youtube.com/watch?v=_t-t32YmMIA>. Acesso em: 10 jul. 2021.

SILVA, E. L. S. Pânico moral e as questões de gênero e sexualidade na BNCC. *História, histórias*, Brasília, v. 8, n. 16, 2020.

SOUZA, S. D. “Não à ideologia de gênero!” A produção religiosa da violência de gênero na política brasileira. *Estudos de Religião*, São Paulo, v. 28, n. 2, 2014. p. 188-204.

SOUZA, J. A. C. S.; GIERING, M. E. As relações de Avaliação e de Comentário (Rhetorical Structure Theory – RST): entre o fazer-criar e o fazer-saber. *Calidoscópico*, São Leopoldo, v. 8, n. 3, 2010. p. 203-209.

STEDE, M. RST Revisited: disentangling nuclearity. In: FABRICIUS-HANSEN, C.; RAMM, W. (eds). *‘Subordination’ versus ‘Coordination’ in Sentence and Text*. Amsterdam: John Benjamins Publishing Company, 2008.

SWALES, J. M. *Genre analysis: English in academic and research settings*. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

TABOADA, M.; MANN, W.C. Rhetorical structure theory: looking back and moving ahead. *Discourse studies*, online, v. 8, n. 3, p.423-459, 2006. Disponível em: <<http://dis.sagepub.com/cgi/content/abstract/8/3/423>>. Acesso em: 20 mai 2021.

TORRES, M. CartaCapital Mídia Kit. CartaCapital, São Paulo, 2019. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/wp-content/uploads/2019/04/midia-kit2019.pdf>>. Acesso em: 27 dez. 2021.

VAN DIJK, T. A. *La ciencia del texto*. Barcelona: Paidós, 1978.

_____. *Macrostructures: An interdisciplinary study of global structures in discourse, interaction, and cognition*. Hillsdale: L. Erlbaum Associates Hillsdale, 1980.

_____. Principles of critical discourse analysis. *Discourse & Society*, Newbury Park, v. 4, n. 2, 1993.

_____. *Estructuras y funciones del discurso*. 12. ed. Madrid: Siglo Veintiuno Editores. 1998.

VARELLA, D. Ideologia de gênero – Artigo. *Drauzio*, São Paulo, 2019. Disponível em: <<https://drauziovarella.uol.com.br/drauzio/artigos/ideologia-de-genero-artigo/>>. Acesso em: 27 jun. 2021.

VESTENA, C. L. B. O papel da mídia na formação da opinião pública: a contribuição de Bourdieu. *Guairacá, Guarapuava*, n. 24, p. 9-22, 2008.

VOLÓCHINOV, V. *Marxismo e filosofia da linguagem: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem*. 1. ed. São Paulo: Editora 34, 2017. 376 p.

ANEXO I

Quadro das relações retóricas – TABOADA; MANN (2021[2005])

Definições das relações de apresentação			
Nome da relação	Condições em S ou N, individualmente	Condições em N + S	Intenção do A
Antítese	em N: A tem atitude positiva face a N	N e S estão em contraste (cf. a relação de Contraste); devido à incompatibilidade suscitada pelo contraste, não é possível ter uma atitude positiva perante ambas as situações; a inclusão de S e da incompatibilidade entre as situações aumenta a atitude positiva de L por N	A atitude positiva do L face a N aumenta
Concessão	em N: A possui atitude positiva face a N em S: A não afirma que S não está certo	A reconhece uma potencial ou aparente incompatibilidade entre N e S; reconhecer a compatibilidade entre N e S aumenta a atitude positiva de L face a N	A atitude positiva de L face a N aumenta
Capacitação	em N: apresenta uma ação de L (incluindo a aceitação de uma oferta), não realizada face ao contexto de N	A compreensão de S por L aumenta a capacidade potencial de L para executar a ação em N	A potencial capacidade de L para executar a ação em N aumenta
Evidência	em N: L pode não acreditar em N a um nível considerado por A como sendo satisfatório em S: L acredita em S ou considera-o credível	A compreensão de S por L aumenta a crença de L em N	A crença de L em N aumenta
Fundo	em N: L não compreende integralmente N antes de ler o texto de S	S aumenta a capacidade de L compreender um elemento em N	A capacidade de L para compreender N aumenta
Justificação	nenhuma	A compreensão de S por L aumenta a sua tendência para aceitar que A apresente N	A tendência de L para aceitar o direito de A a apresentar N aumenta
Motivação	em N: N é uma ação em que L é o ator (incluindo a aceitação de uma oferta), não realizada face ao contexto de N	A compreensão de S aumenta a vontade de L para executar a ação em N	A vontade de L para executar a ação em N aumenta

Preparação	nenhuma	S precede N no texto; S tende a fazer com que L esteja mais preparado, interessado ou orientado para ler N	L está mais preparado, interessado ou orientado para ler N
Reformulação	nenhuma	em N + S: S reformula N, onde S e N possuem um peso semelhante; N é mais central para alcançar os objetivos de A do que S	L reconhece S como reformulação
Resumo	em N: N deve ser mais do que uma unidade	S apresenta uma reformulação do conteúdo de N, com um peso inferior	L reconhece S como uma reformulação mais abreviada de N

Definições das relações de conteúdo			
Nome da relação	Condições em S ou N, individualmente	Condições em N + S	Intenção do A
Alternativa (anticondicional)	em N: N representa uma situação não realizada em S: S representa uma situação não realizada	realização de N impede a realização de S	L reconhece a relação de dependência de impedimento que se estabelece entre a realização de N e a realização de S
Avaliação	nenhuma	em N + S: S relaciona N com um grau de atitude positiva de A face a N	L reconhece que S confirma N e reconhece o valor que lhe foi atribuído
Causa involuntária	em N: N não representa uma ação voluntária	S, por outras razões que não uma ação voluntária, deu origem a N; sem a apresentação de S, L poderia não conseguir determinar a causa específica da situação; a apresentação de N é mais importante para cumprir os objetivos de A, ao criar a combinação N-S, do que a apresentação de S	L reconhece S como causa de N
Causa voluntária	em N: N constitui uma ação voluntária ou mesmo uma situação possivelmente resultante de uma ação voluntária	S poderia ter levado o agente da ação voluntária em N a realizar essa ação; sem a apresentação de S, L poderia não perceber que a ação foi suscitada por razões específicas ou mesmo quais foram essas razões; N é mais	L reconhece S como a causa da ação voluntária em N

		importante do que S para cumprir os objetivos de A, na criação da combinação N-S	
Circunstância	em S: S não se encontra não realizado	S define um contexto no assunto, no âmbito do qual se pressupõe que L interprete N	L reconhece que S fornece o contexto para interpretar N
Condição	em S: S apresenta uma situação hipotética, futura, ou não realizada (relativamente ao contexto situacional de S)	Realização de N depende da realização de S	L reconhece de que forma a realização de N depende da realização de S
Condição inversa	nenhuma	S afeta a realização de N; N realiza-se desde que S não se realize	L reconhece que N se realiza desde que S não se realize
Elaboração	nenhuma	S apresenta dados adicionais sobre a situação ou alguns elementos do assunto apresentados em N ou passíveis de serem inferidos de N, de uma ou várias formas, conforme descrito abaixo. Nesta lista, se N apresentar o primeiro membro de qualquer par, então S inclui o segundo: conjunto :: membro abstração :: exemplo todo :: parte processo :: passo objeto :: atributo generalização :: especificação	L reconhece que S proporciona informações adicionais a N. L identifica o elemento do conteúdo relativamente ao qual se fornece pormenores
Incondicional	em S: S poderia afetar a realização de N	N não depende de S	L reconhece que N não depende de S
Interpretação	nenhum	em N + S: S relaciona N com várias ideias que não se encontram diretamente relacionadas com N, e que não estão relacionadas com a atitude positiva de A	L reconhece que S relaciona N com várias ideias que não se encontram relacionadas com o conhecimento apresentado em N
Método	em N: uma atividade	S apresenta um método ou instrumento que tende a aumentar as probabilidades de realização de N	L reconhece que o método ou instrumento de S tende a aumentar as probabilidades de realização de N
Propósito	em N: N é uma atividade; em S: S é uma	S será realizado através da atividade de N	L reconhece que a atividade em N se inicia para realizar S

	situação que não se encontra realizada		
Resultado involuntário	em S: S não representa uma ação voluntária	N causou S; a apresentação de N é mais importante para cumprir os objetivos de A, ao criar a combinação N-S, do que a apresentação de S	L reconhece que N poderia ter causado a situação em S
Resultado voluntário	em S: S constitui uma situação ou ação voluntária possivelmente resultante de uma ação voluntária	N pode ter causado S; a apresentação de N é mais importante para cumprir os objetivos de A do que a apresentação de S	L reconhece que N pode ser uma causa da ação ou situação em S
Solução	em S: S apresenta um problema	N constitui uma solução para o problema apresentado em S	L reconhece N como uma solução para o problema apresentado em S

Definições das relações multinucleares		
Nome da relação	Condições em cada par de N	Intenção de A
Conjunção	Os elementos unem-se para formar uma unidade onde cada um dos elementos desempenha um papel semelhante	L reconhece que os elementos inter-relacionados se encontram em conjunto
Contraste	Nunca mais de dois núcleos; as situações nestes dois núcleos são (a) compreendidas como sendo as mesmas em vários aspectos (b) compreendidas como sendo diferentes em alguns aspectos, e (c) comparadas em termos de uma ou mais destas diferenças	L reconhece a possibilidade de comparação e a(s) diferença(s) suscitadas pela comparação realizada
Disjunção	Um dos elementos apresenta uma alternativa (não necessariamente exclusiva) à(s) outra(s)	L reconhece que os elementos inter-relacionados constituem alternativas
Junção	nenhuma	nenhuma
Lista	Um elemento comparável a outros e ligado a outro N através de uma relação de Lista	L reconhece a possibilidade de comparação dos elementos relacionados
Reformulação multinuclear	Um elemento constitui, em primeiro lugar, a repetição de outro, com o qual se encontra relacionado; os elementos são de importância semelhante aos objetivos de A	L reconhece a repetição através dos elementos relacionados
Sequência	Existe uma relação de sucessão entre as situações apresentadas nos núcleos	